

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Flávia Virgínia Melo Pinto

**TRANSFORMANDO NORMAS E PADRÕES: as práticas
informacionais de pessoas trans na “reinvenção do
corpo”**

Belo Horizonte
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Flávia Virgínia Melo Pinto

**TRANSFORMANDO NORMAS E PADRÕES: as práticas
informacionais de pessoas trans na “reinvenção do
corpo”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito para obtenção do título de Doutorado.

Linha de pesquisa: Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo

Belo Horizonte
2020

M659t

Pinto, Flávia Virgínia Melo.

Transformando normas e padrões [recurso eletrônico]: as práticas informacionais de pessoas trans na "reinvenção do corpo" / Flávia Virgínia Melo Pinto . - 2020.

1 recurso eletrônico (213 f. : il., color): pdf.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 195-210.

Apêndices: f. 211-213.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Minorias sexuais – Teses. I. Título. II. Araújo, Carlos Alberto Ávila. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU:001:316



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA FLÁVIA VIRGÍNIA MELO PINTO

Realizou-se, no dia 31 de agosto de 2020, às 14:00 horas, Online, na Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *TRANSFORMANDO NORMAS E PADRÕES: as práticas informacionais de pessoas trans na “reinvenção do corpo”*, apresentada por FLÁVIA VIRGÍNIA MELO PINTO, número de registro 2016662110, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Fizeram parte da Comissão Examinadora os professores Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador (UFMG), Fabrício José Nascimento da Silveira (UFMG), Claudio Paixão Anastácio de Paula (UFMG), Ilomar Christina Wey Berti (Universidade Estadual de Londrina), José Antonio Frías Montoya (Universidad de Salamanca), Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Eduardo Valadares da Silva (UFMG). Após a apresentação da candidata, cada membro examinador procedeu à arguição, com igual tempo de resposta pela candidata.

Ao final, a comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público para deliberação. A banca ressaltou a originalidade e relevância do tema para a ciência da informação e decidiu pela aprovação da tese. Finalizados os trabalhos, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.

Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador (UFMG),

Fabrício José Nascimento da Silveira (UFMG)

Claudio Paixão Anastácio de Paula (UFMG)

Ilomar Christina Wey Berti (Universidade Estadual de Londrina)

José Antonio Frías Montoya (Universidad de Salamanca)

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Eduardo Valadares da Silva (UFMG)

AGRADECIMENTOS

À professora Adriana Bogliolo Sirihal Duarte que me acolheu no PPGCI para uma nova jornada. Sua estada nos deixou valiosos exemplos de humanidade, competência profissional e delicadeza no processo de ensino-aprendizagem. Sua partida nos deixou uma saudade permanente.

Ao professor Carlos Alberto Ávila Araújo, Casal, pelas orientações sempre esclarecedoras, pela generosidade e paciência com que lidou com meus conflitos, sempre demonstrando confiança na minha capacidade de trabalho.

Aos professores Fabrício Silveira, José Antônio Frías e Marco Aurélio Máximo Prado pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto de pesquisa.

Às/aos professoras/es Cláudio Paixão, Fabrício Silveira, Ilemar Christina Lansoní Wey Berti, Gabrielle Francinne Tanus, José Antônio Frías e Eduardo Valadares da Silva pela leitura da tese e as novas contribuições que colaborarão para meu amadurecimento intelectual.

À Nely e Carolina, funcionárias do PPGCI, por nos ajudarem com os processos burocráticos.

Aos amigos do PPGCI, agradeço pela alegria da convivência. Um agradecimento especial à Maíra Prado, sempre solícita e portadora das melhores palavras de conforto. Haja “força na peruca”!

Ao Carl por me apresentar ao complexo universo das pessoas trans. A todas as pessoas que aceitaram compartilhar comigo um pouco de suas histórias.

Às amigas que o mundo do trabalho na educação me concedeu. Ana, Carlinha, Cris, Gerusa, Lídia e Miriam, vocês me ensinaram novas perspectivas de vida, cada uma a seu jeito. Aksan, Catarina, Cleo e Paloma, obrigada pelas boas conversas e por todo o apoio que sempre me concederam. Sônia, obrigada por ser exemplo de perseverança.

Aos amigos que a vida me deu: Pam, sempre presente e atenta, desde 2005; Marcus e Juçara sempre tão interessados em meus projetos.

À Dorinha e ao Adairson que sempre nos concedeu a maior riqueza, mesmo em condições adversas: o acesso ao conhecimento. Ao meu querido Gu, agradeço pelo apoio de sempre e por todo o aprendizado sobre o universo LGBT.

Ao meu amor, Marco Aurélio, um agradecimento especial por todo apoio e companheirismo, em especial, nos momentos finais desta escrita que foram tão conturbados. Soubemos lidar com nossas diferenças e seguirmos em frente, sempre juntos.

Há duas maneiras de matar: uma, que se designa abertamente com o verbo matar; outra, aquela que fica subentendida habitualmente sob este eufemismo delicado: “tonar a vida impossível”. É a modalidade de assassinato lento e obscuro, que requer uma multidão de cúmplices invisíveis. É um auto-da-fé sem coroa e sem chamas, perpretado por uma Inquisição sem juiz nem sentença [...]
Eugène D'ors ,1928, p. 41.

RESUMO

Trata-se de um estudo qualitativo que explora as práticas informacionais de pessoas transexuais em seus processos de transição de gênero. As inquietações que nos moveram foram: quais foram as demandas de informação de homens e mulheres transexuais quando perceberam os conflitos com o gênero designado no nascimento? Como as pessoas transexuais se apropriaram de informações para construir concepções de si? Como acontece o compartilhamento de informações entre pessoas transexuais para a reinvenção do corpo? O objetivo geral foi identificar as demandas de informação de pessoas transexuais na construção de suas identidades, a partir de seus relatos de vida, identificando as contradições e as barreiras enfrentadas por elas nesses processos. Para a coleta de dados, realizamos entrevistas aprofundadas com nove colaboradoras/es, a partir de um roteiro semiestruturado. A análise dos dados foi feita a partir das concepções teórico-metodológicas da hermenêutica dialética para interpretarmos os relatos e retirarmos os temas e categorias que foram discutidos com a interlocução entre as concepções da abordagem social da Ciência da Informação, as teorias gênero e a teoria praxiológica de Pierre Bourdieu. Considerando as concepções generificadas que conformam o *habitus* dos indivíduos em nossa sociedade, produzindo corpos-homens e corpos-mulheres para a manutenção da heteronormatividade (BENTO, 2006), os indivíduos se posicionam no campo de gênero com seus respectivos capitais cultural e simbólico, numa disputa em torno das normas de gênero. As pessoas transexuais ocupam uma posição de heterodoxia, demandando informações para a resolução de seus conflitos com o gênero designado no nascimento e em busca da passabilidade de gênero que lhes garanta aceitação social. Ao mesmo tempo, produzem novos conhecimentos em suas práticas cotidianas, ao vivenciarem seus desejos, construindo novas concepções de si. Esses conhecimentos são utilizados na vida cotidiana e na organização política desse segmento para a reivindicação de direitos civis. As pessoas vivenciam contradições, enfrentam barreiras na busca de informações, que são consequências do sistema normativo que marginaliza as experiências que fogem às regras constituídas historicamente e estabelecidas como eternas e imutáveis. Nesse processo, a *internet* ampliou as possibilidades de interação entre essas pessoas, garantindo a elas o anonimato ou a oportunidade de se mostrarem e relatarem suas experiências de transição, constituindo em fontes de informação sobre o complexo fenômeno da transexualidade.

Palavras-chaves: práticas informacionais; transexualidade; transexual; transgênero.

ABSTRACT

This is a qualitative study that explores the information practices of transsexual people in their gender transition processes. The concerns that motivated us were: what were the informations requested from transsexual men and women when they realized the conflicts with the gender designated at birth? How did transsexual people appropriate information to create conceptions of themselves? How does information sharing between transsexual people happen to reinvent the body? The general objective was to identify the demands for information from transsexual people in the construction of their identities, from their life reports, identifying the contradictions and barriers faced by them in these processes. For data collection, we conducted in-depth interviews with nine collaborators, based on a semi-structured script. An analysis of the data was made from the theoretical-methodological conceptions of dialectical hermeneutics to interpret the reports and remove the themes and categories that were discussed with an interlocution between the concepts of the social approach of Information Science, the gender theories and the Pierre Bourdieu's praxiological theory. Considering the generified conceptions that conform the inhabit of the individuals of our society, producing male-bodies and female-bodies to maintain heteronormativity (BENTO, 2006), the individuals position themselves in the gender field with their respective cultural and symbolic capitals, in a dispute around gender norms. As transsexual people occupy a position of heterodoxy, demanding information to solve their conflicts with the gender indicated at birth and in search of the gender passability that guarantee their social acceptance. At the same time, they produce new knowledge in your daily practices, when experiencing their desires, constructing new conceptions of themselves. This knowledge is used in everyday life and in the political organization of this segment for civil rights. The people experience contradictions, they face barriers in the search for information, which are consequences of normative system that marginalizes the experiences that escape the historically constituted rules and established as eternal and immutable. In this process, the internet expanded the possibilities for interaction between these people, allowing them to be anonymous or the opportunity to show themselves and relate their transition experiences, constituting sources of information about the complex phenomenon of transsexuality.

Keywords: information practices, transsexuality, transsexual, transgender

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une étude qualitative qui explore les pratiques informationnelles des personnes transsexuelles dans leurs processus de transition de genre. Nous avons cherché des réponses aux préoccupations suivantes: quelles étaient les demandes d'information des hommes et des femmes transsexuels lorsqu'ils ont réalisé les conflits avec le genre désigné à la naissance? Comment les personnes transsexuelles se sont-elles approprié d'informations pour construire leurs conceptions d'elles-mêmes? Comment se donne le partage d'informations entre les personnes transsexuelles pour la réinvention du corps? L'objectif général était d'identifier les demandes d'information des personnes transsexuelles dans la construction de leur identité, à partir de leurs récits de vie, en identifiant les contradictions et les barrières auxquelles elles sont confrontées dans ces processus. Pour la collecte de données, nous avons mené des entretiens semi-directif avec neuf interviewés/ées. L'analyse des données a été faite à partir des conceptions théorico-méthodologiques de l'herméneutique dialectique pour interpréter les récits et extraire les thèmes et les catégories qui ont été discutés avec l'interlocution entre les conceptions de l'approche sociale des Sciences de l'Information, les théories du genre et la théorie praxiologique de Pierre Bourdieu. Considérant les concepts genrés qui composent l'*habitus* des individus dans notre société, produisant des corps-hommes et des corps-femmes pour le maintien de l'hétéronormativité (BENTO, 2006), les individus se positionnent dans le champ du genre avec leurs capitaux culturelles et symboliques, dans un conflit autour des normes de genre. Les personnes transsexuelles occupent une position d'hétérodoxie, exigeant des informations pour résoudre leurs conflits avec le genre désigné à la naissance, recherchant qu'ils soient "passable", afin de garantir l'acceptation sociale. En même temps, ils produisent de nouvelles connaissances dans leurs pratiques quotidiennes, lorsqu'ils expérimentent leurs désirs, construisant de nouveaux concepts d'eux-mêmes. Ces connaissances sont utilisées dans la vie quotidienne et dans l'organisation politique de ce groupe pour la revendication des droits civils. Les gens vivent des contradictions, ils se heurtent à des barrières dans la recherche d'informations, qui sont les conséquences du système normatif qui marginalise les expériences qui échappent aux règles historiquement établies et acceptées comme éternelles et immuables. Dans ce processus, l'internet a élargi les possibilités d'interaction entre ces personnes, leur garantissant l'anonymat ou la possibilité de se montrer et de rendre compte de leurs expériences de transition, constituant des sources d'information sur le phénomène complexe de la transsexualité.

Mots clés: pratiques informationnelles; transsexualité; transsexuel; transgenres.

RESUMEN

Se trata de un estudio cualitativo que explora las prácticas informativas de las personas transexuales en sus procesos de transición de género. Las inquietudes que nos conmovieron fueron: ¿cuáles fueron las demandas de información por parte de hombres y mujeres transgénero cuando se dieron cuenta de conflictos con el género designado al nacer? ¿Cómo se apropiaron las personas transexuales de la información para construir sus concepciones de sí mismas? ¿Cómo sucede que el intercambio de información entre personas transexuales reinventa el cuerpo? El objetivo general fue identificar las demandas de información de las personas transexuales en la construcción de sus identidades, a partir de sus relatos de vida, identificando las contradicciones y barreras que enfrentan en estos procesos. Para la recolección de datos, realizamos entrevistas en profundidad con nueve empleados / s, basadas en un guión semiestructurado. El análisis de los datos se realizó a partir de las concepciones teórico-metodológicas de la hermenéutica dialéctica para interpretar los informes y remover los temas y categorías que fueron discutidos con la interlocución entre los conceptos del enfoque social de las Ciencias de la Información, las teorías de género y la teoría praxiológica por Pierre Bourdieu. Considerando los conceptos de género que conforman el habitus de los individuos en nuestra sociedad, produciendo cuerpos -hombres y cuerpos-mujeres para el mantenimiento de la heteronormatividad (BENTO, 2006), los individuos se posicionan en el campo de género con sus respectivos capitales culturales y simbólicos, en una disputa sobre las normas de género. Las personas transexuales ocupan una posición de heterodoxia, exigiendo información para resolver sus conflictos con el género designado al nacer y en busca de la transitabilidad de género que garantice la aceptación social. Al mismo tiempo, producen nuevos conocimientos en sus prácticas diarias, cuando experimentan sus deseos, construyendo nuevos conceptos de sí mismos. Este conocimiento se utiliza en la vida cotidiana y en la organización política de este segmento para la reivindicación de los derechos civiles. Las personas experimentan contradicciones, enfrentan barreras en la búsqueda de información, las cuales son consecuencia del sistema normativo que margina experiencias que escapan a las reglas constituidas históricamente y establecidas como eternas e inmutables. En este proceso, internet ha ampliado las posibilidades de interacción entre estas personas, garantizándoles el anonimato o la oportunidad de mostrar y relatar sus experiencias de transición, constituyendo fuentes de información sobre el complejo fenómeno de la transexualidad.

Palabras llave: prácticas informativas; transexualidad; transexual; transgénero.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

FIGURA 1 - CHRISTINE JORGENSEN	66
FIGURA 2 - MAESHA JOHNSON E SYLVIA RIVER, DUAS LÍDERES DA REVOLTA DE STONEWALL	69
FIGURA 3 - IMAGEM DA CAPA DO LAUDO DE WALDIRENE FEITO PELO IML-1976	73
FIGURA 4 - IMAGENS DE JOÃO W. NERY AOS 14 E AOS 27 ANOS	74
FIGURA 5 - CLASSIFICAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE CONFORME CID-11	85
FIGURA 6 - LISTA DE AMBULATÓRIOS DE SAÚDE TRANS PUBLICADA NO REDDIT	89
FIGURA 7 - GUIA PARA ALTERAÇÃO DE NOME SOCIAL E GÊNERO	91
FIGURA 8 - CHAMADA DE MATÉRIA DO JORNAL ESTADÃO SOBRE TRANSEXUALIDADE	116
FIGURA 9 - MODELO DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E BARREIRAS INFORMACIONAIS A PARTIR	142
FIGURA 10 - CANAL LUCCA NAJAR NO YOUTUBE	184
FIGURA 11 - EXEMPLOS DE INTERAÇÕES NO CANAL LUCCA NAJAR	185
FIGURA 12 - PRIMEIROS VÍDEOS POSTADOS NO CANAL LUCCA NAJAR	185
FIGURA 13 - CANAL MANDY CANDY NO YOUTUBE	186
GRÁFICO 1- ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL 2008 - 2019	16
QUADRO 1 - PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS E CIRÚRGICOS DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO NO SUS, DE ACORDO COM A PORTARIA MS/GM 2.803/2013 E PORTARIA CFM Nº 2.265/2019	87
QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO DAS/OS INFORMANTES DA PESQUISA	99
QUADRO 3 - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE HORMONIZAÇÃO CITADAS PELOS COLABORADORES	166
QUADRO 4 - OUTRAS TECNOLOGIAS CORPORAIS USADAS PELOS ENTREVISTADOS	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABHT	Associação Brasileira de Homens Trans
ANTRA	Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros
ARACÊ	Rede Social em Direitos Humanos, Feminismo e Transexualidade
ASTRAL	Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro
ATRAS	Associação das Travestis de Salvador
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CF	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
CS	Ciências Sociais
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Liberados
Espaço LGBT	Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba
EU	Estudos de Usuários de Informação
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FtM	<i>Female to Male</i>
GGB	Grupo Gay da Bahia
GN	Gênero e Número
HBIGDA	Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAT	Instituto Brasileiro de Transmasculinades
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IML	Instituto Médico Legal

InterPride	International Association of Pride Organizers
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis
MtF	<i>Male to Female</i>
MEC	Ministério da Educação
MP-SP	Ministério Público de São Paulo
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPS	Partido Popular Socialista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTS	Projeto Terapêutico Singular
REDETRANS BRASIL	Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEE-MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SLI	Silicone líquido industrial
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de informação e comunicação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unidas	Associação das Travestis na Luta pela Cidadania
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
WPATH	World Professional Association For Transgender Health

SUMÁRIO

SEMPRE UM COMEÇO	15
1 INFORMAÇÃO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS	27
1.1 A informação numa perspectiva crítica	28
1.2 As práticas informacionais: breve histórico de um conceito	37
1.3 O campo de gênero como uma das arenas de práticas informacionais	47
2 A TRANSITORIEDADE DOS GÊNEROS E A INVENÇÃO DA TRANSEXUALIDADE	54
2.1 A “socialização do biológico e a biologização do social”	54
2.2 A invenção da transexualidade	63
2.3 A transexualidade no Brasil	71
2.3.1 As políticas públicas	78
3 A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E A ESCOLA	93
3.1 O percurso metodológico	93
3.2 Apresentando as/os informantes	98
3.3 A relação com a família e a escola	113
4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA “REINVENÇÃO DO CORPO”	133
4.1 As tensões e conflitos nas apropriações de informações	134
4.2 Práticas informacionais em torno do uso de tecnologias corporais	156
4.3 O impacto das TICs nas práticas informacionais	175
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	212
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	213

SEMPRE UM COMEÇO

*Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.*
Carlos Drummond de Andrade, 2008, p. 182.

Estou finalizando a escrita desta tese num dos piores momentos, sob uma conjugação de crises política, moral, econômica e de saúde pública. A maior pandemia dos últimos 100 anos, a COVID 19, já vitimou, entre os meses de março e julho, mais de 90 mil pessoas. Todas essas mortes aconteceram num cenário de abandono gerenciado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, que pouco se empenhou em garantir que as pessoas permanecessem em casa para que não houvesse uma grande contaminação em pouco tempo. Além de difundir notícias mentirosas sobre a gravidade da doença e um suposto tratamento eficaz com um medicamento que ainda estava sendo testado.

A mentira e o falseamento da realidade parecem ser ferramentas usadas para ascensão e manutenção no poder por Bolsonaro¹. Durante as eleições, seus eleitores espalharam notícias falsas sobre os outros candidatos pelas redes sociais. As lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTs)² formam um dos grupos atacados por ele e seus seguidores. O Programa Brasil sem Homofobia, por exemplo, foi deturpado, apelidado de “kit gay” e usado para desinformar pessoas mais conservadoras, utilizando a homofobia como um instrumento de manipulação.

Há quatro anos, a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG) se deu alguns meses antes do impedimento da continuidade do mandato da então

¹ Aliados de Jair Bolsonaro são investigados por um inquérito iniciado por decisão do ministro Dias Toffoli, em março de 2019, que visa apurar ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e seus ministros por meio de notícias falsas, calúnias e ameaças. Cf INQUÉRITO das Fake News: STF decide continuar investigação que atinge aliados de Bolsonaro, *BBC News Brasil*, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53003097>. Acesso em: 23 jul. 2020.

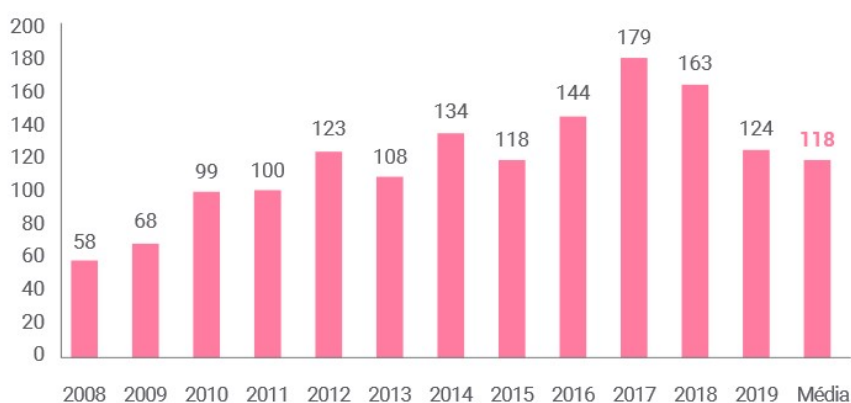
² Optamos pelo uso da sigla LGBT por ser a de maior consenso, apesar de concordarmos que uma sigla não comporta toda a diversidade de expressões de identidades de gênero, expressões artísticas e performáticas e orientações sexuais. Também adotaremos, doravante, o uso da expressão “pessoas trans” para nos referirmos às pessoas transexuais e travestis, mesmo reconhecendo as diferenças quanto à percepção de identidade de gênero entre mulheres trans e travestis. No Capítulo 2, apresentaremos as definições de cada expressão de identidade de gênero.

presidenta Dilma Roussef. Durante a votação na Câmara dos Deputados, o então deputado Jair Bolsonaro homenageou Brilhante Ustra, responsável pela tortura de Dilma quando presa, em 1970. Desde então, a crise política brasileira tem se aprofundado com a ascensão da extrema direita e o aprofundamento da vulnerabilidade de grupos marginalizados.

A organização de mídia Gênero e Número (GN)³ realizou uma pesquisa, em 2019, com 395 LGBTs nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo sobre a percepção do ambiente político desde as eleições de 2018. Para 92,5% dos respondentes, o ambiente político se tornou mais agressivo durante o pleito eleitoral que se pautou pelos discursos contra uma pretensa ideologia de gênero, entre outros. Na percepção de 98,5% dos entrevistados, os discursos contribuíram para o aumento da violência contra os LGBTs (GN, 2019).

Entre os anos de 2008 e 2019, o Brasil teve uma média anual de 118,5 assassinatos de pessoas transexuais. Em 2019, foram 121 travestis e mulheres trans e 3 homens trans assassinados, 82% das vítimas foram identificadas como pretas e pardas (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2020). Esses números podem não expressar a realidade, pois há subnotificação dos crimes relativos à população LGBT. Não há um levantamento de dados demográficos sobre a população trans brasileira pelo governo federal.

Gráfico 1- Assassinatos de pessoas trans no Brasil 2008 - 2019



Fonte: Benevides, Nogueira, 2020, p. 24.

³ A GN (2019) é uma startup e organização de mídia independente que realiza um trabalho de levantamento de dados com o objetivo de contribuir para as ações de grupos que se organizam pela equidade de gênero. A pesquisa citada teve o apoio da Fundação Ford.

Esses levantamentos foram feitos por militantes vinculados a ONGs como o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) a partir de dados hemerográficos e pessoais. As agressões contra a população trans aumentaram mais de 800% entre os anos 2014 e 2017, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde (MS). Em 2014, foram 494 notificações, já em 2017 foram 4.137 registros, uma média de 11 por dia (SILVA, 2019). O governo federal produziu relatórios oficiais sobre violência LGBTfóbica em 2011, 2012, 2013 e 2016, baseado nos dados do GGB, Central de Atendimento à Mulher, Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e denúncias formalizadas pelo Disque 100.

Há um descaso do governo brasileiro com relação à produção de dados censitários da população LGBT que pode ser exemplificado com a ausência de questões sobre essa população no Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Defensoria Pública da União solicitou a inclusão de questões para mapeamento da população transexual no Censo 2020⁴, que ainda será realizado, mas não foi atendida.

Se nos governos de frente popular liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) os/as LGBTs, em especial as pessoas trans e as travestis, tiveram dificuldades em verem concretizadas políticas para o setor, na atual gestão de Jair Bolsonaro, como já era propagandeado durante sua campanha eleitoral, os LGBTs perderam espaço no atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No Decreto nº 9.673/2019⁵, que instituiu a Estrutura Regimental e o Quadro de Cargos em Comissão, os direitos dos/as LGBTs não aparecem listados no Art. 1º, onde estão arroladas as competências ministeriais, apesar de constar o “combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância”. O Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; antes vinculado à Secretaria Nacional de Cidadania, agora está vinculado à Secretaria de Proteção Global.

⁴ DPU pede inclusão de transexuais no Censo 2020. *Jusbrasil*, 2018. Disponível em: <https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/615418800/dpu-pede-inclusao-de-transexuais-no-censo-2020>. Acesso em: 22 maio 2020.

⁵ Este decreto foi revogado pelo Decreto nº10.174, de 13 de dezembro de 2019, onde foram redistribuídos os cargos em comissão, mas mantidas as atribuições e a estrutura ministerial (BRASIL, 2019b).

Já o Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019 (BRASIL, 2019a), revogou o Decreto nº 7.388/2010 que estabeleceu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), que visava a formular e propor diretrizes para o combate à discriminação e promoção de direitos da população LGBT. O CNCD possuía 15 representantes da sociedade civil que tivessem alguma ligação (acadêmica ou militante) com a pauta LGBT. Esse conselho agora possui somente três representantes da sociedade civil e suas atribuições foram ampliadas para propor políticas públicas para a defesa dos direitos “das minorias étnicas e sociais, e b) das vítimas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância”. O Decreto não faz apontamentos específicos para as demandas dos/as LGBTs.

O estabelecimento de nomes para designar as práticas afetivas e as identidades de gênero que escapam da heteronormatividade aconteceu numa perspectiva de patologizar, diferenciar tais práticas e identidades daquelas que seriam consideradas “normais”. Heteronormatividade é um conceito criado pelo estadunidense Michael Warner (1993) para se referir à norma que coloca a sexualidade heterossexual como universal, caracterizando as relações homossexuais como desviantes.

No entanto, essas denominações foram apropriadas pelos sujeitos que passaram a se organizar politicamente para resolverem suas demandas. O apagamento das palavras e da sigla LGBT significa o apagamento das ações governamentais voltadas para a resolução das demandas dessa população.

A minha entrada no curso de Doutorado do PPGCI se deu com um projeto de pesquisa sobre a constituição de acervos que abordassem a temática diversidade sexual e de gênero nas escolas. Eu trabalhava como bibliotecária coordenadora de cinco bibliotecas escolares na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Na época, já havia a disseminação da ideia de que se abordava nas escolas visões sobre sexualidade e diversidade sexual contrárias àquelas defendidas pelas famílias dos estudantes. Isso seria parte de uma pretensa “doutrinação ideológica de esquerda”, justificativa usada para a criação do Projeto de Lei Escola Sem Partido, que acabou se tornando um movimento conservador, em 2004, com ramificações em quase todos os Estados.

Os poucos materiais existentes nas escolas onde trabalhei e que pudessem gerar qualquer tipo de polêmica com educadores, alunos ou suas famílias eram criteriosamente guardados em um armário, de preferência, trancado com cadeado.

Práticas das bibliotecas de todas as escolas que assumi e que foi revertida em quase todas, depois de um tempo de argumentação e negociação com coordenações pedagógicas, funcionários das bibliotecas e professores. Em uma delas, chegamos a construir um acervo com obras sobre diversas teorias feministas (feminismo marxista, feminismo negro, interseccional, etc), teoria *queer*, homofobia e outras temáticas LGBTs.

Ao longo do curso de doutorado, meus interesses foram se redirecionando e o projeto de pesquisa se metamorfoseou até chegar na tentativa de responder sobre as questões em torno das práticas informacionais da população transexual nas suas práticas de transição de gênero. A escolha desse universo se deu devido à complexidade da vivência dessa população ao questionar as normas de gênero e buscar sua aceitação social e existência civil. Além disso, observei a existência de poucos trabalhos com pessoas trans na CI brasileira.

As concepções de informação são resultados de condicionamentos sócio-históricos que se vinculam a acesso a serviços e instituições, tradições, concepções dominantes sobre o assunto e da interrelação de tudo isso. A informação e a desinformação são fenômenos sociais, manifestações da vida material, das carências, limites sociais e construções coletivas. Sendo assim, haverá o contraponto ao dominante. As pessoas transexuais, colocadas à margem ao não corresponderem às expectativas sociais circunscritas aos gêneros, produzem novos conhecimentos na prática cotidiana, expressados pelos corpos.

Torres (2013) afirmou que o público LGBT acaba aprendendo mais sobre a sua situação em espaços não formais de educação como as ONGs. A escola, os equipamentos de saúde, a família e outras instituições possuem limitações no fornecimento de informações demandadas pelas pessoas que não se enquadram no padrão da heteronormatividade e dos estereótipos de gênero. Nesse sentido, as redes sociais potencializaram as possibilidades de encontro e vivência de uma identidade e de desejos reprimidos.

Como a CI pode se debruçar sobre essa questão? Podemos resgatar o artigo de Santos, Targino e Freire (2017) que aponta a necessidade da reafirmação da responsabilidade social da CI. Para esses autores, os pesquisadores da CI deveriam se debruçar sobre questões relacionadas aos grupos sociais oprimidos, como a população LGBT. Os autores fizeram um levantamento sobre essa temática na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

(BRAPCI) em agosto de 2016. Foram recuperados 16 artigos sobre “diversidade sexual”, entre eles, somente dois da área de CI, demonstrando a pouca produção acadêmica sobre processos informacionais da população LGBT.

O pesquisador argentino Díaz Jatuf (2016) resgatou os primeiros estudos sobre necessidades informacionais na comunidade LGBT, que datam de fins da década de 1980 nos Estados Unidos. Os estudos estavam voltados para o uso dos serviços de bibliotecas com o objetivo de constatar a satisfação da população LGBT. Também foram abordadas as práticas profissionais dos bibliotecários, focando em suas atitudes e no desenvolvimento de coleções bibliográficas com temáticas que abrangessem a diversidade sexual.

As pesquisas estadunidenses mais recentes nas áreas de *Library and Information Science* estão focadas no levantamento de uso de fontes de informação, necessidades informacionais das pessoas LGBTs e atendimento das bibliotecas. Entre os estudos com as pessoas trans, podemos citar a pesquisa de Beiriger e Jackson (2007) que verificaram que as principais necessidades informacionais eram sobre o uso de hormônios, médicos, cirurgias, legislação, política do movimento LGBT, histórias exitosas de outras pessoas trans e lugares públicos mais amigáveis para essa população.

Drake e Bielefield (2017), baseados na pesquisa de Thompson (2012), verificaram que há poucos recursos para se atender às pessoas trans nas bibliotecas estadunidenses e poucos estudos sobre as necessidades informacionais delas. A maioria dos estudos se concentram nas necessidades informacionais das pessoas cisgênero de orientação homossexual: lésbicas e gays. O termo cisgênero é usado pelo movimento social para se referir às pessoas cuja identidade de gênero se corresponde ao gênero designado no nascimento⁶.

⁶ Há controvérsias sobre o uso do termo cisgênero para se referir às pessoas que não são transexuais. Cisgênero tem origem no uso do prefixo derivado do latim cis- que significa “deste lado”. O primeiro pesquisador a utilizar o termo “cissexual” em uma publicação revisada pelos pares foi o alemão Volkmar Sigusch, em 1998. Mais tarde, o termo cisgênero passou a ser usado em estudos sociológicos e médicos para fazer a diferenciação entre pessoas transexuais e pessoas não transexuais. Krista Scott-Dixon (2009) é uma das pesquisadoras que criticam o uso deste termo, preferindo adotar o termo “não-trans”. Mimi Marinucci (2010) também considera o uso do binarismo “cisgênero-transgênero” tão perigoso e destrutivo quanto o binarismo homem-mulher porque pode agrupar os LGB numa definição como se eles não experimentassem nenhum descompasso entre a própria identidade de gênero e a expressão de gênero e as expectativas culturais em relação à própria identidade. Neste trabalho, adotamos o termo “cisgênero”, de maneira didática, por ser o mais usado entre as pessoas trans nas redes sociais e em artigos para se referirem

Os autores (DRAKE; BIELEFIELD, 2017) fizeram uma pesquisa empírica objetivando conhecer as fontes de informação usadas por pessoas trans e as necessidades de adaptação das bibliotecas para melhor atendimento a essas pessoas. Para as 102 pessoas trans que responderam ao questionário, a *Internet* era o principal meio de acesso, seguida dos amigos, para todas as categorias de necessidade de informação, a saber: saúde física, saúde mental e emocional, saúde espiritual, informações legais sobre a transexualidade, informações médicas sobre transexualidade, direitos das pessoas trans e informações gerais sobre transexualidade.

Apesar de aparecer timidamente, a biblioteca pública foi indicada, por algumas pessoas, como fonte para todas as categorias de informação, se destacando as fontes sobre saúde espiritual. Os autores fizeram o levantamento das motivações que levam as pessoas a consultarem mais essas fontes. Os fatores conveniência, atitudes das pessoas e atualização das informações foram os mais citados para todas as categorias de necessidade de informação. A maioria relatou alguma experiência ruim que vai desde a desinformação do bibliotecário ou outro profissional da biblioteca sobre a temática trans até a declarada postura discriminatória do profissional, passando pela ausência de material atualizado sobre a transexualidade (DRAKE; BIELEFIELD, 2017).

Viana (2017) realizou um estudo bibliométrico sobre as pesquisas que abordam a comunidade LGBT no âmbito dos programas de pós-graduação da UFMG, entre os anos 2000 e 2016. Apesar do crescente interesse pela temática, principalmente desde 2010, os estudos se concentram nas áreas de Psicologia Social, Letras e Saúde. Não houve citação de pesquisa realizada dentro da CI.

Righetto (2018), em sua dissertação de mestrado, realizado no PPGCI da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abordou a competência em informação das pessoas trans em relação às suas necessidades informacionais. A partir das narrativas fornecidas pelos sujeitos da pesquisa, o autor concluiu que as pessoas trans desenvolvem autonomamente sua competência em informação, tendo em vista a precariedade dos serviços públicos, em especial de unidades de informação, em atender às demandas informacionais dessa população. Além disso, ele apontou a necessidade de mais pesquisas na CI, em interlocução com os

às pessoas não trans.

estudos sobre vulnerabilidade social, objetivando o enriquecimento teórico da área que possibilite a formação de profissionais da informação mais esclarecidos sobre essa temática e mais dispostos a incluí-la no seu fazer profissional.

As conclusões da pesquisa de Silva (2019) também vão nessa direção. O autor verificou a importância da mediação de pessoas trans para a disseminação de conteúdos informacionais que são obliterados pela estrutura social generificada. Nesse sentido, a constituição de serviços públicos focados nas pessoas marginalizadas pelo sistema sexo/gênero é importante para o esclarecimento e o acolhimento dessa população. Silva (2019) analisou os impactos do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) no empoderamento de pessoas trans e concluiu que as informações ali fornecidas possibilitaram às pessoas entrevistadas a ressignificação do *habitus* de gênero.

A partir da inquietação com a pouca produção sobre a temática no campo da CI brasileira, as/os pesquisadoras/es Romeiro, Martins e Santos (2019) organizaram a obra “*Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*” com artigos escritos por pesquisadoras/es LGBTs ligadas/os à CI a partir de pesquisas e reflexões sobre processos de produção e disseminação de informações relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade.

Nesse contexto, as inquietações que nos moveram foram: quais foram as demandas de informação de homens e mulheres transexuais quando perceberam os conflitos com o gênero designado no nascimento? Como as pessoas transexuais se apropriaram de informações para construir concepções de si? Como acontece o compartilhamento de informações entre pessoas transexuais para a reinvenção do corpo?

Partimos do pressuposto de que as instituições sociais não atendem às demandas de informação de pessoas trans e travestis. Essas pessoas acabam recorrendo aos canais informais de informação como grupos de conhecidos, pessoas trans mais velhas, perfis pessoais e grupos nas redes sociais ou acabam acessando de maneira não intencional informações que vão de encontro aos conflitos vivenciados.

Tendo em vista o exposto, o objetivo geral dessa pesquisa foi identificar as demandas de informação de pessoas transexuais na construção de suas

identidades, a partir de seus relatos de vida, identificando as contradições e as barreiras enfrentadas por elas nesses processos. Tal objetivo se desdobrou nos objetivos específicos a seguir: 1) identificar as fontes de informação usadas pelas pessoas entrevistadas; 2) delinear as dificuldades de acessar às informações demandadas; 3) relacionar essas práticas informacionais com as configurações do campo de gênero, apontando as contradições existentes.

O debate sobre as relações de gênero e a diversidade sexual é importante no campo da defesa dos direitos humanos, uma vez que o preconceito contra a população LGBT ultrapassa os limites da fala e se transforma em atos de violência física, podendo chegar ao assassinato.

Buscamos a interlocução entre CI e as Ciências Sociais (CS). Na década de 1970, Jesse Shera (1977) já debatia sobre os fundamentos da epistemologia social para a nova disciplina que estava se consolidando, a partir do objeto informação. O autor defendia que a linguagem é seminal para a organização dos indivíduos em sociedade, indissociável da atividade social, o que demandaria uma disciplina que considerasse a totalidade dessas relações:

A nova disciplina que aqui focalizamos (e a qual por falta de melhor nome nós chamamos de epistemologia social) deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais das sociedades — **um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total**. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, nação, ou cultura alcança compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela. O foco desta nova disciplina seria sobre a produção, fluxo, integração, e consumo de todas as formas de pensamento comunicado **através de todo** o modelo social. De tal disciplina poderia **emergir um novo corpo de conhecimento e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social** (SHERA, 1977, p. 11, grifo nosso)

Em busca das respostas para as questões colocadas, optamos pela pesquisa qualitativa, por entendermos que as práticas informacionais são intersubjetivas e acontecem de acordo com as condições dadas em determinado período histórico, conforme as relações constituídas entre classes e grupos sociais. Freitas (2002) defendeu a importância da pesquisa qualitativa se pautar pela abordagem sócio-histórica, rompendo com a dicotomia reducionista entre empiria e idealismo. Para a autora, o desafio para a pesquisa de cunho social está em realizar a síntese entre a descrição e a explicação do objeto de pesquisa, focalizando “o

particular como instância da totalidade social” (FREITAS, 2002, p. 26). Pesquisas que focam na atuação humana, nas relações humanas, não partem de uma situação montada e de questões formuladas a partir da operacionalização de variáveis. Elas lidam com fenômenos no seu devir, na relação entre o individual (particular, singular) e o social.

A entrevista, na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico, também é marcada por essa dimensão do social. Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas **é concebida como um produção de linguagem, portanto, dialógica**. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. **Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social** (FREITAS, 2002, p. 37, grifos nossos).

Esse processo teórico-analítico se deu por meio da interlocução entre as teorias desenvolvidas na CI e na CS sobre as práticas informacionais (MARTELETO, 1994, 1995, 2009; MARTELETO; PIMENTA, 2017; MCKENZIE, 2003; SAVOLAINEN, 1995, 2007, 2012, 2016; VILKKA, 2006; ROJAS, 2015; POHJANEN; KORTELAJINEN, 2016; ARAÚJO, 2017), as teorias sobre sistema sexo/gênero, sexualidade e transexualidade (FOUCAULT, 1988; SCOTT, 1995; LAQUEUR, 2001; BUTLER, 2003, 2009; BENTO, 2006; 2008; 2012; TEIXEIRA, 2009; RUBIN, [2012]) e a teoria praxiológica de Pierre Bourdieu (1977, 1983, 2002a, 2002b) (ORTIZ, 1983; BOURDIEU; PASSERON, 2008; BURAWOY, 2010; LAHIRE, 2017; MAUGER, 2017). A informação é um produto humano, síntese de relações dadas em sociedade, sob determinadas condições histórico-sociais, que se materializa nas práticas cotidianas dos sujeitos. Por isso, escolhemos a teoria bourdiesiana para fazer a ligação entre as teorias que explicam os fenômenos do binarismo de gênero e da transexualidade e as práticas informacionais das pessoas trans.

Na contemporaneidade, vivemos sob o cruzamento de relações de exploração e opressão naturalizadas e justificadas a partir de ideologias que são internalizadas durante nosso processo de socialização, desde a infância (BOURDIEU, 1977; 1983, 2002a; SAFFIOTI, 1992; BRITZMAN, 1997). Assim, nossas práticas informacionais acontecem sob determinadas condições tais como

o quantum de capitais de que dispomos, por exemplo. Por outro lado, sempre haverá questionamentos e resistências que conformarão novos processos informacionais, novas articulações políticas e lideranças.

Iniciamos a pesquisa com um profundo levantamento bibliográfico sobre práticas informacionais, teoria da prática e teorias de gênero (com enfoque nos debates sobre a transexualidade). Num segundo momento, analisamos as recentes resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2018; 2019) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018), decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e resoluções e programas do governo federal relacionados aos direitos da população trans. Nosso objetivo era fazer o levantamento de ações previstas para essa população e se essas ações abrangiam a disseminação de informações para a população trans e para esclarecimento da sociedade, compondo um histórico de políticas públicas voltadas para a população trans.

Por último, contatamos 20 pessoas trans, das quais somente nove aceitaram conceder entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado. Esses contatos aconteceram por meio de indicações entre as próprias pessoas, a partir de um primeiro contato com um homem trans, na época, membro do coletivo TransVest⁷. Algumas pessoas nos disseram que não gostariam de lembrar momentos que não trazem boas recordações ou que já estavam felizes com o que conquistaram e “o que passou, passou”. Outras pessoas pararam de atender às ligações telefônicas e de responder às nossas mensagens.

Teixeira (2009) relatou, em sua pesquisa de doutorado, que algumas pessoas trans preferem não contar suas vivências para não lembrarem um passado de constrangimentos e de lutas para construir suas identidades fora de um padrão imposto a elas desde o nascimento.

A exposição do conteúdo foi organizada em quatro capítulos. No capítulo 1, *Informação e práticas informacionais*, abordamos o conceito de informação que adotamos como norte para o desenvolvimento deste trabalho, descrevemos um histórico sobre o desenvolvimento da concepção teórico-metodológica de práticas

⁷ TransVest é um coletivo artístico-pedagógico de Belo Horizonte que objetiva auxiliar pessoas trans por meio da educação e de outros auxílios imediatos, com o apoio de voluntários. Cf TRANSVEST. *A educação transforma*. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/transvest/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

informativas e, por fim, delineamos o campo gênero como arena dessas práticas que atuam na (re)construção de identidades de gênero.

No capítulo 2, *A transitoriedade dos gêneros e a invenção da transexualidade*, abordamos as teorias de gênero que criticam a diferenciação dos seres humanos a partir do dimorfismo sexual, que gerou as categorias homem e mulher como opostas, essencializando identidades e promovendo apagamento e exclusão daquelas pessoas que vivenciam múltiplas feminilidades e masculinidades. Apresentamos o conceito de transexualidade como um dispositivo de poder atuando para a manutenção do binarismo de gênero que existe para manter a heteronormatividade. Por fim, construímos o histórico da organização política das pessoas trans e travestis, no Brasil, e ações institucionais, em âmbito federal, promovidas para a resolução de demandas dessa população.

No capítulo 3, *A (des)construção da identidade de gênero e a relação com a família e a escola*, apresentamos o percurso metodológico; as pequenas histórias das/os colaboradoras/es a partir de suas memórias sobre os conflitos com o gênero designado no nascimento; e as tensões vividas por eles nos principais espaços de socialização com o compartilhamento de informações que engendram o *habitus* : a família e a escola.

No capítulo 4, *Práticas informativas na “reinvenção do corpo”*, tomamos emprestada a expressão utilizada na obra de Berenice Bento (2006), “A reinvenção do corpo”, para sintetizarmos a discussão apresentada neste capítulo. Abordamos as tecnologias usadas para as transformações corporais em busca da passabilidade de gênero; as fontes de informação acessadas; o compartilhamento e produção de informações sobre essas demandas corporais; as barreiras enfrentadas pelas colaboradoras/es e as estratégias usadas para superá-las.

Nas considerações finais, retomamos resumidamente todo o conteúdo exposto. Indicamos a necessidade de futuras pesquisas e ações no campo da Biblioteconomia e CI, para que se avance no debate sobre a marginalização de um setor da população que não se encaixa nas normas culturais.

1 INFORMAÇÃO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS

A informação não pode ser atomizada, deve ser compreendida num processo mais complexo que envolve o contexto e o sentido que o indivíduo constrói. A informação não é um ente puramente objetivo ou subjetivo. Trata-se de matéria em movimento complexo, contraditório e em desenvolvimento, algo que faz parte do mundo material e pode ser apreendido, descrito e analisado. As informações, portanto, refletem problemas sociais e soluções potenciais para esses problemas. Sua análise precisa estar relacionada ao contexto social mais amplo. Com base na percepção de que os recursos básicos são desigualmente divididos na sociedade contemporânea, construir uma teoria crítica da informação também significa mostrar como a informação está relacionada a questões relativas à propriedade privada, distribuição de recursos, lutas sociais, poder, controle de recursos, exploração e dominação (FUCHS, 2009).

Há alguns anos, houve um movimento de reificação das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Houve a disseminação de discursos que atribuíam às TICs uma possibilidade de disseminação de informações que favoreceriam o estabelecimento de uma nova sociedade cada vez mais democrática, com indivíduos mais conscientes e exigentes de seus direitos como cidadãos. Partiam de uma certa empolgação com o rápido avanço das tecnologias possibilitando uma maior integração entre diversos povos. Era uma leitura do paradigma da neutralidade das tecnologias e de seu uso a favor de relações mais horizontais, com indivíduos mais participativos, desconsiderando o imperativo do capital que rege a economia e o desenvolvimento tecnológico.

Na década de 1990, Mattelart escreveu críticas em relação à propaganda nova sociedade da informação, demonstrando o caráter de reificação das TICs pelos autores que exaltavam o desenvolvimento tecnológico como responsável pelo aprimoramento da democracia liberal, novas relações de trabalho e, conseqüentemente, superação da conflitante sociedade industrial.

Mattelart observa que, na verdade, o discurso sobre a “sociedade da informação” é uma construção geopolítica, que possui uma dimensão ideológica (em que se vê que a dimensão histórica do fenômeno é, propositalmente, esquecida) e que ganha corpo no final do século XX com as teses sobre os fins (fim da história, fim das ideologias, fim das utopias,

fim das classes, fim do político), com os projetos de máquinas inteligentes, com as promessas tecnológicas e a “maravilha” da internet e da cibercultura (ARAÚJO, 2009, p.115).

O que temos observado é a apropriação conflituosa dessas tecnologias (e das informações veiculadas por elas) por grupos e classes sociais em busca da manutenção de seus interesses. Além disso, observamos a apropriação privada do conteúdo compartilhado pela internet por grandes corporações (BEZERRA, 2019). Como observou Dantas (1996, p. 15) “[...] somos cada vez mais moldados, mesmo sem sentir ou saber, pelos arranjos capitalistas dos sistemas de informação. Estes nos parecem naturais e espontâneos, e não o resultado de construções sociais e históricas concretas”.

Neste capítulo, apresentaremos a concepção de informação como uma síntese de práticas dos indivíduos que acontecem sob determinadas condições histórico-sociais. Num segundo momento, faremos um breve resgate das concepções de práticas informacionais e aplicações em estudos empíricos. Por último, desenvolveremos o conceito de campo de gênero, a partir da teoria praxiológica de Pierre Bourdieu, como arena das práticas informacionais dos informantes dessa pesquisa.

1.1 A informação numa perspectiva crítica

Bernd Frohmann (1995), durante uma conferência para pesquisadores da Ciência da Informação, chamou a atenção para a necessidade de se estudar a dimensão política das diversas práticas informacionais, em busca da descrição dos conflitos dessas práticas. Naquele momento, ele abordou o que chamou de “régime of information” ou regime de informação

Vamos, portanto, chamar qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos, de regime de informação. Difusão de rádio e televisão, publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, infoestradas emergentes: estes todos são os nós de redes de informação, ou elementos de regimes específicos de informação. Um objetivo legítimo e premente da pesquisa sobre política de informação é a representação perspicaz dos regimes de informação: como se originam e se estabilizam; como determinam as relações sociais, e

como formas específicas de poder são exercidas neles e através deles. A descrição de uma política de informação, portanto, torna-se a descrição da genealogia de um regime de informação (FROHMANN, 1995, p. 21, tradução nossa)⁸.

Para Frohmann (1995, p. 21, tradução nossa), influenciado por Michel Foucault, era urgente que os estudos sobre políticas de informação buscassem captar a maneira como o poder agia “nas relações sociais mediadas pela informação”⁹, como determinados grupos mantinham sua hegemonia e “como específicas formas de dominação – especialmente as de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação”¹⁰. Para se chegar na essência dos fenômenos informacionais, a CI não poderia mais se limitar às questões instrumentais da produção, organização, acesso e disseminação de informações, como se fossem processos neutros.

Nesse sentido, Christian Fuchs (2009) retomou o conceito de razão instrumental de Max Horkheimer para analisar o desenvolvimento e apropriação das TICs. Para tanto, o autor lembrou a colaboração entre a IBM e o governo nazista, na década de 1930, para a criação de um sistema de organização de dados que permitisse identificar as pessoas que foram enviadas aos campos de concentração e eram classificadas, conforme suas idades e condições físicas, para o trabalho escravo, experimentos médicos ou assassinato nas câmaras de gás. E as pessoas enviadas aos campos foram “selecionadas” a partir de ideologias usadas para justificar o direito à vida de determinados grupos em detrimento de outros. Durante as denúncias dos sobreviventes e os julgamentos dos colaboradores do regime nazista, a IBM, em sua defesa, usou o argumento de que somente vendia a tecnologia, sem ter conhecimento sobre os usos que seu cliente faria dela, tentando se isentar da cooperação com aquele genocídio.

⁸ Let us therefore call any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users a régime of information. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information. A legitimate and pressing objective of information policy research is the perspicuous representation of régimes of information: how they originate and stabilize; how they determine social relations, and how specific forms of power are exercised in and through them. The description of an information policy therefore becomes the description of the genealogy of a régime of information.

⁹ “[...] the social relations mediated by information [...]”.

¹⁰ “[...] and how specific forms of dominance especially those of race, class, sex and gender are implicated in the exercise of power over information.”

Assim, não podemos falar em neutralidade das pesquisas e aplicações em ciência e tecnologia. Os estudos da informação devem partir da materialidade que engloba a distribuição de recursos tangíveis ou não e as lutas sociais decorrentes das desigualdades frutos da organização econômico-social. Os fenômenos deveriam ser analisados considerando a relação entre a estrutura material e cultural, descontinuidade e continuidade, global e local, virtual e real, otimismo e pessimismo, essência e existência, imanência e transcendência, etc. Partindo do pressuposto de que os fenômenos não têm causas e efeitos lineares, mas são contraditórios, abertos, dinâmicos e carregam neles determinados potenciais positivos e negativos, ao mesmo tempo, desenvolvidos ou suprimidos pela prática social humana (FUCHS, 2009).

Nesse sentido, Maria Nélide González de Gómez (2012), também a partir das teorias sobre poder desenvolvidas por Foucault, defende que o regime de informação não está localizado somente nas dimensões macro da sociedade.

O regime de informação remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonexação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 28)

No entendimento de González de Gómez (2012b), uma das funções dos regimes de informação é a

tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturações jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercadoológicas, que visam a sobredeterminar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 56).

Bezerra (2019) caracterizou o regime de informação contemporâneo a partir do modo como as grandes empresas da internet, como o Google, têm usado os dados dos usuários, construindo perfis destes, objetivando direcionar propagandas e outros conteúdos.

A inserção da mentalidade de customização individual da internet no design dos algoritmos que filtram a informação a ser exibida engendra a forma de mediação que se tornou característica do regime de informação contemporâneo. Tal filtragem algorítmica interfere diretamente no tipo de informação ao qual os usuários terão acesso na rede, criando ambientes aparentemente confortáveis que, na verdade, encapsulam os usuários em horizontes egóicos, autorreferenciados e desprovidos de diversidade, o que cria óbvios limites e obstáculos para a autonomia e a liberdade. As bolhas de filtros forjadas pelos algoritmos criam ilusórias zonas de conforto, mas também erguem barreiras invisíveis (BEZERRA, 2019, p. 48).

E esse processo é possível devido a um sistema de vigilância que monitora os usuários da internet em tempo integral. Esse processo de monitoramento atua sobre os usuários “economicamente interessantes, oferecendo-lhes oportunidades de compras e serviços”, excluindo aquelas pessoas que não possuem condições econômicas para acessar aos produtos (BEZERRA, 2019, p. 49). As relações nas redes estão se tornando cada vez mais mercantilizadas. Também são apropriadas por grupos de maneira a direcionar opiniões e práticas das pessoas.

O escândalo da empresa Cambridge Analytica (que levou o criador do Facebook a depor perante o congresso norte-americano) revela um novo e perverso uso do *big data*: a prática de *microtargeting*, no âmbito de disputas políticas, para o direcionamento de notícias falsas com o intuito de manipular eleitores e interferir no resultado de eleições. A denúncia de um ex-funcionário revelou a obtenção, pela empresa, dos dados digitais dos perfis de Facebook de dezenas de milhões de pessoas nos EUA, usados sem autorização no início de 2014 para construir um sistema de informação e avaliação individual de eleitores, mediante o cruzamento metodológico de ciência comportamental e psicométrica (que permite a elaboração de perfis psicológicos através de análise de curtidas no Facebook) a fim de personalizar a propaganda política a ser enviada para eleitores indecisos, o que teria contribuído (para alguns, de forma decisiva) para a vitória de Donald Trump nas últimas eleições. Além da campanha de Trump, a empresa atuou na saída da Inglaterra da União Europeia (Brexit) e em eleições na Nigéria, República Tcheca, Índia, Quênia e Argentina. A participação nas eleições brasileiras só não ocorreu por conta do escândalo que levou a empresa a encerrar suas atividades (e fechar o escritório que havia aberto em São Paulo), o que não quer dizer que semelhantes ações, orientadas por diferentes fins políticos, não estejam sendo empreendidas por outros agentes e através de outros canais de circulação de informação, como no citado caso brasileiro de compartilhamento de notícias falsas por meio de redes sociais criptografadas (BEZERRA, 2019, p. 49-50).

A atual configuração do regime de informação aprofunda as desigualdades das práticas informacionais. Além desses fatos apontados, há a limitação de produção e disseminação de informações em torno de fenômenos sociais marginalizados como a transexualidade, por exemplo.

Daí a necessidade dos estudos sobre práticas informacionais conceber a informação de maneira integrativa, como parte de uma totalidade que envolve os aspectos econômicos e culturais. A informação não é apenas um recurso econômico como um insumo ou a materialização num dispositivo tecnológico, nem apenas a expressão de ideias. Para produzir bens tangíveis ou não, as pessoas planejam, precisam de coordenação comunicativa de produção e processos de trabalho cooperativos. Para tomar decisões coletivas, são necessárias opiniões, interação política e definição de procedimentos. Para estabelecer normas coletivas são necessárias visões de mundo individuais, discurso moral e estabelecimento de identidades coletivas (FUCHS, 2009). Afinal, “não existe uma realidade em si mesma, apenas em relação histórica com os homens que a modificam” (GRAMSCI, 1980, p. 47).

Uma teoria crítica da informação questiona as condições em que recursos estruturais como propriedade, capacidade de tomada de decisão, capacidade de definição de valor são distribuídos, quem é excluído da participação e quem obtém benefícios em detrimento de outros.

Assim, quando os estudos sobre necessidades informacionais partem unicamente de uma perspectiva individualista/cognitivista desconsideram que “os indivíduos partiram sempre de si mesmos no interior de condições e relações históricas dadas, e não do indivíduo ‘puro’ nos sentidos dos ideólogos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 64). Ao evocar a comunidade, os autores estão criticando os ideólogos da filosofia alemã que consideram o indivíduo “puro”, como se ele não nascesse, crescesse e se formasse numa sociedade, sob determinadas condições num dado período histórico. Ao se considerar o indivíduo sob essa perspectiva, os filósofos idealistas acabam transformando as relações reais em ideias ou em produtos das ideias, de uma consciência somente.

Sob essas circunstâncias reais, concretas que se desenvolvem as concepções de homem e mulher, de maneiras de se vestir, de se comportar e as tarefas que lhes deveriam ser mais “adequadas” (BOURDIEU, 2002a). Essas concepções não surgiram de uma ideia, não são naturais e nem eternas. Fazem

parte de um conjunto de ideologias usadas para manter a ordem social em qualquer momento histórico, em qualquer organização social.

No entendimento de Gruppi ([1978], p. 67), “a consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela própria uma relação social. Portanto, não temos a alma entendida como essência autônoma, aristotelicamente, mas sim a consciência como resultado de um processo social”. Podemos também retomar Gramsci (1980), para quem

Não existe historicamente uma única maneira de agir e conceber para todas as pessoas. Conceber as pessoas como um processo com relações ativas, no qual a individualidade tem máxima importância, mas não é único elemento a ser considerado. Cada individualidade reflete a humanidade e se compõe pelo indivíduo; os outros indivíduos; a natureza. As relações podem ser necessárias ou voluntárias. O indivíduo não é somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resumo de todo o passado (GRAMSCI, 1980, p. 40).

As visões de mundo são construídas pela história dos padrões de socialização de um indivíduo que acumulou e produziu certas visões morais emergentes. A moral não é estática, tem potencial para se desenvolver com base em novos padrões de socialização, mas também não é totalmente dinâmica. Existe uma certa continuidade da moral desde que não seja abalada por experiências que transformam fundamentalmente a vida. Nossas visões de mundo são construídas por nossas posições nas relações de classe, relações de poder e identidades coletivas que estão sujeitas à continuidade ou descontinuidade. A crítica ideológica da informação significa descobrir as visões de mundo subjacentes à noção de informação.

As informações que influenciam a nossa forma de ver o mundo são gestadas em comunidade sob um modelamento social garantido pelas instituições: a família, a escola, os meios de comunicação, os sistemas médico e jurídico, a religião. Trata-se de mecanismos de validação de informações sobre nossos corpos e comportamentos, conforme as relações construídas num dado período histórico. No entanto, os sujeitos não estão passivos. Eles reproduzem concepções e modos de vidas, mas também os questionam e os transformam. A informação é um construto social provido de valor ideológico, podendo ser apropriado de maneira paradoxal, reproduzindo a hegemonia ou questionando a ordem social.

Em cada época, os grupos sociais desenvolvem suas ideias, explicações para os fenômenos sociais. Geralmente, grupos e classes sociais dominantes possuem o controle de meios de produção e reprodução de conteúdos carregados de explicações (ou ideologias) que parecem naturais, eternas e imutáveis, como verdades que estão ligadas às concepções da realidade elaboradas pelos grupos hegemônicos (MARX, ENGELS, 2007). Geralmente, instituições como as igrejas; os serviços de educação; a moral e o direito materializados nas leis; a filosofia e a ciência estão dominadas por determinados grupos que reproduzem visões de mundo, visando à manutenção de seus *status quo* (LÖWY, 1985).

Assim, grupos dominantes elaboram justificativas para naturalizar relações como se fossem eternas e imutáveis como o racismo que é a ideia da existência uma etnia inferior; a naturalização da exploração diluída na ideia da meritocracia segundo a qual o empresário concentra riquezas devido ao seu esforço individual e não da extração de mais-valia do trabalho de seus empregados ou da diferença entre os sexos estabelecida a partir da anatomia dos corpos. E essas justificativas são internalizadas e reproduzidas pelo conjunto da sociedade. “É preciso convencer-se de que não só é objetivo e necessário um certo instrumento mas também um certo modo de comportar-se” (GRAMSCI, 2007, v. 4, p. 52). Por outro lado, os grupos subalternizados também podem desenvolver suas ideologias, explicações para fenômenos.

Assim se forma e se consolida um bloco histórico, numa determinada época. Forças materiais e ideológicas se entrelaçam para conferirem certa estabilidade para aquela organização produtivo-social. Ali é construído um senso comum, correspondente às condições reais das vidas das pessoas que internalizam **representações sociais**. Essas são combinações da representação de mundo dos grupos dominantes com a dos grupos subalternizados numa relação de subordinação e conflito permanentes (GRAMSCI, 2007).

Pierre Bourdieu (1983) também desenvolveu um método de análise que superasse a dicotomia entre um paradigma subjetivista ou fenomenológico e abordagens de natureza estruturalista, objetivista que tendem a considerar a ação humana como mero reflexo da estrutura econômico-social.

O conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e

as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende as práticas de fora, enquanto fato acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento de sua efetivação (BOURDIEU, 1983, p. 46-47).

O autor desenvolveu o conceito de *habitus* que é o produto das relações sociais que engendra a formação do indivíduo, conformando e orientando sua ação, num determinado contexto. Um sistema de categorias, percepções, conceitos, pensamentos, ações e apreciações que levam duas pessoas a agirem de maneiras diferentes numa mesma situação. Constitui-se em classificações que o indivíduo internaliza durante sua história de vida por meio da família (*habitus primário*), dos ambientes que frequenta e da sua formação escolar (*habitus secundário*). Tais classificações mantêm o sistema de dominação em dois sentidos: por meio do discurso ideológico e da “categoria lógica que ordena a própria representação social” (ORTIZ, 1983, p. 16).

Assim, o agente realiza suas ações ou faz suas escolhas a partir da dialética entre a situação vivida e o seu *habitus*, o conjunto de ideias, gostos, maneiras de perceber o mundo. Esses sistemas são assimilados ao longo da vida por meio do acesso ao capital material (acesso a bens materiais), capital social (rede de contatos com pessoas mais influentes, com mais acesso aos capitais simbólicos ou não) e capital cultural (capacitação, recursos intelectivos adquiridos por meio da educação formal ou da vivência).

Bourdieu insiste que as ciências sociais podem ir além da simples descrição fenomenológica do universo subjetivo em busca de suas condições objetivas de possibilidade. Na perspectiva dele, seria possível e necessário investigar as relações entre o plano subjetivo e objetivo, entre as escolhas, as percepções, as apreciações e a localização sincrônica e diacrônica dos indivíduos no espaço social. Essa afirmação do caráter socialmente situado das subjetividades implica ainda uma rejeição frontal de qualquer concepção universalista sobre os indivíduos e suas propriedades, como as que estão subentendidas na hipótese de um ator racional, orientado por preferências universalmente dadas (NOGUEIRA, 2017, p. 27).

Os capitais podem abranger conjuntos de bens materiais, culturais ou simbólicos que são distribuídos de maneira desigual entre grupos sociais. Os dominadores possuem um máximo de capital – cultural, social, político, profissional,

econômico, linguístico, simbólico e, podemos incluir o informacional. Os dominados detêm o mínimo desse capital. A esse acesso desigual que perpetua a relação de dominação, Bourdieu chamou de **violência simbólica** (ORTIZ, 1983).

Buscando compreender por que as pessoas se submetem a uma ordem de dominação, Bourdieu desenvolveu o conceito de violência simbólica. Na sua obra “A dominação masculina” (BOURDIEU, 2002a), que abordaremos no segundo capítulo, ele considera ter desenvolvido a melhor explicação sobre a violência simbólica. Trata-se da incorporação de explicações e termos que naturalizem privilégios e tratamentos de exceção. Assim, as pessoas não são subjugadas somente pela força física, mas, também, pela incorporação de ideias, gostos, disposições que compõem a formação do nosso *habitus*.

Em sua forma inicial, a ‘violência simbólica’ é uma violência oculta, que opera prioritariamente na e pela linguagem e, mais geralmente, na e pela representação, pressupondo o irreconhecimento da violência que a engendrou e o reconhecimento dos princípios em nome dos quais é exercida. Ela impõe uma tripla arbitrariedade (a do poder imposto, a da cultura inculcada e a do modo de imposição), violência disfarçada, ela se exerce não só pela linguagem, mas também pelos gestos e pelas coisas; auxiliar das relações de força, ela adiciona a própria força a essas relações. Desse ponto de vista, o reconhecimento atribuído pelos dominados aos dominantes é duplo: reconhecimento da pertinência das justificativas ‘religiosas’, ‘naturais’, ‘eruditas’ etc., a respeito dessa dominação; e reconhecimento suscitado pelas ‘vantagens’ ou pelos ‘benefícios secundários’ que elas lhes concede. (MAUGER, 2017, p. 360).

Numa tentativa de conciliação das perspectivas objetiva e subjetiva de análise das relações humanas, Bourdieu (1983, 2002a) buscou compreender as relações de disputa entre dominadores e dominados numa perspectiva material e simbólica, das marcas que essas disputas deixam na subjetividade das pessoas, conformando as ações delas frente às situações do cotidiano. Em sua compreensão sobre a sociedade, o antagonismo entre as classes ou grupos sociais e as disputas entre os indivíduos determinam a distribuição de recursos para o confronto num determinado campo social.

Bourdieu se aproxima mais da concepção de Durkheim “segundo a qual a interiorização das ‘formas primitivas de classificação’ (inculcadas pelo sistema de ensino) é o fundamento do ‘conformismo lógico’ e do ‘conformismo moral’ na origem da experiência do mundo enquanto ‘mundo de senso comum’” (MAUGER, 2017, p. 361). “A dominação simbólica é marcada a ferro e fogo sobre a psique individual,

ao passo que a hegemonia é o efeito das relações sociais nas quais os indivíduos estão inseridos” (BURAWOY, 2010, p. 93).

Para Bourdieu, as pessoas seguem a lógica da prática, sem reflexão, a partir das disposições criadas ao longo da vida. Além disso, “a submissão à dominação não é uma questão de consciência, mas uma questão de crença, *habitus* – aquelas disposições e apreciações profundamente inculcadas e inacessíveis à consciência” (BURAWOY, 2010, p. 65). As disputas acontecem em distintos campos sociais como o campo científico ou o campo da arte. Cada campo é estruturado em torno de regras, onde as pessoas estão em disputa com seus capitais. Os campos são

[...] arenas de atividade humana que são definidas por metas, regras e capitais específicos, dando suporte a diferentes territórios de competição e luta social. O campo do poder (análogo à sociedade civil gramsciana) abriga todos os campos. O campo político (Estado) é o lugar das lutas em torno das regras e limites entre os campos (BURAWOY, 2010, p. 67).

Bourdieu (1983) estava preocupado em compreender como os indivíduos incorporam a estrutura social e como o poder e a ordem social são mantidos por gerações. Para ele, mudanças sociais dependeriam de fissuras entre a estrutura social e o *habitus*, pois as diferenças entre classes sociais é ofuscada pelas categorias de distinção, por meio de um universo simbólico que é apreendido pelas pessoas, que mistificam a realidade social, sendo muito difícil para elas refletirem sobre essas estruturas que são incorporadas, somatizadas. Nesse processo, há a produção de um arcabouço de informações que são internalizadas, constituindo um acervo acionado pelo indivíduo durante a realização de suas práticas.

O desafio desta pesquisa é compreender, nas práticas informacionais, as tensões entre estrutura e indivíduos. Antes de entrarmos nesse debate, resgataremos as apropriações sobre o conceito de práticas informacionais.

1.2 As práticas informacionais: breve histórico de um conceito

A visão dicotômica objetivista X subjetivista pode também ser observada nos estudos da relação humana com a informação, mesmo que de uma maneira diferente do conhecimento produzido pelas CS. Os estudos quantitativos, caracterizados como tradicionais, realizavam levantamentos de uso das unidades

de informação, de sistemas de informação e das necessidades de seus usuários, que se mostraram insuficientes e abriram caminho para pesquisas com foco no comportamento informacional, na cognição dos usuários dos sistemas.

As pesquisas sobre *Information behavior* ou comportamento informacional das pessoas com fontes e canais de informação, por meio de procuras ativas ou de recebimento passivo de informações e o uso da informação, são voltadas para o aprimoramento de um sistema de informação. Geralmente, partem de um paradigma instrumental, desconsiderando os aspectos sociais e históricos da relação do indivíduo com a informação. Como apontou Savolainen (2007), o conceito comportamento informacional acabou sendo naturalizado, considerado autoevidente, como se houvesse consenso na área em torno da sua definição e características.

Case (2002) realizou uma revisão dos estudos estadunidenses e europeus sobre comportamento informacional, apontando as metodologias e os modelos teóricos. Como conclusão, o autor apontou vários elementos a serem levados em consideração nos estudos sobre a relação indivíduo-informação. Para o autor, às vezes, o fornecimento de pacotes generalizados de informação não ajuda: as pessoas não sentem necessidades básicas de informações como sentem de comer, se abrigar ou se vestir. Frequentemente, elas precisam de informações personalizadas que, dificilmente, serão disponibilizadas por um sistema sem flexibilidade. Além disso, às vezes, sistemas de informação formais não atenderão às demandas imprevisíveis de informação de maneira satisfatória.

O autor (CASE, 2012) aponta que a busca por informação é um processo dinâmico: uma questão pode ser satisfeita rapidamente, mas a natureza da pergunta pode se modificar durante vários momentos da pesquisa ou a resolução de um problema pode gerar uma nova questão. **Mas, a dificuldade de se estudar um cenário tão instável leva a uma tendência a se considerar um episódio de busca de informações como algo bastante simples, linear e completo.** O *script* usual assume que surge uma necessidade, uma pessoa realiza uma pesquisa de uma única fonte em um canal específico e encontra uma resposta. Não é direto, nem tipicamente completo; é mais como uma série de interrupções, pontuadas por outras interrupções. De acordo com essa percepção, modelos mais recentes de busca de informações enfatizaram a natureza dinâmica e interativa das necessidades e pesquisas.

A busca de informações nem sempre é sobre um problema ou uma situação problemática. Há necessidade de criatividade do pesquisador para entender o processo de busca de informações frente ao fato de que as pesquisas não conseguem explicar, por exemplo, por que as pessoas agem da mesma maneira ao buscar informações.

Podemos afirmar que a ênfase no indivíduo, muitas vezes considerado como um ser com lacunas a serem preenchidas com informações, se mostrou insuficiente para se compreender os fenômenos em torno da necessidade, busca, uso e compartilhamento de informações. Um pensamento simplista que desconsiderava a complexidade da mente humana e as relações sociais que nos formam. Assim, alguns pesquisadores procuraram ampliar as concepções teórico-metodológicas.

Araújo (2017) fez uma revisão de literatura, apontando estudos que buscavam na interlocução com as CS, bases teórico-metodológicas para ampliar o campo de visão sobre as práticas informacionais, cujo estudo passou a se constituir

[...] num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (ARAÚJO, 2017, p. 220-221).

Para exemplificar, Araújo (2017) apontou os estudos de Savolainen (1995, 1997), Chatman (1999), Lloyd (2010) e Harlan (2012). Esses pesquisadores romperam com o paradigma behaviorista que considera o comportamento informacional a partir de um estímulo (a necessidade de informação) que faz o indivíduo traçar estratégias de busca de informações até a resolução de um problema.

Pilerot, Hammarfelt e Moring (2017) realizaram uma revisão de estudos de informação orientados para a prática, publicados em língua inglesa, e chegaram à conclusão de que há uma vertente multifacetada de estudos de práticas informacionais, com concepções teórico-metodológicas trazidas das CS. Eles apontam a importância dessa variedade de concepções, indicando que não existe

a tentativa de se constituir modelo único para análise das práticas informacionais. Cada contexto exigirá do pesquisador uma concepção teórico-metodológica que deve ser bem fundamentada e delineada.

No início da década de 1990, surgiram propostas que consideravam o contexto e as relações sociais, de maneira limitada. Nesse bojo, está Savolainen (1995) que criou o conceito *Everyday Life Information Seeking (ELIS)* a partir dos conceitos de *habitus* e capital cultural de Bourdieu no processo de busca e uso das informações no cotidiano.

Amplamente definido, o conceito de ELIS refere-se à aquisição de vários elementos informativos (cognitivos e expressivos) que as pessoas empregam para se orientar na vida cotidiana ou para resolver problemas não diretamente relacionados ao desempenho associado a várias áreas da vida cotidiana como, por exemplo, consumo e cuidados de saúde (SAVOLAINEN, 1995, p. 266-267, tradução nossa)¹¹.

Savolainen (1995) realizou um estudo empírico comparando a busca de informações no cotidiano de professores e operários finlandeses, utilizando entrevistas para levantamento de dados. Ele desenvolveu dois conceitos que nortearam suas análises: *way of life* e *mastery of life*, que se influenciam mutuamente. O *way of life* ou modo de vida seria os fatores sociais e culturais que conformam a disposição das pessoas para tomarem decisões diante de problemas em seu cotidiano. O *mastery of life* ou domínio da vida é a predisposição cognitivo-psicológica para a resolução de problemas que exigem a procura de informações. O autor observou a existência de quatro perfis: 1) optimistic-cognitive – aquele que possui confiança de que os problemas serão resolvidos; 2) pessimistic-cognitive – há questões difíceis de serem resolvidas a partir do otimismo, mesmo que haja busca sistemática por informações; 3) defensive-affective – há otimismo na resolução do problema, mas as pessoas procuram se cercar de mecanismos que evitem possíveis falhas; 4) pessimistic-affective – há uma visão pessimista sobre os problemas e também uma tendência à acomodação, evitando esforços em busca de uma mudança.

¹¹ Broadly defined, the concept of ELIS refers to the acquisition of various informational (both cognitive and expressive) elements which people employ to orient themselves in daily life or to solve problems not directly connected with the performance associated with various areas of everyday life, for example, consumption and health care

A busca pela resolução de problemas pode acontecer em três etapas, observadas por Savolainen: iniciando com a avaliação do indivíduo da importância do problema e, a partir disso, a seleção de fontes e canais de informação e a busca de informações práticas (SAVOLAINEN, 1995, 2007; ROCHA, SIRIHAL DUARTE, PAULA, 2017). Assim, Savolainen buscou aliar a conformação sócio-cultural e os aspectos psicológicos dos indivíduos para analisar a relação deles com a percepção de problemas da vida cotidiana que os levassem a procurar informações. Como resultado, o autor apontou que há diferenças substanciais no modo de vida entre professores e operários, porém dentro de cada grupo social também há diferenças entre as percepções individuais.

Nesse contexto, Chatman (1999), ao observar as ações de mulheres em situação de privação de liberdade, elaborou sua *theory of life in the round* a partir de conceitos de Berger e Luckman que desenvolveram a ideia de como os grupos sociais criam sentidos sobre o que os rodeia, orientando suas ações. Ambientes fechados e altamente controlados como o presídio exigem dos indivíduos condutas específicas já esperadas por todos. Chatman (1999) relacionou essas condutas com as ações de busca de informações que garantiriam a sobrevivência dos indivíduos. A pesquisadora se voltou para um estabelecimento prisional feminino acreditando que poderia recolher dados para ampliar sua teoria sobre pobreza da informação, que ela começou a elaborar a partir do estudo de um grupo de mulheres idosas.

Contudo, ela se deparou com um mundo de informações criadas e disseminadas de maneiras próprias, cuja organização não se parametriza com as relações fora dos muros da prisão. Uma das funções do uso das informações é a adequação das apenas às normas da instituição penal e dos grupos formados dentro da prisão. A convivência num “pequeno mundo” vigiado e com pouca privacidade obriga as pessoas a assimilarem informações com pouco conteúdo, que dizem respeito a atitudes corriqueiras e cotidianas como se portar numa fila no refeitório ou nas celas na hora de dormir, informações que só fazem sentido na vivência da situação de privação de liberdade. Chatman (1999, p. 211) define *life in the round* como uma vida com enorme grau de imprecisão, mas com resiliência em relação à inexatidão das informações do mundo fora da prisão. É uma vida cuja maioria dos fenômenos é aceita como certa e previsível.

Um mundo pequeno é uma sociedade na qual opiniões e preocupações mútuas são refletidas por seus membros, um mundo no qual a linguagem e os costumes vinculam seus participantes a uma visão de mundo. Recursos (intelectuais e materiais) são conhecidos e facilmente acessíveis. É um mundo em que existe uma cautela coletiva sobre quem é importante e quem não é; quais ideias são relevantes e quais são triviais; em quem confiar e em quem evitar. Na sua forma mais verdadeira, um mundo pequeno é uma comunidade de indivíduos afins que compartilham a realidade social. As normas sociais são os padrões habituais que ocorrem em um mundo pequeno. O objetivo deles é dar a este mundo um senso de equilíbrio. São códigos de comportamento que incluem maneiras de avaliar a normalidade. As normas sociais fornecem um senso coletivo de direção e ordem (CHATMAN, 1999, p. 213)¹².

A autora usa o conceito *social types* para caracterizar as apenadas conforme são vistas dentro do sistema, desempenhando o papel social esperado pelas pessoas naquele contexto. Aquelas mulheres que possuem uma respeitabilidade dentro do sistema, que conhecem as regras do grupo e atuam para a sua manutenção, são conhecidas como *insiders*, aquelas que estão dentro, são temidas e se tornam exemplos para as mulheres que estão chegando ao sistema.

A partir dessas considerações, Chatman (1999) elaborou proposições para a sua teoria que se resumem a: o mundo limitado e circunscrito da prisão possui normas de comportamento que devem ser seguidas para que a pessoa seja considerada uma *insider* e os comportamentos privados estão continuamente sob escrutínio público. Tais normas são conformadas por uma visão de mundo que determina uma linguagem, um conjunto de valores e símbolos criados naquele e para aquele contexto. Essa visão de mundo se confunde com a própria vida, é naturalizada e gera informações que parecem ser imutáveis, o que leva as mulheres a se conformarem e não buscarem novas informações. Tal estabilidade pode ser rompida somente se houver a percepção da necessidade de uma informação para um momento crítico, que atenda à expectativa do coletivo a partir de uma sensação que a vida circunscrita, limitada não esteja mais funcionando como esperado.

¹² A small world is a society in which mutual opinions and concerns are reflected by its members, a world in which language and customs bind its participants to a world view. Resources (both intellectual and material) are known and easily accessible. It is a world in which there is a collective awareness about who is important and who is not; which ideas are relevant and which are trivial; whom to trust and whom to avoid. In its truest form, a small world is a community of like-minded individuals who share ownership of social reality. Social norms are the customary patterns that take place within a small world. Their purpose is to give this world a sense of balance. They are codes of behavior that include ways to gauge normalcy. Social norms provide a collective sense of direction and order.

Ainda segundo a autora, as informações de fora da prisão podem causar ansiedade, depressão ou sentimento de abandono nas apenadas. Muitas preferem não saber dos problemas da família, dos filhos porque o conhecimento desses problemas acaba trazendo outros problemas físicos e emocionais para elas. Preferem se manter nos padrões diários da vida na prisão porque não podem agir sobre os fatos além dos muros da prisão.

Pamela Mckenzie (2003) considerou pesquisar sobre as ações de busca da informação em qualquer contexto, em ações cotidianas que possibilitam, inclusive, que as pessoas acessem fontes de informação fortuitamente, sem estarem procurando por elas (o que autora chamou de *serendipity*). A autora elaborou um modelo bidimensional de práticas informacionais ao estudar as maneiras como um grupo de mulheres grávidas de gêmeos lidava com as fontes de informação e com a própria informação durante a gravidez, a partir de seus relatos.

Identificaram-se quatro maneiras de busca que podem se realizar em duas etapas: fazendo conexão com a fonte identificada e/ou interagindo com essa fonte. Assim, foram descritas as seguintes práticas informacionais: fazendo conexões por meio da busca ativa de informações como, por exemplo, ligar para o médico para sanar alguma dúvida com relação à gestação. Fazendo conexões através da varredura ativa como, por exemplo, folhear um livro sobre gravidez numa biblioteca ou livraria sabendo identificar uma informação com relação à gravidez de gêmeos. Fazendo conexões por meio de monitoramento não direcionado, que seriam atividades regulares como ler um jornal ou assistir um noticiário diariamente. Fazendo conexões por procuração, quando um amigo ou familiar da mulher grávida resolve comprar um livro que encontrou casualmente e que trata do assunto ou quando ficam atentos a qualquer informação sobre gravidez de gêmeos para repassarem para a gestante. As características específicas das pessoas em determinados contextos também podem interferir nas práticas informacionais. Por exemplo, a barriga visível da gestante pode chamar atenção de outras pessoas cujas falas podem induzir a mulher a buscar informações.

Observamos o rompimento com os estudos focados em sistemas de informação e comportamentos individuais, direcionados à resolução de um problema específico ou o preenchimento de vazios cognitivos com informações, como se fosse um processo linear e mecânico. Como se fosse possível momentos de vazios cognitivos. Um avanço para o subcampo Usuários da Informação, que

também traz contradições. Refletir sobre essas contradições pode nos ajudar a fortalecer o conceito de práticas informacionais.

Savolainen (1995) esboçou um modelo de busca de informação a partir da teoria da prática, a conformação das ações dos sujeitos numa perspectiva histórica, social e cultural. Porém, ele desconsiderou a maneira como acontece a formação e distribuição dos capitais, no entendimento bourdiesiano, a definição de campos e a violência simbólica. Ao analisar dois grupos de trabalhadores (professores e operários), considera cada grupo como uma classe social distinta, se distanciando da concepção de classe trabalhadora como aquela que não possui meios de produção – que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver (e aqui incluem desde trabalhadores que usam mais a sua força física até aqueles que possuem maior escolarização e melhor nível de vida, o que denota uma estratificação dentro de uma mesma classe social) – e classe burguesa que dispõe dos meios de produção e de uma influência maior no conjunto da sociedade, centralizando assim mais recursos materiais e simbólicos em relação aos membros da classe que vive do trabalho. Ao não se definir bem o que se entende como classe social, se perde de vista os conflitos e disputas e suas consequências para a produção e distribuição de informações.

Chatman (1999) apontou como o contexto, a imposição de uma maneira de viver a partir da sentença da privação de liberdade influencia na concepção de informação. Que tipo de informações são consideradas importantes, como são criadas e para que são usadas, demonstrando a diferença em relação às informações produzidas, acessadas e disseminadas fora da prisão. A partir de suas considerações, podemos inferir que a tentativa de se estabelecer modelos de comportamento informacional, na busca de universalização de condutas para avaliarmos um serviço ou um sistema de informação, acaba não correspondendo à realidade das relações entre pessoas e fenômenos informacionais. Mas, aqui também as relações desiguais do sistema capitalista, as questões de classe e de etnia, algumas das causas do aumento da população carcerária, também não são mencionadas.

Já em McKenzie (2003), percebemos a busca por uma abordagem ampla, considerando diversos contextos e fontes de informação, incluindo ações da vida cotidiana e influências de vários sujeitos em diversas situações. Uma visão que rompe com a ideia de que a interação das pessoas com a informação deva ser

estudada somente num contexto de serviço de informação ou de interação com um sistema ou a transferência de informações de pessoas *experts* em determinado assunto. Uma abordagem bem mais próxima da realidade das pessoas. Mas, a concepção metodológica ainda se restringe à elaboração de um modelo, uma forma de enquadrar a realidade, que é dinâmica e instável, a uma idealização feita pela pesquisadora.

Para Cox (2012), há dois elementos que dificultam a adoção da perspectiva de práticas nos estudos sobre comportamento informacional: a tendência de se usar uma abordagem quantitativa, buscando mensurar o comportamento por meio da frequência do uso de fontes de informação ou sistemas de informação. E a perspectiva racional e individualista de que as pessoas buscam informações para satisfazer uma necessidade cognitiva pré-determinada. A abordagem de práticas pressupõe que os significados dos objetos só podem ser entendidos em relação a outros objetos, num contexto amplo e, portanto, impossíveis de serem medidos diretamente.

Assim, “todas as práticas sociais envolvem o uso, a criação e a busca de informações, mas isso não as torna práticas de informação, porque apenas algumas práticas são especificamente orientadas à informação” (COX, 2012, p. 185, tradução nossa). O autor encerra o artigo defendendo a utilidade de pensarmos os fenômenos informacionais nas práticas sociais e não somente nas práticas informacionais. A informação está presente em todas as atividades humanas, mas raramente é o centro de atenção das pessoas. **Assim, o desafio do pesquisador seria observar as práticas informacionais nas práticas sociais.**

Araújo (2017) num artigo cujo título questiona “O que são práticas informacionais?” inicia retomando a abordagem sociológica de Pierre Bourdieu que considera que as pessoas vivem sob um “sistema de relações objetivas” que se interioriza na formação dos indivíduos que acabam agindo ou tendo disposições para agir de acordo com as definições desse sistema, conforme já apontamos.

É nesse sentido que estudar as práticas informacionais constitui-se **num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas** (os significados socialmente partilhados do que é informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e **também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação** (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra

e vice-versa (ARAÚJO, 2017, p. 220-221, grifo nosso).

O autor (ARAÚJO, 2017) esclarece que o conceito de práticas informacionais se refere a uma abordagem teórico-metodológica que busca superar a dicotomia entre o subjetivismo e o objetivismo presente nas Ciências Sociais (CS) e na CI. O objetivo é abarcar sujeitos e relações complexas que não são abordadas pelos estudos de uso e de comportamento informacional, mas não substituir essa abordagem, uma vez que ainda é necessária para determinados tipos de estudos.

Nunes e Carneiro (2018) também retomaram o conceito de práticas informacionais, apoiando-se em Savolainen (1995, 2007) e explicitando a contribuição do uso da abordagem bourdieusiana para a superação das lacunas tanto dos estudos tradicionais quanto dos estudos cognitivistas. Para os autores, as práticas informacionais dos sujeitos acontecem numa perspectiva ampla, sendo determinadas pelas estruturas sociais, ao mesmo tempo pelas motivações, visões de mundo e gostos pessoais. Assim, as pesquisas deveriam considerar o contexto social, o cotidiano, as contradições existentes nas práticas informacionais dos sujeitos.

Sirihal Duarte (2017) abordou, em seu trabalho apresentado ao Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o uso do conceito de práticas informacionais em pesquisas de EU e sua abordagem no ensino na pós-graduação. A autora fez levantamento de investigações que foram orientadas por docentes do grupo de pesquisa EPIC da UFMG, cujo objetivo é olhar para as “interações do sujeito com o contexto numa perspectiva dialógica, em que tanto o contexto interfere nas práticas do sujeito quanto este altera o próprio contexto em que se insere” (SIRIHAL DUARTE, 2017, p.70).

Estudos em profundidade, realizados com metodologias qualitativas, muitas vezes com uso do aporte etnográfico. É também nesse grupo que se tem tentado ampliar e fortalecer o conceito de práticas informacionais. Apesar dos trabalhos usarem o conceito de práticas informacionais ou da abordagem social dos estudos de usuários, há consideráveis diferenças na abordagem teórico-metodológica. Entretanto, todos partem do princípio da pesquisa qualitativa, da consideração do sujeito e sua relação com o contexto local ou com uma perspectiva histórico-social mais ampla.

1.3 O campo de gênero como uma das arenas de práticas informacionais

O poder assume diferentes formas e contextos nos quais indivíduos e grupos oprimidos mantêm relações contraditórias entre si. Neste tópico, abordaremos a perspectiva micro centrada do poder, delineando o conceito de campo de gênero, arena de disputas, onde as práticas informacionais ora reproduzirão o *habitus* de gênero, ora questionarão e transformarão normas e padrões, com a produção de novos conhecimentos sobre as relações de gênero.

O objeto desta tese são as práticas informacionais de pessoas trans. Analisar esse fenômeno implica na compreensão da construção histórica das justificativas hegemônicas do sistema sexo/gênero, que pressupõe o homem como oposto à mulher, naturaliza comportamentos distintos e limitados ao desenho de seus corpos, paradigma que levou ao desenvolvimento, em meados do século XX, daquilo que Berenice Bento (2006) chamou de dispositivo de transexualidade.

Entre os principais debates teórico-metodológicos das CS, conforme apontamos, está a dualidade "estrutura/agência". "Agência" é a capacidade de ação independente e livre dos indivíduos. A "estrutura" é o conjunto dos arranjos padronizados e recorrentes que podem influenciar ou limitar as escolhas e oportunidades dos indivíduos. Bourdieu (1983, 2002b) procurou resolver essa dicotomia ao analisar a dialética entre agência e estrutura social a partir da articulação entre os conceitos *habitus*, capital (econômico, cultural e simbólico) e campo.

O campo é o espaço semiautônomo onde os agentes se posicionam e agem como se estivessem num jogo onde as regras são historicamente construídas e assimiladas pelas pessoas ao longo do seu processo de socialização.

Um campo é um 'sistema' ou um 'espaço' estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionadas às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, encontra-se a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de forças existente: as primeiras são mais frequentemente as estratégias dos dominantes, enquanto as segundas correspondem às dos dominados (e, entre eles, mais particularmente, dos 'recém-chegados' no campo). Essa oposição pode assumir a forma de um conflito entre 'velhos' e 'novo', 'ortodoxos' e 'heterodoxos', 'conservadores' e 'revolucionários', etc (LAHIRE, 2017, p. 65).

A posição de cada indivíduo é o resultado da interação entre o *habitus* e o lugar ocupado por ele no campo. O *habitus* é uma “estrutura estruturada” proveniente das experiências específicas de classe ou extrato social, vividas na socialização, principalmente durante a primeira infância, na família e nos vários grupos sociais (BOURDIEU, 1983). Uma expressão chave usada por Bourdieu (1977, 1983) é “disposição” que propõe a ideia de estrutura e propensão ou inclinação a agir de determinada maneira.

[...] a palavra disposição parece particularmente apropriada para expressar o que envolve o conceito de *habitus* (definido como um sistema de disposições). Primeiramente, ele expressa o resultado de uma ação organizadora, com um sentido próximo ao de palavras como estrutura; também designa uma maneira de ser, um estado habitual (do corpo, especialmente) e, em particular, uma predisposição, tendência, propensão, ou inclinação" (BOURDIEU, 1977, p. 214).

Ao longo do seu trabalho, Bourdieu delimitou e estudou os seguintes campos: intelectual, jurídico, literário, político, religioso, artístico, científico, cultural, da alta costura, do poder, econômico, esportivo e filosófico. Embora tenha analisado relações de gênero, demonstrando o movimento de naturalização de criações da cultura, dos gêneros como *habitus* sexuais (BOURDIEU, 2002a), Bourdieu não cunhou o termo campo de gênero.

A definição de gênero como campo social foi retirada de Bento (2006). Nesse campo, se situam os indivíduos que representam as instituições (família, escola, medicina, Igreja, o sistema jurídico) com suas justificativas, ideologias que naturalizam comportamentos ideias a partir das constituições anatômicas dos corpos. E numa posição de heterodoxia, estão aqueles cujas práticas questionam as posições hegemônicas, como os LGBTs.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os ‘gêneros’ como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa (BOURDIEU, 2002a, p. 3-4).

Esse movimento apontado por Bourdieu (2002a) resultou no desenvolvimento de uma ideologia hegemônica que justifica e naturaliza as

diferenças que a sociedade atribui a um comportamento ideal masculino ou feminino, o sexismo. As pessoas que não se enquadram nos padrões impostos, seja pelo uso de roupas, pela maneira de andar, de falar ou pelo exercício da afetividade não heterossexual, estão à mercê a todo tipo de violência, discriminação e estigmatização.

A origem da justificativa social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher encontra-se na naturalização da diferença entre os dois sexos: a ordem (chamada “natural”) dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés de sua subordinação psicológica e cultural. **O sexismo define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica.** A dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária (BORRILLO, 2010, p. 30, grifos nossos).

Esse campo social é parte da realidade que tomamos por verdade, que é construída por um processo socialmente determinado e de maneira permanente. A sociedade é uma realidade objetiva e subjetiva, na qual nascemos com a predisposição para interiorizarmos seus elementos, nos construindo como parte dela. Quando interiorizamos a realidade que está ao nosso redor, criamos ideias sobre a própria realidade, a sociedade e a identidade. Assim, compreendo meus semelhantes, assumindo o mundo em que vivo e atuando sobre ele (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Berger e Luckmann (2004) dividiram esse processo em socialização primária e socialização secundária. A socialização primária ocorre no seio da família, que é uma instituição social, com uma organização específica. Quando nascemos, estamos imersos em relações que não pudemos escolher, no mundo da nossa família. A partir daí, passamos a ordenar internamente o mundo exterior por meio da linguagem oral, construindo o meu “eu”. A realidade objetiva que conhecemos nos é apresentada conforme nossa localização na estrutura social objetiva e as idiosincrasias de cada significativo que nos é repassado pelos nossos familiares. Trata-se de um processo cognitivo, porque aprendemos a nomear tudo que nos rodeia e a fazer relações, e emocional, porque interiorizamos emoções relativas às experiências que nos são demonstradas como boas, alegres ou ruins e

tristes, etc. Esse mundo acaba nos parecendo como o único possível, sólido e sem dúvidas.

É por meio desse processo que internalizamos a “informação acumulada” por gerações sobre hábitos culturais (BOURDIEU; PASSERON, 2008). A inteligibilidade dos corpos se constrói na somatização das noções binárias de masculino e feminino, conforme se dá em nossa sociedade (BOURDIEU, 2002). “A partir das reiterações contínuas, realizadas mediante interpretações em atos das normas de gênero, os corpos adquirem sua aparência de gênero, assumindo-o em uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados no tempo” (BENTO, 2006, p. 87). É o que Judith Butler (2003) chama de performance de gênero .

Para Vigotski (2007), o sujeito produz sentido e significado na sua relação com o mundo. Ele não recebe passivamente informações, mas constrói novos conhecimentos a partir da relação entre as suas experiências consolidadas e uma nova situação, resignificando e edificando novos sentidos. Ao relacionarmos essa concepção processual do sujeito com a teoria bourdieusiana, podemos apontar a limitação estabelecida pelo *habitus* nesse processo.

Nos processos de socialização, há uma disputa “em torno do controle da determinação dos conteúdos informacionais que serão disseminados” (ALVES; BRASILEIRO, 2017, p. 169). A informação é, assim, um fenômeno social indissociável dos contextos, normas, situações e ações das pessoas. É por meio de aparatos informacionais que nos formamos como membros de uma comunidade que partilham códigos de convivência, maneiras de entender o mundo. O que inclui a nossa formação dentro do sistema de sexo/gênero.

Berger e Luckman (2004) apontaram a escola como responsável por apresentar diferentes visões de mundo (geralmente embasadas por pesquisas científicas) que se chocam com a realidade interiorizada durante a socialização primária da criança. No entanto, a escola é uma instituição social que também reproduzirá um sistema de disposições para a nossa conformação com as tradições da sociedade, que se iniciará na família, com a apresentação de informações produzidas por diversos campos do saber (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

A escola é, atualmente, uma instituição reprodutora das normas baseadas no binarismo de gênero e na heteronormatividade. Toda a rotina escolar está voltada não somente para o ensino das disciplinas como para o treinamento e a formação de corpos para sociabilidade capitalista. Para Guacira Louro (2000, p. 30)

o “lugar do conhecimento [a escola] mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância”.

Torna-se útil o conceito de ação pedagógica, formulado por Bourdieu e Passeron (2008, p. 26), que é a “educação difusa que é exercida por todos os membros educados de uma formação social e educação familiar; educação institucionalizada que é realizada pelos professores ou outros profissionais de sistemas indiretos”. A ação pedagógica contribui para a reprodução¹³ das tradições culturais, ao conformar corpos e subjetividades dentro de determinadas regras já pré-estabelecidas e tidas como universais. A ação pedagógica é objetivamente violência simbólica, “uma forma de exercício de poder que impõe e legitima significações que dissimulam as relações de força que estruturam a própria violência e que contém em si a própria força que se expressa simbolicamente” (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 27).

A família e a escola são os responsáveis diretos pela ação pedagógica, a partir de conhecimentos desenvolvidos pelas disciplinas científicas, religião, pelos aparatos jurídicos. As práticas destoantes daquelas conformadas pelo *habitus* acabam sendo estudadas e classificadas pelas disciplinas científicas. É o caso das identidades transexuais, forjadas nas práticas destoantes do *habitus* de gênero, reviradas e classificadas em compêndios médicos e disciplinadas pelas intervenções corretivas por meio de terapias ou cirurgias.

Mas, esse processo, como já apontamos, não ocorre numa via de mão única, com a inculcação do *habitus*. Há também a disposição dos indivíduos, as possibilidades de exercerem suas escolhas e questionamentos.

Habitus é a matriz, mas há também os sistemas de disposições individuais, adquiridos por constantes reestruturações ou ajustamentos, variando de acordo com as situações. O grau de desvio que o indivíduo porta em relação à matriz varia. **É no espaço do ‘desvio’ que se localizam as subjetividades.** As ações dos indivíduos podem assumir o caráter de ações coordenadas, ainda que não totalmente, pois resultam do encontro de diferentes *habitus*, sendo este o princípio da socialização (BENTO, 2006, p. 98).

¹³ Em entrevista concedida à Maria Andréa Loyola em 1999, trinta anos após a publicação da obra *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (BOURDIEU, PASSERON, 2008), Bourdieu afirmou que: “Continuo a pensar que o sistema de ensino contribui para conservar. Insisto sobre o contribui, o que é muito importante aqui. Não digo conserva, reproduz; digo contribui para conservar” (BOURDIEU, 2002, p. 13-14).

E é nas práticas sociais que forjamos nossas identidades (BOURDIEU, 1983; BUTLER, 2003). Um entendimento que rompe com uma visão essencialista da formação das identidades. Na definição de Hall (2005, p. 11-12):

A identidade[...] preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” (mundo pessoal e mundo público). Projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

A visibilidade das identidades trans ampliou o debate sobre a possibilidade de várias feminilidades ou masculinidades, desvinculadas da anatomia dos corpos. Desse embate surge um aparato informacional que questiona o poder saber médico. E isso tem acontecido de maneira conflituosa, num contexto de violência para as pessoas que rompem com a naturalização dos gêneros. Tal reação corrobora com a afirmação de Cardoso, para quem a informação é

instituinte da cultura, ao revelar novas alternativas possíveis para a ação, que se cristalizam em práticas a serem reconsideradas, reinterpretadas, reformuladas *ad infinitum*, dando ocasião ao aparecimento e consolidação de outras manifestações culturais. Talvez possa ser dito ainda, nessa mesma linha, que a informação se constitui na energia de um processo autogerativo de acercamento do saber (CARDOSO, 1996, p.72).

Assim, existem disputas entre informações que transmitem um discurso da verdade sobre vários aspectos da nossa vida. Estão materializadas nas instituições, divulgam e contribuem para a internalização de visões de mundo, pois estão providas de ideologias, além de serem elementos de “continuidade do passado, reelaborado e reinterpretado à luz do tempo presente que nos organiza e constitui o princípio da nossa identidade (MARTELETO, 1994, p. 132). As práticas informacionais seriam parte da construção da cultura, “admitindo-se que existem tantas formas de lidar com o mundo, quantas existem de experiências e de condições de vida” (MARTELETO, 1994, p. 133).

No processo de dinâmica cultural, alimentado pelas práticas sociais em geral, informação se refere a uma forma moderna de veiculação e expressão de visões de mundo diferentes, porque elaboradas a partir de

experiências de vida diversas e contraditórias. **Por isso, deve ser considerada no plano das ações e representações dos sujeitos em suas práticas sociais históricas e concretas, enquanto um elemento que permeia cada uma dessas práticas.** Num sentido ainda mais 'moderno', a informação é ela também uma prática, num contexto sócio-cultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência (cognitiva, discursiva, comunicacional) para dirigir suas vidas, para se relacionar com os outros, com a sociedade (MARTELETO, 1994, p. 134, grifos nossos).

As práticas informacionais influenciam e são influenciadas pelas relações constituídas num determinado contexto histórico-social. No entendimento de Marteleto (2009, p. 19) que, ao estudar a relação jovem-saúde-violência na perspectiva informacional, levou em consideração a necessidade de se adotar “uma leitura local e cultural dos processos de subjetivação e de construção de sentidos em torno do mundo vivido dos jovens sem, no entanto, perder de vista os elos que o local mantém com o quadro macro-estrutural da sociedade”.

Os procedimentos de apropriação e compartilhamento de conhecimentos, e as mediações que produzem sentidos, ainda que não resultem em ações imediatas de transformação social para os jovens, parecem ocupá-los com ações de afirmação de identidade e consciência de direitos que concorreriam para a formação de uma reserva simbólica capaz de, em diferentes momentos, orientar os seus sentidos de intervenção social (MARTELETO, 2009, p. 23).

Observamos um fenômeno similar nos relatos das pessoas trans. A procura, apropriação e compartilhamento de informações apareceram como atos ligados às necessidades específicas de entendimento do conflito de identidade e, ao mesmo tempo, de afirmação de identidade, conforme detalharemos adiante.

2 A TRANSITORIEDADE DOS GÊNEROS E A INVENÇÃO DA TRANSEXUALIDADE

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

João Guimarães Rosa, 2019, p. 24.

Neste capítulo, apresentaremos as definições de gênero e sexo com o objetivo de compreendermos por que a transexualidade se tornou uma questão não só subjetiva, mas social, pautada pelas instituições médicas e jurídicas, principalmente. Não pretendemos fazer um histórico sobre as teorias de gênero e da transexualidade. Contudo, ao entendermos a necessidade de analisarmos as práticas informacionais nas experiências concretas que constroem subjetividades, devemos compreender como operam certas categorias como homem e mulher. As teorias sobre gênero nos oferecem importantes conceitos para refletirmos sobre a construção de ideais de homem e mulher, de feminilidade e masculinidade tão presentes em nossa cultura.

O objeto de pesquisa exigiu que buscássemos entre as teorias construídas a partir da genealogia, que criticam a existência de uma essência universal humana, explicações sobre a constituição dos gêneros e como isso influenciou no entendimento da transexualidade. A genealogia se opõe à busca por origens; os fenômenos devem ser entendidos na sua contingência, pois se há alguma essência, ela é fabricada de maneira fragmentada. Uma das críticas colocada à ideia de essência é que ela pode ser usada para legitimar a opressão como, por exemplo, justificar e naturalizar concepções racistas e sexistas. O fenômeno transexual subverte essa essencialização das identidades masculina e feminina, explicitando a necessidade de repensarmos todos os desdobramentos do *habitus* de gênero.

2.1 A “socialização do biológico e a biologização do social”¹⁴

Ao longo do século XX, a organização das mulheres por direitos civis possibilitou o desenvolvimento das teorias de gênero que buscavam entender a

¹⁴ Bourdieu, 2002a.

origem e o porquê das diferenças impostas aos homens e mulheres, construídas a partir de corpos sexuados.

Na busca pela desnaturalização da identidade feminina, houve certo reforço da perspectiva oposicional/binária e universal das diferenças entre homens e mulheres que antes eram tidas como impostas pela natureza e, depois, passaram a ser entendidas como historicamente construídas. A afirmação de Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”¹⁵ explicita que há uma identidade de mulher a se construir, mas que está colocada como resultado de relações sociais e não como algo natural.

A busca pelo sujeito do feminismo, a mulher colocada numa posição de subalternidade, não levava em consideração a possibilidade de várias masculinidades e feminilidades. Ao se compreender como sujeito das pautas feministas as mulheres cisgênero, acaba se invisibilizando pessoas cujas identidades de gênero não correspondam ao gênero designado no nascimento e que também estão submetidas a um processo de opressão e marginalização (BENTO, 2006; BUTLER, 2015).

Para Bento (2006, p. 70), desnaturalizar o feminino não é o mesmo que dessencializar. “Ao contrário, à medida que se apontavam os interesses que posicionam a mulher como inferior por uma suposta condição biológica, as posições universalistas reforçaram, em boa conta, a essencialização dos gêneros, uma vez que tendem a cristalizar as identidades em posições fixas”. Mesmo demonstrando que as diferenças entre os gêneros são justificadas a partir das diferenças entre os corpos, há a demarcação destes gêneros como categorias distintas, uma em oposição a outra, uma exercendo um poder, construído historicamente, sobre a outra.

Butler (2015) criticou a concepção que acabou compreendendo o corpo como matéria fixa, um papel em branco, onde cada cultura iria atribuindo seus significados de masculinidade e feminilidade. Naquele momento histórico, conforme apontaram Butler e Bento, definir a mulher como categoria universal era uma necessidade política para a unificação e luta por direitos. Contudo, a realidade foi demonstrando os limites dessa categoria universal que não abarcava as particularidades das mulheres negras, das lésbicas, das indígenas, além de manter

¹⁵ BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

a limitação da categoria mulher à constituição anatômica.

Ao longo da década de 1990, houve movimentos que passaram a questionar essa universalidade da categoria mulher. Os estudos relacionais buscaram em outras variáveis sociológicas como a etnia, as classes sociais, a religiosidade e a orientação sexual. Houve um rompimento com a visão da “mulher como portadora de uma condição universalmente subordinada” (BENTO, 2006, p. 74) ao homem, que acabou universalizando a teoria do patriarcado, desconsiderando os aspectos locais e históricos que marcam as relações construídas em cada sociedade. Os estudos relacionais possibilitaram a problematização também das masculinidades, desconstruindo a visão, também universal, do ideal de masculinidade e virilidade e questionando a ideia de que o homem se constrói em oposição à mulher.

Joan Scott (1995) foi uma autora importante para os estudos relacionais. Ela defendeu que o gênero deveria ser considerado uma categoria analítica, de modo que os estudos sobre as mulheres deixassem de ser meramente descritivos e abordassem análises sobre o funcionamento do gênero nos processos históricos. A autora define gênero como a conexão das seguintes proposições: “1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Na primeira proposição, a autora aponta quatro elementos interrelacionados: “os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias)” (SCOTT, 1995, p. 86) ou de que maneira, por exemplo, as mulheres são representadas pelo sagrado. “Os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p. 86) que estão contidos nas doutrinas religiosas, no sistema educativo, científico, jurídico e político. Geralmente, estão baseados na oposição binária entre masculino e feminino. Os historiadores têm retratado essas posições normativas como consensuais, sem buscar os elementos de conflito e as circunstâncias em que essas normas se tornaram hegemônicas.

O terceiro aspecto apontado pela autora é a “natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária de gênero”, daí a necessidade de se incluir nas análises a “concepção de

política” e a “referência às instituições e à organização social”. “O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco” (SCOTT, 1995, p. 87).

O último aspecto das relações de gênero é a identidade subjetiva. Para a autora, os historiadores precisam “examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p. 88).

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Bento (2006, p. 76) aponta limitações nas elaborações de Scott (1995) como instrumental analítico para a compreensão de uma realidade onde se constituíram relações binárias de gênero, pois a autora estaria “cristalizando o conceito no referente binário”, reforçando essa mesma estrutura.

O que aparenta uma “contradição entre a definição conceitual e o objetivo proposto, qual seja, descobrir o que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária e hierarquizada entre os gêneros, ao mesmo tempo em que o conceito se fundamenta na diferença [...] do sexo (BENTO, 2006, p. 76).

Assim, Bento (2006) chama a atenção para o fato dos estudos que abordam os gêneros a partir das diferenças sexuais sugerirem que

todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo. [...] A cultura entraria em cena para organizar esse nível pré-social, ou pré-discursivo, para distribuir as atribuições de gênero, tomando como referência as diferenças inerentes aos corpos-sexuados (BENTO, 2006, p. 76).

Nesse sentido, Butler (2003) asseverou que as análises que partem da

diferença sexual podem coisificar o gênero, cuja descrição pode partir de um marco heterossexual. E essa é uma questão pouco problematizada nos estudos universais e relacionais de gênero: a imposição da heterossexualidade.

Butler (2015, p. 24) defende a necessidade de se partir do “presente histórico”, analisá-lo e construir a crítica necessária “às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam”. Nesse bojo está a categoria mulher, definida de acordo com a sua constituição biológica, como base permanente para alguns movimentos feministas. E se o gênero é entendido como uma construção histórica, o próprio conceito de sexo poderá ser entendido assim porque independe da constituição biológica do ser, a comunidade que estabeleceu tais conceitos.

Beauvoir diz claramente que alguém ‘se torna’ mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do ‘sexo’. Não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, ‘o corpo é uma situação’, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (BUTLER, 2015, p. 29).

Para Butler (2015), o gênero, na nossa sociedade, é uma tecnologia social heteronormativa operacionalizada pela medicina, linguagem, família, escola, religião e o sistema jurídico que conformam os indivíduos em “corpos-homens” e “corpos-mulheres”. É heteronormativa porque as “adequações” do comportamento sempre estão voltadas para garantir as relações afetivas nesse marco. A autora vai definir performatividade de gênero a aparência que os corpos vão assumindo “a partir das reiterações contínuas, realizadas mediante interpretações em atos das normas de gênero [...] que são renovados, revisados e consolidados no tempo” (BENTO, 2006, p. 81).

A emergência dos movimentos gay, lésbico e trans, a partir da década de 1980, foi importante para a ampliação do escopo dos estudos de gênero que passaram a problematizar a normatização da sexualidade. Podemos destacar os estudos de Foucault (1988), Weeks (1993) e Rubin ([2012]).

Sistemas de sexo e gênero, definições de papéis sociais relacionados com a constituição dos corpos masculino e feminino, não surgiram por acaso. Esses

sistemas são constituídos historicamente e se tornaram estruturas de relações de poder (SAFFIOTI, 1992; BOURDIEU, 2002).

Concomitante ao desenvolvimento do capitalismo, de sua ordem burguesa, da reorganização do trabalho e do desenvolvimento da ciência, o sexo deixou de ser somente reprimido, julgado e passou a ser administrado por diversas disciplinas científicas a partir do século XVIII. A questão populacional passou a ser avaliada por meio das variáveis: natalidade, mortalidade, expectativa de vida, alimentação, saúde e moradia (FOUCAULT, 1988). Vemos que Foucault elencou elementos que passaram a ser de domínio da saúde pública, por meio de levantamentos sócio-demográficos, e de estabelecimento de políticas de governo que para o combate de doenças, possibilitando a longevidade das pessoas e também a manutenção da classe disponível para o trabalho.

Nesse contexto, a medicina, a psiquiatria, a justiça e a pedagogia foram disciplinas que se debruçaram sobre o sexo. Passaram a difundir discursos científicos sobre o que se deve fazer, o que se deve falar ou silenciar. A medicina na busca da causa e tratamento das “doenças dos nervos” e a psiquiatria

começa a procurar a etiologia das doenças mentais, o conjunto das perversões sexuais; justiça penal sob a forma de crimes ‘crapulosos’ e antinaturais, metade do século XIX se abriu à jurisdição miúda dos pequenos atentados – tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele (FOUCAULT, 1988, p. 36).

O que ocorre a partir do século XIX é o desenvolvimento de mecanismos de controle de toda a sexualidade humana, principalmente, por meio dos discursos da verdade elaborados por médicos, psiquiatras e professores. Se antes as pessoas confessavam seus pecados aos padres, agora a confissão é feita no consultório médico, onde um profissional orientará as melhores condutas para se ter um corpo entendido como sadio. Nesse sentido, a sexualidade será construída como um dispositivo histórico usado na manutenção de poder.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos

prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Assim, além da religião, as disciplinas científicas e jurídicas também estabelecem um modelo de conduta como algo natural e eterno, aquilo que devemos seguir para o “bom funcionamento” das sociedades.

Para Foucault, o sexo, macho ou fêmea, opera como um princípio de identidade que impõe uma ficção de coerência e unidade em conjunto de funções biológicas, sensações e prazeres, que, se não fosse por isso, seriam casuais ou não relacionadas. Sob o regime do sexo, todo prazer se torna sintomático do ‘sexo’, e o próprio ‘sexo’ funciona não apenas como a base biológica da causa do prazer, mas como o que determina seu direcionamento, um princípio de ideologia ou destino, e como o núcleo reprimido e psíquico que provê pistas para a interpretação de seu significado último. [...] Embora Foucault não chegue a afirmar isso, a ciência da reprodução produz o ‘sexo’ inteligível pela imposição da heterossexualidade compulsória na descrição dos corpos. Pode-se afirmar que o sexo aqui é produzido de acordo com uma morfologia heterossexual (BUTLER, 2009, p. 99).

Laqueur (2001) se referiu ao sexo como uma categoria inventada ao longo da História. Para os gregos, resgatados pela Renascença, havia o “corpo de sexo único” (isomorfismo) que poderia variar de acordo com a temperatura, na aparência de seus órgãos (a vagina era entendida como um pênis invertido; o útero era o equivalente ao escroto; os ovários eram vistos como testículos nas mulheres e a vulva como um prepúcio), da sua fisionomia ou da sua voz, para se determinar qual dos dois sexos prevaleceria. A ausência do calor vital que seria a responsável pela retenção interna nas mulheres das estruturas que se apresentam externas nos homens.

‘Dois sexos’ aqui refere-se , não aos claros e distintos tipos de seres nos quais pensamos quando falamos de sexos opostos, mas à delicadas nuances do sexo único. Não há, por exemplo, gênero inerente ao desejo, logo à cópula. Não se pensava de forma alguma ser pouco natural homens maduros sentirem-se sexualmente atraídos por meninos. [...] Embora a atração sexual tivesse uma base biológica – oposta a uma base de naturalidade da ordem social e do dever de mantê-la existente – parecia mais genealógica que genital (LAQUEUR, 2001, p. 66).

Até o século XVIII, o sexo era uma categoria sociológica e não ontológica. Laqueur (2001, p. 75) asseverou que pensamentos diversos sobre os corpos e a

procriação sempre coexistiram. O corpo de sexo único era interpretado conforme ideias culturais e não a partir da sua composição anatômica, “registrava e absorvia qualquer número de mudanças nos eixos e apreciações de diferenças. Historicamente, as diferenças de gênero precederam as diferenciações de sexo”. Essa maneira de conceber o sexo estava ligada ao exercício do poder, à afirmação cultural de um poder ligado a uma imagem masculina

Em um mundo público predominantemente masculino, o modelo de sexo único apresentava o que já era muito evidente na cultura mais genérica: o homem é a medida de todas as coisas, e a mulher não existe como uma categoria distinta em termos ontológicos. Nem todos os homens são masculinos, potentes, dignos, ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém o padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino (LAQUEUR, 2001, p. 75).

Na modernidade, as explicações biológicas delimitaram as diferenças entre a masculinidade e a feminilidade a partir das verificações científicas. Com o desenvolvimento da medicina e o conhecimento maior da anatomia dos corpos, houve a busca das diferenças entre os corpos feminino e masculino, com a definição de dois sexos opostos e a busca de evidências que corroborassem com essa teoria. Essa releitura do corpo é inerente às mudanças sociais e políticas, ocorridas desde o século XVIII. Não como consequência, mas como parte da construção de uma nova ordem social.

Se por um lado, as novas descobertas anatômicas foram importantes para as pessoas como, por exemplo, a previsão do período fértil e o desenvolvimento de anticoncepcionais, por outro, houve a transformação da “sexualidade biológica em produtos de atividade humana” conforme defendido por Gayle Rubin em 1975. “Algumas diferenças de sexo na pesquisa biológica e sociológica acabam se tornando diferenças de gênero” (LAQUEUR, 2001, p. 24).

Bourdieu (2002) apontou que a naturalização das diferenças de gênero, que acaba favorecendo à dominação masculina, não está circunscrita à elaboração de ideologias e discursos sobre os gêneros/sexo. Trata-se de uma estrutura de pensamento que norteia as visões sobre feminilidade e masculinidade compartilhadas em todos os âmbitos da vida em sociedade. A maneira como se delineou essa percepção dos gêneros se deu a partir do desenvolvimento de esquemas conscientes e inconscientes de percepção, visão e atuação no mundo

que favorecem à dominação de um papel masculino. Não se trata apenas de um embate.

A dominação masculina se desdobra não só como a violência física que tem traumatizado e ceifado milhares de vidas de mulheres cis, trans e travestis, além de meninos e homens homossexuais. Ela aparece também, e antes de tudo, como “violência simbólica”, pulverizada nos discursos, conhecimento que transmitem informações que recebemos ao longo da vida que justificam as diferenças entre os sexos e que nos levam a acreditar que as coisas são como são. “A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, em todo mundo social, incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação” (BOURDIEU, 2002, p. 08).

Nesse esquema, o que foi construído como feminino é usado, inclusive, como ofensa aos homens, como chamá-los de “mulherzinha” ou usar a orientação homossexual como xingamento. Pois os papéis masculino e feminino também estão ligados à instituição da heterossexualidade como norma.

Essa ordem sexual, ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual (BORRILLO, 2010, p. 30).

Desde quando nascemos, as definições de gênero nos são dadas como naturais e ligadas à anatomia de nossos corpos. A definição do sexo da criança é uma obrigatoriedade legal, incluída no registro de nascimento. Nossa educação é moldada de acordo com o que se construiu historicamente, a partir de conflitos, como papéis masculinos e femininos. Para além das definições dos papéis de gênero, a própria ideia de uma genitália masculina e uma genitália feminina também é uma construção histórico-social. “A diferença biológica foi usada como justificativa natural da diferença construída entre os gêneros, principalmente, da divisão do trabalho” (BOURDIEU, 2002, p. 15). Os indivíduos recebem as informações, ao longo da vida, em vários espaços criados para a formatação e adaptação de seus corpos, incorporando como naturais as explicações sobre os gêneros pautadas no exercício da heterossexualidade.

A construção da nossa identidade, da nossa maneira de ser e estar no mundo passa pela formação do que Bourdieu denomina de *habitus*, "sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes" (BOURDIEU, 1983, p.61). O nosso *habitus* que nos faz, por exemplo, ver as diferenças de gênero com algo natural, por meio da incorporação, somatização de estruturas objetivas.

A determinação da nossa condição como homem ou mulher, ainda no ventre materno, definirá uma série de atitudes e esperanças em torno da criança que está por vir. Todo um aparato informacional sobre atitudes, valores, modos de se vestir, falar, brincar, de se relacionar será construído e direcionado conforme a designação do nosso gênero. "Desde o berço, as cores azul e rosa marcam os territórios dessa *summa divisio* que, de maneira implacável, fixa o indivíduo seja à masculinidade, seja à feminilidade" (BORRILLO, 2010, p. 26-27).

Além das delimitações de gênero, que colocam o feminino como oposto ao masculino, a etnia e a classe social também determinarão as condições em que são produzidas e reproduzidas informações que ajudam a moldar a nossa identidade, a construir uma visão e uma forma de agir sobre a realidade, em determinadas circunstâncias históricas. Mais do que isso, o aparato informacional também nos moldará dentro do que é considerado como normal e correto, de acordo com o que é determinado pelas instituições (família, religião, escola, serviços de saúde etc) e seus profissionais. Mas, as concepções que formamos sobre a realidade e a nossa atuação sobre ela, as instituições e as regras não são eternas e imutáveis.

2.2 A invenção da transexualidade

Como já apontamos, não traçaremos uma história da transexualidade, por não ser o foco deste estudo, mas, faremos alguns apontamentos históricos para situar a discussão. Vários pesquisadores recuperaram aspectos históricos dessa temática como Tereza Vieira (1995), o historiador Pierre-Henri Castel (2001), a socióloga Berenice Bento (2006; 2008), a antropóloga Elizabeth Zambrano (2003; 2007), o médico Alexandre Saadeh (2004), as psicólogas Tatiana Lionço (2006) e Maria Jaqueline Coelho Pinto (2008) e o antropólogo Jorge Leite Jr. (2008).

Consideramos a questão de gênero e a sexualidade humana como algo versátil, que varia conforme as relações constituídas em determinados espaços e

períodos históricos. Assim, ao abordarmos os acontecimentos históricos em torno das categorias gênero e sexo, estamos nos referindo aos discursos, explicações e ideologias desenvolvidas pelo saber científico ao longo do século XX. Discursos que emergem da realidade concreta das relações estabelecidas entre as pessoas. Além disso, abordaremos o histórico de organização das pessoas trans pela efetivação de direitos civis.

O discurso científico sobre o sexo deve ser entendido numa perspectiva histórica, a partir do estabelecimento da norma heterossexual e reprodutiva que

[...] culminou na constituição do saber psiquiátrico do século XIX e, conseqüentemente, na psiquiatrização da homossexualidade. A partir disso, foi construída uma semiologia¹⁶ dos comportamentos definidos como anormais. Com efeito, na obra de Von Krafft-Ebing¹⁷ podem ser observadas as primeiras referências sobre transexualismo e a descrição de outras alterações das características psicosssexuais da personalidade, como a metamorfose psicosssexual e o hermafroditismo (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009, p. 1143).

Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902), psiquiatra alemão, publicou na segunda metade do século XIX, a obra *Psychopathia Sexualis* como parte de um “movimento histórico-cultural que institui o olhar e a autoridade médica como referências necessárias para se deliberar quanto à legitimidade dos diferentes comportamentos sexuais humanos” (PEREIRA, 2009, p. 379). Ele sintetizou e se embrenhou nos estudos da sexologia, estabelecendo uma classificação das perversões sexuais, com o uso de termos como sadismo, masoquismo e fetichismo. Sua obra exerceu influência tanto sobre a medicina quanto no campo jurídico. Ele lançou base para o estudo e classificação dos comportamentos sexuais.

Pierre Henry Castel (2001) dividiu a história discursiva da transexualidade (se podemos assim denominá-la), no século XX, em quatro fases. A primeira está ligada às origens da sexologia, a partir da obra de Von Krafft-Ebing, de base positivista, que se constituía na classificação dos fenômenos relativos à sexualidade

¹⁶ A semiologia é a ciência geral do signos, busca compreender os sistemas de significação desenvolvidos pela sociedade. Na área da saúde, a semiologia é o estudo dos sinais e sintomas das doenças humanas. Os sintomas são informações subjetivas, dadas pelo paciente, difíceis de serem observadas. Já os sintomas são elementos materializados como uma mancha na pele, por exemplo.

¹⁷ KRAFFT-EBING, R. *Psychopathia sexualis*. Trad. francesa de E. Laurent E. e S.Csapo S. Paris: Georges Carré Editeur, 1895.

humana. O sexólogo alemão Magnus Hirschfeld¹⁸ foi o primeiro a utilizar o termo “transexual psíquico” para se referir a travestis fetichistas, em 1910. Em 1949, Cauldwell¹⁹ realizou um estudo de caso de um transexual masculino, o Earl, apontando características exclusivas de transexuais, com o objetivo de diferenciar a transexualidade da homossexualidade (CASTEL, 2001; BENTO, 2003).

A segunda fase se iniciaria com o desenvolvimento da endocrinologia entre as décadas de 1920 e 1940. O chamado “behaviorismo endocrinológico” dá bases científicas para a teoria do dimorfismo sexual. Os níveis hormonais passam a compor explicações sobre condutas tidas como anormais em relação às normas de gênero. Em 1936, os pesquisadores conseguiram sintetizar o estradiol (ethynil-estradiol, base para a produção dos primeiros anticoncepcionais que serviram para a automedicação de transexuais.

A terceira fase data de 1945 com o desenvolvimento da sociologia empírica americana “e sua teoria da influência determinante do meio vai conduzir muitos pesquisadores a explorar conjuntamente a questão da socialização dos hermafroditas [sic], dos indivíduos geneticamente anormais, dos meninos com órgãos genitais acidentalmente mutilados, e dos transexuais” (CASTEL, 2001, p. 80).

A mediatização do caso Jorgensen, GI feminizado em 1952, ilumina todo o período fornecendo um cenário padrão inúmeras vezes recopiado e/ou revivido pelos futuros candidatos à mudança de sexo. A psicanálise americana, medicalizada à força, marcada pelo culturalismo, pareceu então impotente para evitar de servir de caução à sociologia do gênero, e perdeu a batalha sem conseguir defender, por razões epistemológicas fundamentais, o caráter patológico de um distúrbio de identidade sexual puramente subjetivo (CASTEL, 2001, p. 80).

Christine Jorgensen foi a primeira mulher trans estadunidense amplamente conhecida por ter realizado a cirurgia de redesignação sexual, na década de 1950. Ela foi oficial do exército dos EUA e, após a cirurgia, se tornou uma celebridade, atuando como atriz e usando a fama para defender uma plataforma a favor das pessoas trans.

¹⁸HIRSCHFELD, M. *Die Tranvestiten. Eine Untersuchung über den erotischen Verkleidungstrieb mit umfangreich casuistischem und historischem Material.* Berlin: Pulvermacher; Leipzig: Spohr, 1910.

¹⁹ CAULDWELL, D. Psychopathia transexualis. *Sexology*, n. 16, 1949, p. 274-280.

Figura 1 - Christine Jorgensen



Fonte: BRODY, 2016, online

Na década de 1950, se iniciou a construção do que Bento (2006) denominou de “dispositivo da transexualidade”. Houve uma movimentação teórica e prática voltada para as especificidades da transexualidade, objetivando definir protocolos para a construção de um diagnóstico para se diferenciar o indivíduo transexual de gays, lésbicas e travestis.

Em 1953, o endocrinologista Harry Benjamin²⁰ defendia que a cirurgia seria a única terapia para resolver os dilemas das pessoas transexuais, atacando as proposições que defendiam tratamento psicoterapêutico ou psicanalítico. Em 1955, John Money²¹ desenvolveu sua teoria de gênero a partir da Teoria dos Papéis Sociais de Talcott Parsons. Para ele, “o gênero e a identidade sexual seriam modificáveis até os 18 meses de idade”, justificativa usada pela comunidade médica para intervir cirurgicamente em bebês intersexo ou com genitália ambígua. “As teses

²⁰ BENJAMIN, H. Transvestism and transexualism. *International Journal of Sexology*, v. 7, n. 1, 1953.

²¹ MONEY, J. *Gay, Straight, and In-Between*. Nova York: Oxford University Press, 1988.

de Money, no entanto, não eram da determinação do social sobre o natural, mas de como o social, mediante o uso da ciência e das instituições, poderia assegurar a diferença entre os sexos” (BENTO, 2006, p. 41). Para Money, o sistema reprodutor era dimórfico, sendo os genitais fundamentais para a regulação da heterossexualidade

Quando Money formulou suas teses sobre a estrutura naturalmente dimórfica do corpo e a heterossexualidade como a prática normal desse corpo, não previu que algumas dessas meninas intersexuais [que eram submetidas à cirurgia de construção do canal vaginal] seriam lésbicas e reivindicariam o uso alternativo de seus órgãos (BENTO, 2006, p. 41).

Na década de 1960, foram criados Centros de Identidade de Gênero, nos Estados Unidos, onde eram oferecidos tratamentos hormonais e cirúrgicos para “adequação” das pessoas transexuais. Uniam-se uma visão biologista e uma abordagem construtivista “na oficialização dos protocolos” para diagnóstico de transexualidade nesses Centros. Em 1969, aconteceu o primeiro congresso da Harry Benjamin Association, sendo renomeada, em 1977, para Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA). “A transexualidade passou a ser considerada uma ‘disforia de gênero’, termo cunhado por John Money em 1973” (BENTO, 2006, p. 42-43).

O HBIGDA legitimou-se como o responsável pela normatização do ‘tratamento’ para as pessoas transexuais em todo o mundo. O livro *El fenómeno transexual*, de Harry Benjamin, publicado em 1966, forneceu bases para se diagnosticar o ‘verdadeiro’ transexual’. Nesse livro, são estabelecidos os parâmetros para avaliar se as pessoas que chegam às clínicas ou aos hospitais solicitando a cirurgia são ‘transexuais de verdade’ (BENTO, 2006, p. 43).

Se no passado o dogma religioso definia quais os comportamentos “normais” para homens e mulheres, classificando como pecador/a aquele/a que não seguia o código de conduta, no século XX, esse papel é também (e primordialmente) exercido pelas instituições médicas e jurídicas que passam a definir o anormal e patológico e o tratamento para a sua adequação à sociedade, uma terapia para a adequação dessas pessoas que teriam “nascido em um corpo errado”.

Assim, Bento (2006) constatou que a transexualidade acabou se tornando

um dispositivo de controle sobre corpos de pessoas cujas maneiras de se perceberem no mundo questionam padrões de gênero. A existência civil de pessoas transexuais está ligada às definições impostas pelo regramento jurídico e médico. As pessoas transexuais subvertem o estabelecido como o normal, um comportamento construído socialmente como feminino/masculino ligado a um corpo também definido socialmente como feminino/masculino, são estudadas, entrevistadas, têm suas falas submetidas a protocolos que visam ao diagnóstico da/o transexual verdadeira/o (TEIXEIRA, 2009).

Por outro lado, a população LGBT, na esteira das lutas por direitos civis, se organizou para reivindicar o respeito pelas suas identidades, dando início ao debate sobre a despatologização da transexualidade, a partir da década de 1970. Num contexto de questionamento da ordem social, esse seria o marco da quarta fase da história da transexualidade, conforme apontou Castel (2001, p. 91, grifos nossos):

No entanto, foi a militância feminista e homossexual que ofereceu o modelo às organizações transexuais (e transgeneristas) da segunda geração, cuja ambição não é mais fornecer o acesso à redefinição sexual aos indivíduos isolados e desprovidos de informação, mas sim lutar contra a discriminação econômica, ou policial, etc. Os tumultos do Stonewall bar, em Brooklin, em junho de 1969, que opuseram durante muitos dias seguidos os homossexuais à polícia, são o evento fundador dessa militância; muitas vezes se esquece que elas foram de início o resultado de uma mobilização de transvestistas e de transexuais, vítimas de uma homofobia mais ampla, mas da qual eles eram os alvos mais facilmente identificáveis. De subcultura semiclandestina, destinada a fazer circular as “artimanhas” às quais os médicos detentores do poder de operar eram reputados sensíveis (histórias de vida típicas, práticas de dissimulação, etc), **o transgenerismo tornou-se pouco a pouco um movimento libertário com vastas ramificações, notadamente acadêmicas e literárias, que se alimenta da tradição associativa e comunitarista americana, e utiliza a Internet do mesmo modo que os protestos pelos direitos civis dos anos 60. Um dos prolongamentos mais interessantes é o movimento de protesto que se organizou contra a redefinição cirúrgica dos intersexuais, mutilados para satisfazer os estereótipos conformistas do gênero. Ora, os antigos argumentos psicanalíticos não são invocados aqui: pelo contrário, o transgenerismo, com sua contestação sociológica do dimorfismo sexual, parece fornecer o essencial dos argumentos.**

Stonewall Inn era um bar de Nova York frequentado pelas pessoas mais marginalizadas da sociedade: os LGBTs, os pobres, os negros e os latinos. Era um dos poucos locais públicos onde LGBTs podiam se expressar livremente. Em tensão permanente com a polícia, as máfias que controlavam o bar subornavam as

autoridades policiais para manter o local aberto. As batidas policiais eram constantes e carregadas de humilhação, chantagem e extorsão dos frequentadores. Em 28 de junho de 1969, durante uma batida policial, houve uma série de desobediências individuais “tais como pessoas se negando a entregar documentos, não se deixando algemar e nem ficando em fila conforme o comando das autoridades” (QUINALHA, 2019, online). Aquelas que eram liberadas, permaneceram do lado de fora do bar.

Diante da imposição violenta da polícia, o conflito se intensificou com o uso de latas, pedras e garrafas pelos manifestantes. Essa rebelião se seguiu por alguns dias, com a tomada das ruas, distribuição de jornais e panfletos. “Stonewall inauguraria, ao menos na visão de seus protagonistas, uma militância mais combativa e orgulhosa. Não bastava lutar pela tolerância, era preciso mudar as estruturas da própria sociedade que estigmatizava as pessoas LGBTQ+” (QUINALHA, 2019, online).

Figura 2 - Maesha Johnson e Sylvia River, duas líderes da Revolta de Stonewall



Fonte: ADELINO, 2018, online.

Para Bento (2006), a reivindicação da despatologização da transexualidade possibilitou a politização do debate ao se buscar a compreensão de “como o poder da medicalização/biologização das condutas sexuais e dos gêneros ressignifica o pecaminoso no anormal, deslocando o foco de análise do indivíduo para as relações

hegemônicas de poder, as quais constroem o anormal e o patológico” (SIQUEIRA, 2006, p. 14).

Com o entendimento de que as identidades são construídas nas práticas, Bento (2006) identificou a proximidade teórico-metodológica entre os pensamentos de Butler e de Bourdieu. A teoria praxiológica seria uma ferramenta importante para se desvendar os mecanismos internos aos campos sociais, que estruturam as práticas sociais.

Em Bourdieu, essas práticas não são determinadas livremente pelos sujeitos, mas estão articuladas em/por campos sociais. Em Butler, pode-se sugerir que a articulação entre normas de gênero e performances subversivas de gênero, a partir de citações descontextualizadas, encontre uma correspondência no pensamento de Bourdieu sobre as ortodoxias e as heterodoxias constitutivas dos campos sociais. Embora a autora não trabalhe com o conceito de “campo social”, **pode-se sugerir que o gênero seria um campo social com regras de funcionamento, com posições de poder hegemônicas e disputas internas.** No entanto, enquanto **para Bourdieu a reprodução do campo estaria garantida pela defesa da “doxa” que o estrutura, para Butler, aqueles que estão no campo de gênero ocupando uma posição de heterodoxia, de excluídos das posições hegemônicas do campo, podem subverter a própria noção de gênero como algo que esteja vinculado à natureza, subvertendo, assim, o fundamento que estrutura as normas de gênero** (BENTO, 2006, p. 98, grifos nossos)

É interessante o movimento que Butler (2015) aponta, conformado pelas pessoas que estão à margem. Se o *habitus* é a matriz, há os sistemas de disposições individuais que variam de acordo com as situações. As subjetividades estão localizadas no “desvio” entre o *habitus* e as disposições individuais. E elas podem engendrar esse movimento de questionamento que pode levar à fissura dos fundamentos das normas de gênero, desestabilizando toda uma estrutura social.

Nessa lógica, pessoas trans, travestis, andróginas, *drag queens*, *drag kings*, transformistas, entre outras expressões de identidade de gênero ou expressões artísticas de gênero estão produzindo uma série de informações e conhecimentos sobre as múltiplas possibilidades de se vivenciar o gênero e a sexualidade, mesmo num contexto de opressão permanente. Aqui cabe a apresentação das definições das expressões de gênero mais comuns, de acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Transexual: pessoa que possui uma identidade de gênero diferente daquela designada no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas ou não.

Travesti: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT+ em 2008).

Androginia: termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros.

Drag queen: homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma *dragqueen* não deixa de ser um tipo de 'transformista', pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.

Drag king: versão 'masculina' da *dragqueen*, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho.

Transformista: indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto por questões artísticas (RIGHETTO, 2018, p. 117-118).

Essas definições de expressões de gênero são resultados de conhecimentos forjados nas práticas das pessoas que subvertem as normas hegemônicas.

2.3 A transexualidade no Brasil

Berenice Bento (2006) foi a primeira pesquisadora a discutir a transexualidade no campo da sociologia brasileira. A partir da filósofa Judith Butler, ela demonstrou as limitações das teorias de gênero para a compreensão desse fenômeno. A percepção de que a transexualidade é uma questão individual, de conflitos pessoais, que deveria ser discutida nos âmbitos da psicologia e da medicina, fez com que a sociologia a negligenciasse. Tal forma de ver a questão reforçou o caráter patologizante atribuído à transexualidade. Mas, muito antes das CS se ocuparem do assunto, travestis e pessoas trans estavam se organizando em busca da garantia de direitos básicos desde a década de 1980.

Historicamente marginalizados, as/os LGBTs sempre foram foco de preconceito e violência. Em Belo Horizonte, temos o exemplo da história da travesti Cintura Fina, personagem que aparece no romance "Hilda Furacão" do Roberto

Drummond, que se estabeleceu na capital mineira em 1953. Cintura Fina era conhecida pela facilidade que manipulava navalhas, uma maneira que ela encontrou para sobreviver num contexto de abandono e violência. Na época, a imprensa belo-horizontina se referia às travestis como as “anormais da cidade” (ROCHA, 2019).

A organização política de pessoas trans se iniciou, principalmente, com travestis contra a violência policial e nos programas de prevenção à AIDS, na década de 1980. A visibilidade de Roberta Close pautou o debate da transexualidade na mídia durante a década de 1980 e muitos profissionais passaram a criticar a posição do Conselho Federal de Medicina (CFM) que resumia a questão transexual a uma “mudança de genitália”, o que era considerado uma mutilação, uma vez que, para os membros do CFM daquela época, seria impossível a modificação do sexo (TEIXEIRA, 2009).

Tal repercussão obrigou o CFM a se posicionar, em 1997, com a primeira manifestação favorável às cirurgias de redesignação sexual durante o I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, quando esses procedimentos deixaram de ser considerados crime de mutilação (TEIXEIRA, 2009; MORAIS, 2018).

Durante a ditadura militar, era proibida qualquer menção aos tratamentos relacionados à transição de gênero. As mulheres trans e travestis eram consideradas questão de polícia, uma vez que muitas encontravam (e ainda encontram) na prostituição a única fonte de renda. Os médicos poderiam ser punidos caso se envolvessem com qualquer tipo de intervenção corporal em pessoas trans.

Um exemplo do tratamento dado às pessoas trans, na época do regime civil-militar, foi o caso de Waldirene que foi operada pelo cirurgião Roberto Farina. Waldirene teve o pedido de *habeas corpus* negado pela justiça brasileira e foi obrigada a se submeter ao exame pelos médicos do Instituto Médico Legal (IML) devido à acusação feita pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP), contra o médico Farina, de lesão corporal gravíssima. Os procuradores do MP-SP já estavam no encalço do médico devido a outras cirurgias que ele já tinha realizado, mas não tinham como comprovar diante da negativa do cirurgião em fornecer dados de seus pacientes. Mas, quando Waldirene solicitou à justiça alteração em seus documentos, os procuradores conseguiram transformá-la em vítima de lesão corporal a sua revelia (ROSSI, 2018).

Farina foi condenado, em 1971, com base no art. 192, § 2º, III do Código Penal, sendo absolvido em 1979 sob a alegação de que a cirurgia era a única maneira de se acabar com o sofrimento da transexual operada (MORAIS, 2018).

Em 6 de novembro de 1979, a 5ª Câmara do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, por votação majoritária, deu provimento ao apelo e absolveu o acusado. Eis a ementa: Não age dolosamente o médico que, através de cirurgia, faz a ablação de órgãos genitais externos de transexual, procurando curá-lo ou reduzir seu sofrimento físico ou mental. Semelhante cirurgia não é vedada pela lei, nem pelo Código de Ética Médica (VIEIRA, 2002, p. 48).

Figura 3 - Imagem da capa do laudo de Waldirene feito pelo IML - 1976

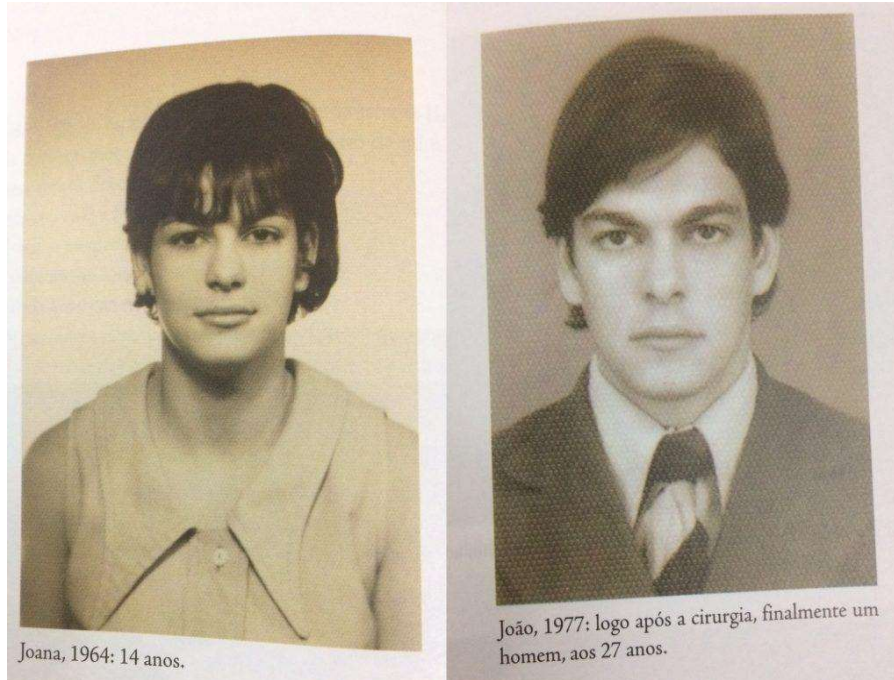


Fonte: ROSSI, 2018, online.

O primeiro homem trans operado no Brasil, também pelo médico Roberto Farina, foi João Nery. Ele deixou suas memórias registradas no livro "Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois" (NERY, 2011). João foi obrigado a abandonar a carreira de psicólogo, de professor universitário e o curso de mestrado em Psicologia porque o Estado brasileiro não permitia, na época, a adequação de sua documentação à sua identidade masculina, mesmo depois de ele ter se submetido aos tratamentos que lhe conferiram uma imagem masculina. Com receio de ser preso por causa da realização das cirurgias, Nery foi obrigado a omitir a existência de sua Certidão de Nascimento para fazer um novo documento,

para sua (re)existência civil, numa cidade do interior de Goiás.

Figura 4 - Imagens de João W. Nery aos 14 e aos 27 anos



Fonte: NERY, 2011, p. 56 - 57

Nos primeiros encontros que teve com Farina, João Nery questionou o porquê dele, um cirurgião já reconhecido, ter se envolvido com uma questão considerada ilegal e relacionada aos grupos marginalizados da sociedade como as travestis. O médico lhe deu a seguinte resposta:

Trabalhei muitos anos com plástica restauradora genital. Achei o campo tão fascinante que importei literatura técnica sobre o assunto. Um dia, um psiquiatra amigo me falou de um cliente que apresentava um caso típico de transexualidade. Estava convencido de que a única solução para o rapaz era a cirurgia. Mostrou-me pesquisas sobre o tema que coletou em várias fontes de que tinha ouvido falar num congresso na Europa. Embora o assunto tivesse me mobilizado na época, foi só com esse psiquiatra que comecei a pensar seriamente na questão. Seu paciente tinha ido a um endocrinologista e a um geneticista, e discuti o caso com ambos. Gostaria que eu o recebesse em meu consultório. Como procuro não ser rígido a priori, aceitei a proposta. Quando minha secretária anunciou sua presença e a vi, tive um impacto. Era uma moça! Magrinha, muito tímida, usava um vestido simples e uma bolsa a tiracolo. Tinha seios, a voz era fina. O psiquiatra havia me dito que tomava hormônios desde a adolescência. Mas só agora, há uns dois anos, é que tinha ido procurá-lo. Conversamos umas duas horas. **Fiquei impressionado! Não precisava ser nenhum especialista em psique humana para não ter dúvidas de**

que se tratava de uma mulher! Não manifestava nenhum maneirismo ou exibicionismo. O desespero daquela criatura era algo tão pungente e comovedor que pela primeira vez senti de perto a dor desses infelizes. Tivemos mais alguns encontros. Foi então que eu reuni coragem para enfrentar a ilegalidade da situação (NERY, 2011, p. 161-162, grifos nossos).

De acordo com Carvalho e Carrara (2013) as organizações de travestis brasileiras surgiram na década de 1980 em resposta à violência policial ou, em Organizações Não Governamentais (ONGs) vinculadas ao movimento homossexual de luta contra a AIDS/ HIV. A primeira casa de apoio a pessoas com HIV foi criada em 1986 pela travesti Brenda Lee, assassinada em 1996. Ela passou a acolher em sua casa os “pacientes sociais”, a maioria travestis, aquelas pessoas que não precisavam de internação hospitalar, mas não podiam trabalhar e precisavam de cuidados diários²².

Na década de 1990, surgiram organizações políticas da população travesti e trans. Em 1992, um grupo de travestis formou a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) como maneira de se organizar contra a violência policial. A ASTRAL teve o apoio do projeto de prevenção de DSTs “Saúde na Prostituição”. Em 1993, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), com a palavra de ordem “Cidadania não tem roupa certa” e a presença de 95 pessoas de cinco Estados. A partir desse Encontro, surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999. As organizações de travestis participaram pela primeira vez de um espaço ampliado do movimento LGBT em 1995, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, onde foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), quando o termo travesti passou a ser parte da sigla (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Em 2000, é formada a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) que, até 2013, congregava 80 organizações, sendo a maior

²² Atualmente, denominada Casa de Apoio Brenda Lee, atende à população LGBT em situação de vulnerabilidade. Está situada no endereço Rua Major Diogo - Bela Vista, São Paulo - SP, Brasil.

rede de pessoas trans da América Latina. Há um distanciamento social entre os atores que figuram o movimento LGBT, com maior marginalização entre travestis e trans. Carvalho e Carrara (2013) frisaram as falas de militantes travestis desse período sobre o preconceito que sofriam nos grupos homossexuais organizados. A primeira gestão da ABGLT a ter uma travesti em sua diretoria executiva foi a de 2010/2013.

No final da década de 1990 e início do século XXI, se acirraram os debates em torno dos termos transexuais, travestis e transgêneros. Segundo Facchini (2005) a palavra transgênero, assim como a sigla GLBT, passaram a ser empregados a partir da relação de alguns grupos brasileiros com o movimento internacional, por meio da *International Association of Pride Organizers (InterPride)* que atua na organização de Paradas do Orgulho LGBT. Um dos objetivos de se usar a palavra transgênero, em inglês, *transgender*, era ter acesso a financiamentos de organizações internacionais que usavam esse termo para se referirem às pessoas trans. Entretanto, uma significativa parcela das travestis e transexuais não se reconheciam no termo transgênero. Um dos argumentos usados é que transgênero é um conceito e não uma identidade.

Em 2005, durante o XXII EBGLT, um grupo de transexuais organizou o I Encontro Nacional de Transexuais com a participação de cerca de 30 lideranças nacionais. Nesse Encontro, foi fundado o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT). Muitas mulheres trans e travestis ativistas desse coletivo optaram pela aproximação dos espaços onde se discutiam as políticas para as mulheres, como no “Plano de Enfrentamento de Feminização da AIDS e outras DSTs. Esse processo gerou a expressão “mulheres que vivenciam a transexualidade”. Nesse momento, questionava-se a existência de uma identidade transexual e, no caso das mulheres trans, havia a defesa da afirmação de uma identidade feminina. Em 2008, o CNT se transformou, então, na Rede Social em Direitos Humanos, Feminismo e Transexualidade (ARACÊ). Aqui se desenvolveu uma cisão entre travestis e mulheres transexuais, principalmente, aquelas que realizaram cirurgia genital. Para muitas delas, estava em jogo uma certa “coerência identitária”. “Uma vez que elas não se identificavam com a identidade transexual, que fixaria a pessoa num processo de transição, e sim com a luta para que fossem reconhecidas como mulheres, não faria sentido se manterem numa militância que reitera o seu ‘não reconhecimento’ como mulheres” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 341).

Em 2009, a partir de um “racha” da ANTRA, surgiu a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (REDETRANS Brasil). A substituição de “travestis e transexuais” por “trans” foi uma proposta debatida no movimento e apresentada no XVII ENTLAIDS, em 2010. Contudo, existe um grupo de travestis que acreditam que o uso do termo “pessoas trans” as invisibilizaria ao deixar de lado uma cultura travesti construída no Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Resumidamente, resgatamos as considerações de Pelúcio (2009) e Carvalho e Carrara (2013) que apontaram o forte tutelamento pelo Estado das organizações de travestis e pessoas trans, uma vez que a maior parte das ações voltadas para este público se darem por meio de financiamentos governamentais das políticas de enfrentamento da AIDS e outras DSTs. Pelúcio (2009) chamou esse processo de “SIDAnização”, sob o qual

a politização desses indivíduos, tomada como meta, pode ser vista como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos [...]. Ao estimular o “senso de organização de categoria”, fomentar a “consciência política” trabalhando a autoestima e o fortalecimento, [...] volta-se para o desenvolvimento de uma “nova” consciência política (PELÚCIO, 2009, p. 110-111).

Carvalho e Carrara (2013) apontaram como exemplo a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, lançada em 29 de janeiro de 2004 pelo Ministério da Saúde. O dia 29 de janeiro passou a ser reconhecido como o “Dia da Visibilidade Trans”.

Ao que parece, a consolidação desse movimento se dá inicialmente num processo paradoxal de empoderamento tutelado, uma vez que os elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolveu diversos atores, como lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde vinculados a programas de prevenção de DST e AIDS. Nesse cenário, algumas lideranças apontam usos políticos da imagem da travesti que sinalizam a permanência das disputas entre as categorias identitárias que compõem o movimento LGBT (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 344).

A história da militância de travestis e transexuais nos mostra que a articulação dos homens trans é ainda bem mais recente. A Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) foi fundada em junho de 2012, sendo o marco na organização política desse setor (FREITAS, 2014). Em 2013, foi criado o Instituto

Brasileiro de Transmasculinades (IBRAT), um “canal de promoção de visibilidade, saúde e cidadania para os transhomens do Brasil [...]”²³

2.3.1 As políticas públicas

Entre os grupos marginalizados, talvez os LGBTs, em especial as travestis e pessoas trans, representem o setor que governos e parlamentos mais possuem dificuldades e falta de interesse para a implementação de políticas públicas no Brasil. Esse setor representa uma subversão de um *habitus* de gênero fortemente arraigado nas subjetividades. Além disso, há uma exploração política do preconceito da população como elemento de propaganda, como pudemos vivenciar durante as eleições presidenciais de 2018.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Poder Executivo nacional gerou pressões do movimento LGBT para a construção de políticas públicas para o setor. Em 2004, se iniciou em âmbito federal, como parte do Plano Plurianual de 2004 a 2007, que definiu no âmbito do “Programa Direitos Humanos Direito de Todos”, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. A extinta Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou, então, o “Programa Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra pessoas GLTB [sic] e de Promoção à Cidadania de Homossexuais”, com o objetivo de promover os direitos da população LGBT, a partir das seguintes ações:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima [sic] homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB [sic] (BRASIL, 2004, p. 11).

O Programa Brasil sem Homofobia foi o resultado da articulação entre ONGs e movimentos LGBTs e o Governo Federal, com o objetivo inicial de formação de agentes públicos sobre a homofobia (BRASIL, 2004). Apesar do

²³ INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES – IBRAT. *Quem somos*. Disponível em: <http://institutoibrat.blogspot.com/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

enfoque nos homossexuais, na questão do preconceito e da ausência de direitos relacionados às pessoas com orientação sexual não heterossexual, esse Programa foi um passo importante para o início, ainda tímido, de uma política pública que promovesse os direitos dessa população.

O documento continha um programa de ações em várias áreas distribuídas em 11 eixos: I) Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; II) Legislação e Justiça; III) Cooperação Internacional; IV) Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade; V) Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual; VI) Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; VII) Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual; VIII) Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; IX) Política para a Juventude; X) Política para as Mulheres; XI) Política contra o Racismo e a Homofobia (BRASIL, 2004).

O eixo V previa as seguintes ações na área da educação:

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual; Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB; Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22-23).

Em 2006, a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados solicitou ao MEC a elaboração de materiais para o cumprimento dessas diretrizes, que seriam reproduzidos e distribuídos com recursos de emenda parlamentar daquela comissão. A produção do Caderno “Escola sem Homofobia”, seis boletins (Boletim Escola sem Homofobia - Boleshs), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação foi de responsabilidade

da ABGLT, Pathfinder do Brasil, Comunicação em Sexualidade (ECOS) e Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC.

A proposta do **Caderno Escola sem Homofobia** é um convite a gestoras/es⁴, professoras/es e demais profissionais da educação para um debate, oferecendo instrumentos pedagógicos para refletir, compreender, confrontar e abolir a homofobia no ambiente escolar. Os textos aqui reunidos combinam, ao pensar a educação, o conhecimento, a escola e o currículo a serviço de um projeto de sociedade democrática, justa e igualitária – uma sociedade regida pelo imperativo ético da garantia dos direitos humanos para todas e todos. Assim, também entendemos que é papel de todas e todos que convivem no ambiente escolar assumir o desafio de perceber de que modo a homofobia funciona para manter a discriminação de pessoas que, de alguma maneira, não se conformam às convenções de gênero e de sexualidade. Para isso, é necessário trazer à tona e discutir com a comunidade escolar (gestoras/es, professoras/es, auxiliares administrativas/os, principalmente inspetoras/es, grêmios estudantis, conselhos e Associações de Pais e Mestres - APMs, questões colocadas no dia a dia que refletem inúmeras crenças, padrões culturais, hábitos e costumes carregados para os ambientes educacionais em forma de gozações, brincadeiras e até agressões, bem como **alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social** (CADERNO... [2010], p. 13).

O Caderno foi dividido em três capítulos. O primeiro discute os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, história do movimento LGBT em sua busca pela instituição de direitos. O segundo abordava as expressões da homofobia na escola, maneiras de identificá-la e combatê-la e, por último, sugestões de atividades para serem feitas com a comunidade escolar, objetivando a disseminação de informações em busca de um ambiente menos homofóbico.

Tratava-se de um material direcionado aos profissionais em educação e aos responsáveis legais dos estudantes para se apropriarem de informações sobre essa temática e, depois, promoverem a discussão com os estudantes, conforme a faixa etária. Os materiais audiovisuais eram três filmes, com classificação etária, que deveriam servir como o estopim para o debate com os alunos sobre as maneiras de se expressar a identidade de gênero e afetividade: “Boneca na mochila”, “Medo de quê?” e “Torpedo”. Cada escola receberia esses materiais para compor o acervo da biblioteca e caberia a cada comunidade escolar a decisão de quando e como adotar esse material em sua rotina. O material teve a distribuição aprovada pela

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No entanto, devido às pressões das bancadas religiosas do Congresso Nacional, a então presidenta Dilma Rousseff suspendeu a produção e distribuição do material em maio de 2011. Ela chegou a declarar que o governo não faria “propaganda de opção [sic] sexual”. Na época, os parlamentares ameaçaram convocar o então ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, para explicar sua evolução patrimonial durante o período em que foi deputado federal por São Paulo. O jornal Folha de São Paulo havia publicado, no dia 15 de maio de 2011, matéria afirmando que o patrimônio de Palocci teria crescido 20 vezes durante os anos de 2006 e 2010 (PASSARINHO, 2011).

Desde então, o projeto “Escola sem homofobia” foi transformado numa série de notícias mentirosas que são usadas por grupos conservadores e de extrema-direita, como os apoiadores do atual presidente da República Jair Bolsonaro, para confundir a população. Contribuindo para o acirramento da discriminação contra a população LGBT. Tal situação demonstra como a sexualidade é usada como um dispositivo de poder, de controle sobre toda a sociedade e não somente sobre mulheres e LGBTs.

Bolsonaro chegou a levar para a bancada do Jornal Nacional, da TV Globo, durante a campanha eleitoral de 2018, um exemplar da obra de Hélène Bruller, “Aparelho sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas”²⁴, publicado no Brasil pela Editora Companhia das Letras para mostrá-lo como uma das obras que faria parte do kit gay, numa tentativa de confundir a população sobre as iniciativas propostas pelo projeto “Escola sem homofobia”.

Com relação à saúde, o Programa Brasil sem Homofobia estabeleceu, no eixo VI, as seguintes ações:

Formalizar o Comitê Técnico “Saúde da População de Gays, Lésbicas,

²⁴ “O livro traz como protagonista ‘Titeuf’, conhecido pela série em quadrinhos francesa ‘Zep’, e seu conteúdo é voltado para a orientação sexual de crianças e adolescentes. Já foi publicado em 10 línguas, vendeu mais de 1,5 milhão de exemplares e transformado até em exposição. De acordo com a assessoria da Cia das Letras, a publicação ‘conta ainda com uma seção chamada ‘Fique esperto’, que alerta adolescentes para situações de abuso, explica o que é pedofilia — mostrando como tal ato é crime —, o que é incesto e até fornece o contato do Disque-denúncia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos” (PERES, 2018, online)

Transgêneros e Bissexuais”, do Ministério da Saúde, que tem como objetivo a estruturação de uma Política Nacional de Saúde para essa população. A agenda de trabalho desse Comitê considerará, entre outras, as propostas apresentadas pelo movimento homossexual, em que se destacam: i) atenção especial à saúde da mulher lésbica em todas as fases da vida; ii) atenção a homossexuais vítimas de violência, incluindo a violência sexual; iii) atenção a saúde dos homossexuais privados de liberdade; iv) promoção da saúde por meio de ações educativas voltadas a população GLTB [sic], v) estabelecimento de parceria e participação de usuários GLTB [sic] e do movimento organizado na definição de políticas de saúde específicas para essa população; vi) discussão com vista na atualização dos protocolos relacionados às cirurgias de adequação sexual; vii) atenção à saúde mental da população. Apoiar a implementação de condições para produção e acesso ao conhecimento científico sobre saúde e sobre outros aspectos da população GLTB [sic] por meio de: Desenvolvimento de estratégias para a elaboração e execução de estudos que permitam obter indicadores das condições sociais e de saúde da população GLTB [sic]; **Implementação de Centros de Informação (observatórios) que possam gerenciar estudos de saúde sobre e para a população GLTB [sic] com capacidade de processamento, análise e divulgação de informações desta natureza; Estabelecimento de canais de divulgação das informações científicas de saúde existentes e produzidas;** Estabelecimento de um canal com função de Ouvidoria, por meio do Disque-Saúde do MS, para recebimento e encaminhamento de denúncias sobre situações de discriminação ocorridas na rede de saúde. Apoiar os investimentos na formação, capacitação, sensibilização e promoção de mudanças de atitudes de profissionais de saúde no atendimento população GLTB [sic], procurando garantir acesso igualitário pelo respeito à diferença da orientação sexual e do entendimento e acolhimento das especificidades de saúde desta população (BRASIL, 2004, p. 24-25).

Somente em 2005, representantes desses segmentos (lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis e intersexuais) obtiveram assentos no Conselho Nacional de Saúde (CNS). Desde a 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2003, a temática direitos LGBT foi pautada pelo SUS e, na 13ª Conferência, em 2007, “a orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídas na determinação social da saúde” (BRASIL, 2013, p. 11). Consideramos importante apontar as recomendações da 13ª Conferência:

- O desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, efetivando campanhas e currículos escolares que abordem os direitos sociais.
- A sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos de LGBT, com inclusão do tema da livre expressão sexual na política de educação permanente no SUS.
- A inclusão dos quesitos de identidade de gênero e de orientação sexual nos formulários, prontuários e sistemas de informação em saúde.
- A ampliação da participação dos movimentos sociais LGBT nos

conselhos de saúde.

- O incentivo à produção de pesquisas científicas, inovações tecnológicas e compartilhamento dos avanços terapêuticos.
- A garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e o respeito ao direito à intimidade e à individualidade.
- O estabelecimento de normas e protocolos de atendimento específicos para as lésbicas e travestis.
- A manutenção e o fortalecimento de ações da prevenção das DST/aids, com especial foco nas populações LGBT.
- O aprimoramento do Processo Transsexualizador.
- A implementação do protocolo de atenção contra a violência, considerando a identidade de gênero e a orientação sexual (BRASIL, 2013, p. 12).

Somente depois de 23 anos da promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS), que o MS publicou a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs (Portaria GM/MS nº 2.836/2011). Entende-se por saúde integral, o conjunto de ações que abrange todas as necessidades e especificidades de cada grupo do segmento LGBT, não se limitando ao tratamento de doenças, mas se atentando à produção de informações que possibilitem a aplicação de uma política de saúde ampliada. Porém, não basta a formalização de diretrizes para atendimento da população LGBT se os governos não investirem para a sua concretização. Nesse sentido, a aprovação pelo parlamento, em 2016, da Emenda Constitucional 95²⁵, que limitou por 20 anos os gastos públicos, restringindo o aumento de investimentos públicos à inflação do ano anterior, pode atrasar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs que necessita de investimentos para a formação dos trabalhadores em saúde e desenvolvimento das atividades necessárias.

A primeira resolução do CFM sobre o tratamento de pessoas transexuais (Resolução CFM nº 1.428/97) foi revogada pela Resolução CFM nº 1652/2002, que retirou o caráter experimental de cirurgias em transexuais femininas, possibilitando que outros hospitais, além daqueles vinculados às universidades, pudessem realizar esses procedimentos. Na Resolução CFM nº 1.955/2010 (CFM, 2010, p. 109), houve a alteração do item 4 do Art. 3º onde se substituiu a expressão “ausência de outros transtornos mentais” por “ausência de transtornos mentais”,

²⁵ PROMULGADA Emenda Constitucional do teto de gastos públicos. *Senado Notícias*, 15 dez.2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 01 maio 2020.

apesar de ainda considerar o desconforto com o sexo anatômico como um distúrbio. Houve também a legitimação das cirurgias de retirada de mamas (mastectomia), útero e ovários (histerectomia) que deixaram de ser experimentais.

Depois de ampla mobilização da comunidade trans, inclusive provocando o poder judiciário²⁶, o então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assinou a Portaria GM/MS nº 2.803/2013 redefinindo e ampliando o processo transexualizador no SUS.

Art. 2º São diretrizes de assistência ao usuário(a) com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS:

I - integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;

II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;

III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transexualizador, tendo como **porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção** (BRASIL, 2013, online).

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS), durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde retirou da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) a classificação da transexualidade como transtorno mental. Na edição da CID-11, a transexualidade passou a integrar a categoria de “condições relacionadas à saúde sexual” e a ser classificada como “incongruência de gênero”. A permanência da transexualidade no CID está relacionada com a necessidade de se garantir o atendimento de saúde em conformidade com as necessidades da população transexual.

²⁶ A decisão da Ação Civil Pública nº 2001.71.00.026279-9/RS determinou, em 13 de setembro de 2013, que o MS cumprisse, no prazo de 30 dias, as medidas necessárias para a realização de todos os procedimentos médicos para garantir a cirurgia de transgenitalização e a readequação sexual conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 1.652 de 2002 do CFM. Disponível em: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfrs&documento=9556467&hash=fc8cfe443c120b4b8764297e826fd649. Acesso em: 05 jun. 2020.

Figura 5 - Classificação da transexualidade conforme CID-11

The screenshot shows the WHO ICD-11 website interface. At the top, it reads "CIE-11 para estadísticas de mortalidad y morbilidad (Versión : 04 / 2019)". A search bar contains the word "trans". Below the search bar, there are navigation tabs: "Navegación", "Herramienta de codificación", "Vistas especiales", and "Información". On the left side, a tree view shows the classification structure, with "Discordancia de género" selected. The main content area displays the following information:

- Foundation URI:** <http://id.who.int/icd/entity/411470068>
- Discordancia de género**
- Entidad padre:** 17 Condiciones relacionadas con la salud sexual
- Descripción:** La discordancia de género se caracteriza por una marcada y persistente discordancia entre el género experimentado de la persona y el sexo asignado. Las variaciones en el comportamiento de género y las preferencias no constituyen por sí solas la base para asignar los diagnósticos en este grupo.

Fonte: CIE-11, 2019, *online*.

Antecipando a OMS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já havia publicado a Resolução CFP nº01/2018 determinando que a transexualidade não fosse considerada um problema de saúde mental. O objetivo dessa resolução é “impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação”, além de proibir “a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias”. A orientação para os profissionais de psicologia passou a ser o entendimento de que as identidades de gênero são autodeclaratórias, dando mais voz aos sujeitos e limitando as abordagens inquisitoriais em busca de comprovação da identidade de gênero da pessoa (CFP, 2019, *online*).

Ao se retirar a transexualidade do rol de doenças, se avança no sentido de despatologizar um fenômeno que nada mais é do que uma expressão da diversidade humana. Sendo mais uma manifestação da condição humana, há de se garantir o acesso a um serviço de saúde que abranja, na integralidade, as demandas das pessoas trans.

Em janeiro de 2020, o CFM publicou a Resolução CFM nº 2.265/2019, revogando a Resolução CFM nº 1955/2010 sobre o cuidado específico à pessoa com “incongruência de gênero ou transgênero” (CFM, 2020, p. 96). Essa resolução ampliou as perspectivas da resolução anterior, atualizando as suas diretrizes de

acordo com a Portaria GM/MS nº 2.836/2011 e a Portaria GM/MS nº 2803/2013 que redefiniu e ampliou o processo transexualizador no SUS. O documento não se limitou à cirurgia de redesignação e passou a considerar todas as necessidades de atenção à saúde das pessoas trans. Também se refere ao conjunto das pessoas cuja identidade de gênero destoa do gênero designado no nascimento, independente do desejo da pessoa de mudar sua genitália. Percebemos um avanço no entendimento do CFM sobre as identidades de gênero, superando a busca por um diagnóstico do transexual verdadeiro e dando mais voz para os sujeitos, ao incluir a definição de identidade de gênero como o “reconhecimento de cada pessoa sobre seu próprio gênero” (CFM, 2020, p. 96).

Art. 1º

[...]

§ 5º Considera-se afirmação de gênero o procedimento terapêutico multidisciplinar para a pessoa que necessita adequar seu corpo à sua identidade de gênero por meio de hormonioterapia e/ou cirurgias.

Art. 2º A atenção integral à saúde do transgênero deve contemplar todas as suas necessidades, garantindo o acesso, sem qualquer tipo de discriminação, às atenções básica, especializada e de urgência e emergência.

[...]

Art. 6º Na atenção médica especializada, o transgênero deverá ser informado e orientado previamente sobre os procedimentos e intervenções clínicas e cirúrgicas aos quais será submetido, incluindo seus riscos e benefícios.

[...]

Art. 8º O acompanhamento dos familiares e indivíduos do vínculo social do transgênero deverá ser articulado com outros serviços de saúde ou socioassistenciais, com vistas a garantir a assistência integral caso não seja realizado pela mesma equipe que assiste ao transgênero.

[...]

Compreender e respeitar o que crianças e adolescentes manifestam a respeito de como se identificam é dever médico e aspecto essencial do cuidado à saúde (CFM, 2020, p. 96-98, grifos nossos).

Nessa resolução, foi incluída a necessidade de se fazer um acompanhamento multidisciplinar da pessoa trans e de seus familiares mais próximos, evidenciando a necessidade de se garantir o acesso à informação sobre os procedimentos e intervenções clínicas e cirúrgicas caso a pessoa opte em participar do Projeto Terapêutico Singular (PTS). No intuito de se promover a atenção em saúde integral, a Resolução orienta o estabelecimento do PTS que é “um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, resultado da

discussão coletiva de equipe multiprofissional e interdisciplinar a partir da singularidade dos sujeitos assistidos” (CFM, 2020, p. 97).

A resolução aponta para a importância da participação ativa dos sujeitos, sendo necessário, para tanto, o esclarecimento deles sobre todo o processo terapêutico e suas consequências. Mais uma inovação em relação às resoluções anteriores. Há um destaque para o processo informacional que deve ser estabelecido entre a equipe multiprofissional e o sujeito durante o PTS.

O PTS abrange o sujeito em todas as etapas de seu acompanhamento, dando-lhe condições para que participe ativamente do processo terapêutico, sendo corresponsável por seu cuidado.

A pessoa com incongruência de gênero ou transgênero deve demonstrar esclarecimento e compreensão dos efeitos esperados e colaterais da hormonioterapia cruzada, assim como capacidade de realizá-la de forma responsável (CFM, 2020, p. 97, grifos nossos).

Esses regramentos foram publicados recentemente como consequência de muitos anos de mobilização das pessoas trans e das pesquisas evidenciando o grave problema de saúde pública resultante da ausência de oferta de procedimentos terapêuticos no SUS para a população trans. No Quadro 1, sintetizamos os procedimentos terapêuticos ofertados pelo SUS para pessoas trans.

Quadro 1 - Procedimentos terapêuticos e cirúrgicos de afirmação de gênero no SUS, de acordo com a Portaria MS/GM 2.803/2013 e Portaria CFM nº 2.265/2019

PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO	IDADE MÍN. E MÁX.
Acompanhamento do usuário(a) no processo de afirmação de gênero exclusivo nas etapas do pré e pós-operatório Tratamento hormonal	Consiste no acompanhamento mensal de usuário(a), no máximo dois atendimentos mensais, durante no mínimo de 2 (dois) anos no pré-operatório e por até 1 ano no pós-operatório. Consiste na utilização de terapia medicamentosa hormonal disponibilizada mensalmente (estrógeno ou testosterona).	16-75 anos
Acompanhamento de usuário(a) para atendimento clínico.	Consiste no acompanhamento de usuário(a) no Processo Transexualizador com atendimento mensal por equipe multiprofissional, diferente do acompanhamento exclusivo das etapas no pré ou pós operatório no processo transexualizador.	
Procedimentos de afirmação de gênero do masculino para o feminino		
Cirurgia genital	A neovulvovaginoplastia primária compreende: orquiectomia bilateral, penectomia, neovaginoplastia, neovulvoplastia. A neovaginoplastia com segmento intestinal só deverá ser realizada quando da falha ou impossibilidade do procedimento primário.	18-75 anos

Tireoplastia	Consiste na cirurgia de redução do Pomo de Adão com vistas à feminilização da voz e/ou alongamento das cordas vocais
Plástica mamária reconstrutiva bilateral incluindo prótese mamária de silicone bilateral no processo transexualizador	Consiste em cirurgia Plástica mamária reconstrutiva bilateral complementar ao processo de redesignação sexual no sexo masculino no processo transexualizador, incluindo implante de prótese mamária de silicone bilateral.
Mamoplastia de aumento	A mamoplastia de aumento poderá ser realizada nas mulheres transexuais e nas travestis, de acordo com o Projeto Terapêutico Singular.
Procedimentos de afirmação de gênero do feminino para o masculino	
Mastectomia simples bilateral	Procedimento cirúrgico que consiste na ressecção de ambas as mamas com reposicionamento do complexo auréolo mamilar.
Cirurgias pélvicas	Histerectomia c/ anexectomia bilateral e colpectomia
Cirurgias genitais	Procedimento cirúrgico de ressecção do útero e ovários, com colpectomia Neovaginoplastia, que pode ser realizada em conjunto com a histerectomia e o oforectomia bilateral ou em momentos cirúrgicos distintos Faloplastias: Metoidoplastia, que compreende retificação e alongamento do clitóris após estímulo hormonal, sendo considerada o procedimento de eleição para faloplastia. Neofaloplastia com retalho microcirúrgico de antebraço ou retalho de outras regiões. É considerada experimental, devendo ser realizada somente mediante as normas do Sistema CEP/Conep.

18-75 anos

Fonte: BRASIL, 2013; CFM, 2020, adaptado.

Nos últimos anos, surgiram muitos ambulatórios públicos de saúde trans. Contudo, o MS não disponibiliza em sua página ou redes sociais listagens com informações sobre em quais cidades as pessoas têm acesso aos ambulatórios. Localizamos uma listagem mais atualizada na rede social Reddit²⁷, numa comunidade sobre transexualidade com 905 membros. As pessoas podem atualizar a lista ou fazer comentários.

²⁷ Essa rede social é uma comunidade de fóruns onde os usuários podem votar no conteúdo. É comum que quem acessa o Reddit interaja enviando links para conteúdo externo à comunidade, promovendo votações sobre quais histórias e discussões são mais importantes. [...] Um *subreddit* é definido como uma subseção criada pelo usuário ou subfórum do site Reddit principal (ALVES, 2013, s/p).

Figura 6 - Lista de ambulatórios de saúde trans publicada no Reddit

Posted by u/taish | ceci n'est pas une 11 months ago

Lista de ambulatórios de saúde trans no Brasil

Para ter acesso aos serviços do processo transexualizador do SUS, é preciso solicitar encaminhamento na unidade básica de saúde mais próxima da sua residência.

Adições, atualizações ou correções a esta lista? Deixe um comentário ou mande um [modmail](#).

Centros de referência com atendimento ambulatorial e hospitalar (cirúrgico):

Hospital	Cidade
UFG - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	Goiânia/GO
UFRGS - Hospital de Clínicas de Porto Alegre	Porto Alegre/RS
UFP - Hospital das Clínicas	Recife/PE
UERJ - Hospital Universitário Pedro Ernesto	Rio de Janeiro/RJ
FMUSP - Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina	São Paulo/SP

Ambulatórios do SUS:

Ambulatório	Cidade
CPATT - Centro de Pesquisa e Apoio a Travestis e Transexuais	Curitiba/PR
Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia	Rio de Janeiro/RJ
Hospital Universitário Professor Edgard Santos	Salvador/BA
Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS	São Paulo/SP
Ambulatório do Hospital das Clínicas de Uberlândia	Uberlândia/MG
Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	Vitória/ES

Ambulatórios das redes de saúde estaduais:

Ambulatório	Cidade
Ambulatório Transexualizador da Unidade Especializada em Doenças Infetoparasitárias e Especiais	Belém/PA
Ambulatório de atenção especializada no Processo Transexualizador do Hospital Eduardo de Menezes	Belo Horizonte/MG
Ambulatório Trans do Hospital Dia	Brasília/DF
Ambulatório LGBT Darlen Gasparelli	Camaragibe/PE

Ambulatório de Saúde de Travestis e Transexuais do Hospital Universitário Maria Pedrossian	Campo Grande/MS
Centro de Saúde Campeche	Florianópolis/SC
Centro de Saúde Estreito	Florianópolis/SC
Centro de Saúde Saco Grande	Florianópolis/SC
Ambulatório de Saúde Trans do Hospital de Saúde Mental Frota Pinto	Fortaleza/CE
Ambulatório de Transexualidade do Hospital Geral de Goiânia Alberto Rassi	Goiânia/GO
Ambulatório para travestis e transexuais do Hospital Clementino Fraga	João Pessoa/PB
Ambulatório de Saúde Integral Trans do Hospital Universitário da Federal de Sergipe	Lagarto/SE
Ambulatório LGBT Patrícia Gomes, Policlínica Lessa de Andrade	Recife/PE
UPE, Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros	Recife/PE
Ambulatório LBT do Hospital da Mulher	Recife/PE
Ambulatório de Estudos em Sexualidade Humana do HC	Ribeirão Preto/SP
Ambulatório do Centro Estadual de Diagnóstico, Assistência e Pesquisa	Salvador/BA
Ambulatório trans do Hospital Guilherme Álvaro	Santos/SP
Ambulatório Municipal de Saúde Integral de Travestis e Transexuais	São José do Rio Preto/SP

r/transbr

Um lugar para discutir tudo relacionado a comunidade trans brasileira. Se você tem perguntas, quer desabafar, ou qualquer outra coisa, seja bem-vinde!

901 Members 9 Online

Created 1 de jun. de 2018

[JOIN](#)

Help About
 Reddit App Careers
 Reddit Coins Press
 Reddit Premium Advertise
 Reddit Gifts Blog
 Terms
 Content Policy
 Privacy Policy
 Mod Policy

Reddit Inc © 2020. All rights reserved

[BACK TO TOP](#)

Help About
 Reddit App Careers
 Reddit Coins Press
 Reddit Premium Advertise
 Reddit Gifts Blog
 Terms
 Content Policy
 Privacy Policy
 Mod Policy

Reddit Inc © 2020. All rights reserved

[BACK TO TOP](#)

Ambulatório AMTIGOS do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas	São Paulo/SP
Ambulatório Roberto Farina, UNIFESP	São Paulo/SP
UBS Santa Cecília	São Paulo/SP

Referências:

- [Guia Disforia de Gênero - Sociedade Brasileira de Pediatria, nº 4, jun/2017](#) ✓
- [Depto de DCCIST](#) ✓
- [Ministério da Saúde \(1\)](#) ✓
- [Ministério da Saúde \(2\)](#) ✓
- [Secretaria de Saúde do ES](#) ?
- [Leijá](#) ✓
- [Diário de Pernambuco](#) ✓
- [Agência AIDS](#) ✓
- [G1](#) ✓
- [Agência Brasília](#) ?

17 Comments Share Save Hide Report 100% Upvoted

Help
 Reddit App
 Reddit Coins
 Reddit Premium
 Reddit Gifts

About
 Careers
 Press
 Advertise
 Blog
 Terms
 Content Policy
 Privacy Policy
 Mod Policy

Reddit Inc © 2020. All rights reserved

BACK TO TOP

Fonte: R/TRANSBR, 2019, online.

Righeto (2018) afirma que a luta pela visibilidade trans está ligada, principalmente, à retificação do nome social, à despatologização da transexualidade, ao combate à transfobia. Podemos, ainda, incluir a inserção no mercado formal de trabalho e o acesso à saúde integral pública. O nome social diz respeito ao modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, visto que o nome registrado na Certidão de Nascimento não reflete sua identidade de gênero ou causa constrangimento (REDE TRANS BRASIL, 2017).

Nesse sentido, o STF tem discutido questões importantes para a população trans. Uma delas foi a decisão da ação direta de inconstitucionalidade ADI 4275 ajuizada pela Procuradoria Geral da República para que o artigo 58 da Lei nº 6.015/1973 (a lei de registros públicos) fosse interpretado de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto na Constituição Federal, permitindo a alteração do nome e gênero no registro civil por meio de averbação no registro original. A partir disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou o provimento nº 73 de 2018 para orientar os tribunais de justiça e os cartórios de registro civil (PROJETO..., 2018).

Essa decisão acabou com a obrigatoriedade de um laudo psiquiátrico atestando a “disforia de gênero”, da comprovação de realização de cirurgias e do ajuizamento de ação judicial. Basta que o indivíduo procure o serviço cartorial para a retificação do nome e do gênero. Entretanto, as pessoas trans entrevistadas reclamaram da quantidade de documentos requeridos pelos cartórios e dos custos

para emissão de alguns deles, além do valor cobrado para a mudança no registro civil, elementos apontados também nos grupos de pessoas trans do *Facebook*.

A ANTRA e o Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos se articularam para a elaboração da cartilha “Projeto Eu Existo: alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis” com informações sobre os procedimentos e documentos necessários para alteração do registro civil. No prefácio, os autores ressaltaram que alguns cartórios podem apresentar resistências para a realização desse procedimento, o que deve ser denunciado pelas pessoas às ONGs, corregedorias dos tribunais de justiça ou ao próprio CNJ (PROJETO, 2018). Essa cartilha pode ser acessada por links disponíveis em alguns sites de notícias e de organizações LGBTs.

Figura 7 - Guia para alteração de nome social e gênero



Fonte: PROJETO..., 2018, s/p.

Diante da omissão do legislativo federal brasileiro em estabelecer mecanismos legais de combate à discriminação à orientação sexual (homofobia) e à identidade de gênero (transfobia), o STF decidiu, em junho de 2019, que a

homotransfobia seja punida de acordo com a Lei n^o 7716/89, a Lei de Racismo, que prevê crimes de “discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”. O racismo é um crime inafiançável e imprescritível que pode levar o autor a cumprir de um a cinco anos de reclusão e pagamento de multa (BRASIL, 1989).

O debate dessa questão ocupou seis sessões durante três meses. A Suprema Corte foi acionada por duas ações: uma de 2012 movida pela ABGLT e outra de 2013 impetrada pelo Partido Popular Socialista (PPS). O argumento principal foi que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF) determina que qualquer discriminação que atente contra os direitos e liberdades fundamentais seja punida e que a Lei do Racismo foi estabelecida a partir da opção de se punir na esfera criminal. Quando a Câmara dos Deputados e o Senado não legislam sobre a homotransfobia, assim como fizeram com a discriminação por cor ou etnia, se configura a omissão inconstitucional dos parlamentares.

A criminalização da homotransfobia não é um consenso entre militantes LGBTs, dos direitos humanos e estudiosos do campo do Direito. Como exemplo, podemos apontar as posições dos professores Mauricio Dieter, da Universidade de São Paulo (USP), e Renan Quinalha, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Para Dieter, a criminalização teria um efeito simbólico, mas não reduziria a opressão aos LGBTs. Ele exemplifica com atos que se tornaram crimes e que não deixaram de acontecer, pois a origem do crime, os problemas sociais, continua sem uma política específica. Já Quinalha, mesmo concordando que a criminalização não seja a solução para a homotransfobia, aponta a importância dessa tipificação para a geração de dados oficiais sobre violência contra LGBTs. Até a decisão do STF, os crimes relacionados à homotransfobia eram registrados como crimes comuns (BARIFOUSE, 2019).

Esses acontecimentos recentes demonstram a ausência de atuação dos poderes legislativo e executivo na elaboração de legislações para garantia de serviços públicos direcionados às demandas da população LGBT, em especial das pessoas trans. Convém lembrar que, desde 2016, o Programa Brasil sem Homofobia não faz parte das ações governamentais.

3 A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E A ESCOLA

No meu processo de socialização, vejo-me como tendo passado por duas fases nítidas. Na primeira, aprendi e incorporei o ponto de vista dos indivíduos 'normais', introjetando os valores sociais e a ideia geral de que possuía um estigma, que não sabia bem qual era. Na segunda, que defino como a 'tomada da cicuta', aprendi que possuía um estigma bem particular e, dessa vez, soube, minuciosamente, das consequências de tê-lo em mim.

João Nery, 2011, p. 53-54.

Abordaremos as narrativas das/os colaboradoras/es desta pesquisa sobre o processo de (des)construção de suas identidades de gênero. Essas pessoas vivem “transitando entre desejos e normas, buscando reconhecimento e são enredadas das questões do poder [...]” (TEIXEIRA, 2009, p. 20). Não se trata de construirmos uma história de uma mudança de gênero e sim de apresentarmos as transitoriedades vividas pelos sujeitos entre o que se convencionou denominar gêneros masculino e feminino.

No primeiro tópico, apresentaremos o percurso metodológico e as pessoas entrevistadas. Nos tópicos seguintes, abordaremos a relação entre socialização, inculcação de normas de gênero e práticas informacionais, a partir das narrativas das/dos entrevistadas/os sobre as suas relações com a família e a escola. Essa abordagem se justifica tendo em vista que é no seio dessas instituições que acontecem a socialização primária e secundária (BERGER; LUCKMANN, 1983) e a incorporação e desenvolvimento do *habitus* nos indivíduos. Nosso objetivo foi analisar a relação entre o papel da família e da escola para a conformação das condições para as práticas informacionais dos entrevistados em torno do processo de transição de gênero.

3.1 O percurso metodológico

Frota (2007) discutiu os desafios teórico-metodológicos para a vertente que entende a CI como uma parte das CS a partir do debate traçado por Domingues

(2004)²⁸ sobre a produção do conhecimento científico. Para a autora, buscar nas CS elementos teórico-metodológicos é um movimento necessário para **“captar o significado da informação para os seus produtores, organizadores e ‘usuários’, a partir dos contextos histórico e social nos quais os processos informacionais se estabelecem e adquirem determinadas características e sentidos”**. (FROTA, 2007, p. 54, grifos nossos). Cronin (2008, p. 471), ao abordar a influência das teorias sociológicas entre os pesquisadores da CI desde a década de 1980, afirma que, apesar de não podermos dizer que houve uma virada sociológica da área, a sua relação com as CS decorre do fato do conhecimento emergir da prática e estar fundamentado no mundo material.

O objeto da CI é a informação e os múltiplos processos que a envolvem e que não se limitam à sua organização e disponibilização. E a informação é um produto da relação entre as pessoas em comunidade. Portanto, é um objeto produzido em determinadas condições, que carrega em si uma historicidade, marcada por disputas e conflitos. Afinal,

As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz, dialeticamente, as marcas progressas, numa reconstrução constante do que está dado e do novo que surge. Toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos (MINAYO, 2014, p. 39, grifos nossos).

Nesse sentido, o estabelecimento de categorias a priori para averiguação de fenômenos informacionais, objetivando o desenho de modelos de comportamento informacional, pode levar o pesquisador a realizar um enquadramento da realidade numa idealização. Daí a importância de se retirar da pesquisa empírica as categorias para a preparação da etapa abstrata da pesquisa que é a elaboração do concreto pensado.

Existe o que podemos chamar de “regência do objeto”. Ao percebermos a realidade social com seu caráter contraditório, não estamos sabotando o

²⁸ DOMINGUES, I. *Epistemologia das ciências humanas*. Tomo 1: positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

conhecimento por não obedecer à natureza lógico-formal da ciência, mas apreendendo racionalmente essa realidade recheada de antagonismos.

Há de tomarmos o cuidado de não nos prendermos ao empírico e mais imediato, que se trata de uma representação fenomênica exteriorizada pontualmente. “Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens, desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno” (MARTINS, 2006, online). A essência do fenômeno, suas contradições internas, não está explícita, não se revela imediatamente nem pela fala dos sujeitos, nem pela observação do pesquisador.

A partir destas considerações nos parece impossível construir qualquer conhecimento objetivo, quer sobre indivíduos quer sobre a totalidade social, tomando-se qualquer um deles separadamente. Esta afirmação entretanto, não postula a impossibilidade de se ter a particularidade como referência primária na construção do conhecimento, mas reafirma que é apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto, ou seja, é apenas por esta via que a ênfase conferida ao particular não se converte no abandono da construção de um saber na perspectiva da totalidade (MARTINS, 2006, online),

O ponto de partida do conhecimento é a imediaticidade do fenômeno, aquilo que observamos em sua singularidade. Mas, esse fenômeno também tem uma expressão universal, complexa e transitória. A singularidade e a universalidade são como opostos e a “contínua tensão entre eles (singular - universal) se manifesta na configuração particular do fenômeno” (MARTINS, 2006, online).

O procedimento metodológico a ser adotado, nessa perspectiva, deve partir do real aparente, do empírico, de onde serão levantados os dados. Então, se faz a exegese analítica desses dados, que acontece por mediações do pensamento, retornando-se à complexidade do real, agora captado pelo processo teórico-analítico realizado pelo pesquisador.

Nosso objetivo era descrever as barreiras encontradas, as fontes de informações acessadas e compartilhadas, assim como o conhecimento desenvolvido a partir do momento em que o indivíduo optou pela transição de gênero como uma forma de vivenciar seus desejos. Assim, buscamos por pessoas que se identificassem como transexuais ou travestis, com idades acima de 18 anos, bastando a autodeclaração. Optamos pela pesquisa qualitativa com intuito de

focarmos nas experiências dos sujeitos, ouvirmos suas histórias de vida para que pudéssemos fazer uma descrição dos conflitos com as normas de gênero desde a socialização na família e na escola. Utilizamos a entrevista, a partir de um roteiro semiestruturado, que permitisse nossas intervenções durante as narrativas das/os colaboradoras/es para que elas/es pudessem aprofundar sobre determinadas lembranças ou esclarecermos qualquer dúvida que tivessem. Nos próximos parágrafos, utilizaremos as conjugações verbais em primeira pessoa do singular para explicitarmos as nuances do trabalho de campo que acaba sendo de maior responsabilidade do doutorando.

Minha aproximação desse universo se deu com um homem trans que me concedeu uma primeira entrevista, antes da qualificação do projeto de pesquisa, além de outros momentos de conversa, que serviram para a avaliação do roteiro e aproximação da temática da transexualidade. Naquele momento, percebi a importância de ouvir a história de vida para compreender as necessidades e demandas informacionais, as tentativas de resolução, as frustrações e a produção e compartilhamento de novas informações buscando a superação dessas lacunas. Nesse sentido, foi importante ouvir pessoas de diferentes idades para a análise das práticas informacionais conforme o contexto sócio-histórico.

Houve dificuldades na minha aproximação com as pessoas trans pelo fato de eu não ter nenhuma atuação profissional ou política com elas, o que causava uma desconfiança e estranheza. Além disso, a marginalização, a estigmatização, as dificuldades enfrentadas por elas, ao longo da vida, as levam a deixar o passado para trás, a não quererem falar sobre um período de conflitos e sofrimentos com a forma de se estar no mundo. A partir da técnica bola de neve, que consiste de indicações dos próprios entrevistados (VINUTO, 2014), eu me aproximei do universo e consegui contactar 20 pessoas, das quais somente nove aceitaram conceder uma entrevista mais aprofundada.

Abordei as pessoas e estabeleci os contatos iniciais pelo aplicativo *Whatsapp* ou pelo *Messenger* com cada colaboradora/or, antes de realizarmos as entrevistas. Durante essas conversas, me apresentei, contei um pouco sobre minha trajetória profissional e acadêmica, expliquei sobre a CI e sobre os objetivos da pesquisa. Somente uma entrevistada não é natural de Minas Gerais. Ela foi contactada pelo fato de ser uma travesti doutoranda em Matemática numa universidade pública, um fenômeno ainda recente tendo em vista a exclusão que

ainda sofrem as travestis. Considerei importante entrevistá-la para compor um caráter mais heterogêneo ao grupo entrevistado. Nossa aproximação aconteceu por meio do *Facebook*, há cerca de três anos quando passei a seguir suas postagens.

Durante as entrevistas, as/os colaboradoras/es foram incitadas/os a falarem suas memórias sobre o que era a identidade de gênero para elas/es e como se deu a construção da transição de gênero, focando nas necessidades, fontes de informações acessadas e dificuldades que enfrentaram nesse processo. Transcrevi os relatos para que houvesse uma leitura interpretativa para retirar as categorias empíricas que emergiram dos fragmentos das falas das/os entrevistadas/os. Mas, também precisei recorrer a minha memória, pois, em alguns momentos, as/os entrevistadas/os me pediram para interromper a gravação quando falavam sobre algo que consideravam mais delicado ou sobre situações envolvendo outras pessoas. Além disso, quando acabavam as questões postas no roteiro e eu interrompia a gravação, havia uma continuidade da conversa de uma maneira menos tensa, mais informal a partir, principalmente, de opiniões sobre a conjuntura do país, quando as/os entrevistadas/os falaram alguns fatos importantes que só pude anotar algum tempo depois.

Partimos dos fundamentos da hermenêutica-dialética para a análise do material coletado pelas entrevistas. O processo hermenêutico se dá durante a ordenação e classificação dos dados, quando realizamos uma leitura interpretativa do material em busca dos elementos que poderão responder às questões iniciais da pesquisa. Logo após, procedemos a uma classificação por temas e categorias, agrupando as falas e percebendo as diferenças e conexões entre elas (MINAYO, 2014).

A hermenêutica tenta encontrar não a intenção ou a vontade do autor, mas ir além dele, considerando que os textos (num sentido amplo) dizem muito mais do que quem os escreveu pretendeu dizer. Os textos (uma entrevista, por exemplo), têm, então, uma vida própria, por assim dizer, ultrapassando as pretensões e desígnios de seus autores originais. Os textos, os discursos e as informações de um modo geral, produzem-se e inserem-se num contexto sócio-histórico e adquirem ressonância cultural, significados e sentidos, que escapam ao controle de quem os produziu. Têm, portanto, existência própria e são, em si mesmos, um fenômeno sócio-político que adquire relevância no curso da história (AZEVEDO, 2004, p. 130).

Dessa maneira, a leitura e interpretação das transcrições das falas dos sujeitos deve levar em consideração os aspectos sociais que envolveram aquelas

práticas narradas. Por isso, precisamos compreender os conflitos nas relações de gênero para analisarmos em que condições ocorreram as práticas. Nesse sentido, não podemos perder de vista a totalidade e a contradição que envolvem o fenômeno empírico exposto pela fala.

Uma análise compreensiva ancorada na hermenêutica-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e por isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das ideias expostas nos produtos sociais (textos, monumentos, instituições) buscando, na sua especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo; e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações (MINAYO, 2014, p. 347).

3.2 Apresentando as/os informantes

Neste tópico, apresentaremos as pessoas que aceitaram compartilhar suas histórias de conflitos e transições entre os gêneros. Optamos por renomear as/os entrevistadas/os ao invés de utilizarmos designações como “Entrevistada/o 1, 2...” Assim, mantivemos o anonimato e nos afastamos da frieza de identificações genéricas. A escolha dos nomes foi feita de forma aleatória.

Condensamos os dados principais das/os colaboradoras/es no Quadro 2. Optamos, também, por uma apresentação de cada pessoa a partir de seus relatos sobre os conflitos com a identidade de gênero designada.

Quadro 2 - Identificação das/os informantes da pesquisa

COLABORADORA/OR	IDADE	ESCOLARIDADE	IDADE INÍCIO TRANSIÇÃO	OCUPAÇÃO
Clarice	55	Ens. fundamental incompleto	12	Profissional do sexo
Natasha	50	Superior incompleto	34	Trabalhos eventuais
Leca	46	Ensino médio	16	Cabelereira
Apolo	39	Superior completo	25	Coordenador pedagógico e professor na biblioteca escolar
Marta	37	Ensino médio	12	Profissional do sexo e outros trabalhos eventuais
Gabriel	34	Superior completo	25	Professor de artes
Mila	28	Doutorado em andamento	24	Estudante de pós-graduação
Naldo	27	Superior incompleto	21	Estudante de graduação Assistente de educação
Caio	20	Superior incompleto	20	Estudante de graduação

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

CLARICE

Foi em sua residência, um pequeno apartamento na região noroeste de Belo Horizonte, que Clarice, uma travesti ativista de 55 anos, me concedeu a entrevista. Ela divide a moradia com outra jovem travesti.

Clarice teve seu primeiro contato com uma mulher trans na cidade dos tios, onde costumava passar as férias escolares. Foi com essa pessoa que ela conheceu a possibilidade da travestilidade, recebeu orientações sobre a ingestão de hormônios e recebeu seu novo nome.

CLARICE: Conheci uma transexual lá em Patos de Minas. Eu ia fazer 12 anos, eu fui na casa do meu tio, do lado da casa do meu tio morava uma trans. Até então, nunca tinha visto uma trans na minha vida. Ela era muito bonita, estava no auge da Luiza Brunet. O nome dela era não sei o que lá Brunet. Ela disse assim: "não, você vai ser trans, você tem tendência para ser trans, você tem que tomar hormônio". Me deu o nome dos comprimidos, comecei a tomar, meu peitinho começou a crescer. Eu

sempre ia lá, arrumava pretensão de que ia visitar meu tio, mas ia ver ela. Aí, um dia ela foi lá em casa, conversou com mamãe: 'sua filha vai ser assim, assim'. E mamãe: 'não vai ser, não vai ser'.

Assim como Marta, Clarice teve dificuldades em dar continuidade à sua escolarização devido à sua aparência e comportamento femininos. Ela saiu da sua cidade natal, localizada no interior de Minas Gerais, com 13 anos de idade para se estabelecer em Belo Horizonte, onde começou a trabalhar como auxiliar de cozinheira. No entanto, como a remuneração que recebia não era suficiente para se manter, logo que começou a tomar formas femininas com a automedicação, buscou na prostituição recursos para sua sobrevivência, ainda antes dos 18 anos de idade.

Assim como várias travestis brasileiras²⁹, Clarice foi para a Europa, onde morou por 20 anos e continuou trabalhando como profissional do sexo.

Ela destacou a diferença de tratamento dado pelo aparato estatal italiano e o acesso às ONGs que davam suporte para mulheres trans e mulheres cis estrangeiras em situação de prostituição quando eram detidas pela polícia. Atualmente, ela se dedica à militância, integrando a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o projeto Transpasse e o Coletivo Rebu.

NATASHA

Natasha é uma mulher trans com 50 anos de idade. Ela é natural de Belo Horizonte e mora na zona norte da cidade, onde sempre residiu com a família e, agora, sozinha. Anos antes de iniciar, pela segunda vez, sua transição de gênero, ela começou o bacharelado em Estatística numa universidade pública. Trancou sua matrícula no curso porque foi reprovada em várias disciplinas em períodos diferentes, ao mesmo tempo em que passou por um processo depressivo. Alguns anos depois, ela passou em um novo vestibular para o curso de Matemática na mesma universidade. Após a realização de cinco períodos, ela decidiu trancar a matrícula desse curso. Atualmente, ela está desempregada e obtém receita por meio de trabalhos pontuais como aulas particulares e atividades relacionadas à

²⁹ “Na década de 1980, muitas trans brasileiras foram para Europa, em especial Paris, em busca de fama e fortuna e tiveram contato com silicone líquido industrial e o uso indiscriminado de hormônios” (SIMPSON, 2014, p. 12).

informática.

Em suas lembranças, o conflito com a identidade de gênero masculina surgiu aos 14 anos, mas como não queria se contrapor às opiniões dos familiares, optou por reprimir seu desejo de ter uma aparência feminina. Ela chegou a se relacionar com mulheres, mas permanecia sua atração afetiva-sexual por homens. Quando tinha relações homoafetivas, ela se punia com medo do julgamento alheio.

NATASHA: Primeiro foi, mais ou menos, aos 14 anos. Eu, beirando os 15 anos, eu tive a primeira vontade de ser uma mulher, me vestir como mulher. Depois, com o avançar da idade, eu não conseguia me entender como... porque eu comecei a ter atração por homens, aos 17, 18 anos, aí eu comecei a ter relacionamento com homens e mulheres também, mas aquilo me causava sofrimento, sabe. Assim, eu ficava e depois eu me punia, ficava com medo das pessoas descobrirem e isso foi até, aproximadamente, uns quatro anos atrás. Um pouco menos, eu já me abria para o público LGBT que eu conhecia. Socialmente, eu ainda não tinha me aberto. A questão de gênero, eu me considerava mais como gênero misto. Com o passar do tempo, esse sentimento de viver como mulher foi aprofundando, sabe.

Num primeiro momento, Natasha se entendia como uma pessoa que ela mesma definiu como “gênero misto”. Em determinados momentos, ela se sentia bem vivenciando um comportamento tido como masculino, se relacionando com mulheres. Em outros momentos, despertava-lhe o desejo de vivenciar um comportamento feminino e de se relacionar com homens. Contudo, a vivência no papel feminino lhe causava culpa e preocupação com o julgamento que outras pessoas poderiam fazer. E esse sentimento está ligado à relação com sua família, principalmente, com o pai.

Aos 34 anos, com o pai ainda vivo, ela começou a ingerir hormônios femininos pela primeira vez por conta própria, a partir de indicações de outras mulheres trans e consultando artigos científicos ou não por meio do Google. Porém, quando percebia que as mudanças estavam visíveis para os outros, ela interrompia a ingestão dos hormônios. A redução de sua libido em decorrência da ingestão dos hormônios era outro elemento que influenciava sua decisão de interrupção.

NATASHA: Eu me hormonizava de forma a não deixar meu corpo extrapolar muito. Quando a gente começa a tomar hormônio, o seio começa a ficar pontudo, aí, alguém poderia perguntar né. Quando eu sentia que estava indo muito, eu parava, dava um tempo... Tinham outras coisas que influenciavam, a questão da libido também. Os hormônios

femininos afetam muito a libido, isso era uma das coisas que me parava.

Nesse período, Natasha morou durante dois anos em outro Estado, em busca de uma maior liberdade, numa tentativa de construir um novo projeto de vida. Mas, ainda mantinha, de certa maneira, uma vida dupla. Nas baladas que frequentava, se apresentava como uma mulher, mas evitava estabelecer uma relação de proximidade com as pessoas evitando, por exemplo, falar sobre seu local de trabalho.

Aos 36 anos, ela retornou à Belo Horizonte para cursar o bacharelado em Matemática, curso que acabou abandonando dois anos depois. Durante 10 anos, ainda permaneceu nessa transitoriedade entre o gênero masculino e feminino. Após o falecimento de seu pai, ela decidiu, aos 46 anos, assumir definitivamente sua identidade de gênero feminina. Retomou a ingestão de hormônios de maneira regular, procurou por atendimento no posto de saúde para tratar da sua transição e está aguardando, há um ano, a consulta com endocrinologista pelo SUS. Assumiu publicamente sua identidade de gênero já pedindo aos amigos e familiares que a tratem pelo pronome feminino e pelo nome que quer ser chamada. Na ocasião da nossa entrevista, ela disse não conhecer os serviços prestados pelo Ambulatório trans do Hospital Eduardo de Menezes. Aproveitamos então, para compartilhar informações sobre esse serviço.

LECA

Leca é uma mulher trans de 46 anos de idade. Ela mora na região de Venda Nova, Belo Horizonte, onde exerce a profissão de cabelereira. Realizamos a entrevista em seu salão de beleza, nos intervalos dos atendimentos, durante o dia, após três encontros pessoais quando conversamos sobre a pesquisa. O salão se situa no segundo andar de um prédio comercial na avenida principal do bairro. É um espaço simples, com uma decoração discreta. Uma imagem de Buda numa mesinha baixa, um arranjo de orquídeas artificiais, porém bem feitas, numa mesa lateral estreita e alta feita em ferro fundido, com tampo de vidro, um conjunto de sofás de escritório em tecido escuro, um painel com muitas fotos de Leca na Europa, onde morou durante 10 anos. Ao nos mostrar as fotos, fez questão de destacar seus traços ligados a um estereótipo feminino e as amigas trans já falecidas, vítimas de

violência. Quando estávamos terminando a escrita desta tese, fomos avisados por ela do assassinato de mais uma amiga, ocorrido num ponto de ônibus, após alguns desentendimentos com um vizinho. Esse crime ocorreu em Belo Horizonte.

As primeiras lembranças do reconhecimento da identidade feminina de Leca estão ligadas à sua religiosidade. Quando questionamos quando foi a primeira vez que se viu como uma menina, ela se lembrou do momento em que participou da coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, durante uma celebração católica. Normalmente, esse ritual é cumprido por meninas cis. Assim, na lembrança de Leca, as pessoas viam ali somente uma menina.

LECA: Quando eu coroei Nossa Senhora, com oito anos de idade, as minhas tias maternas, elas me levaram, me vestiram de... eu já tinha um cabelinho muito grande, só cortaram meu cabelo após os 10 anos de idade, no colégio militar, eu tinha que raspar a cabeça.[...] Fui coroar Nossa Senhora, eu queria vestir de anjo. As pessoas não me reconheceram assim... eu vestida de anjo pra coroar Nossa Senhora, era só uma menina.

Leca é de uma família de militares. O pai a obrigou a morar com a avó paterna para facilitar o acesso ao Colégio Tiradentes, cuja administração é feita pela Polícia Militar de Minas Gerais. Ela foi obrigada a cortar os cabelos e submetida a uma disciplina parcialmente militar, numa tentativa de adequação do seu comportamento a um ideal masculino. No entanto, ela manteve práticas homoafetivas com um primo que residia em outra cidade, onde tinha o costume de passar as férias. Até ser “denunciada” para seu pai que a afastou do convívio desses parentes.

LECA: Eu tinha muita atração por um primo meu, era apaixonada por ele. Depois, papai acabou descobrindo porque um primo, não vou dizer preconceituoso, mas viu a situação, brincadeiras né, e acabou falando pro meu pai. Nunca mais fui passar férias na casa dessa minha tia, [eles] são parentes do meu pai. Mas, assim, desde oito [anos] mesmo, sabe... porque nem sei como explicar... sempre gostei de menino.

A partir de 15 anos, quando terminou o Ensino Fundamental e pode sair do Colégio, abandonando temporariamente os estudos, ela deixou os cabelos crescerem e passou a conviver mais com outros meninos que exerciam práticas homoafetivas e/ou estavam iniciando sua transição para o gênero feminino mesmo que, para alguns, fosse temporária.

LECA: Depois da oitava série... pegava roupa da irmã, da tia, escondia numa sacolinha, escondia em outro lugar, nós íamos para uma praça pública, perto da casa da minha avó. Perto da Igreja da Boa Viagem também... tinha muitas árvores. Nós íamos pra lá, escondíamos a sacolinha com roupa de menino...mas não era uma roupa totalmente de menino, era uma roupa unissex. Porque, na minha época, eu gostava muito de Adidas e camiseta Hering. Porque não é as vestes que te faz mulher. Eu sempre gostei do carrinho do Nelson Piquet de Fórmula 1 e brincava de Autorama da Estrela. Nem por isso, a minha alma era de mulher. Sempre gostei de carrinho e gostava de bonecas que minhas irmãs ganhavam, mas eu adorava meu carrinho de Fórmula 1.

Aos 18 anos, já com uma aparência feminina, estabeleceu uma relação monogâmica com um homem mais velho, morando com ele

LECA: Eu saí de casa, mas eu fui morar com um homem. Eu não tinha muita relação com outras trans porque eu queria viver como uma Amélia, entre aspas, eu ia pro meu estúdio, trabalhava, ele também trabalhava. A gente vivia uma vida de casal, de marido e mulher.

Ao falar sobre a sua imagem nessa época, se compara com o cantor inglês do grupo *Culture Club*, Boy George, famoso nos anos 1980 por sua aparência andrógina. Leca chegou a fazer desfiles em Belo Horizonte devido ao seu biotipo magro e alto e à sua imagem andrógina que possibilitava a apresentação de roupas femininas e masculinas.

A entrevistada iniciou seu processo de hormonização aos 16 anos junto com outras mulheres trans, sem orientação médica. Ela realizou procedimentos cirúrgicos somente depois dos 30 anos de idade. Em 2005, por meio do auxílio de um famoso cabelereiro de Belo Horizonte, ela pode se mudar para a Itália onde exerceu a profissão de cabelereira, retornando ao Brasil em 2015, após o falecimento do pai. Atualmente, mora com sua mãe.

APOLO

Apolo tem 39 anos de idade, casado, natural de Belo Horizonte, onde mora e trabalha como supervisor escolar num turno e professor responsável pela biblioteca escolar em outro turno, na rede de ensino estadual. Quando perguntado sobre suas primeiras lembranças em torno do gênero, ele falou sobre a sua negação com roupas femininas.

APOLO: A primeira situação sempre foi vestimenta. A negação em relação a qualquer roupa feminina, de chorar. Isso são relatos que não são minhas lembranças, são relatos familiares. Toda a família fala que desde pequenininho colocava vestimenta feminina, vestido, por exemplo, negação total. Não parava de chorar enquanto não tirava o vestido. Aí colocava sempre um shortinho, uma camisetinha. Um vestido nunca coube. Eu não sei por quê. Essa parte aí não sei te responder de maneira nenhuma. Não tenho restrição nenhuma com essa situação, mas nunca me agradou, mas eu sei que desde os relatos da infância tem essa negação com vestimenta feminina. Não cores, tá. Cores não tem nada a ver. É a vestimenta própria mesmo de mulher que nunca agrada. [...] a minha brincadeira, o meu jeito de brincar, sempre foi voltado para o masculino. Sempre brincar com meninos era mais agradável, era mais engraçado, era mais legal. Aquela atividade que menino tem era sempre mais legal. A menina é mais parada, brincando sentadinha, brincadeira de menino é aquela bagunça, aquele, tumulto, eu sempre gostei disso, de agitação.

Durante toda nossa conversa, Apolo sempre chamou atenção para a atuação de sua mãe, que trabalhava como auxiliar de serviços básicos, na cantina da escola onde ele estudava, o que o ajudou a enfrentar as brincadeiras preconceituosas feitas pelos colegas. Ele nos contou que sua mãe sempre acolheu os estudantes que sofriam bullying na escola. Além disso, ele percebia que os professores e demais profissionais tentavam problematizar essa situação quando acontecia com ele. Talvez, pelo fato de serem colegas de trabalho de sua mãe. Ele não se lembra de situação em que fora recriminado por seus pais e nos contou em detalhes uma situação que envolvia a compra de um brinquedo.

APOLO: Aí, tinha lançado uma vez, numa lojinha local aqui, nós fomos e tinha lançado aquela super-máquina. A minha mãe trabalhou igual a uma louca para comprar aquela super-máquina, você não tem ideia porque era minha loucura. Aí, é que ela juntou o dinheiro e foi comigo até a lojinha no bairro comprar a tal da super-máquina. Quando eu cheguei lá, super-máquina era o mesmo preço, aproximado do Meu Bebê que era o sonho de toda menina. Aquela [boneca] Meu Bebê toda menina queria ter, mas, nas condições daquela época não era tão simples assim. Aí, tinha lá a Super-Máquina, um carrinho desse tamanhozinho, um carrinho que abria uma rodinha pra cá, outra pra lá e o Meu Bebê, uma boneca estática, parada. Aí, minha mãe falou: "o que você quer?". Aí eu tinha coragem de falar: eu quero ela, a Super-Máquina. Aí, minha mãe: "pega o carrinho para ela, por favor". A moça da loja falou com ela assim: "mas, você vai dar um carrinho para sua menina?" A minha mãe falou assim: "não, eu vou dar um carrinho para uma criança". [...] [A dona da loja]: "mas é errado você fazer isso, por isso que ela anda desse jeito". E eu todo menininho, todo tortinho, todo esquisitinho. Aí minha mãe discutiu com ela: "olha, a senhora não quer vender, tudo bem, eu saio com minha filha e compro em outro lugar, mas a senhora tem que aprender a respeitar. A gente

compra o que a gente quer". Aí, minha mãe saiu comigo, nós não compramos lá. Eu ainda tive que esperar para ir no Centro da cidade. Era a coisa mais difícil do mundo. Aí, a gente esperou ir no Centro da cidade e comprou mais barato, foi até bom. Mas, assim, a minha mãe não teve [preconceito] mas as pessoas de fora tinham.

O apoio dos pais, em especial de sua mãe, ajudou Apolo a vivenciar seus desejos sem grandes conflitos como, por exemplo, a manter uma aparência mais ligada a um estereótipo masculino. Num primeiro momento, assim como Naldo, ele confundia sua identidade de gênero com sua orientação sexual, por não conhecer esses conceitos. Mas, quando se comparava com outras mulheres cis lésbicas, de aparência mais "feminina", ele percebia que sua questão não se restringia à orientação sexual.

APOLO: Assim, ó, a situação do gênero, ela não era concluída. Na minha cabeça não tinha isso, eu não ouvia isso. Então, eu era lésbica. Só que eu não me sentia lésbica, não era bem assim. Porque eu via as meninas femininas que gostavam de meninas. Então, aquele termo para mim era só de menina que gostava de menina. Aquele termo não era de uma pessoa que gostava de ser menino. Antes de gostar de menina porque eu posso viver sem ter uma relação com uma mulher e gostar de ser como eu sou e a lésbica, para que ela seja lésbica precisa de ter outra pessoa. Então, eu não me encaixava naquilo. Eu nunca tive muito de levantar bandeira de denominações, eu nunca liguei muito para isso não. Então, eu me sentia menino.

[...]

Se eu te falar que eu tenho a noção de eu sou menino hoje, eu não tenho. Eu me sinto, eu não sou. É questão de sentimento porque eu não sou. Eu sou uma mulher. Eu tenho uma formação de corpo feminino, mas eu me sinto masculino. Agora, quando isso iniciou, eu acho que a consciência disso é muito nova, se for em relação à denominação, essa consciência é muito nova. **Mas, me sentir no masculino, sempre, desde que eu me entendo sempre foi no sentido masculino. Agora, ter propriedade sobre isso, há pouco tempo, cinco, seis anos que eu fui ter propriedade sobre isso. Pedir para que o próximo use o masculino, isso é muito novo. Mas, para mim sempre foi.**

Apolo só passou a ser reconhecido pelo nome social a partir da intervenção de uma profissional da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE – MG). Contudo, ele não realizou alteração dos seus documentos temendo que, futuramente, tenha dificuldades no processo de aposentadoria, uma vez que é conhecida, entre os servidores estaduais, a complexa burocracia desse processo no Estado de Minas Gerais.

MARTA

Marta me recebeu em sua casa, uma construção que deve datar da década de 1960 situada próximo ao Centro de Belo Horizonte, onde reside com outras mulheres trans. Ela é uma jovem travesti com 37 anos de idade, natural da região norte de Minas Gerais. Marta tem uma presença marcante, postura ereta, fala tranquila e foi bem objetiva em suas respostas. Ela se percebia como mulher desde os quatro anos de idade e começou sua transição aos 12 anos, quando deixou os cabelos crescerem e começou a usar roupas e acessórios ligados a uma imagem feminina.

Em busca de emprego e de outras perspectivas culturais, Marta optou por se mudar para Belo Horizonte, aos 27 anos de idade. Trabalhou como profissional do sexo durante muitos anos, atividade que acaba sendo necessária até hoje, quando não consegue exercer outras funções remuneradas. Abandonou a escola quando cursava a quinta série devido ao sofrimento com a discriminação que sofria, antes mesmo de se perceber como uma travesti, devido ao seu comportamento lido como afeminado. Recentemente, ela conseguiu concluir o Ensino Médio.

Marta destacou a participação das amigas, mulheres cis, na construção da sua imagem feminina, com a doação de bijuterias e roupas e o compartilhamento de informações sobre maquiagem e os cuidados com o corpo. Ela só pôde colocar as próteses mamárias após os 30 anos de idade. Atualmente, ela atua politicamente na mobilização de mulheres trans e prostitutas. Com uma fala bem articulada, ela é sempre convidada para falar dessas temáticas na academia e pelos movimentos sociais.

GABRIEL

Gabriel tem 34 anos de idade, casado, é natural de uma cidade do interior de Minas Gerais, de onde se mudou, ainda jovem, para Belo Horizonte para fazer curso superior de Design, antes de iniciar sua transição. Ao falar sobre suas primeiras recordações em torno do gênero, ele relatou que durante toda sua infância houve várias situações marcadas pela diferenciação de gênero. Sua transexualidade não foi bem aceita pelos seus pais, em especial, pelo seu pai que,

como ele mesmo ressaltou, se empolgava ao ver Roberta Close em programas de televisão, mas negava a possibilidade da existência de um homem trans.

GABRIEL: O gênero é tão gritante que acho que não tenha acontecido alguma coisa na minha infância que não tenha sido marcado por isso. A sexualidade é interessante porque, na minha infância, a coisa que as pessoas falam ah, mas você não confundia na infância a sexualidade... não!

[...]

Minha infância toda eu me recordo de ver a Roberta Close na TV e é muito estranho porque a minha família não aceitou nada bem a minha transexualidade. Só que, na minha infância, meu pai que é a pessoa que mais me rejeitou, quando aparecia a Roberta Close na TV ele gritava corre que ela tá aqui, vem ver. Ele mesmo me chamava para ver a Roberta Close e eu perguntava pra ele: "ai pai, não tem como a gente não ser o contrário da Roberta Close?" E ele: "não, não existe". Então, era muito frustrante, eu sabia que não existia como eu ser o contrário dela.

Roberta Close faz parte do imaginário brasileiro e, como não podia ser diferente, ela foi citada por quase todos os entrevistados. É o nome artístico de Roberta Gabine Moreira, nascida em 1964 numa família da classe média carioca, que não aceitava bem sua transexualidade, o que a levou a sair da casa dos pais aos 14 anos de idade. Sua exposição midiática se deveu, principalmente, à sua aparência física: magra, branca e alta. Os programas de televisão sempre exploraram de maneira sensacionalista (e não para esclarecimento da população sobre as questões de gênero) a imagem de um homem que havia se transformado em uma mulher sexy, nos padrões midiáticos.

Gabriel iniciou as mudanças da sua aparência física e retificou seus documentos após os 25 anos de idade. Atualmente, mora com a esposa na região Sul do Brasil, onde leciona artes para crianças e também produz as suas peças artísticas.

MILA

Mila é a única entrevistada que não reside em Belo Horizonte. Ela possui 28 anos de idade, estudante do curso de doutorado em Matemática de uma universidade pública de São Paulo, onde reside. Ela representa um fenômeno relativamente recente (e ainda incipiente) que é a presença de travestis nas universidades, em especial, em programas de pós-graduação.

Nós a convidamos para participar dessa pesquisa porque se trata de uma travesti com atuação militante no cenário LGBT, na pesquisa acadêmica e no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde vem se destacando como uma teórica que busca desenvolver uma discussão sobre a relação entre a opressão de mulheres cis e mulheres trans e organização sócio-econômica do sistema capitalista. Acompanhamos suas publicações no *Facebook* e na coluna de um blog do PSOL há cerca de três anos. Apesar desse debate não ser o foco desta tese, acreditamos que as experiências vividas por Mila poderiam contribuir para uma visão mais ampla e diversa das práticas informacionais de mulheres trans.

Nossas conversas aconteceram por meio de *Messenger* e *Skype*. Seu relato sobre a infância é carregado de lembranças traumáticas relacionadas ao convívio com outras crianças. Ela acredita que seus trejeitos afeminados conjugados com as consequências do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) (a falta de atenção e organização) a levaram para uma situação de isolamento. Oriunda de uma criação católica rígida, Mila nos disse que suas primeiras lembranças se relacionam com a culpa, com a necessidade de aceitar o destino traçado por Deus que era a sua identidade de gênero masculina.

MILA: Quando eu era criança, eu sempre conto essa história, que eu não gostava dos meninos, eu não me sentia do grupo deles. Eu tinha uma formação católica, bastante religiosa e eu rezei a Deus, dizendo que ele havia cometido um erro de me fazer menino e, imediatamente, cai aquela culpa, tipo, poxa vida, Deus me fez assim, eu devia aceitar, né. E aí, enfim, eu pedi para Deus que eu não deixasse de eu ser criança porque eu tinha essa noção dos homens são mais grosseiros, mais violentos. Eu sempre tive essa ideia. Os meninos me zoavam muito, me batiam, debochavam, me faziam chorar. Eu sempre me sentia isolada.

Ela se integrou num grupo de jovens da Igreja, na busca pela resignação. Um dos coordenadores do grupo insistia em ensinar-lhe o comportamento masculino, a expondo para os outros jovens. Ela se lembra de que sempre era expulsa de brincadeiras e outras atividades que envolviam as meninas, além de sempre estar isolada por ser considerada uma pessoa estranha.

Depois de muitos anos na universidade, quando já cursava o doutorado, Mila se aproximou do movimento estudantil, onde teve acesso às discussões sobre identidade de gênero e transexualidade, a partir da intervenção de uma estudante trans num grupo LGBT da universidade.

MILA: Tinha um amigo meu que tinha uns amigos gays, eu ficava lá conversando com eles. Comecei nessa época ler mais sobre essa questão da homofobia, da LGBTfobia de uma forma geral e me colocaram nesse grupo [de LGBTs da universidade onde estudava]. Na época, um grupo muito gay. Havia uma estudante trans, ela também fazia parte desse grupo e ela começou a pautar essas discussões sobre identidade de gênero. Nessa época, eu já tava me envolvendo um pouco com o movimento estudantil e tal. Eu comecei a defender ela porque ela defendia bastante respeito para as pessoas trans, travestis, falando que travesti se trata no feminino, as pessoas falavam que no dicionário fala que é masculino. Aí eu consultei o dicionário. Eu falei: 'não, o dicionário não fala nada que é uma pessoa que tem pênis ou tal genitália tem que ser tratada no masculino. Travesti é dos dois jeitos. Existe a travesti e o travesti. A questão é simplesmente refletir o que a pessoa era. Depois dessa questão que eu comecei a pensar, a refletir essa questão de identidade de gênero e falei: 'nossa, eu nunca me permiti assim questionar a minha identidade de gênero. Será que não me vejo como homem?'... Isso em 2012, eu já tava no doutorado. Eu fui no espelho e eu me perguntei: 'você se vê como um homem?' Tipo assim, na minha cabeça a resposta foi imediata: não. Então, primeiro eu me identificava como uma pessoa não binária, mas depois comecei a descobrir mais essa identidade feminina dentro de mim, eu comecei a me identificar como travesti. Em 2014, eu mudei o nome e comecei a me identificar como menina. Eu, por causa desse processo todo, atrasei bastante a conclusão do meu doutorado. Eu poderia ter terminado em 2017, 16, mas eu acabei não terminando por causa do processo todo, da crise que teve na minha família.

Mila iniciou seu processo de transição por meio do uso de bloqueadores hormonais que ela tomava conhecimento a partir de receitas de outras mulheres trans e pesquisas por meio do Google. Ainda sem se assumir para os pais, que moram na cidade natal de Mila, foi assumindo sua identidade feminina nas redes sociais postando fotos com maquiagem e esmalte e alterando seu nome. Quando os pais tomaram conhecimento dessas mudanças por meio de outras pessoas da cidade, pediram que ela retornasse à casa deles.

A transição de Mila também afetou seus estudos. Ela apontou dois motivos. As contradições que emergiram do processo geraram inseguranças que a levaram a questionar sobre sua vida, sua escolha profissional. E as dificuldades de lidar com a comunidade universitária no início do processo de transição devido à falta de suporte para ela e de esclarecimentos para alunos e professores. Ela exemplificou com a dificuldade que tinham em tratá-la antes das alterações nos documentos. As situações de constrangimento que vivenciou no início de sua transição contribuíram para que ela decidisse trancar a matrícula da pós-graduação.

NALDO

Naldo tem 27 anos, nasceu em Belo Horizonte, mas foi criado na região metropolitana, na cidade de Contagem, onde mora com os pais. Cursa o quarto período de Pedagogia numa faculdade particular. Trabalha como contratado do quadro administrativo de uma escola municipal. Foi um dos primeiros alunos do TransVest. Suas lembranças relacionadas ao gênero o remetem aos três anos de idade quando questionava a mãe sobre o tipo de roupa íntima que usava.

NALDO: Com três anos, mais ou menos. Minha mãe ia comprar roupa pra mim, ia comprar calcinha e eu falava menino não usa calcinha, menino usa cueca. Via minha mãe trocando absorvente, eu falava: oh mãe, o quê que é isso? Um dia você vai usar isso, eu falava: não, não vejo menino usando isso [...]

Conforme seu relato, desde os nove anos, Naldo já usava faixa para disfarçar os seios que já despontavam. Ele não se lembra de ter sofrido preconceito na escola pelos professores ou colegas, sua tristeza estava mais relacionada ao inconformismo com sua constituição biológica. Ele não conhecia esse conceito identidade de gênero, então, no seu entendimento, ele tinha o desejo de se vestir como homem devido à sua orientação sexual homossexual. Aos 14 anos, resolveu dizer a sua mãe que era lésbica.

Somente aos 19 anos, quando passou a ter contato com mulheres trans em seu local de trabalho, que ele conheceu a transexualidade, a possibilidade de indivíduos viverem identidades de gênero diferentes daquela designada no nascimento. E foi pela internet que ele conheceu homens trans, tendo um maior contato com um deles que chegou a inseri-lo no Transvest, onde se preparou para o ENEM. Está há seis anos vivenciando sua transição de gênero, tendo iniciado com automedicação e, depois, com acompanhamento da equipe da IPEMED.

CAIO

Caio é um jovem homem trans de 20 anos, natural de uma cidade do interior de Minas Gerais. Ele mora longe de sua família, com duas amigas e um amigo em Belo Horizonte. Completou o ensino médio com 17 anos e chegou a cursar um ano de Engenharia Química em uma faculdade particular. Desgostoso com a

estruturação do ensino, resolveu fazer mais um ano de curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fez a prova e conseguiu a pontuação necessária para cursar Medicina numa universidade pública, a partir de 2017. Nossa conversa presencial aconteceu no subsolo da biblioteca de uma faculdade, local escolhido por ele. Quando cheguei, o vi de longe na entrada da biblioteca e já percebi, pelos seu gestos, que ele estava ansioso. Num momento da entrevista, ele chegou a falar: “você ter conseguido me tirar de casa hoje, foi uma vitória [risos]. Porque eu tenho evitado sair ao máximo porque eu não me sinto confortável e todo homem que passa eu fico reparando, então, assim, essa ansiedade, a gente quer fazer a hormonização tem uma ansiedade assim terrível pra começar logo”.

Quando realizamos a entrevista, em janeiro de 2019, faltava um mês para que ele tivesse sua primeira consulta no Ambulatório trans do Hospital Eduardo de Menezes, tendo assumido recentemente para a família sua vontade de ser tratado pelo pronome masculino. Seus passos iniciais para o processo de transição aconteceram junto com sua adesão aos estudos sobre gênero e sexualidade promovidos pelos estudantes da faculdade onde estuda. Processo semelhante ao de Mila.

Suas primeiras lembranças relacionadas à identidade de gênero o remetem à infância, como podemos observar pelos seguintes trechos:

CAIO: Quanto a minha identidade de gênero, eu acho que eu sempre soube que eu estava num corpo de uma menina, mas que tinha uma coisa diferente, que eu não era como as outras meninas, que eu não sabia viver sendo menina, não sabia comportar sendo uma menina. E, quanto a minha sexualidade, eu sempre senti mais atração assim por meninas. Eu olhava para os meninos e eu não pensava tipo: "ai, eu não queria namorar com ele, eu queria ser ele" [...].

E...assim... desde que eu me entendo por gente, assim, eu tenho lembrança de quando eu era bem pequeno, daí eu perguntei pro meu pai como que colocava cueca e ele ficou me olhando: "que isso, você não usa cueca, você usa calcinha"...Mas, assim, com os meus pais sempre foi muito tranquilo, pelo menos durante a minha infância, eles nunca...me proibiram de brincar com certos brinquedos que são considerados mais masculinos. Eu tinha pista de carrinho, brincava de bola na rua, brincava de bola na escola. Eles nunca se importaram não [...]

Se na infância não aconteceram fatos traumáticos, durante a adolescência, ele relatou ter sofrido isolamento dos colegas por causa das roupas masculinas que

gostava de usar. A necessidade de superar o isolamento fez com que ele “encenasse um papel” feminino na vida real e vivesse a identidade de um menino no mundo virtual, nas redes sociais.

A sua entrada na graduação lhe possibilitou a integração num grupo de estudos sobre gênero e sexualidade promovido pelos estudantes. Mas, antes disso, foi pela rede social *Instagram* que ele teve contato com homens trans mastectomizados, com barba e um corpo mais musculoso.

Ele afirmou que o apoio dos colegas de curso, principalmente daqueles da mesma turma, foi importante para que ele tomasse a decisão de iniciar a terapia de hormonização, buscando materializar a imagem masculina que fazia de si.

No início deste ano (2020), fizemos novo contato com Caio quando já estava há um ano sob acompanhamento da equipe multidisciplinar do Ambulatório Trans. As mudanças corporal, de voz e de postura eram muito perceptíveis. Encontramos um rapaz mais alegre e mais a vontade, falando com empolgação sobre o tratamento recebido dos profissionais do ambulatório. Seu processo terapêutico se encontrava na fase de ingestão de hormônios.

3.3 A relação com a família e a escola

Alves e Brasileiro (2017) relacionam os processos de socialização com as estratificações das ações de informação feitas por González de Gómez (2004). Há três níveis de estratificação das ações de informação: o **estrato semântico pragmático** que se dá subjetivamente por meio de narrativas e ações polimórficas e que corresponderia à socialização primária; o **estrato regulatório ou metainformacional** que acontece por meio do estabelecimento de regras e contratos que definem os critérios de valor e curso das ações de informação; e o **estrato infraestrutural ou tecnológico** que são as ações pré-modeladas, mimeomórficas, mediadas pelos aparatos infocomunicacionais correspondentes ao nível social macro. Os dois últimos estratos articulados correspondem à socialização secundária.

Ambos os estratos, quando articulados e tensionados entre si, com o predomínio das ideologias da classe dominante constituintes do estrato infraestrutural ou tecnológico, produzem os efeitos informacionais necessários ao funcionamento da realidade social dominante, a qual, por

sua vez, é reproduzida e preservada no âmbito do estrato regulatório ou metainformacional (padrões normativos formais e informais, dispositivos constitucionais, objetos de cultura e memória social, acervos bibliográficos e documentais de uma sociedade, etc.). Ou seja, os valores informacionais ideológicos ganham legitimidade pelos conteúdos informacionais que, registrados em diferentes suportes e formatos, viabilizam a transmissão das informações ideológicas para além do tempo histórico, isto é, para as gerações futuras (ALVES; BRASILEIRO, 2017, p. 171).

Assim, as instituições (entre elas, a família e a escola) produzem, conservam e disseminam informações que visam à manutenção das tradições da cultura. Os aparatos culturais e tecnológicos são usados para a manutenção e mediação dessas informações acumuladas sobre diversos aspectos da nossa cultura, como a visão generificada que se construiu sobre os seres humanos. Nesse processo, informações dissonantes acabam não sendo socializadas. É o que acontece com o fenômeno transexual.

Silva, Bezerra e Queiroz (2015) analisaram os impactos das identidades trans na sociabilidade de travestis e mulheres trans a partir de um grupo focal com cinco colaboradoras e diário de campo. Dessa pesquisa, emergiram três categorias temáticas: a família como primeiro grupo que exclui, a escola como lócus de reprodução do preconceito e a rua que acolhe e vulnerabiliza ao mesmo tempo. Neste tópico, abordaremos os relatos dos sujeitos sobre a relação com a família e a escola, a partir do momento que emergiram os conflitos com as normas de gênero. Buscamos analisar os impactos dessa relação em suas práticas informacionais na busca pela resolução desses conflitos.

Campos, Tilio e Crema (2017) realizaram uma revisão integrativa de 25 artigos científicos indexados em bases nacionais, nas áreas da saúde e psicologia, sobre o papel da família na construção do entendimento do indivíduo sobre sexualidade e no exercício da identidade de gênero. A maioria dos autores apontaram a família como principal responsável na transferência de informações sobre as normas da cultura, do convívio coletivo. Além disso, na atual conformação social, a família se torna importante fonte de informação sobre sexualidade (mesmo que não haja falas explícitas, as informações provêm das práticas cotidianas dos membros da família), sendo principal fonte de cuidados e proteção à infância e adolescência, ao mesmo tempo que exerce o papel de controle comportamental de acordo com as normas culturais vigentes. E, muitas vezes, esse papel do cuidado e proteção é suplantado pela violência, principalmente, àquelas pessoas que não

se enquadram na heteronormatividade ou na cisnormatividade.

O título da matéria do jornal Estado de S. Paulo, que pode ser visto na Figura 8, publicada em razão do Dia Nacional da Visibilidade Trans, mostra a explicação sobre o fenômeno da transexualidade do ponto de vista biológico, assegurando que não houve falha da família no processo de assimilação do *habitus* de gênero. O problema é biológico, uma certa disfunção entre a formação do órgão genital e a formação cerebral. Nessa explicação, observamos a transformação do sexo biológico em gênero:

Tudo começa ainda no útero. Por volta da décima semana de gestação, as células que vêm formando o feto desenvolvem a genitália. A princípio, **pênis indica um menino e vagina, uma menina. Depois,** pela vigésima semana, **a área do cérebro ligada à identidade de gênero começa a se formar. Se coincidir com o sexo biológico, nascerá uma pessoa cisgênero, ou seja, que se reconhece no sexo previamente formado. Se houver incongruência, nasce uma pessoa transgênero.** É assim que o **psiquiatra Alexandre Saadeh**, coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, explica que a transgeneridade é uma questão biológica e depende dos hormônios que atuam durante a gestação. Com isso, ser trans não tem a ver com o meio e, portanto, não é motivo para os pais sentirem culpa pela "mudança" que ocorreu com o filho ou filha (HONORATO, 2018, *online*, grifos nossos).

Trata-se de uma matéria informativa sobre a transexualidade, a definindo como um fenômeno biológico, passível de correção para adequação aos padrões de gênero criados pela cultura. A abordagem da jornalista leva as pessoas a entenderem que a transexualidade não é consequência de um “erro” na educação dos pais, desde que seus filhos sejam acompanhados pelos especialistas para darem a chancela do “transexual verdadeiro”, caso averiguem que a pessoa não possua algum transtorno de personalidade.

Apesar da matéria afirmar que o CFP não considera a transexualidade uma patologia, não há um apontamento sobre a construção cultural das definições de gênero e de sexo e nem uma outra matéria dando continuidade a esse debate sob este ponto de vista. Aparentemente, apresentar as informações sobre a transexualidade na perspectiva médica parece ser a maneira escolhida para promover esclarecimento da população sobre essa questão. Essa abordagem corrobora com a assertiva de Butler (2006) de que o corpo é moldado por tecnologias definidas e asseguradas pelo saber médico.

Figura 8 - Chamada de matéria do jornal Estadão sobre transexualidade



The image shows a screenshot of a news article from the newspaper 'Estadão'. The header includes the newspaper's name and navigation links for various sections like 'Opinião', 'Política', 'Economia', etc. The main headline is 'Transexualidade é biológico, e família não deve sentir culpa'. Below the headline, it says 'LUDIMILA HONORATO - O ESTADO DE S. PAULO' and the date '29/01/2018, 08:00'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and others. The sub-headline reads: 'Especialista explica por que algumas pessoas nascem transgênero e indica a quais comportamentos os pais devem se atentar'.

Fonte: HONORATO, 2018, online.

As/os entrevistadas/os nos relataram os sentimentos de medo, ansiedade e rejeição que tiveram quando falaram sobre sua transexualidade para os familiares. As narrativas nos mostram os conflitos dos entrevistados com relação às vestimentas e comportamentos informados como adequados por suas famílias, gerando conflitos pessoais e a necessidade de algumas dessas pessoas de construírem uma personagem para se adequarem a essas normas.

Clarice, ao se ver rechaçada pela direção da escola e excluída na cidade natal, veio para Belo Horizonte aos 13 anos em procura de trabalho e de convivência com pessoas que entenderiam o que se passava com ela. Apesar de não ter sido expulsa de casa, não vislumbrava em sua cidade possibilidade de viver sua identidade de gênero sem ser estigmatizada, o que se refletiria até nas suas opções de sobrevivência.

Marta falou sobre as censuras que recebia sobre seu comportamento que, para ela, era natural. Mas, que ao mesmo tempo, não havia uma explicação sobre

o porquê do estranhamento da sua maneira de agir na infância. Leca falou sobre a tentativa de seu pai de “corrigi-la” ao matriculá-la num colégio militar, onde a disciplina poderia conformá-la numa performance de gênero masculina. Caio se apresentava no ambiente virtual como menino, vivendo um papel diferente daquele representado no cotidiano familiar e escolar. Já Apolo se lembra da importância da condução de sua mãe diante dos seus desejos por brinquedos e roupas que eram considerados mais apropriados para os meninos.

Os entrevistados apontaram as dificuldades de assumirem para seus familiares os conflitos com o gênero que lhes foi designado no nascimento. Mila iniciou sua transição quando morava em outra cidade e só contou para a família depois que a mãe soube por uma outra pessoa e ao ver uma foto dela na rede *Facebook*. Ela relatou o desconforto de, num primeiro momento, ser obrigada a não “ser ela mesma”, de precisar “ir fantasiada” de homem para visitar os pais, que são muito religiosos. A relação com a família melhorou depois que ela iniciou o namoro com uma outra mulher trans que a incentivou a procurá-los e a melhorar o diálogo com eles. Ela abordou também o fato da mãe da namorada conhecer sobre a transexualidade.

MILA: Foi uma questão complicada. Quando eu... eu morava em C., numa república, eu tava me sentindo sozinha, aí eu fui morar com uns amigos e eu fiquei bastante afastada da minha família. Porque eu me sentia desconfortável, sabe, que tinha que ir fantasiada, não podia ser eu mesma, então tinha muita contradição entre quem eu era e quem eu tava descobrindo. Eventualmente, minha mãe descobriu e ela me ligou e ela tava muito nervosa e perguntando o que tava acontecendo. Uma pessoa que eu encontrei de [cidade natal] e eu disse ‘tenho que conversar com meus pais, tenho que assumir’... Meus pais foram me buscar na rodoviária e assim que eu entrei no carro, minha mãe me deu um frasco de acetona e um pedacinho de algodão pra eu tirar o esmalte que estava na minha unha. E aí me trouxeram aqui pra casa e ficaram me perguntando o quê que tava acontecendo. Aí eu falei dessa questão de gênero, eles ficaram super confusos, não entenderam nada. Eles perguntaram “você é gay?”. Eu falava não, não é isso. Depois, eu tava em [cidade onde estudava], minha mãe viu no Facebook e me ligou perguntando o quê que tava acontecendo, por que eu queria virar mulher, se tinha algum problema. Minha mãe ficou contestando, “nunca vi você agindo dessa forma, eu nunca vi isso quando você era pequeno”. E ela ficava falando dum jeito que eu tava em dúvida, mas eu não tava em dúvida, ela falava dum jeito pra eu abandonar essa ideia. Depois de alguns anos, nessa relação bem confusa, eu comecei a namorar a D., ela queria conhecer meu pai, ela queria ligar pra minha mãe. Era Natal né, eu ia passar na casa da D. Ela também é trans e a mãe dela já entendia da nossa questão, respeitava e a D. falou para eu ligar pra minha mãe, eu com bastante dificuldade assim, liguei. E aí começou realmente a voltar a relação com meus pais. Hoje é

uma relação bem mais tranquila. Demorou um tempo para os meus pais me chamarem de [Mila], agora já tá rolando. Eu já mudei meu nome na certidão, nos documentos.

Gabriel relatou que o maior conflito foi com o pai, com quem teve uma relação de violência física ao longo da infância. O pai chegou a questioná-lo: "por que você fingiu pra mim que era mulher? Se você era homem, por que você não me contou?" Gabriel ressaltou que sempre tentou viver como uma "mulher padrão", com uso de vestimentas e maquiagem, fugindo de um estereótipo "bofinho" ou de uma lésbica "masculinizada" porque ele não queria ser marginalizado.

GABRIEL: Meu pai ficou acho que um ano sem conversar comigo, ou quase isso. Quando eu ia visitá-los, ele não conversava comigo. Como eu tive sempre uma vida de muita violência física do meu pai, ele sempre me bateu muito, essa vez que eu me lembro de eu já tá pós-cirurgia, eu lembro que ele não tava falando comigo e, de repente, ele veio assim, me pegou pela mão e falou assim: "por que você fingiu pra mim que era mulher? Se você era homem, por que você não me contou?" A gente brigou feio naquilo... quando eu contei isso pra minha namorada, que é psicóloga, dá aula na universidade, ela virou e falou assim: "que coisa engraçada isso né. Porque ele viu de outra forma, você tinha que achar alguma coisa de positivo nisso porque ele falou que você fingiu. Então, a maneira que ele vê isso é diferente. Não é como se você agora estivesse fingindo, é como se tivesse fingido antes". Como eu achava que não existia o contrário da Roberta Close, eu tentava ser uma mulher padrão, eu usava saia, maquiagem e eu não entrava num estereótipo que muitos homens trans acabam entrando bofinho, lésbica, nada disso. Eu fingia bem, né. Porque eu não queria ficar na margem. Se eu não podia ser quem eu queria, eu não queria ser pela metade. Claro que eu tinha vontade de usar umas coisas masculinas, mas eu achava que aquilo não iria me completar, que eu não ia ser um homem vestindo aquilo. Eu brinco que eu era crossdresser porque eu adorava cueca e as roupas do meu pai, mas eu me prendia no quarto e usava, eu usava pra mim. Eu não tinha coragem de usar socialmente.

O conflito com o pai apareceu também na fala de Natasha, que transitou entre as performances masculina e feminina por anos. Vivenciando a identidade feminina quando estava longe da família e pouco visitava os pais. Ela assumiu uma identidade feminina após o falecimento de seu pai, que representava para ela uma reação violenta ao que poderia ser considerado como "desvio" das normas de gênero como, por exemplo, um homem não urinar de pé.

NATASHA: Uma das coisas que me ajudou, facilitou eu acho, a me abrir socialmente é que eu não tinha mais meu pai. Meu pai era uma barreira muito grande. Minha família toda, mas meu pai era o que mais me preocupava. **Eu lembro de, muitas vezes, quando eu era adolescente, meu pai falava assim: 'se um filho meu agachar pra mijar, eu mato'.**

Eu escutava essas coisas dele.

O pai figura como personagem principal também nas lembranças de Leca. Como já apontamos, ele a matriculou num colégio militar assim que percebeu nela um comportamento considerado destoante do seu gênero designado. Interessante a lembrança que ela tem da percepção do pai que aceitaria um filho homossexual, desde que se mantivesse no anonimato, “acobertado” por uma relação heterossexual de aparência. Contudo, ele não aceitaria uma filha trans devido à impossibilidade de mantê-la no anonimato. A própria entrevistada, de certa maneira, corrobora com essa visão ao afirmar que “ninguém é obrigado a aceitar” uma transexual devido ao fato das pessoas acharem que toda trans “vai pra prostituição”.

LECA: Eu, com 18 anos de idade fui morar sozinha e viver a vida como eu quis, como uma mulher. **Meu pai sempre aceitou homossexual, no anonimato, mas transexual, ninguém é obrigado a aceitar.** Na verdade, as pessoas pensam que todo trans vai pra prostituição. Eu nunca fui... [...]

Caio é o entrevistado mais jovem e o único que aguardava as orientações médicas do Ambulatório Trans do Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte, para iniciar a ingestão de hormônios. É o reflexo da recente constituição de uma instituição para atender às necessidades de saúde particulares da pessoa transexual. Ele resolveu contar para a família sobre sua transição depois que obteve o laudo psiquiátrico atestando sua disforia de gênero³⁰. Acreditou que seria mais fácil dos pais aceitarem a partir da chancela de um médico. No seu relato, a mãe apareceu como

CAIO: É, então, na verdade, eu tava com muito medo, muito medo, muito medo e eu segurei assim até eu não poder segurar mais pra contar. Então, eu contei uns dias antes d'eu ir pra lá nas férias pela internet. Eu contei pelo *WhatsApp*. A gente tem o grupo da família, eu mandei foto do meu laudo... Meu irmão na verdade já sabia. Eu contei pra ele em julho. Meu irmão tem 14 agora. Contei pra ele em julho e ele, assim, um anjo, falou assim: "nossa, é verdade, agora que eu tô pensando aqui, tipo, das nossas brincadeiras, você sempre escolhia ser o personagem masculino e essas coisas, tudo faz sentido", me trata muito bem. E, aí, eu mandei uma foto com meu laudo psiquiátrico, dizendo que eu tinha disforia de gênero e que eu queria começar a hormonização. E mandei um texto pra eles explicando como que era isso e eles ignoraram. Eles leram e ignoraram. Não me responderam nada, não tocaram no assunto. Aí, ok, fui pra lá e tava tudo normal. Fui no meio de dezembro. Aí, eu falava com

³⁰ Abordaremos as questões relativas ao laudo médico no Capítulo 4.

minha mãe que eu tinha consulta aqui dia 17, ela falava assim: "não, mas consulta você pode consultar aqui mesmo", eu falava não porque é no ambulatório trans, tal, um dos únicos que tem no estado, só dá pra eu consultar lá. E, aí, ela não falava nada não. Eu até cheguei a chamar ela pra vir comigo, falei que ia consultar com a psicóloga no ambulatório trans. Falei que era pra pessoa trans. Então, tipo assim, reforcei mesmo que é isso que eu sou. Eu tô seguindo em frente com isso. E ela não falava nada. Até que um dia, eu perguntei ela se eles iam me trazer aqui e ela disse que sim. Aí eu falei, tá mas a gente tem que ir na quarta porque na quinta, minha consulta é às oito e é longe, é no Barreiro. Então, não sei quanto tempo demora pra gente chegar lá. Aí ela virou pra mim e falou assim: "mas, por que tem que ser tão longe?". Aí, eu falei porque é no Ambulatório Trans. Aí ela falou: "ah, por que tem que ser no Ambulatório Trans?". Aí, eu expliquei tudo pra ela, ela começou. Ela falou um tanto de coisa 100% desagradável pra mim e coisas transfóbicas e tal e depois perguntou umas coisas, falou que o sonho dela era sempre ter uma filha e um filho, que ela ficou muito feliz quando soube, durante a gravidez dela que era uma filha e eu lá assim: ok, mãe, mas, eu não tenho o que fazer, eu não posso mudar isso, não vou conviver com isso sem seguir em frente, sem enfrentar isso, do jeito que eu seja uma pessoa feliz e realizada comigo e com meu corpo. E aí, tá assim. Eu vim pra cá e tô aqui até hoje. Eles não conversam muito comigo. Meu irmão fala que, às vezes, eles comentam umas coisas com ele lá tipo, teve o casamento do Lulu Santos agora, passou na televisão ele sendo pedido em casamento no palco e meu pai sendo completamente homofóbico e bem nervoso quanto a isso. E, assim, ele não conversa comigo. Minha mãe me responde quando eu chamo ela assim, mas, tá assim, laços familiares abalados.

Percebemos na fala de Apolo a importância do apoio da sua família, em especial da sua mãe, sobre quem foram feitas reiteradas considerações ao longo da entrevista. Ele relacionou a forma como ela lidava com sua maneira de se vestir, de brincar com a capacidade empática dela em outras situações, como na escola onde ela trabalhava, ao falar que a mãe "tinha muito respeito com as crianças diferentes" como ele. Mesmo ao afirmar sobre o esclarecimento da família, há a marca do ser diferente, ser incomum e que o esclarecimento dos familiares, para ele, é o respeito, a não existência de uma pressão para que ele se "comportasse" como uma mulher.

APOLO: Minha família foi sempre muito esclarecedora, sabe. Minha mãe era assim... uma onça com os filhos, aquela mãe mega protetora e ela sempre trabalhou na educação como ASB [Auxiliar de serviços de educação básica] e ela trabalhava na cantina. Então, ela pegava aqueles alunos que passava necessidade e iam até ela, ela sempre dava aquela acolhida. Então ela sempre teve com todos esse trato, esse carinho e com os filhos mais ainda. **Então, ela tinha muito respeito com as crianças diferentes como eu**, no contexto. [...] A minha mãe falava: o que você quer de presente? **E eu sempre queria dizer as coisas de menino e eu**

tinha medo de falar. Aí, a minha mãe falava assim: você quer este aqui, igual ao do seu irmão, do seu irmão vermelho e o seu azul... um carrinho que tava lá... ela foi percebendo essa situação.

Todos os entrevistados, com exceção de Apolo, apontaram as dificuldades de entendimento de seus núcleos familiares sobre a transexualidade. Nenhum deles relatou a procura, pelos familiares, de recursos informacionais sobre esse fenômeno. Não houve menção a serviços públicos ou redes de apoio para esclarecimento de suas famílias. Mila abordou a importância da aproximação da namorada e da mãe dela com seus pais, das conversas que a mãe da namorada teve com sua mãe e como isso contribuiu para a melhoria da sua relação com a família. Gabriel disse que nunca soube de um movimento dos pais em busca de informações sobre a transexualidade. Ele presenteou a mãe com o livro do João Nery, “Viagem solitária”, mas acredita que ela não o leu, mesmo tendo perfil de uma leitora voraz.

GABRIEL: Olha, eu dei o “Viagem solitária” pra minha mãe, inclusive com autógrafa do João Nery, na época que teve aquele primeiro evento lá “Trans Sul-Sudeste” que foi lá na UFMG. [...] Sabe aquela pessoa que lê um livro por dia? É minha mãe. Você acha que ela leu? Eu tenho certeza que ela não leu. Quer dizer, eu tenho certeza que ela não leu naquela época e, hoje em dia, eu continuo achando que ela não leu. Eu perguntei da última vez, ela não tinha lido.

Os campos sociais são campos de disputa difíceis de serem desestruturados ou de se ter destruído o “pedestal das crenças últimas”, conforme apontou Bourdieu (1977). A tendência seria a reprodução da ordem social, pois somatizamos, interiorizamos profundamente maneiras de compreender o mundo que cooperam com a dominação. Só poderia haver mudanças a partir das fissuras entre a estrutura social e o *habitus* (BURAWOY, 2010). A busca das pessoas trans pela vivência de suas identidades de gênero, algo que está em sua subjetividade, acontece no espaço dessas fissuras, quando os valores e normas culturais são questionados e necessitam ser revistos (BENTO, 2006). Essa revisão coube à Medicina que passou a explicar esse movimento como algo cujo problema está num erro da natureza (TEIXEIRA, 2009). Bastando a “adequação do corpo” ao sentimento do indivíduo. E muitas pessoas trans anseiam por uma constituição corporal cuja passabilidade esteja ligada à sua identidade de gênero. Abordaremos o conceito de passabilidade no capítulo 4.

Os conflitos com a família estão ligados a esse rompimento com o *habitus* de gênero, que a pessoa trans passa a colocar em xeque. E, nesse momento, apareceram as primeiras barreiras que dificultaram o acesso a informações para responderem à principal demanda que as/os colaboradoras/es desta pesquisa demonstraram em suas falas, quando viviam o conflito com o gênero designado no nascimento: “o que está acontecendo comigo?”. “Será que estou ficando louco (a)?” “Mas, por que [o meu comportamento] tá errado?”.

Savolainen (2016) nos chama atenção para as barreiras “invisíveis” que dificultam o acesso à informação e que são formadas pelas normas e expectativas da cultura que sugerem quais fontes ou tipos de informações devem ser evitadas ou ignoradas por não serem valorizadas pelos membros da comunidade. Ao naturalizarmos os papéis de gênero a partir do dimorfismo sexual e da heteronormatividade, estabelecemos aí os limites informacionais, negligenciando fontes que disponibilizem informações que destoem dessas expectativas.

A escola é outro locus de reprodução do *habitus*, onde assimilamos mais informações, por meio do ensino e da convivência com estudantes e profissionais da educação, que conformarão nossas práticas, entre elas as informacionais, futuras. É nessa instituição que teremos contato com informações sistematizadas sobre diversos aspectos da vida e da cultura, que seremos direcionados a desenvolver capacidades cognitivas e emocionais importantes para o exercício de práticas informacionais.

A ação pedagógica impõe determinadas visões de mundo, significações a partir de uma seleção arbitrária que acaba por nos parecer como algo natural. “Essa seleção de significações que define objetivamente a cultura acontece de acordo com as condições sociais das quais ela é produto e sua intelegibilidade à coerência e às funções da estrutura das relações significantes que a constituem” (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 29).

Assim acontece, por exemplo, com as definições de vestuário, brinquedos e comportamentos próprios para cada gênero. Uma reprodução de valores que se inicia na família e continua durante a escolarização. Nesse sentido, o sistema de educação acaba se tornando o “conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais há a transmissão entre as gerações da informação acumulada do passado sobre os hábitos culturais” (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 32). A violência simbólica resulta em marginalização e exclusão das pessoas que não se

enquadram nos padrões de gênero, se transformando em força física por meio das práticas de *bullying* e o conseqüente abandono da escola. O que acaba impactando no processo de letramento desses indivíduos e, conseqüentemente, nas suas práticas informacionais.

Bourdieu e Passeron (2008, p. 229) alertaram para o fato de que as análises da estrutura e funcionamento do sistema de ensino têm “quase sempre tido por contrapartida a cegueira face às relações entre a Escola e as classes sociais, como se a comprovação da autonomia supusesse a ilusão da neutralidade do sistema de ensino”. A relativa autonomia do sistema de ensino se encontra na própria tarefa de conservação da estrutura ao contribuir para a formação do *habitus* nos indivíduos. Salientamos que os autores estavam focados em demonstrar como a organização do sistema de ensino francês contribuía para a manutenção das diferenças entre as classes sociais. Crianças de classes sociais diferentes terão acesso a capitais culturais diferentes. Muitas vezes, o capital cultural acumulado entre profissionais da educação entrará em choque com os capitais culturais de crianças oriundas dos diversos extratos das classes trabalhadora e média. A reprodução das normas do sistema sexo/gênero não foi uma questão para esses pesquisadores na obra *A Reprodução*.

Posteriormente, pesquisadoras feministas (LEWIS, 1991³¹; O'BRIEN, 1987³²; WEILER, 1988³³) passaram a criticar as teorias de reprodução cultural que não incluíam as formas generificadas de subordinação nas análises, que Bourdieu (2008) passou a tratar na obra *A dominação masculina*.

Assim, as escolas se tornam espaços de reprodução de desigualdades sociais, raciais e de gênero, além de produzirem corpos conformados a essas relações. Nas palavras de Britzman (1996, p. 72):

[...] a escolarização produz não apenas formas de conhecimento e relações particulares de desigualdade, ao longo de divisores de raça e de gênero, mas, mais imediatamente, produz e organiza, de forma coincidente, as identidades raciais, culturais e generificadas dos/as estudantes.

³¹ LEWIS, M. Interrumping Patriarchy: Politics, Resistance, and Transformation in the Feminist Classroom. *Harvard Educational Review* v. 60, n. 4, p. 467-488. 1991.

³² O' BRIEN, M. Education and Patriarchy. In: LIVINGSTON, David (Ed.) *Critical Pedagogy and Cultural Power*. Massachusetts: Bergin and Garvey Press. 1987.

³³ WEILER, K. *Women Teaching for Change: Gender, Class, and Power*. Massachusetts: Bergin and Garvey. 1988.

A escolarização medeia espaços públicos e privados a fim de apresentar informações sobre “representações de versões socialmente normalizadas de adulto e da criança, da mulher e do homem. A ‘criança’ de qualquer pedagogia já está, ao mesmo tempo, codificada como uma criança generificada, sexuada e racializada” (BRITZMAN, 1996, p. 78). Assim, a educação serve não somente para a transmissão de informações produzidas por diversos campos disciplinares, mas para normalizar e regular crianças conforme as ideias hegemônicas.

Podemos observar nas narrativas dos entrevistados esse lugar, ocupado pelos profissionais da escola, de censura ou de silenciamento diante do conflito “comportamental” com relação às normas de gênero. Clarice se lembrou da conversa do diretor da escola onde ela estudava com sua mãe sobre o seu “comportamento” considerado fora do padrão pelo fato dela interagir mais com as garotas e de não participar dos jogos considerados masculinos. Esse relato demonstra a percepção generificada dos comportamentos que deveriam ter as crianças naquele espaço de socialização.

CLARICE: O diretor da escola já tinha chamado mamãe para falar sobre meu comportamento, que eu tinha o comportamento estranho, que eu gostava de brincar só com as meninas, não interagia com os meninos. Educação física, jogar bola e aquelas coisas, eu me recusava. Com aquilo, mamãe foi abrindo a mente. Quando ela realmente veio me perguntar o que eu queria, o que que era, eu já tava de peito já. Falei, mãe, é assim e assim, já estou de peito... mostrei o peito. Não quero mais usar roupa de homem, vou usar roupa de mulher. Meus pais aceitaram numa boa. Meu irmão foi uns dois anos para aceitar. Saí de lá da cidade, a cidade não tinha nada para me oferecer, o pessoal muito preconceituoso. Sofri bastante, fui expulsa da escola por causa disso. **A escola não me aceitou vestida de mulher: ou eu ia vestida de homem ou eu não ia para escola.** Abandonei tudo e vim embora para Belo Horizonte.

O estranhamento e o preconceito que professores e colegas tinham com o “comportamento diferenciado”, “a voz muito feminina” de Marta foram as reações mais citadas por ela. Esse estranhamento a levaram a abandonar os estudos quando terminou a quinta série. Diferente de Clarice que foi expulsa da escola, os constrangimentos passaram a ser rotina na vida escolar de Marta. Situações que a marginalizaram e a levaram à evasão escolar.

MARTA: A escola, pra mim, sempre foi algo difícil. Eu tive grandes

problemas, por conta disso eu não consegui concluir os estudos na época. Eu consegui fazer o ensino médio recente, mas nessa época em si, a revelação não foi nada de diferente porque eu já tinha um comportamento diferenciado, eu já tinha uma voz muito feminina, um comportamento muito feminino da qual eu era alvo de muito preconceito e por parte de professores, de colegas da mesma idade. Eu consegui com muito sacrifício, eu gostava de estudar também, eu consegui fazer até a quinta série e, depois, eu não mais consegui. O preconceito foi muito grande. Os direitos sobre questão ainda são poucos, mas [anteriormente] nem tinha, então, sozinha, eu não consegui, eu não tinha forças suficiente pra conseguir. Não era algo a ser discutido, ninguém estava preocupado com essa questão.

Caio não foi expulso e nem se evadiu da escola. Mas, ele nos contou sobre o seu isolamento e os poucos laços de amizade devido ao estranhamento de seus colegas. A solução encontrada por ele foi “encenar um papel” para se “adequar”, “para ter amigos e, ao mesmo tempo, [se] isolar”. A *internet* propiciou uma vivência de uma outra identidade, como um menino que ele queria vivenciar na realidade.

CAIO: Mas, aí, na adolescência começou a apertar o cerco né. **Porque adolescente sofre muito bullying, né. Se você não for igual aos outros...você sofre muito** e, assim, eu era uma adolescente que usava bermuda, camisa, tênis, essas roupas mais masculinas mesmo. E... meu cabelo, como eu não podia cortar muito curto que minha mãe sempre foi religiosa e tal e ela falava que era pecado...é...eu andava sempre com ele amarrado, sempre do mesmo jeito e aí, **na escola, passei a ter o bullying nada de mais, nunca cheguei a apanhar não, mas o pessoal não falava muito comigo, não tinha muitos amigos, ficavam me jogando bolinha de papel, falando que eu era estranho.** Mas, aí acabou que eu tentei me adequar né. **Eu comecei a encenar um papel pra eu me adequar, encaixar, pra eu ter amigos e, ao mesmo tempo, me isolar porque quando eu tava em casa, eu vivia uma segunda vida né. Internet, digamos assim. Eu passava por menino nas redes sociais, tinha vários amigos como menino, então era uma vida dupla durante a grande parte da adolescência.**

Gabriel relatou que tinha receio de viver na margem e, por isso, na adolescência, ele vivenciou o que chamou de “transição” do menino que era na infância para a mulher que ele tentava ser, pois percebeu que assim não seria censurado, marginalizado. Ele estudou numa escola administrada por freiras, onde ele afirma que “aprendeu todos os preconceitos” que tinha. E ele salientou a sua estratégia de praticar *bullying* com outros colegas para que não se tornasse o foco.

GABRIEL: As minhas recordações da escola, eu estudei em colégio de freira minha vida quase toda. Era um colégio misto, mas, assim, **onde eu aprendi todos os preconceitos que eu tinha. A minha escola tinha**

dois negros, a escola inteira. Uma escola que tinha desde o maternal até o terceiro ano. Tudo era um tabu. Como na minha infância eu era uma menina masculina, na minha adolescência eu fui fazendo... eu falo que na minha adolescência eu fui fazendo uma transição, eu tentava ser mulher. Então, de menino que fui na infância **eu tentava ser mulher porque não queria ficar naquela margem que eu via sendo formada para quem fugia daquela norma.** Pra mim, era muito difícil. Outra coisa, eu praticava muito *bullying* com meus colegas. **Eu praticava [o *bullying*] porque era o modo de eu não virar o foco,** entendeu. Hoje eu fico lembrando como eu praticava gordofobia e todas essas coisas...

Ao retomarmos essas recordações dos entrevistados, nosso objetivo foi o de tentar compreender a influência das vivências na escola nas práticas dessas pessoas com relação a suas expressões de gênero. As nossas práticas estão relacionadas ao *quantum* de informações de que dispomos e da capacidade que temos de usá-las para tomar decisões e agir em determinados contextos, em relação com outras pessoas. E é na escola que desenvolvemos habilidades, aprendemos conceitos que usaremos na relação com os outros, na vida em sociedade.

A informação não é um ente autônomo. Apesar de muitas vezes ser reificada, ela é algo que “existe como qualidade secundária de um objeto particular: do signo linguístico registrado”³⁴ (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 51, tradução nossa). A informação é a abstração de objetos materiais que pode gerar conhecimento a partir de um processo complexo, feito pelo indivíduo, que vai além da decodificação de símbolos.

É indispensável não só a decodificação de símbolos, mas a memorização, a **análise**, que permite identificar os elementos constituintes do que se está conhecendo e suas relações como parte do todo; a **síntese** na qual se voltam a reunir em um todo aquilo que se fragmentou e descobrir as relações do todo com as partes; ter uma **visão dialética** que permita descobrir a interconexão da informação nova com outras informações e outros conhecimentos do sujeito cognoscente; elaborar **inferências** de vários tipos como inferências dedutivas, indutivas, abduativas e hermenêuticas; **aplicar** as novas ideias e visões de mundo obtidas; **avaliar** todo o processo e **assimilar** o construto cognoscitivo obtido. [...] também empregar a **fantasia**, a **imaginação** e a **criatividade** (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 52-53, tradução nossa, grifos do autor)³⁵.

³⁴ [...] “existe como cualidad secundaria de un objeto particular: del signo lingüístico registrado”.

³⁵ Es indispensable no sólo la decodificación de símbolos, sino la memorización, el **análisis**, que permite identificar los elementos constituyentes de lo que se está conociendo y sus relaciones como partes del todo; la **síntesis** en la cual se vuelven a reunir en un todo aquello

Esse processo detalhado por Rendón Rojas (2005) é desenvolvido durante a escolarização por meio dos processos de letramentos importantes não somente para o aprendizado da leitura e escrita, mas para o desenvolvimento das competências listadas na citação acima.

O desenvolvimento dessas competências está ligado com a alfabetização e os diversos letramentos, entre eles, o letramento informacional, que é a capacidade da pessoa de localizar informações, avaliá-las e usá-las para resolver suas demandas ou compreender melhor suas necessidades informacionais (LLOYD, 2010; RIGHETTO, 2018).

O entendimento de letramento informacional variou ao longo das últimas décadas. Nas décadas de 1970 e 1980, Zurkowski (1974)³⁶, Taylor (1979)³⁷ e Garfield (1979)³⁸ defendiam que o letramento informacional estava ligado ao desenvolvimento de habilidades instrumentais, das pessoas dominarem o uso dos sistemas de informação. Posteriormente, Breivik (1985)³⁹ e Kuhlthau (1987)⁴⁰ se atentaram para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, na busca da informação para ampliar o repertório de conhecimento e não somente o foco no manejo das tecnologias de informação. Na década de 1990, Bruce (1997)⁴¹ é uma das pesquisadoras que passam a considerar a dimensão social, da aprendizagem no processo de desenvolvimento do *Information Literacy*, expressão usada na língua inglesa.

que se fragmentó y descubrir las relaciones del todo con las partes; tener una **visión dialéctica** que permita descubrir la interconexión de la información nueva com otras informaciones y conocimientos del sujet cognoscente; elaborar **inferencias** de varios tipos con inferencias deductivas, inductivas, abductivas y hermenéuticas; **aplicar** las nuevas ideas y visiones del mundo obtenidas; **evaluar** todo el proceso y **asimilar** el constructo cognoscitivo obtenido. [...] también emplear la **fantasía**, la **imaginación** y la **creatividad**.

³⁶ ZURKOWSKI, P. G. *Information services environment relationships and priorities*.

Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em:

<<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED100391.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

³⁷ TAYLOR, R. S. Reminiscing about the future. *Library Journal*, v. 104, p. 1895-1901, sept. 1979.

³⁸ GARFIELD, E. 2001: An Information Society? *Journal of Information Science*, v. 1, p. 210, 1979. Disponível em:< www.garfield.library.upenn.edu/essays/v6p609y1983.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

³⁹ BREIVIK, P. S. Putting libraries back in the information society. *American Libraries*, v. 16, n. 1, 1985.

⁴⁰ KUHALTHAU, C. C. An emerging theory of library instruction. *School library media quarterly*, v. 16, 1987, p. 23-28.

⁴¹ BRUCE, C. S. *Seven faces of information literacy*. Adelaide: Aslib, 1997.

As complexas relações em sociedade implicam em diferentes tipos de letramento que foram potencializados pela cibercultura, ao estabelecer variados *lôcus* e possibilidades de interligação de diferentes tipos de textos, “diferentes espaços de escrita e diferentes mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita resultam em diferentes letramentos” (SOARES, 2002, p. 156). O letramento informacional é o processo que prepara o indivíduo para lidar com diferentes informações, de variadas fontes, interpretá-las, selecioná-las, reconhecendo sua fidedignidade e relacioná-las com outras informações, o que envolve um processo de permanente aprendizagem (DUDZIAK, 2003). O sujeito precisa, para tanto, desenvolver as seguintes capacidades:

- determinar a extensão das informações necessárias;
- acessar a informação de forma efetiva e eficientemente;
- avaliar criticamente a informação e a suas fontes;
- incorporar a nova informação ao conhecimento prévio;
- usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos;
- compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente (GASQUE, 2010, p. 86).

O letramento informacional depende e está ligado à alfabetização e a outros tipos de letramento que são desenvolvidos durante o processo de escolarização e que foram iniciados na socialização primária, no seio familiar. Além disso, o desenvolvimento do letramento informacional, que é uma prática sociocultural, depende dos recursos socioculturais disponíveis para o desenvolvimento das habilidades com a informação (LLOYD, 2010).

O processo de letramento se aprofunda durante a socialização secundária, o período de escolarização em que ocorre a interiorização de saberes específicos e de leituras de mundo que podem conformar ou confrontar as informações incorporadas ao longo da socialização primária. Nesse momento, pesa ainda mais o pertencimento de classe e a divisão do trabalho porque eles definem qual escola o indivíduo terá condições de frequentar, o *quantum* e o tipo de informações de vários campos disciplinares a que o indivíduo terá acesso (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

A depender de como acontece a socialização secundária, podemos assimilar que a nossa vida em sociedade é um processo constante de afirmação e negação, de certezas e dúvidas e de atuação sobre a realidade, buscando a sua

modificação. Assim, a partir do processo de socialização, vamos nos construindo como pertencentes a este mundo e desenvolvendo nossas próprias identidades.

Como é possível o desenvolvimento dos múltiplos letramentos, que estão ligados à capacidade das pessoas de relacionarem diversas informações, analisá-las e produzir uma síntese, num ambiente escolar que reproduz, por meio de suas normas, discursos e materiais bibliográficos (ou ausência deles), a naturalização dos gêneros masculino e feminino como opostos, ligados a uma determinada anatomia e da heteronormatividade? Ao se partir dessa premissa já não se oferece uma amplitude de informações para fomentar entre os estudantes o debate, o confronto de percepções sobre as normas de gênero, ao mesmo tempo em que silencia e marginaliza aquelas pessoas que não se enquadram na norma.

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC) encomendou a “Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar” junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Foi uma abordagem pioneira com uma amostra de 18.599 respondentes (estudantes, profissionais da educação, pais e responsáveis) de 501 escolas das 27 unidades federativas. Foram aplicadas questões sobre atitudes em relação a etnias, gênero, orientação sexual, classe social, território, diferenças geracionais e necessidades especiais. A pesquisa averiguou a distância social dos entrevistados com relação aos grupos sociais mais vulneráveis (homossexuais, negros, idosos, pobres, mulheres, ciganos, índios e portadores de necessidades especiais), conhecimento sobre práticas discriminatórias e *bullying* e atitudes preconceituosas.

Os pesquisadores verificaram que 87,3% dos respondentes tiveram postura preconceituosa com relação às perguntas sobre orientação sexual não heterossexual e 93,5% apresentaram algum preconceito em relação às mulheres. Os índices de preconceito com negros e portadores de necessidades especiais também são altos. Profissionais da educação, pais e responsáveis também demonstraram maior preconceito de orientação sexual, em relação aos estudantes (FIPE, 2009).

Alunos com forte participação religiosa apresentam valores cerca de 2% maiores para o preconceito de gênero, geracional e territorial e de cerca de 6% maior para o preconceito em relação à orientação sexual.

[...]

Em relação ao gênero do aluno, nota-se que **respondentes do sexo masculino apresentam valores maiores que os do sexo feminino**

para todos os temas de preconceito pesquisados. A maior diferença indica que o preconceito entre os alunos em relação à orientação sexual é 23% maior do que o verificado entre as alunas (FIPE, 2009, p. 80, grifo nosso).

Ao final do relatório, os pesquisadores (FIPE, 2009) apontaram a necessidade de se investir no compartilhamento de informações sobre os grupos pesquisados no ambiente escolar para maior esclarecimento da comunidade, visando à diminuição dos casos de *bullying* e violência.

Os resultados dessa pesquisa se encontram com as análises de Peres (2009). O pesquisador afirma que o desconhecimento das possibilidades de se vivenciar o gênero e a naturalização das diferenças entre homens e mulheres levam ao estranhamento, estigmatização, isolamento e violência psicológica e física de pessoas trans. Essa situação acarreta reações violentas, dificuldades de aprendizado e evasão escolar, o que contribui substancialmente para a marginalização dessa população. A escola, que deveria ser um espaço inclusivo e de acolhimento às diversidades, por vezes, passa a ser um local de imposição de tradições hegemônicas. Converte-se em “escola-polícia”, “escola-igreja”, “escola-tribunal”, deliberadas por tecnologias atuais de poder consolidadas na padronização corpórea e na estigmatização das vivências individuais (PERES, 2009).

Bortolini (2008) também afirma que a naturalização do preconceito aos transexuais e às travestis deixa marcas profundas e podem causar a exclusão de pessoas do sistema de ensino e do mercado de trabalho.

Vamos pensar juntos então: quais as possibilidades de trabalho hoje para uma travesti ou transexual? Quantas médicas travestis você conhece? Quantas transexuais trabalhando como vendedoras no shopping? Quantas professoras travestis? Provavelmente nenhuma. Essa é uma exclusão que não é “natural”. Não é parte da personalidade das travestis ou das transexuais não querer trabalhar em diferentes profissões. O que há é uma engrenagem de exclusão iniciada desde muito cedo. E um dos primeiros lugares de onde elas são excluídas é a Escola. (BORTOLINI, 2008, p. 36-37)

Durante o processo de ensino, o educador pode até conseguir fazer o estudante compreender princípios como o “respeito e a tolerância com base na convivência social” (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 58, tradução nossa). Contudo, somente um processo de ensino baseado na crítica e na reflexão pode contribuir para que tais conceitos sejam praticados e não somente memorizados.

As relações humanas são contraditórias, grupos e classes sociais estão em constante disputa, que marcam também o espaço escolar. Compreender os elementos estruturantes da ação pedagógica que cooperam para a reprodução de regras que marginalizam e estigmatizam pessoas possibilita a construção de uma metodologia de ensino baseada no conceito de dialogicidade, que poderia contribuir para os múltiplos letramentos, entre eles o letramento informacional, um elemento que influencia nas práticas informacionais.

É na escola onde o indivíduo aprofunda elementos para a formação do *habitus* que estrutura a sua ação. Nesse espaço, informação pode se tornar um território de (re)significação, pois ela pode ser usada para se apropriar, produzir, mediar e compartilhar saberes diversos, possibilitando a articulação entre singularidades para efetiva ação (MARTELETO, 2009). Nesse sentido, atuam os movimentos LGBT e de efetivação dos direitos humanos para que o governo federal institua planos para o combate à discriminação, segundo os quais a escola seria um lugar seminal.

Enquanto os currículos escolares não assumirem os debates sobre a constituição das normas culturais, entre elas, as normas de gênero e sexualidade, as escolas permanecerão como espaços de reprodução de práticas que marginalizam pessoas. Em 2016, durante o lançamento do livro infanto-juvenil “Joana Princesa” (Editora Metanoia) da psicóloga Janaína Leslão, cuja história aborda o conflito de identidade de gênero do príncipe João, uma mulher trans relatou que, se ela tivesse lido aquele livro quando era criança, teria sido um pouco mais fácil compreender o que se passava com ela naquela época. E que, várias vezes, durante a adolescência, ela procurou por obras que abordassem “histórias de homens que queriam ser mulheres”, buscando compreender se o que se passava em sua cabeça era possível⁴².

A vulnerabilidade das pessoas trans se expressa em vários aspectos de suas vidas. Num contexto de poucas políticas públicas que dialoguem com essa população, mulheres e homens trans desenvolvem suas práticas informacionais relativas às questões de gênero, tecnologias do corpo de maneira autônoma,

⁴² Essa intervenção aconteceu durante o evento “Palco Biblioteca apresenta transexualidade na primeira infância” que aconteceu em 24 de novembro de 2016, no SESC Palladium de Belo Horizonte/MG, um debate entre Leslão e a contadora de histórias Rosana Mont’Alverne.

durante suas práticas cotidianas que podem ser consideradas de resistência. Essas pessoas constroem redes de apoio importantes para acolhimento, esclarecimento e compartilhamento de informações. (VILKKA, 2006; RIGHETTO, 2018).

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA “REINVENÇÃO DO CORPO”⁴³

Quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu era, mas acho que já mudei muitas vezes desde então.
Lewis Carrol, 2002.

Nos capítulos precedentes, abordamos a assimilação das diferenças entre gêneros, que foram criadas ao longo da História, e que fazem parte da constituição de um *habitus* de gênero (BOURDIEU, 2002a, BENTO, 2006) que atua na estruturação da nossa maneira de perceber o mundo e atuar nele. Nesse processo, somos informados sobre conhecimentos resultados dessas estruturas, como também dos conflitos que geram as fissuras nessas estruturas que não podem ser consideradas eternas.

O conhecimento é relacional, construído pelo indivíduo na interação com discursos, com outras práticas. As práticas têm trajetória social, histórica e política, são construídas ao longo do tempo, num determinado lugar e contexto. A construção do sentido é uma negociação entre pessoas em um cenário específico de produção de identidades e formas de interação (LLOYD, 2010). Quando surgem conflitos nesse processo, há um estímulo para que a pessoa busque conhecimentos para lidar com os problemas.

A dissonância contínua entre percepções de "como estão as coisas neste momento" e "como deveriam ser". Se não há dissonância, o domínio da vida continua rotineiramente e a busca de informações ligada a ele pode ser caracterizada como um **monitoramento bastante passivo** dos eventos da vida cotidiana. Em outros casos, o domínio da vida pode se tornar uma solução ativa de problemas, que visa à restaurar a ordem perturbada, geralmente exigindo a **busca ativa de informação praticamente eficaz** (SAVOLAINEN, 1995, p. 272, grifos do autor)⁴⁴.

No caso das pessoas trans, podemos observar que a desestabilização as leva a ocuparem uma posição de questionamento das normas, de desestabilização do *habitus* de gênero. Nesse processo, as práticas informacionais serão diversas e

⁴³ Expressão utilizada no título da obra de Bento (2006).

⁴⁴ Mastery of life aims at elimination of continual dissonance between perceptions of “how things are at this moment” and “how they should be.” If there is no dissonance, mastery of life goes on quite routinely and information seeking attached to it can be characterized as a rather *passive monitoring* of everyday life events. In other cases mastery of life may grow to active problem solving which aims at restoring the disturbed order, usually requiring *active seeking of practically effective information*.

variarão conforme a idade e a conjuntura do início de transição e, também conforme o gênero, visto que a transexualidade feminina tem mais visibilidade que a transexualidade masculina. Esse processo é permeado de conflitos, contesta práticas naturalizadas pela sociedade e enfrenta barreiras no acesso a informações.

Nesse contexto, abordaremos os processos informacionais que permearam a (re)construção dos corpos das/os informantes dessa pesquisa, a partir dos fragmentos de suas histórias. Pedimos aos entrevistados que narrassem o caminho que percorreram em busca das mudanças corporais de que sentiam a necessidade de realizar e as fontes de informação consultadas sobre tais processos. Entrevistarmos pessoas de diferentes gerações foi importante para verificarmos as mudanças ocorridas ao longo do tempo que impactaram no acesso de informações sobre o fenômeno da transexualidade. .

4. 1 As tensões e conflitos nas apropriações de informações

As barreiras ao acesso à informação enfrentadas pelas pessoas trans não são superáveis somente por um movimento cognitivo. Elas são resultados das configurações da sociedade construídas a partir de concepções generificadas, pautadas pela heteronormatividade. Assim, para que sejam superadas, é necessário um engajamento dos indivíduos que vai além da localização e uso e informações para resolução de demandas ou lacunas. E esse engajamento resulta num questionamento de concepções arraigadas na sociedade que auxiliam, também, na sua desconstrução.

Assim como verificaram outros pesquisadores (BENTO, 2006; TEIXEIRA, 2009; FREITAS, 2014), as transições de gênero são complexas e diversas, conforme são as experiências e expectativas das pessoas. As/os colaboradoras/es desta pesquisa desenvolvem uma série de práticas que questionam o *habitus* de gênero e que não passam, necessariamente, por intervenções cirúrgicas. Elas e eles falaram sobre as possibilidades de se vivenciar as performances masculina ou feminina ou de não se encaixar numa definição específica. Contudo, quando essas alternativas se tornaram insuficientes, a transexualidade aparece como uma possibilidade para essas pessoas (FREITAS, 2014). Assim, a transexualidade “pode ser compreendida como uma forma de expressão da identidade pessoal, **multifacetada e dinâmica, na medida em que pode ser alterada ao longo da**

vida, em função das vivências individuais” (BARBOZA, 2012, p. 1, grifos nossos).

Para além das indumentárias, uso de acessórios, cortes de cabelo e procedimentos estéticos, as pessoas entrevistadas falaram sobre a necessidade das tecnologias médicas como a ingestão de hormônios e intervenções cirúrgicas para alcançarem um desenho corporal desejado. Percebemos que o maior problema para essas pessoas era a definição de caracteres secundários, que são aqueles mais perceptíveis socialmente (a presença ou ausência de seios, barba, pelos, o formato do rosto e do nariz). Mais de um entrevistado fez menção ao fato de que não é todo mundo que vê a genitália. Como somos “permanentemente constituídos por outros” (SAFFIOTI, 1992, p.188), temos a necessidade deste reconhecimento que passa pela imagem e comportamento que são constituídos de maneira generificada.

As propriedades corporais são apreendidas através de esquemas de percepção cujo uso nos atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social. [...] A representação social do próprio corpo é, assim, obtida através da aplicação de uma taxinomia social, cujo princípio é idêntico ao dos corpos aos quais se aplica. Assim, o olhar não é apenas um simples poder universal e abstrato de objetivação, como supõe Sartre; é um poder simbólico cuja eficácia depende da posição relativa daquele que percebe e daquele que é percebido, e do grau em que os esquemas de percepção e de apreciação postos em ação são conhecidos e reconhecidos por aquele a quem se aplicam (BOURDIEU, 2008, p. 75).

O que Bourdieu (2008) quis dizer nessa passagem é que os corpos são entendidos, lidos a partir de conceitos e classificações determinados socialmente. A leitura dos corpos é um poder simbólico, é feito a partir da posição de quem olha e quem é visto, a partir dos esquemas que devem ser reconhecidos por aqueles que olham e aqueles que são objetos de apreciação. Nesse processo, as pessoas trans buscarão, de certa maneira, a adequação de seus corpos a esses esquemas, ao mesmo tempo em que estarão questionando os mesmos esquemas, construídos a partir das definições anatômicas das pessoas.

Há a busca pelo que as pessoas trans denominam de passabilidade. O conceito passabilidade vem do termo inglês *passing*, usado para se referir ao fato de uma pessoa ser vista como parte de um grupo ou categoria identitária diferente daquela que ela é originária. Historicamente, nos Estados Unidos, a passabilidade foi identificada em casos de escravos que tinham características físicas mais

aproximadas das pessoas brancas, o que os ajudaram a obter a liberdade. Assim, ser passável pode garantir maior aceitação social de pessoas estigmatizadas (GINSBERG, 1996).

Entre transexuais, a passabilidade de gênero está relacionada ao fato da pessoa trans ser reconhecida, lida socialmente como uma pessoa cisgênero, aquela cuja identidade de gênero não difere do gênero designado no nascimento. Em *Passing and the Fictions of Identity*, Elaine Ginsberg (1996) narra a história do estadunidense Brandon Teena que foi designado no nascimento como mulher, mas vivia como homem. Em 1993, Brandon se mudou para Falls City, Nebraska onde viveu durante um tempo sem grandes problemas até as pessoas da comunidade descobrirem que ele havia sido designado mulher ao nascer. Ele foi assassinado por dois homens. Esse fato demonstra que, às vezes, só a passabilidade não garante a existência das pessoas trans. Dependendo do contexto e do lugar, a passabilidade precisa ser acompanhada do apagamento da história da pessoa.

E aqui se localiza um paradoxo da experiência transexual. Como já discutimos, as pessoas trans desestabilizam a naturalização de sexo e gênero, pois trazem experiências que se diferenciam do modelo binário, estabelecido a partir das anatomias dos corpos. As pessoas trans explicitam “as tensões entre os termos: sexo, gênero e desejo. Desafia a noção de uma identidade originária, natural e estática. Pode ser um veículo para pensar outras masculinidades/feminilidades [...]” (TEIXEIRA, 2009, p. 227).

Elas ocupam o campo de gênero numa posição de heterodoxia, com seu capital simbólico, numa disputa com as normas de gênero, mas, reproduzindo essas próprias normas. A necessidade do reconhecimento da pessoa a partir do gênero ao qual ela se identifica, a leva a uma performance a partir das informações modeladas pelas mesmas normas culturais que definem a hegemonia do binarismo, a partir da constituição anatômica do indivíduo. Reforçando, assim, como averiguaram Lanz (2014) e, também, Pereira e Costa Jr. (2019), os padrões normativos para feminilidade e masculinidade

Muitas mulheres transexuais buscam a máxima adequação aos atributos de feminilidade e seus padrões estéticos socialmente estabelecidos, tais como gestos, falas e vestes. Tal busca se organiza dentro do conjunto de significados existentes na performatividade do gênero. No entanto são padrões sociais impostos, almejados e geralmente difíceis de serem alcançados por qualquer pessoa, independente de ser transexual (LANZ,

2014) e que resultam em distintas experiências de fracasso e subordinam as mulheres à indústria estética e médica (PEREIRA; COSTA JR, 2019, p. 155).

Essas contradições estão relacionadas à dificuldade do conjunto da sociedade em romper com as estruturas estruturadas que atuam na formação do nosso *habitus*. Num contexto de violência relacionada à transfobia, a busca pela passabilidade é a garantia de uma existência civil. Os entrevistados falaram sobre as sensações de insegurança e os constrangimentos vividos nos momentos em que não eram lidos socialmente como pessoas cisgêneros. Podemos exemplificar com as falas de Mila e Naldo. Mila abordou o aspecto da insegurança física, da postura violenta e constrangedora dos outros com relação às leituras das informações de seu corpo. Já Naldo, abordou a insegurança pessoal, da sua relação com o mundo, da sua forma de estar no mundo.

MILA: Em termo de segurança, é complicado, né porque eu ando na rua, às vezes, eu ando de ônibus, as pessoas percebem que eu sou trans. Gosto muito de andar de calça *leg*, as pessoas olham direto na minha genitália e eu encaro uns olhares... Numa época que eu tava no processo de transição, no começo, tinha gente que xingava, fazia piada. Teve uma vez que eu desci do ônibus e um cara com uma voz muito grossa falou sai daqui. Eu já tava descendo do ônibus. Enfim, então a questão de segurança sempre foi um problema. Hoje, como eu já passei pelo processo de hormonização, então, **eu tenho uma passibilidade maior, as pessoas não percebem tanto que sou trans como percebiam antes. Mas, é complicado assim.**

NALDO: Quando a gente não tinha o aspecto físico masculino a gente tinha um pouco de insegurança. Tem um parente que falou pra minha mãe: 'nossa, o [Naldo] tá bem né. Ele passa aqui na loja numa alegria'. E você não via essa alegria em mim antes. Eu não tinha segurança de sair e alguém fazer preconceito comigo e eu conseguir enfrentar aquilo. Me sentir [Naldo], livre, eu me olhava no espelho e falava eu sou o menino que soprava a velinha e pedia de aniversário eu quero ser um menino. Eu via no espelho o cara que eu sempre quis ser. Eu começava um curso, não terminava. Nada na minha vida eu terminava. Depois que eu descobri o [Naldo], coloquei o [Naldo] pra fora, consegui concluir as coisas. Não conseguia terminar nada. Depois que o [Naldo] tomou forma por fora, consegui ter mais segurança e terminar projetos

Tornam-se relevantes os seguintes apontamentos feitos por Bento (2006) sobre a busca das/os trans pela passabilidade e pelo uso das tecnologias médicas:

Acredita-se que os/as transexuais desejam realizar intervenções em seus corpos para que possam estabelecer a unidade entre identidade de

gênero e sexualidade, quando o que os/as transexuais buscam com essas cirurgias reparadoras é o reconhecimento de seu pertencimento à humanidade. A humanidade só existe em gêneros, e o gênero só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última dos/as transexuais é o reconhecimento social de sua condição humana (BENTO, 2006, p. 230, grifos nossos).

A busca pela passabilidade é marcada por variados métodos de transformações corporais como uso de hormônios, aplicações de silicone industrial ou colocação de próteses, depilações e várias cirurgias, principalmente na face (RONCON et al, 2016, p. 2518). A maioria desses procedimentos passou a ser garantida pelo SUS a partir de 2013, num processo demorado e burocrático de constatação de “disforia de gênero”, que demanda uma espera e uma averiguação da vida muito angustiante para as pessoas. Para quem consegue pagar pelos serviços médicos, o acesso é mais fácil.

Assim, despatologização da transexualidade passa pelo debate de como se estabelecem as políticas de saúde para o atendimento às demandas dessa população. A maneira como se vinculava, até pouco tempo, a chancela institucional da identidade trans ao diagnóstico médico não respeitava a diversidade de expressões dessas identidades e levava à exclusão e ao risco de morte dessas pessoas.

Qualquer atributo social pode construir protótipos, anular as diferenças, simplificar as complexidades, cristalizar-se num gênero e, mesmo, promover a (des)humanização, como pode ser identificado na história da medicina. Nela, exemplos incontáveis de situações em que o diagnóstico se transformou numa etiqueta poderosa de reconhecimento e exclusão de pessoas; nos porões dos hospitais psiquiátricos, nos grandes leprosários, nas temidas relações com os “aidéticos”. No discurso médico, o sentimento - pensado como dado pré-discursivo - é transformado em sintoma; critério nosológico para estabelecimento de um diagnóstico. As armadilhas do diagnóstico apontam para a fragilidade do conhecimento médico e a instabilidade das “certezas” que ancoram as decisões sobre as pessoas. Principalmente, na transexualidade, as regras de gênero parecem construir um consenso em torno da necessidade do diagnóstico porque este se vincula à cirurgia (TEIXEIRA, 2009, p. 228).

As resoluções do CFM orientam condutas profissionais, prescrevem um roteiro para que o médico possa diagnosticar a transexualidade e os desdobramentos a partir disso. Concentra-se no médico o poder de se definir o que

“a pessoa é”, em detrimento da própria pessoa, caracterizando como doente aquele indivíduo que não cumpre todos os requisitos da definição de um/a transexual. Os discursos elaborados pelas instituições transformam o corpo em “um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re)produção sexual” (BENTO, 2006, p. 30). Nesse processo, certos signos, informações, condutas são naturalizados em detrimento do ofuscamento de outros que acabam sendo categorizados como não aceitáveis.

Eis as características, os pressupostos tácitos, da eficácia de um discurso legítimo: ele é pronunciado por um locutor legítimo, pela pessoa que convém, em oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta); é enunciado numa situação legítima, no mercado que convém [...] e dirigido a destinatários legítimos; está elaborado sob formas fonológicas e sintáticas legítimas (a ‘gramaticalidade’ dos lingüistas [sic]), salvo quando a transgressão dessas normas pertence à definição legítima do produtor legítimo. (BOURDIEU, 1983, p. 151).

As pessoas trans não eram consideradas como “locutoras legítimas” sobre suas próprias vivências e seus sentimentos, conforme apontaram as pesquisas de Castel (2001), Bento (2006, 2008, 2012), Teixeira (2014), por exemplo. Um contexto que reforça a estigmatização de pessoas e, conseqüentemente, sua marginalização que culmina no estabelecimento de culturas de resistência aos princípios impostos pelas instituições sociais (CASTELLS, 2006). A Resolução CFM nº 2.265/2019, que abordamos no capítulo 2, tenta atribuir às pessoas trans mais protagonismo, orientando uma relação mais dialógica entre elas e a equipe de assistência em saúde. Mas, se trata de um processo ainda incipiente.

As desigualdades geradas pelo sistema sexo/gênero, somadas às desigualdades socioculturais, impactam no acesso, no compartilhamento e na utilização de informações e de serviços de informação. Há um aprofundamento das dificuldades de se produzir e acessar informações sobre fenômenos postos à margem do que é considerado como “normal”, tais como a transexualidade. Almeida (2007) asseverou que as maneiras de se disponibilizar a informação não são universais e estão ligadas mais aos esquemas de quem a produz e a disponibiliza, em relação a quem procura.

A mediação da informação é impactada pelas tecnologias e também pelo Estado que define as políticas públicas para acesso à informação (ALMEIDA, 2007). Podemos incluir qualquer política pública para atendimento, principalmente, de

grupos vulneráveis e marginalizados. Quando se limita a política pública, voltada para as/os transexuais, ao acesso a tratamentos médicos, se limita também a produção e disponibilização de informações sobre a complexidade da questão de gênero e da transexualidade e dos locais que ofertarão fontes informacionais sobre essa temática.

Historicamente, as pessoas trans se organizaram e se apoiaram, compartilhando informações que ajudassem na concretização do desejo de se vivenciar a sua identidade. Vilka (2006) observou que as pessoas trans não são somente usuárias de informação, elas produzem informações sobre as normas de gênero e, principalmente, a transexualidade. Porém, há uma distribuição desigual desse conhecimento na sociedade, muitas vezes, limitados ao grupo que já experiencia a transição entre os gêneros.

Os usuários do conhecimento de gênero são, principalmente, os transgêneros, pesquisadores de diferentes disciplinas especializadas em questões de gênero, bem como profissionais médicos e de saúde especializados em redesignação sexual, enquanto sua acessibilidade a outros cidadãos pode ser complicada (POHJANEN; KORTELAINE, 2016, p. 173)⁴⁵.

As pesquisadoras Pohjanen e Kortelainen (2016) realizaram uma pesquisa qualitativa com pessoas trans na Finlândia, objetivando mapear as necessidades de informação, fontes utilizadas e barreiras encontradas no processo de busca de informação. Foram elaboradas seis categorias para as práticas informacionais das pessoas que participaram da pesquisa: busca ativa de informação, verificação ativa de informação, monitoramento não direcionado, obtenção de informação por procuração, abstenção de informação e compartilhamento de informações.

Foram identificadas várias barreiras em todos os processos que as pessoas entrevistadas usaram para se informar sobre seus conflitos com o gênero. Pohjanen e Kortelainen (2016) compararam o início da busca por informações dos entrevistados com a *theory of life in the round* de Chatman (1999). As pessoas estavam cercadas com as normas e as expectativas impostas pelo grupo familiar e, somente depois de grandes conflitos com essas normas, buscavam algum

⁴⁵ The users of gender knowledge are mainly the transgendered themselves, researchers of different disciplines specialized in gender issues, as well as medical and health care professionals specialized in gender adjustments, whereas its accessibility to other citizens may prove complicated.os

esclarecimento sobre esses conflitos. Para a maioria dos entrevistados, as primeiras informações sobre a transexualidade apareceram por acaso, quando não estavam procurando por elas.

O primeiro encontro com informações sobre o fenômeno transgênero, encontro fortuito, tinha sido principalmente sorte cega num contexto, por exemplo, nos filmes de ficção, seguida de alguma forma de busca de informações envolvendo meios de comunicação e redes pessoais mais amplas. Quando o indivíduo tinha uma “mente preparada” para receber as informações, outros tipos de encontros inesperados poderiam acontecer. A teoria vida na rodada de Chatman (1999) pode ser vista neste estudo pelo controle social no início, fazendo expressar e receber informações de sua própria identidade (POHJANEN; KORTLAINEN, 2016, p. 186)⁴⁶.

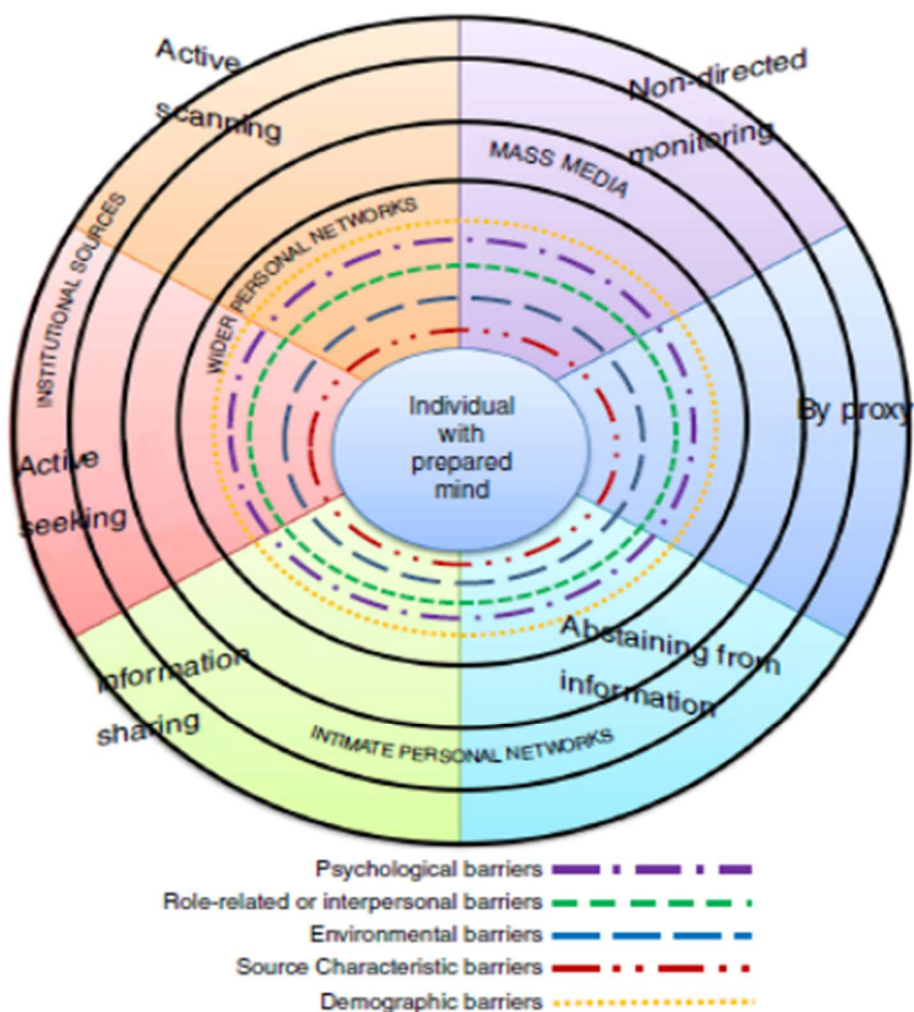
Os colaboradores dessa pesquisa finlandesa relataram que encontraram informações ao acaso, quando buscavam vivenciar suas identidades de gênero, ignorando, inclusive, as terminologias transexualidade, transexual ou transgênero. As conclusões das autoras foram sintetizadas na Figura 9.

As fontes mais importantes de informação sobre transgêneros foram outras pessoas indicando o importante papel do compartilhamento de informações a esse respeito. As informações não estavam prontamente disponíveis. Havia barreiras psicológicas ou interpessoais, barreiras demográficas, ambientais e relacionadas à fonte na obtenção de informações. [...] Isso enfatiza o significado das barreiras que impedem que essas pessoas recebam informações relevantes em formação. Influências socioculturais (que podem aparecer em parte como a falta de informações adequadas) sobre identidades são especialmente cruciais para grupos que foram marginalizados ou oprimidos (POHJANEN; KORTLAINEN, 2016, p. 187)⁴⁷.

⁴⁶ The first encounter with information about transgender phenomenon, the serendipitous encounters, had mostly been blind luck in the context, e.g. of movies or fiction, followed by some form of information search involving mass media and wider personal networks. When the individual had a “prepared mind” for receiving the information, other kinds of serendipitous encounters could happen. Life in the round from Chatman’s (1999) theory can be seen in this study by social control in the beginning making expressing and receiving information of own identity hard.

⁴⁷ The most important sources of transgender information were other transgender people indicating the important role of information sharing in this respect. Information was not readily available. There were psychological or interpersonal, demographic, environmental and source related barriers in getting information. [...] This emphasizes the significance of barriers preventing such people from receiving relevant information. Sociocultural influences (which may partly appear as the lack of adequate information) on identities are especially crucial for groups who have been marginalized or oppressed.

Figura 9 - Modelo de comportamento informacional e barreiras informacionais a partir de pesquisa empírica com pessoas trans



Fonte: POHJANEN; KORTELAJNEN, 2016, p. 184

A partir do modelo de comportamento informacional elaborado por Wilson (1997), as autoras identificaram as barreiras delineadas por ele (barreiras psicológicas, interpessoais, ambientais, demográficas e de origem) nas práticas informacionais dos entrevistados, incluindo as barreiras características das fontes de informação (as fontes podem ser enganosas, unilaterais ou desatualizadas).

As barreiras psicológicas estão relacionadas ao receio que as pessoas trans têm de questionar outras pessoas sobre a questão de gênero, de serem julgadas e excluídas. As barreiras relacionadas ao exercício de um papel de gênero ou interpessoais estão ligadas às expectativas sociais decorrentes do gênero designado no nascimento. As barreiras psicológicas estão relacionadas também às

expectativas decorrentes do *habitus* de gênero. Essas barreiras estão presentes nas práticas cotidianas. Ao analisarmos o relato de Marta, percebemos os conflitos vivenciados desde a infância com a imposição, pela família, de um comportamento esperado, como se fosse natural.

MARTA: Tudo muito confuso porque, primeiro, eu me entendia mulher e as pessoas diziam que eu não era. A partir de quatro anos de idade que eu tenho as lembranças de que tais atitudes não condiziam com o que as pessoas afirmavam que eu era. Coisas simples que eu achava normal de fazer, tinha vontade e era repelida porque não era coisa de menino. Era uma das coisas que são lembranças, assim. A forma como que é uma violência não física, mas uma violência emocional. **Te joga uma realidade mas, também, não te dá uma explicação por que que você age daquela maneira. Só assim: não pode fazer isso porque você não é aquilo.**

Caio também relatou que reprimia seu sentimento, não questionava outras pessoas sobre o seu conflito com o gênero designado, com receio do julgamento das outras pessoas.

CAIO: Então, como eu disse, eu sempre soube que eu era diferente. Mas, eu não sabia o que era isso. Eu pensava que eu era a única pessoa do mundo a passar por isso, tanto que eu não tinha falado com ninguém que **eu tinha medo de falar para alguém: - 'ah, eu sou menino' e o pessoal começar a me achar louco... era uma coisa que eu reprimia muito.**

Quando não se fala sobre um assunto pelo receio do julgamento alheio, há a limitação, o cerceamento de informações, que está relacionado aos tabus culturais (SAVOLAINEN, 2016). Podemos citar o estudo de Oyserman, Fryberg e Yoder (2007) com portadores de HIV. Os pesquisadores observaram que o estigma em torno desses indivíduos afetou negativamente a busca por informações, inclusive, com os profissionais da saúde. Essas pessoas relataram que não expressam suas demandas por informação com receio de vivenciarem constrangimentos. Hamer (2003) também identificou impactos dos julgamentos sociais no comportamento informacional de gays que relataram esconder qualquer vestígio físico ou virtual da procura por informações relacionadas ao segmento LGBT.

O entrevistado Apolo destacou que a sua angústia estava mais ligada à sua aceitação pelas outras pessoas. Ele relacionou a disposição de informações sobre a transexualidade com o acesso à *Internet* e como seu acesso à rede era restrito, assim também era o acesso às informações específicas da questão trans. Os

amigos homossexuais apareceram em seu relato como elementos de apoio nessa angústia relativa à aceitação pela sociedade.

APOLO: Qual que era a informação que a gente encontrava... Eu não tinha muito acesso à *Internet*. Não tinha a informação. A informação que eu tinha era conversar com outros amigos que eram iguais. Conversar com um gay, com uma lésbica. E as informações trocadas eram assim: "ah, não, o pessoal acostuma". **A preocupação maior era de aceitação. Não tinha uma orientação sobre é isso que você quer viver, você gosta de viver assim, não, a preocupação era a aceitação do próximo.**

Por desconhecerem o fenômeno da transexualidade e sua abrangência a homens e mulheres (Naldo, por exemplo, achava que só existia travestis ou mulheres trans), Gabriel, Naldo e Apolo, num primeiro momento, se entendiam como mulheres cis lésbicas. A própria terminologia (transexualidade, transgênero) era desconhecida por todos os colaboradores desta pesquisa. O desconhecimento desses termos impactou o processo de busca de informações sobre a própria experiência. Silva (2019, p. 138) também averiguou que a "busca de informação sobre transexualidade foi impossibilitada pelo desconhecimento do termo, ou de termos ligados a este como 'homem trans', 'travesti', 'transexual'", o que caracteriza uma barreira cognitiva de acesso à informação (SAVOLAINEN, 2015).

APOLO: Assim, a situação do gênero, ela não era concluída. Na minha cabeça não tinha isso, eu não ouvia isso. Então, eu era lésbica. Só que eu não me sentia lésbica, não era bem assim. Porque eu via as meninas femininas que gostavam de meninas. Então, aquele termo para mim era só de menina que gostava de menina. Aquele termo não era de uma pessoa que gostava de ser menino. Antes de gostar de menina porque eu posso viver sem ter uma relação com uma mulher e gostar de ser como eu sou e a lésbica, para que ela seja lésbica precisa de ter outra pessoa. Então, eu não me encaixava naquilo. Eu nunca tive muito de levantar bandeira de denominações, eu nunca liguei muito para isso não. Então, eu me sentia menino.

A ausência de políticas públicas ampliadas para as pessoas trans acaba se tornando uma barreira institucional para o acesso à informação, que se soma às barreiras sociais e aos tabus culturais. Essas barreiras institucionais podem ser a ausência de materiais em serviços de informação ou o mal atendimento em outros tipos de serviços, públicos ou privados, em virtude da desinformação de um

funcionário (SAVOLAINEN, 2016). A fala da entrevistada Marta sobre o atendimento no SUS exemplifica essa barreira institucional.

MARTA: O SUS é o lugar que deveria ter sido melhor e o mais preparado pra receber a população LGBT porque desde 2009 o SUS lançou a cartilha do nome social e, na prática, isso não funciona. Funciona muito, muito pouco. Eu acho que falta treinamento, informação, eu acho que falta compromisso dos servidores. Eu não digo punição não, mas eu acho que deveria ter um tipo de...de... promoção, ao invés de punição. Uma promoção das pessoas que trabalham, que lidam e que respeitam essa população porque o descaso é muito grande com relação a isso, coisa básica do nome social. E a gente não tá falando apenas do médico, enfermeiro, vai desde da portaria à diretoria, dependendo da situação.

Estudos indicaram as dificuldades das pessoas trans em acessar aos serviços do SUS (BENTO, 2006, 2012; ROMANO, 2008, ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009; RONCON et al, 2016). As mais evidentes são o não uso do nome social, a transfobia e a falta de preparação e informação dos profissionais de saúde e a patologização das identidades de gênero trans “como promotor de seletividade nos serviços de saúde, obstruindo o acesso a muitas pessoas trans” (RONCON et al, 2016, p. 2518).

As peculiaridades das identidades transexuais não são abordadas nos cursos de formação de profissionais da área da saúde. A ausência de conhecimento do profissional tem como consequência a insatisfação e falta de esclarecimento das pessoas que estão em crise com o gênero designado ou a orientação dos profissionais por aquelas pessoas que já constituíram um conhecimento sobre a transexualidade pela prática cotidiana (HAGEN; GALUPO, 2014; POHJANEN; KORTELAJINEN, 2016). O entrevistado Caio, que é estudante de Medicina, abordou em seu relato esse aspecto da ausência de informações sobre as especificidades da população LGBT nas disciplinas do curso e do silêncio dos professores quando são questionados pelos estudantes.

CAIO: E a gente até pergunta aos professores porque a gente já teve muitas aulas sobre sistema endócrino, sistema reprodutor e sempre essa pergunta surge: ‘e no caso de hormonização de homem e mulher trans, como é que é?’ E ninguém sabe responder. E, assim, não é só a comunidade trans que é negligenciada nesse aspecto, sabe, na verdade, só o gay que tem visibilidade dentro da comunidade LGBT e ainda assim é uma visibilidade baixa. Só que, assim, os professores não sabem como duas mulheres lésbicas devem se proteger numa relação sexual. Os professores não sabem, por exemplo, que mulheres bissexuais também

se relacionam com homens e que elas podem transmitir alguma DST que por ter contato com homem se infectou, pode transmitir pra mulher ou se infectou por mulher e transmite pro homem, ainda tem uma lacuna aí que a gente precisa preencher. Realmente é muito difícil porque a gente ainda tem muitos professores conservadores. Como na nossa sala tem muita gente da comunidade LGBT, sempre surgem essas perguntas. Uma hora não é possível, o professor vai virar e falar 'tá tendo demanda aqui, mas foda-se, não quero saber, não cabe a mim estudar isso'. Então, eu acho que a gente tem que vim com a demanda e quebrar o pau se alguém for homofóbico, machista, racista porque a gente tem muitas denúncias disso dentro da Faculdade de Medicina, dentro do ICB também e cada professor procurar se informar. Não acha em livro, mas tem muito artigo que fala sobre hormonização, sobre as cirurgias. Claro que é difícil pra gente saber quais vão ser as consequências disso no futuro porque a gente não tem muito estudo de caso. Mas, não custa nada também você procurar lá na Internet o que acontece quando uma pessoa faz hormonização, o que pode dar errado e o que vai dar certo. Porque, por exemplo, quando eu fui no endocrinologista na clínica eu perguntei o que ia mudar e é o que todo mundo fala vai crescer pelo no seu rosto, no seu corpo todo, sua voz vai engrossar. Essa é a informação que a pessoa tem.

Savolainen (2016) também apontou outras barreiras relacionadas à pouca divulgação ou popularização da produção de conhecimentos sobre determinado fenômeno para esclarecimento da sociedade. Righetto (2018) destacou que, no entendimento das pessoas trans entrevistadas por ele, a maior dificuldade se encontra na falta de informação sobre a transexualidade, uma vez que o assunto estaria muito localizado no campo da medicina.

Apesar da medicina pautar o fenômeno transexual, o entrevistado Apolo relatou a sua dificuldade de acessar um profissional da saúde que soubesse conduzir suas demandas. Quando resolveu realizar a mastectomia masculinizadora, pagando por ela, o cirurgião demandou o laudo atestando sua disforia de gênero. Diante das dificuldades em obter este laudo, a resolução apareceu a partir do autoaprendizado do entrevistado que, por meio da leitura de artigos sobre esse procedimento, pesquisados por conta própria, adquiriu o domínio dos termos que deveriam ser utilizados para negociar com o psiquiatra a emissão desse laudo.

APOLO: Agora que nós chegamos na parte mais difícil de ser trans: quando eu iniciei. Era chegar no médico, você vai até o psicólogo, você vai até um psiquiatra, você vai no endócrino. E todos eles: 'eh, tem que ver, não conheço muito bem sobre isso. Eu tenho que olhar um pouco sobre isso'. Eu não encontrei um profissional para me acompanhar.

[...]

Aí, o que eu fiz: **eu fui até um psiquiatra particular, desses que vende**

atestado. Eu sabia que não tinha valia nenhuma o que ele tava falando. Tinha muito mais valia o que eu sabia. Cheguei pra ele e disse: eu preciso de um laudo para que eu faça uma cirurgia de mastectomia, mas ela se chama mastectomia masculinizadora porque, uma vez que eu não tenho doença, não pode ser só mastectomia. E ele: 'Hã?'. Preciso que você coloque para mim no laudo que eu estou apto, que eu estou ciente do que estou falando que eu quero fazer uma cirurgia de retirada dos meus seios. Me deu o papel e pronto.

Os procedimentos para se estabelecer um diagnóstico de transexualidade partem de exaustiva avaliação que inclui: histórico completo do caso, testes psicológicos e sessões de terapia (BENTO, 2006).

A transcrição da fala de Apolo demonstra a fragilidade das regras, protocolos, observações e avaliações que a medicina impõe para as pessoas trans (BENTO, 2006; ARÁN; MURTA; LINÇO, 2009; TEIXEIRA, 2009). Bastou que o entrevistado se apropriasse de alguns conceitos para a negociação da emissão de um laudo numa única consulta com o psiquiatra. De posse desse laudo, Apolo pode realizar a mastectomia masculinizadora, no serviço privado, dando continuidade ao processo de transformação corporal que ele havia iniciado por conta própria, com a ingestão de hormônios. Mas, a própria deficiência da política de saúde para as pessoas trans o levou a resolver suas demandas por hormonização e pela mastectomia por conta própria, assim como aconteceu com a maioria das outras pessoas trans.

Gabriel também relatou as mesmas dificuldades em conseguir o laudo que ele passou a demandar para a retificação de seu nome no registro civil. Ele se consultou com 11 psiquiatras. A situação de maior constrangimento para ele aconteceu em uma das consultas, que se iniciou com a não utilização, pela secretária do médico, do seu nome social. Situação que era recorrente para muitas pessoas trans (RONCON, 2016).

GABRIEL: Mas, assim, eu tive que ir a 11 psiquiatras em BH. Eles simplesmente ou falam que não conhecem, ou te mandam pra outro, ou já são grossos. Eu me lembro do último que eu tentei, antes de conseguir, que era perto da minha casa. Quando eu fui no consultório dele... olha que coisa doida, eu querendo evitar o constrangimento, eu já era operado, eu precisava do laudo pra retificação [do nome no registro civil]. Marquei a consulta com ele, falei antes no telefone, com a secretária, que era um caso de uma pessoa trans... quando cheguei lá, a mulher não teve o menor constrangimento, ela falou [nome do registro de nascimento do entrevistado] bem alto pra todo mundo ouvir, sabe. Eu já mastectomizado tive que passar por esse constrangimento. Todo mundo ficou olhando pra

minha cara. Eu entrei no consultório dele e ele: ‘não entendi bem o seu caso, você quer virar uma mulher?’ Usou um termo assim... Aí eu falei assim: ‘não, é o contrário. Eu fui designado mulher e eu quero retificar o meu nome. Já tô modificando meu corpo e quero retificar o meu nome e preciso do laudo’. Ele riu e falou uma coisa tipo ‘é um delírio ... cada coisa que me aparece’. Foi uma coisa tão horrorosa... esse foi o pior de todos.

O relato de Mila aponta para a importância de uma rede de contatos. A namorada indicou a psicóloga para que ela consultasse e obtivesse o laudo de disforia de gênero. O contato da assistente social foi repassado pela mãe de sua namorada. Contudo, conforme apontamos no capítulo 2, o julgamento da corte do STF sobre a ADI 4275 desobrigou a apresentação de laudos médicos que atestassem a disforia de gênero ou a realização de cirurgias para a alteração no registro civil.

MILA: Eu consegui os laudos... eu comecei a atender com uma psicóloga em Campinas... por indicação da D. Aí eu fui e eu pedi pra ela o laudo. Ela trabalha com transexuais há 25 anos, então uma pessoa muito sensível. Eu consegui também o laudo de assistente social com uma amiga da minha sogra. E do endócrino também. Só que, no fim, acabou que com aquela resolução do STF de permitir a alteração do nome sem passar por um processo judicial. Então, no fim, eu nem entrei com processo. Aí eu mudei direto no cartório de [cidade] que é onde eu nasci. A partir da mudança na certidão, você consegue o resto, o RG, CPF. O problema disso tudo é mais a questão burocrática e financeira.

A ausência de profissionais capacitados para lidarem com as demandas das pessoas transexuais, o que é agravado pelo entendimento de que as normas jurídicas e médicas devem legitimar tais demandas, as obrigou a buscarem caminhos alternativos. Até a decisão do STF, essas pessoas precisavam impetrar uma ação judicial solicitando a retificação do nome no registro civil e um laudo atestando a disforia de gênero era um dos documentos exigidos. A necessidade de se impetrar ações judiciais já excluía muitas pessoas que ficavam desestimuladas em buscar assistência jurídica gratuita pelas defensorias públicas.

O contato com outras pessoas trans levou Naldo a procurar atendimento na Faculdade IPEMED de Ciências Médicas⁴⁸, onde havia um programa voltado para

⁴⁸ A IPEMED é uma instituição de ensino superior que oferece cursos de Pós-Graduação lato sensu em diversas especialidades na área médica. Está presente em sete capitais brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Palmas, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Teresina Cf. IPEMED AFYA EDUCACIONAL. *Institucional*. 2020. Disponível em: <https://ipemed.com.br/belo-horizonte-mg/>. Acesso em 22 jul. 2020.

peças trans. Para se inserir nesse programa, ele deveria obter o laudo de disforia de gênero e ser encaminhado pelo SUS.

NALDO: Eu fiquei sabendo da IPEMED e fui buscar ajuda lá e tinha que ter encaminhamento do SUS. Aí, eu fui pro posto de saúde e, pra minha surpresa, consegui psicólogo. Eu fui o primeiro paciente dele trans, ele não sabia sobre transexualidade, não tinha estudado. Falou assim: "olha, eu não vou te dar esse laudo porque eu não sei o que é isso. Você vai voltar daqui a 15 dias, eu vou estudar pra ver o que que eu faço". Na próxima consulta, ele falou assim: "[Naldo], tá aqui o seu laudo. Você é o [Naldo]. Não tem esquizofrenia, não tem nada. Só vou ter que colocar aqui o CID porque é uma exigência". Peguei esse laudo, levei na IPEMED e já tem uns seis anos que eu tô lá. Seis anos de transição, seis anos de IPEMED. Esse período lá, antes da troca de nome, fui super respeitado, ambiente super agradável, os médicos sempre tentam ajudar. **Eu fiquei na transição seis meses por conta própria até conseguir lá.**

A pesquisa de Freitas (2014) com homens trans evidenciou que o caminho encontrado por eles foi a busca por burlar o sistema, tendo em vista as dificuldades que encontraram para terem acompanhamento médico. Receitas de hormônio obtidas de maneira clandestina, apropriação de ferramentas como o editor de imagens *Adobe Photoshop* para reproduzir laudos e receitas foram estratégias usadas por homens trans num contexto de "morosidade, burocratização e ineficiência dos sistemas públicos e privados de saúde, que atrelam o acesso a certos procedimentos ao diagnóstico" (FREITAS, 2014, p. 45).

Vieira e Porto (2019) também constataram diferentes estratégias usadas por homens trans para obterem hormônios, que passam pela compra por conta própria com vendedores para praticantes de musculação, com obtenção de receitas com médicos conhecidos ou por meio de um médico particular numa única consulta. Para os autores, esse comportamento é consequência das dificuldades de acessar aos serviços nos ambulatórios para pessoas trans e pela rejeição de algumas pessoas de participarem de todas as etapas da terapia fornecida pelos ambulatórios.

Teixeira (2009) mostrou a problemática que envolve o diagnóstico como central na definição de que uma pessoa é transexual. Além do diagnóstico subsumir a "diversidade de experiências", ele representa um risco à sobrevivência dessas pessoas, pois, muitas não possuem as condições necessárias para acessá-lo. Além da sua produção ser algo falho. As pessoas podem se apropriar das informações que os médicos precisam ouvir para preencherem os protocolos.

Os fragmentos das histórias de vidas são argumentos que demonstram que o diagnóstico é insuficiente para traduzir a diversidade de experiências, promovendo o apagamento das diferenças. Mas, no recorte desta pesquisa, pode ser considerado, ainda, um poderoso instrumento na construção de uma subjetividade - incessante movimento no qual o indivíduo se faz sujeito e é assujeitado no interior de um sistema discursivo. **Essa hegemonia do discurso médico coloca as pessoas na condição de reféns do diagnóstico; mesmo quando “sabem o roteiro e as respostas”, a aproximação com o discurso médico e o uso estratégico do diagnóstico (re)atualizam verdades sobre a transexualidade e exigem um acúmulo de capital cultural que não está acessível a todos/as** (TEIXEIRA, 2009, p. 228, grifos nossos).

Arán, Murta e Lionço (2009, p. 1147, grifos nossos) apontaram que

Embora a associação do diagnóstico de transexualismo à redesignação sexual tenha viabilizado a institucionalização do debate sobre a assistência dessa clientela na rede pública de saúde, devemos considerar a complexidade que envolve compreender a condição transexual como uma anormalidade, colocando em pauta o paradoxo de que, **se por um lado o diagnóstico torna legítima a demanda por redesignação sexual e possibilita o acesso aos serviços de saúde, por outro é raiz de restrições sociais e estigma que afetam diversos níveis da vida desses indivíduos, reforçando sua condição de exclusão social.**

Entre os homens trans, a apropriação de informações no início da transição, foi marcada pelo fenômeno cunhado por Mckenzie (2003) de *serendipity*⁴⁹ quando iniciaram as primeiras buscas por informações relativas aos conflitos com o gênero. Mckenzie (2003) chamou de *serendipity* o encontro de informações acidentalmente, em qualquer situação ou em qualquer lugar, quando o indivíduo se depara com outro numa situação parecida com aquela que lhe causou a demanda por informação. Para Araújo (2015), *serendipity* é “[...] encontrar determinados recursos informacionais relevantes sem estar procurando por eles”.

Naldo teve contato com a transexualidade masculina (FtM), pela primeira vez, por meio de um programa da TV Globo, “Na Moral”, apresentado pelo jornalista Pedro Bial. Esse programa se pauta por debates polêmicos no campo dos costumes. Para ele, só existiriam travestis e mulheres trans uma vez que nunca

⁴⁹ O *Oxford Advanced Learner’s Dictionary of Current English* (1997, p. 1385) define *serendipity* como “the fact of sth interesting or pleasant happening by chance” ou um fato interessante ou agradável que acontece por acaso (tradução nossa).

soube sobre mulheres que quisessem vivenciar uma identidade de gênero masculina.

NALDO: E aí, com 19 anos, mais ou menos, eu comecei a pesquisar. No meu trabalho tinha muito travesti. Trabalhava com telemarketing. **Eu via que tinha muita mulher trans e travesti lá. Eu pensava que só poderia fazer isso do masculino para o feminino.** Eu comecei a pesquisar até que eu vi o programa “Na Moral”. Eu pesquisava na Internet. O pouco acesso que eu tinha na época, ia procurando até que eu vi o programa do Pedro Bial, que aí eu conheci o João Nery, a Maitê Schneider e o Erick Barbi. E aí, eu fui pesquisando e fui descobrindo. Aí, fui introduzindo isso na minha casa, falando do que eu sentia e tal.

O programa citado por Naldo foi exibido na madrugada do dia 21 de agosto de 2013, quando Pedro Bial recebeu Maitê Shneider, João Nery, Bianca Santos e Erick Barbi⁵⁰. Naldo se identificou com o debate ali apresentado e com as figuras de Erick Barbi e João Nery, o que lhe permitiu se aproximar da transexualidade masculina. Até então, ele se entendia como uma mulher lésbica masculinizada.

Anteriormente, já abordamos o impacto que causou a exposição pela mídia da história de Roberta Close. Vilka (2006) e Pohjanen e Kortelainen (2016) identificaram a importância dos meios de comunicação de massa na divulgação de histórias de pessoas trans, possibilitando uma visibilidade do fenômeno e o reconhecimento de outras pessoas naquelas histórias.

Caio teve seu primeiro contato com a figura de um homem trans na rede social online *Instagram*, ao perceber as cicatrizes no peito de um menino. Depois de observar o perfil do rapaz, compreendeu que ele tinha realizado a mastectomia masculinizadora e fazia a hormonioterapia. Isso foi um gatilho para Caio procurar por vídeos de outros homens trans que registravam nessa mídia suas experiências, se identificando com os relatos ali apresentados.

CAIO: E, aí, no ano passado, no meio de 2018, eu tava olhando meu *Instagram* e aí eu vi um menino que tinha uma cicatriz assim no peitoral e eu fiquei assim: "gente, quê que é isso, o quê que ele fez?" aí que eu fui procurar saber e aí eu entendi, tipo, ele era um homem trans, ele tinha passado por uma cirurgia de redesignação, ele já fazia hormonização e tudo mais e aí eu falei: "oh, que interessante"... parece né, coisas que eu

⁵⁰ PEDRO Bial reúne transexuais: ‘Não se trata de meros procedimentos cirúrgicos’. *Gshow*, Na Moral, 21 ago. 2013. Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/na-moral/por-tras-das-cameras/noticia/2013/08/pedro-bial-reune-transexuais-nao-se-trata-de-meros-procedimentos-cirurgicos.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

que eu queria fazer e aí eu fui pesquisando mais. Eu comecei a ver vídeos de homens trans brasileiros falando sobre como que tinha sido a experiência deles, como que eles tinham se descobrido [sic] trans e aí acabou que eu me identifiquei muito... me identifiquei... Só que aí, no começo, pra gente se assumir pra gente mesmo é difícil sabe, que é uma luta interna muito grande, que eu já tava meio que acostumado, tipo, por mais que era muito ruim pra mim encenar, me passar por uma menina, fingir que eu estava num corpo certo, eu já tinha me acostumado. Todo mundo ao meu redor já tinha acostumado. Então, me assumi pra mim foi difícil. **Eu procurei por várias outras coisas, várias outras identidades de gênero...** eu procurei sobre gênero fluido, não-binário, todos esses... mas, nenhum me encaixava e quando eu me assumi, falei : "não, é isso que eu sou. Eu sou homem trans e agora eu vou encarar isso". Foi assim, um alívio muito grande, muito grande.

Gabriel também desconhecia a existência de homens trans. O incômodo com os seios o levou a pesquisar maneiras de retirá-los. Os seios evidenciavam um corpo feminino que, na opinião dele, não cabia mais as vestimentas que usava, parecidas com aquelas usadas pelos seus amigos. Ele não queria se parecer com uma "mulher masculina". Antes de conhecer a hormonioterapia e a possibilidade de realização de cirurgias, ele procurava se mostrar com muita feminilidade. No entanto, a corporalidade feminina era algo que o incomodava e a possibilidade de fazer a mastectomia abriria o caminho para a constituição de um corpo masculino. Ele apontou que as buscas iniciais por informação se deu na *internet* e o foco era a remoção dos seios. O que desencadeou essa busca foi o contato com uma mulher que fez essa cirurgia para tratar um câncer de mama. Essa busca possibilitou que ele encontrasse, acidentalmente, vídeos de homens trans no *Youtube*.

GABRIEL: Na *internet* eu conseguia me relacionar com as pessoas de uma certa maneira e, inclusive, através da *internet* também eu pude descobrir a questão dos homens trans que era, pra mim, a primeira vez que ouvi falar sobre porque eu tava pesquisando como remover o seio... Mas, eu comecei a pesquisar muito sobre essa coisa de tirar o peito porque eu consegui... eu vi uma pessoa que teve câncer e tirou... uma mulher cis teve câncer e tirou. Caramba! Eu preciso descobrir como é que eu faço pra ter câncer pra conseguir tirar isso porque já que não tem como modificar nada pelo menos isso eu tiro. [...] E foi pesquisando como tira o peito que eu achei um grupo de homens trans no *Youtube*, eram homens trans americanos, alemães, não tinha nenhum no Brasil. Primeiro homem trans que eu descobri no Brasil foi o...ele é de Curitiba... E aí, ele foi um dos primeiros que eu tive contato.

A transexualidade feminina (MtF) tem maior visibilidade em relação à transexualidade masculina (FtM). Todos os homens trans entrevistados expressaram, direta ou indiretamente, que tinham informações sobre mulheres

trans, mas nada sabiam sobre a existência de homens transexuais. Esse fenômeno foi apontado por Freitas (2014, p. 26): “a visibilidade pública das transexualidades masculinas é fato muito recente, e teve grande repercussão midiática e social nos anos próximos à realização desta pesquisa”. A história de João Nery (2011, p. 45) também ilustra a solidão vivenciada pelos homens trans.

Transformei-me literalmente num marginal, pois vivia à parte, à margem. Não pertencia nem ao grupo majoritário heterossexual e aceito, nem a qualquer grupo minoritário e discriminado. Não me sentia mulher nem homossexual. Ainda desconhecia todas as categorias ‘inventadas’ em meados do século XX. Sabia que não era aprovado pela maioria. Em que grupo existente me enquadrava?

É na prática da vida cotidiana que as pessoas trans acessaram informações, traçaram os caminhos para a (re)construção de suas identidades de gênero. Acessando informações, nem sempre de maneira direcionada, além de também produzir e compartilhá-las. Para transpor as barreiras informacionais, as pessoas trans se organizaram, criaram uma rede própria de acolhimento e compartilhamento de informações que garantisse a sobrevivência do grupo e a possibilidade de cada pessoa concretizar seus desejos. Há um espaço de conflito, que não se limita à produção de discursos, ocupado por essas pessoas que buscam direitos mínimos como o uso de um banheiro público sem constrangimentos, o reconhecimento de suas identidades e uma existência que não esteja cercada permanentemente de violência psicológica, física e institucional.

Entre as mulheres trans e travestis, há mais referências ao autoaprendizado por meio das práticas cotidianas de modificações do corpo. A entrevistada Clarice relatou o seu contato, na infância, com uma transexual mais velha que falava para ela sobre a transexualidade e o quanto ela se identificava com isso. Essa pessoa se tornou uma referência para a Clarice e, inclusive interveio com a mãe dela e a incentivou a fazer uso de hormônios. A entrevistada Leca também relatou sobre o compartilhamento de informações e vivências com outras colegas que também vivenciavam performances femininas, inclusive, com a ingestão de hormônios.

No contexto de engessamento do ideal de feminilidade e masculinidade, tidos como diferentes e opostos, com a ausência de qualquer referência sobre múltiplas possibilidades de masculinidades e feminilidades, há o fenômeno de se elaborar as informações sobre essa transição entre gêneros, ao vivenciá-la, na

prática cotidiana (VILKKA, 2006). O que a entrevistada Marta definiu como vivenciar as informações para entrar em “conformidade com o gênero”. A autoafirmação apareceu como um elemento importante para essa entrevistada.

MARTA: Eu venho de uma realidade, eu tenho 37 anos, as informações acerca do tema, eu acredito que talvez se encontre mais de uns anos pra cá, no tempo em que eu tive essa dificuldade, eu não tive nem referência, nem internet **e as informações, eu tive que vivenciá-las, então, quando eu entrei em conformidade com o gênero, quando eu entendi do que se tratava, eu já tava vivenciando ela.** Existia uma mulher dentro de mim que, aparentemente muito precoce, mas existe uma pressão psicológica sobre mim que eu não tinha condições de continuar fingindo ser alguém que eu não era. Muito importante quando eu tornei público, embora as pessoas é que descobrem a gente. **A partir do momento que você se afirma, você se encontra é uma questão pessoal, você encontra forças para dizer isso a quem quer que seja.**

[...]

Aí vêm as informações do que, como eu disse a você, eu não tive informações sobre, nem referências, nem em pensar em alcance do que seria capaz. Eu sei que tinha necessidade de me tornar e me ver como uma figura feminina e, o primeiro passo é deixar o cabelo crescer, eu me lembro que a última vez que eu cortei eu tinha 12 anos.

Vilkka (2006) apontou que o corpo é a base para as pessoas trans elaborarem conhecimento sobre a própria identidade de gênero. A elaboração desse conhecimento acontece como síntese do conflito entre o que a autora chamou de “corporalidade subjetiva, orgânica e objetiva” e os estereótipos gerados pelo binarismo de gênero. As pesquisadoras finlandesas (POHJANEN; KORTELAINE, 2016) destacaram que a vivência da identidade de gênero e a prática cotidiana em busca da realização de desejos forjaram a elaboração de conhecimentos sobre o fenômeno da transexualidade.

Silva (2019, p. 157) identificou a importância da autodeclaração para a construção de ações coletivas de emancipação entre pessoas trans. Ao reinventarem suas identidades de gênero, “os sujeitos oprimidos assumem suas narrativas e tornam-se disseminadores de conteúdos informacionais que os auxiliaram em seu próprio processo de subversão da heteronorma”.

Pohjanen e Kortelainen (2016) identificaram a categoria “obtenção de informação por procuração (*by proxy*)” nas práticas informacionais dos colaboradores da pesquisa realizada por elas. Geralmente, as informações eram procuradas por outras pessoas trans que, depois, as repassavam para os entrevistados. Mackenzie (2003) definiu que as conexões por procuração ocorrem

quando um agente realiza uma busca ativa de informações que podem ser úteis para uma outra pessoa. Ela identificou esse fenômeno entre os familiares e os amigos mais próximos de grávidas.

Entre as/os colaboradoras/es desta pesquisa, observamos que essa categoria aparece quando a pessoa inicia sua transição, assumindo sua identidade de gênero publicamente, gerando conflitos, mas, também, uma rede de solidariedade e de cuidado. Para Clarice e Leca, outras mulheres trans forneceram informações sobre acesso a cirurgias plásticas em sobre a mudança e estabelecimento em países da Europa, sem que elas demandassem diretamente. No relato de Caio, apareceram os colegas do curso de graduação e amigos que, além de compartilharem informações sobre a transexualidade, também procuravam se informar com ele.

CAIO: Todo mundo [do curso de Medicina] já me trata pelo nome masculino, a maioria na verdade, já sabe. Inclusive, eles me ajudam muito. Qualquer coisa que eu falo que eu preciso assim, eles me ajudam. Já falaram que se eu precisar de vaquinha para a hormonização, essas coisas, eles super topam. É uma turma que, no geral assim, não só comigo, apoia muito essas causas sociais. Então, não tenho tido problemas. Com meus amigos mais próximos, foi super tranquilo eu me assumir e já no mesmo dia eles começaram a me tratar pelo pronome masculino e, assim, uma coisa que eu acho muito legal, é que eles procuram saber mais sobre a comunidade trans. Por fora ou comigo, me perguntam também. Veem uma coisa na *internet*, procuram um vídeo no *youtube* e falam "olha, que legal que eu vi aqui. Você sabia disso?" Do ambulatório, eles mesmos me mandaram link. Do psiquiatra mesmo que eu te falei que eu conversei com ele que trabalha lá no ambulatório, foi um amigo que me passou o contato. Então, eles me apoiam muito, me ajudam muito. Já falaram que se acontecer alguma coisa lá na minha família, eles tão aqui e vão me ajudar de alguma forma. Com dinheiro ninguém tá podendo, mas pra me dar um abrigo, eles são uns anjos na minha vida e meu irmão.

Já no relato de Apolo, há menção de uma servidora da SEE-MG que o procurou espontaneamente para explicar-lhe sobre o direito ao uso do nome social no âmbito administrativo do Estado, mesmo ele não tendo retificado os documentos oficiais. Apolo sempre aparecia nas fotos dos relatos de projetos desenvolvidos em sua escola com uma aparência masculina, mas sendo identificado pelo seu nome de batismo, o que chamou a atenção daquela servidora. Quando ela questionou o nome dele com um colega de trabalho, constatou que, apesar da sua aparência masculina, ele ainda era tratado pelo seu nome de batismo.

APOLO: [A adoção do nome social] Foi através do Estado. Foi 2015 mais ou menos, 14 para 15. Uma moça da SER [Superintendência Regional de Ensino], uma representante de nome social me procurou e me perguntou se eu queria fazer o uso do nome social. E eu dava aula do primeiro ao quinto [anos], aquela coisa de filhos evangélicos, aquela preocupação toda. Aí, eu fiquei pensando: ‘nossa, se eu mudo de nome no meio do processo, tô na alfabetização, com crianças, como é que eu imponho pra elas que ontem era tia [XX] e hoje é tio [Apolo]. Os meus sobrinhos, eu tenho uma delicadeza absurda para poder inserir isso neles. Aí eu falei: eu aceito na escola de Ensino Médio onde estou de bibliotecário, que é onde estou de supervisão agora. Aí ela falou assim: ‘então, excelente, sem problema, nós vamos mandar tudo’. Eu achei assim, fantástico porque eu tinha já vontade de mudar de nome.

Marteleto (2009) pontuou a importância do conceito de “informação em movimento”. Esse conceito significa considerar os “processos de subjetivação e de construção de sentidos” sem “perder de vista os elos que o local mantém com o quadro macro-estrutural da sociedade” (MARTELETO, 2009, p. 19). Assim, é na prática cotidiana, em sociedade, que se produz, se apropria de informações e se dissemina informações. Dessa maneira, o processo de se informar, não necessariamente está ligado e não se inicia com o estabelecimento de estratégias para se buscar informações que solucionem determinadas demandas. Observamos isso nos relatos de Clarice, Marta, Natasha e Leca, elas foram vivenciando suas identidades femininas e, ao longo dessas vivências, foram se apropriando e construindo conhecimentos sobre intervenções corporais, estabelecendo, a partir de suas percepções, as suas feminilidades, embora ainda marcadas pelo *habitus* de gênero.

As barreiras institucionais e informacionais levaram as pessoas trans a formarem uma rede que foi amplificada com a aumento do acesso às TICs. Savolainen (2016) apontou que a possibilidade de se criar e se compartilhar informações por meio das TICs foi importante para a diminuição das barreiras informacionais resultantes dos tabus culturais, dos estigmas e das barreiras institucionais. Isso porque, além de garantir a reunião de um grande número de pessoas e de conteúdos, a *internet* pode garantir o anonimato, o que facilita o trânsito e o relacionamento, por exemplo, de pessoas trans.

4.2 Práticas informacionais em torno do uso de tecnologias corporais

As histórias de transição de gênero são diversas, variam conforme os desejos, as ideias e as percepções que as pessoas trans têm de si. O fato de uma pessoa se identificar como transexual, não significa, necessariamente, que ela teria que recorrer a tratamentos para a “adequação” do corpo à sua percepção de gênero.

Alguns fazem a cirurgia de redesignação sexual, outros fazem apenas a mastectomia (no caso dos transexuais masculinos) ou mastoplastia (no caso das transexuais femininas), enquanto outros ainda tomam hormônios durante períodos diferentes, em forma e dosagens distintas. Para alguns, o sentir-se mulher/homem, saber-se mulher/homem e reconhecer-se mulher/homem muitas vezes se volta para transformações corporais ou mesmo para performances que os habilitem a “passar” por mulher/homem no meio social no qual estão inseridos. Em outros termos, as exigências provenientes do desejo de se obter uma coerência entre sexo-gênero-prática sexual-e-desejo, advindas da heteronormatividade, parecem não se conformar a muitos dos questionamentos e ideais desejados por transexuais em transição (ROJAS, 2015, p. 12-13).

A ingestão de hormônios ou hormonização é uma maneira das pessoas trans adquirirem caracteres secundários corporais do gênero com o qual se identificam. Mulheres trans e travestis utilizam por via oral ou injetável estrogênio e de antiandrogênicos responsáveis por bloquear a ação excessiva da testosterona. “Esse processo deve ser individualizado, com base nas metas pessoais, na relação risco/benefício dos medicamentos e condições de saúde e considerando questões socioeconômicas” (KRÜGER et al. , 2019, p. 3). O estrogênio é o nome genérico de hormônios que controlam a ovulação e o desenvolvimento de características relacionadas ao feminino. Os antiandrógenos agem bloqueando os receptores androgênicos, inibindo ou suprimindo a produção de andrógenos como a testosterona e a di-hidrotestosterona.

Em usuárias de serviços HaM, as mudanças físicas esperadas são: crescimento mamário (variável), diminuição da função erétil, diminuição do tecido testicular, diminuição do tamanho testicular e aumento da porcentagem de gordura corporal em comparação com a massa muscular (WPATH, 2012, p. 40).

Homens trans recorrem ao uso de testosterona para obterem os caracteres secundários relacionados ao masculino (VIEIRA; PORTO, 2019). A testosterona é um andrógeno ou hormônio masculino que tem papel fundamental no

desenvolvimento dos testículos e próstata, do aumento da massa muscular e dos ossos e crescimentos de pelos no corpo.

Em usuários de serviços MaH, as mudanças físicas esperadas são: engrossamento da voz, aumento do clitóris (variável), crescimento do pelo facial e corporal, fim da menstruação, atrofia do tecido mamário e diminuição da porcentagem de gordura corporal em comparação com a massa muscular (WPATH, 2012, p. 40).

Vários autores se debruçaram sobre a apropriação que a ciência fez da “descoberta” dos hormônios no século XX até a atualidade. Nos estudos sobre gênero e ciência, Rohden (2008) destacou os trabalhos de Anne Fausto-Sterling (1992, 2000)⁵¹, Ruth Bleier (1997)⁵² e Londa Schiebinger (2001)⁵³. Na opinião de Rohden (2008), os trabalhos de Nelly Oudshoorn (1994)⁵⁴ e Marianne Van Den Wijngaard (1997)⁵⁵ representaram uma crítica ao desenvolvimento da ciência que se apropriou das teorias sobre os hormônios na perspectiva das diferenças entre os sexos, as naturalizando.

A descoberta dos hormônios sexuais se deu a partir do trabalho de médicos (principalmente ginecologistas), cientistas de laboratório e da indústria farmacêutica. Até 1910, os médicos ginecologistas concentravam as pesquisas por terem acesso direto às mulheres, realizavam experiências e colhiam substâncias. É importante lembrar que as pesquisas sobre hormônios se deram a partir de questões sobre a saúde e o funcionamento do corpo das mulheres, da mesma maneira que as pesquisas sobre anatomia dos corpos buscavam explicações que sustentassem a teoria das diferenças entre o corpo masculino e o corpo feminino (ROHDEN, 2008).

⁵¹ FAUSTO-STERLING, A. *Myths of gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books. 1.ed.,1985. 1992. FAUSTO-STERLING, A..*Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: BasicBooks. 2000.

⁵² BLEIER, R. *Science and gender: a critique of biology and its theories on women*. S.I.: Teachers College Press.1997.

⁵³ SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: Edusc.2001.

⁵⁴ OUDSHOORN, N. *Beyond the natural body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge. 1994.

⁵⁵ WIJNGAARD, M. Van Den. *Reinventing the sexes: the biomedical construction of femininity and masculinity*. Bloomington (Ind.): Indiana University Press.1997.

Fisiologistas e bioquímicos, entre outros profissionais, atuavam em laboratório na pesquisa de hormônios com utilização de amostras de animais, oriundas de abatedouros (OUDSHOORN, 1994; ROHDEN, 2008).

A partir da década de 1920, a posição das indústrias passou a ser determinante no campo, porque se tornou imprescindível a coleta de grande quantidade de material para processar o isolamento dos hormônios. Esse movimento corresponde também à passagem de um modelo biológico para um modelo bioquímico de entendimento do corpo humano (ROHDEN, 2008, p. 145).

Os cientistas buscavam explicar as diferenças entre homens e mulheres também a partir das substâncias produzidas pelas gônadas e como essas substâncias operariam na diferenciação entre o feminino e o masculino. Nesse contexto, foram desenvolvidas explicações sobre os hormônios sexuais, com a permanência da ideia de dualismo de gênero até a década de 1920: “os hormônios produzidos pelos ovários e pelos testículos seriam específicos, exclusivos de cada sexo e dotados de um papel único na determinação sexual” (ROHDEN, 2008, p. 146). Entretanto, já na década de 1920, pesquisas com animais revelaram que machos e fêmeas possuíam os dois tipos de hormônios em quantidades diferentes, o que causou incredulidade e um certo desconforto na comunidade médica da época.

Historicamente, as mulheres eram mais estudadas pelos médicos tanto na perspectiva biológica quanto na bioquímica, na busca de tratamentos para as disfunções relacionadas aos órgãos sexuais. Assim, a produção e a comercialização de produtos hormonais atingiu primordialmente o público feminino.

[...] seguindo a lógica que vinha do século XIX, de forte associação entre órgãos sexuais/reprodutivos e perturbações mentais, no novo modelo hormonal passa-se a tratar também dessas desordens em função dos hormônios. O que está por trás disso é uma perspectiva tão radicalmente centrada no poder dos mensageiros químicos, que uma série de outros fenômenos é percebida como englobada por eles. Se as mulheres, até a passagem para o século XX, eram governadas pelos ovários, os órgãos da feminilidade, agora elas o são pelos hormônios, as substâncias que determinariam seu sexo e seu gênero (ROHDEN, 2008, p. 147).

De acordo com Oudshoorn (1994) os usos de hormônios, até 1927, estavam voltados para o tratamento de menopausa, infertilidade e de outros problemas nos órgãos genitais. No final da década de 1920, o laboratório europeu Organon passou

a indicar o uso de hormônios sexuais femininos para a clínica psiquiátrica no tratamento de esquizofrenia, melancolia, psicoses e depressões, por exemplo.

Tramontano (2017), ao analisar dois manuais de fisiologia e farmacologia, observou a influência da ideia da diferença entre os sexos na descrição química dos hormônios. Os estudos científicos apontaram para a existência de um grupo de moléculas “estruturalmente similares capazes de se ligar aos mesmos receptores e desencadear os mesmos efeitos metabólicos” (TRAMONTANO, 2017, p. 177) e não somente um estrogênio, uma progesterona ou uma testosterona. Assim, estrogênios e progesteronas são denominações de um grupo, “sendo que a primeira molécula a ser descrita é a própria progesterona, e o estrogênio é percebido como uma dupla de outras com estruturas diferentes entre si, a estrona e o estradiol” (VIEIRA, PORTO, 2019, p. 22).

Os pesquisadores não trataram assim o caso da testosterona. Quando se descobriu moléculas aproximadas com a molécula da testosterona, elas não foram denominadas de “testosteronas” como aconteceu com os estrogênios. Elas foram denominadas de androgênios (TRAMONTANO, 2017; VIEIRA; PORTO, 2019). Para Tramontano (2017), mesmo considerando que a denominação androgênios é a mais correta bioquimicamente, dada a necessidade de melhor descrição desses hormônios, houve uma influência da ideia de testosterona como representação do masculino no momento de se descrever e divulgar as descobertas em torno dessas substâncias hormonais.

Os hormônios passaram a ser uma das principais tecnologias usadas por pessoas trans na busca por caracteres ligados a uma visão social de feminização ou masculinização dos corpos. Maschião et al (2017) e Krüger et al (2019) realizaram pesquisas com travestis e mulheres trans sobre o processo de hormonização. Ambas pesquisas, que abrangeram grande número de pessoas, apontaram que mais de 79% das colaboradoras iniciaram a ingestão de hormônios sem prescrição médica, os adquirindo diretamente nas farmácias.

Vieira e Porto (2019) também realizaram pesquisa qualitativa com homens trans sobre o uso de hormônios, identificando entre eles também a automedicação. As três pesquisas citadas indicaram que as principais fontes de informação sobre hormônios são: outras pessoas trans mais velhas contactadas pessoalmente, redes sociais e pesquisas usando o buscador *Google*. Foi constatado também que as pessoas com maior capital financeiro tinham mais condições de realizar a ingestão

contínua de hormônios. Entre os homens trans, Vieira e Porto (2019) identificaram a necessidade de uma rede de amigos de confiança para acessar aos vendedores de hormônios masculinos.

Corroborando com os dados das pesquisas citadas, as narrativas das/os colaboradoras/es desta pesquisa apontaram que suas práticas informacionais, em torno das necessidades oriundas do conflito com o gênero designado, aconteceram à margem das instituições. Com relação ao uso de hormônios, com exceção de um entrevistado, todos os outros iniciaram a ingestão sem orientação médica, por meio de indicações de outras pessoas trans, adquirindo os hormônios nas farmácias sem receituário médico ou com receituário falso, ou comprando diretamente com vendedores não autorizados pelo Estado.

De acordo com Krüger et al. (2019, p. 10):

A literatura sugere que as mulheres transexuais e travestis se automedicam por falta de acesso a serviços e insumos de saúde, barreira imposta pela precariedade da assistência a essa população, pela negação da sua existência pública, pela estigmatização e pela discriminação.

Os pesquisadores Freitas (2014), Vieira e Porto (2019) identificaram razões similares para a automedicação dos homens trans.

Para se ter acesso à terapia hormonal e às cirurgias, pelo SUS, é necessário um laudo que ateste a “disforia de gênero”. Para obter esse laudo, a pessoa trans precisa atender às prescrições contidas nos protocolos para análise de um médico. Conforme apontamos, o CFM atualizou suas orientações para o atendimento a pessoas com incongruência de gênero por meio da Resolução CFM nº 2.265/2019, na qual se estabeleceu um protagonismo da própria pessoa trans. A resolução é recente e está em processo de implementação nos serviços de saúde.

No setor de saúde privado, como apontaram Vieira e Porto (2019), o MS e o CFM possuem pouco alcance para regularem os atendimentos às pessoas trans.

Esse é um mercado em crescimento e movimenta recursos financeiros vultuosos daqueles que podem pagar, sendo uma alternativa para a demora das filas para consultas e procedimentos efetivos no setor público. São pessoas que podem não ter acesso a capitais pregressos na família, mas que realizam o “juntar” dinheiro para arcar com os dispêndios de cirurgias e hormonização. Esse cenário do parco atendimento aliado à rigidez do diagnóstico faz com que um grande contingente de mulheres e

homens trans tentem acumular um saber médico que lhes dê possibilidade de usar testosterona ou estrogênio por conta própria, além de outras técnicas para concretizar e manter a transição de gênero (VIEIRA; PORTO, 2019, p. 14).

Entre as/os entrevistadas/os desta pesquisa, três iniciaram o processo de transição de gênero nos anos que antecederam 1997, quando foi publicada a primeira resolução CFM nº 1.428/97 (CFM, 1997) que autorizou a realização de cirurgias como neocolpovulvoplastia, neofaloplastia, em caráter experimental, o que significa que poderiam ser realizadas somente em hospitais universitários, e outras terapias sobre gônadas e caracteres sexuais secundários.

A World Professional Association For Transgender Health (WPATH), uma associação profissional multidisciplinar, busca promover a assistência qualificada às pessoas trans por meio de pesquisa, educação e a defesa de seus direitos. E uma de suas funções é o desenvolvimento das Normas de Atenção (NDA-7) à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero, fornecendo orientações aos profissionais de saúde (WPATH, 2012, p. 1). A NDA-7 e o DSM-5 são documentos que dão suporte à elaboração do Processo Transexualizador do SUS. A WPATH definiu os seguintes critérios para se iniciar a terapia hormonal:

1. Disforia de gênero persistente e bem documentada;
2. Capacidade para tomar uma decisão com pleno conhecimento e para consentir para o tratamento;
3. Maioridade em um determinado país (se é menor de idade, seguir as NDA descritas na seção VI);
4. Se importantes problemas de saúde física ou mental estão presentes, eles devem estar razoavelmente bem controlados (WPATH, 2012, p. 33).

O item 1 depende do laudo emitido pelo profissional da medicina, o que, como já debatemos, dificulta o acesso da maior parte das pessoas que se identificam com alguma identidade trans.

Entre as mulheres trans, é comum o uso de anticoncepcionais, comprados nas farmácias, na busca de caracteres corporais associados à feminilidade. Foi assim que entrevistada Clarice, mais velha entre todos, iniciou seu processo, aos 12 anos de idade, com informações obtidas por outra travesti. Da mesma maneira, Leca iniciou sua hormonização aos 16 anos de idade.

LECA: Um amigo que me ensinou, ele também queria, mas acho que não

tinha aquela vontade... O tratamento hormonal com 16 anos, tomava comprimidos que eram os anticoncepcionais que a gente toma. Não tínhamos controle, como hoje tem. **Eram dois comprimidos e uma injeção mensal. Só que eu tomava oito, ao invés de dois porque eu queria acelerar. Hoje eu não tenho mais essa coisa do libido.**

Percebemos na fala de Leca os riscos da automedicação e da baixa qualidade de informação sobre o uso de anticoncepcionais a que ela teve acesso. Para ela, quanto mais hormônios tomasse, mais rápido conseguiria as mudanças corporais que desejava. Logo em seguida, ela emenda com a declaração da falta de libido, uma das consequências do seu processo de hormonização. A entrevistada Natasha também abordou a questão da diminuição da libido em sua fala e como isso afetou a continuidade do seu tratamento hormonal.

NATASHA: Os hormônios femininos afetam muito a libido, isso era uma das coisas que me parava. Isso é até ruim porque quando eu voltei a tomar hormônio de forma contínua, isso atrapalhou o desenvolvimento da minha segunda puberdade porque quem faz a transição, se não fez na adolescência, pode-se dizer que teve duas puberdades.

A utilização de qualquer tecnologia de intervenção corporal pode trazer riscos à saúde que a maioria das pessoas trans conheceram na prática cotidiana. Clarice, Leca e Natasha obtiveram conhecimento dos malefícios da má administração de hormônios pela experiência. No contexto em que viviam, quando iniciaram as transformações corporais, não havia nenhum indício de atendimento voltado às necessidades específicas das pessoas trans no serviço público de saúde. Clarice relatou que os serviços de saúde associavam a mulher trans ou a travesti à AIDS, o que dificultava ou impedia o atendimento dessas pessoas.

CLARICE: Era horrível, amiga. Médico não cuidava da gente, tinha medo de por a mão na gente. Ainda mais com o negócio do HIV, achavam que a gente era incubadora da Aids... referência de HIV era travesti, homossexual, gay... então era horrível. Eu nunca tive um médico pra tomar hormônio, hoje tem o Ambulatório Trans, tem endocrinologista pra passar hormônio certinho, faz exame. Na minha época, a gente não teve essas coisas. Nem se você pagasse... não digo naquela época... há uns cinco anos atrás, eu já levei várias meninas no endócrino pra passar hormônio. Eles não atendem a gente. Até hoje, alguns não te atendem ou joga o preço altíssimo pra você desistir da consulta. Quando você fala que é trans, eles jogam o preço alto. Já levei várias meninas, várias, não aconteceu só uma vez, foram mais de cinco vezes.

Já o entrevistado Caio demonstra seu conhecimento dos problemas decorrentes da automedicação a partir de seu capital cultural expandido com sua inserção na Faculdade de Medicina e num grupo de estudantes que debatem questões relativas ao gênero nas perspectivas acadêmica e política.

CAIO: É muito perigoso porque sobrecarrega o fígado, né. Eu já tomo medicação psiquiátrica, então, assim, eu bebo também. É muito perigoso, pode destruir sua saúde. Você pode desenvolver um câncer no ovário se não tiver nenhum acompanhamento. Você pode desenvolver câncer de mama, você pode desenvolver hepatomegalia. Eu prefiro fazer acompanhamento certinho, fazer os exames sempre e, por mais que demore, mas é melhor porque o resultado depois compensa.

Entre todos os entrevistados, somente Caio, o mais jovem, iniciou seu processo de hormonioterapia pelo SUS, no Ambulatório Trans do Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte. Natasha, uma das entrevistadas mais velhas, negra e periférica, com ensino superior incompleto, não sabia da existência do Ambulatório, mesmo tendo buscado, recentemente, atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS) para solicitar receituário para a compra de hormônios, evidenciando a necessidade de se ampliar a divulgação dos serviços do Ambulatório entre os profissionais de saúde de BH.

Mila também está inserida na universidade e iniciou a hormonização em 2014 por meio de receituário médico repassado por outras pessoas trans, mas que ela confirmava a informação por meio de fontes pesquisadas pela *internet*. Ela relatou a busca de informações em um grupo no *Facebook*. Na época da entrevista, Mila já havia consultado com uma endocrinologista particular, cujo atendimento foi bem avaliado pela entrevistada, com relação às informações repassadas pela médica.

MILA: Faz quatro anos, em 2014, no final do ano. Só que eu comecei comprando por conta própria, sem consultar. Na verdade, **eu seguia a receita que outras pessoas trans me passaram e que eu pesquisei na Internet**, bloqueador de testosterona e o estrogênio

[...]

Sim, eu consulto com uma endocrinologista muito boa, mas a última consulta que eu tive foi no começo do ano passado [2018], uma consulta que eu consegui com uma pessoa que é médica, que é da saúde. Ela é uma pessoa muito boa, me explicou bastante. Eu já acessei bastante um grupo no *Facebook*, principalmente na época que eu tava começando o processo de transição, um grupo que se chamava "Hormônios para transgêneros", o pessoal discutia bastante a terapia hormonal. Hoje em

dia eu não sinto mais necessidade disso.

Apolo também faz uso de hormônios por conta própria. Para se informar sobre as quantidades que deveria ingerir, ele consultou trabalhos acadêmicos sobre o assunto. A partir da leitura sobre terapias hormonais aplicadas a outros homens trans com características parecidas com as dele, Apolo elaborou o seu “tratamento hormonal”. Ele evidenciou em sua fala a dificuldade de se encontrar um médico que pudesse orientá-lo, assim como já apontamos anteriormente.

APOLO: O que que eu fiz: como eu tenho o hábito de estudar muito porque eu faço trabalhos acadêmicos, eu corrijo TCC, eu corrijo monografias, eu peguei monografias de Portugal sobre pessoas trans que fizeram a transição. Acompanhei o processo delas. Tem algumas que tem peso, idade, tudo para você fazer o tratamento hormonal. **Eu peguei aquela pessoa na mesma situação que eu: hipertensa, idade, peso e li e fiz meu tratamento hormonal em cima daqueles trabalhos científicos. Eu não tive o recurso de médico. Toda vez que eu tive no médico: ‘ah, não é bom você fazer isso. Eu não posso te tratar’. ‘Você conhece algum profissional que possa?’ ‘Que eu me lembre, não’.**

Gabriel também se hormonizava a partir de informações colhidas na *Internet*, por meio de consultas em sites especializados em informações médica e, mais, informações repassadas por outros homens trans que já se hormonizavam.

GABRIEL: Eu comecei a tomar hormônio em 2008... acho que foi por aí [...] Tudo na *Internet*. Tinha aquela... eu me lembro até daquele manual da Sociedade Endocrinológica Norte-Americana... eu não achava médico que quisesse me receitar. Eu não conhecia no Brasil quem tomava. O primeiro cara que eu conversei foi o Léo Tenório. Eu não consegui de maneira nenhuma um médico que me receitasse...

Naldo abordou os problemas no compartilhamento de certas informações entre homens trans. Na opinião dele, há uma tendência em não se compartilhar algumas informações com relação ao acesso a procedimentos médicos ou medicações a um custo reduzido, por exemplo.

NALDO: Por exemplo, a injeção que eu tomo custa R\$ 700. Você gastar R\$ 700 reais de 3 em 3 meses não é pra qualquer pessoa. Se eu não tivesse o cartão pra dividir, eu ficaria sem. E, agora, tem genérico. E tem um homem trans que já tá tomando isso há muito tempo e ele não passa essa informação. Se alguém descobre alguma coisa, ele é o primeiro a pedir isso pra pessoa. [...] O mundo é muito fechadinho, sabe.

Esse fragmento demonstra também um outro problema: o acesso aos hormônios, principalmente aos androgênicos. Esse acesso depende da burocracia do processo no SUS, nas cidades que possuem os ambulatórios trans, ou das condições financeiras dessas pessoas.

No Quadro 3, podemos observar as principais fontes de informação citadas pelos entrevistados relacionadas com a escolaridade e a idade em que cada entrevistado iniciou o uso de hormônios.

Quadro 3 - Fontes de informação sobre hormonização citadas pelos colaboradores

ENTREVISTADA (O)	IDADE	ESCOLARIDADE	ID INÍCIO HORMONIZAÇÃO	PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO CONSULTADAS SOBRE HORMONIZAÇÃO
Clarice	55	Ens. fundamental incompleto	12	Outras travestis somente.
Natasha	50	Ensino superior incompleto	34	Outras travestis, sites sobre hormônios para trans e grupos no <i>Facebook</i>
Leca	46	Ensino médio	16	Amigos, entre eles outras mulheres trans, profissionais de farmácia
Apolo	39	Ensino superior completo	25	Artigos científicos recuperados pelo Google
Marta	37	Ensino médio completo	12	Amigas, outras travestis
Gabriel	34	Ensino superior completo	25	Outros homens trans, sites, fontes de informação médicas disponíveis na <i>internet</i>
Mila	28	Cursando doutorado	24	Receituários fornecidos por outras mulheres trans; sites, grupos no <i>Facebook</i> e, posteriormente, médica endocrinologista
Naldo	27	Cursando ensino superior	21	Outros homens trans, grupos no <i>Facebook</i> , posteriormente, equipe médica IPEMED
Caio	20	Cursando ensino superior	20	Outros homens trans por meio do <i>Youtube</i> e <i>Instagram</i> , equipe multidisciplinar do Ambulatório Trans

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Podemos observar as diferentes maneiras que os entrevistados se apropriaram de informações que auxiliaram no processo de hormonização. Em todos os relatos, outras pessoas trans apareceram como principais fontes de informação sobre o tipo de hormônio, dosagem, frequência de uso e formas de aquisição. No entanto, as maneiras de acessar a essas pessoas variaram entre os homens e as mulheres. Como a transexualidade e, principalmente, a travestilidade femininas são fenômenos mais conhecidos, observamos que todas as mulheres trans tinham contatos pessoais com outras mulheres trans. No caso dos homens, o contato com outros homens trans se deu pelas redes sociais, principalmente por meio dos relatos publicados no *Youtube* e no *Instagram*.

A disposição de diferentes capitais culturais influenciou na maneira como os entrevistados se relacionaram com as informações recebidas por contatos pessoais. Observamos que entre os entrevistados que tiveram acesso ao ensino superior, havia um hábito de checagem das informações em artigos científicos acessados pelo *Google* ou em outros sites sobre hormonização de pessoas trans. Para realizar essa comparação, é necessário que a pessoa disponha de habilidades para avaliar a fonte de informação como a origem, aspectos relacionados a autoria e qualidade dos dados disponíveis. “Competências comunicativas, culturais, educacionais e cognitivas são fundamentais para que os indivíduos contextualizem a informação e a utilizem – o que remete à velha questão das desigualdades sociais” (ALMEIDA, 2014, p. 195).

Ao serem perguntados como verificavam a qualidade das informações que acessavam na *internet*, os entrevistados responderam que avaliavam se o site ou determinada informação é de responsabilidade de alguma instituição universitária, alguma associação de profissionais da saúde ou de alguma associação de mulheres ou homens trans.

Savolainen (1995, p. 267, tradução nossa) abordou a influência dos capitais material, social e cultural do indivíduo como equipamentos básicos na busca e uso de informações. A presença desses capitais dão condições para o indivíduo realizar suas escolhas a partir de várias fontes de informação. Contudo, não bastaria conhecer a disposição de capitais para analisar as práticas informacionais dos indivíduos. “[...] também é necessário ter em conta as características específicas da

situação problemática, por exemplo, o repertório de fontes de informação disponíveis e a agudeza do problema”⁵⁶.

Assim, o hábito de checagem de informações também está relacionado com o período histórico em que essas pessoas realizavam o uso das medicações. Quando Clarice, Leca e Marta faziam uso dos hormônios, por exemplo, não havia a popularização das TICs e do acesso à *Internet*, assim como a produção de conteúdo, acadêmico ou não, sobre a transexualidade, era muito pequena e restrita. Conforme apontaram Pinto et al (2017), o fenômeno transexualidade ganha relevância, no Brasil, a partir dos anos 2000. Não existiam, para Leca, Marta e Clarice, outras fontes de informação nas quais pudessem comparar as informações recebidas de contatos pessoais sobre a utilização de anticoncepcionais. Seus relatos demonstraram uma preocupação com os efeitos negativos da ingestão de grandes quantidades de hormônios a partir de suas experiências.

Por outro lado, ter acesso às informações médicas e acadêmicas sobre a hormonização não significa saber estabelecer os limites para os riscos da automedicação. Gabriel nos falou sobre a necessidade de aprender a ler os exames que demonstravam se o uso de hormônios estava lhe causando modificações danosas, uma vez que a automedicação foi a alternativa encontrada na ausência do atendimento médico. Assim, Gabriel buscou se apropriar de informações técnicas, por meio de leitura de artigos científicos, para ele mesmo ler seus exames e acompanhamento das alterações hormonais. Ele iniciou um acompanhamento com uma médica no Hospital da Baleia objetivando acessar à cirurgia de transgenitalização.

GABRIEL: Na verdade, o que eu queria mesmo era fazer uma cirurgia genital porque hormonal, eu só checava. Mas, eu checava sozinho, então não fazia muita diferença. Todas as vezes que eu acessei a saúde pública era porque eu queria, de alguma forma, me inscrever em alguma coisa de acesso à cirurgia genital porque os hormônios eu sempre soube olhar os meus.

A hormonização foi a tecnologia mais citada entre os entrevistados. Para muitos, é o que marca o início de uma transição de gênero e nem sempre é acompanhada pelo desejo de se operar os órgãos genitais. A fala de Marta

⁵⁶ [...] is also necessary to take account of the specific features of the problem situation, for example, the repertoire of information sources available and the acuteness of the problem.

representa o sentimento expressado pelos outros entrevistados com relação às cirurgias dos genitais

MARTA: Quando eu tive vontade de fazer [a cirurgia de redesignação sexual] eu tinha a ilusão que ia ser diferente, que eu ia ser aceita socialmente, que eu ia passar despercebida de todos os problemas sociais que eu tive por causa disso. Depois, eu tive a consciência que era só a minha genitália e eu não ando mostrando ela pra ninguém. Para além disso, das outras coisas que a Constituição me deu foi conhecer o meu corpo e não rejeitar, não disforir a minha genitália. Eu entendi que, se eu tenho tesão, eu vou ter uma ereção e se eu tenho uma ereção e preciso despertar meu desejo eu vou gozar pelo meu pênis. E, a partir disso, com essa construção eu entendi que não havia necessidade de uma cirurgia, apenas para ser aceita socialmente. Essa ideia eu construí substituindo. Autonomia do meu corpo.

A fala da entrevistada faz uma marcação importante para compreendermos uma das questões que envolve as necessidades das transformações corporais: a aceitação social. A reflexão que ela apontou foi se, para ela, havia a necessidade da realização de uma cirurgia para vivenciar o prazer sexual ou se tal intervenção ocorreria para garantir a sua aceitação pela sociedade. Nesse sentido, quando perguntamos à Leca sobre essa cirurgia, ela nos disse: “eu não fiz, mas todo mundo aqui do bairro acha que fiz”. Para ela, a cirurgia de redesignação sexual está relacionada à sua legitimação como mulher na comunidade em que vive.

Outro elemento que pesa na decisão pela realização de uma reconstrução genital é o caráter ainda rudimentar das técnicas, principalmente, em homens trans. Todos os entrevistados abordaram a agressividade do procedimento, conforme podemos ver na fala de Gabriel.

GABRIEL: Eu tenho interesse em fazer a fenoplastia, mas ela ainda é experimental e muito agressiva. Eu acredito que dois, três anos vai ser bem mais leve porque ela ainda é um processo muito agressivo. Ele é uma retirada, por exemplo, eu retiro essa parte daqui [mostra uma parte do corpo] tiro esse tecido, coloco uma prótese nele, os grandes lábios fecham, coloco bolinhas de silicone e vira um órgãos masculino, passa o canal de urina, tudo direitinho. Muito agressivo, muito agressivo. Você fica aqui com uma parte sua arrancada pra sempre. Eu fico pensando de onde eu vou tirar... lugar é o que mais tem. Eu ainda acho ela é muito agressiva. Não é questão de tamanho, de aparência com o real, é que eu acho ainda que ela não é o que eu queria fazer. O resultado dela não é o que eu queria fazer.

Se a adesão às cirurgias genitais não é um consenso entre os entrevistados, houve, por outro lado, a menção a outros procedimentos com técnicas mais avançadas e mais acessíveis aos entrevistados. Vieira e Porto (2019) apontaram que, para as pessoas trans que conseguem pagar, a saúde suplementar oferta um mercado de procedimentos cirúrgicos em detrimento das dificuldades em se acessar o processo transexualizador ou PTS pelo SUS.

Marta afirmou que o uso de hormônios não lhe trouxe muitas transformações corporais que só foram alcançadas, com intervenções cirúrgicas como a plástica mamária reconstrutiva com implante de silicone, cirurgias de afinamento do nariz e da retirada do pomo de adão.

MARTA: E esse processo de passar pelas transformações do corpo, ele se deu mais depois dos 20. Embora, eu comecei tomar hormônio aos 18 anos, eu não me lembro de ter ganho nenhuma diferença corporal por hormônio, né. Mais depois, quase ontem, eu coloquei implante de seios, operei o nariz, essas coisas... Mas, o hormônio, eu sinceramente, eu não tive grandes ganhos com ele não.

Entre os homens trans, são unânimes os relatos sobre o desconforto com os seios. Até a realização da mastectomia masculinizadora, é comum eles utilizarem *binder*, uma faixa feita com um tecido elástico usada sob a roupa para disfarçar o tamanho dos seios. O *packer* é outra tecnologia citada pelos entrevistados. Trata-se da imitação de um pênis, ereto ou não, feita de plástico ou silicone.

Naldo, Apolo e Gabriel realizaram um procedimento chamado de mastectomia masculinizadora que consiste na retirada das mamas e reconstrução do peito. Gabriel soube do procedimento enquanto realizava uma busca sobre “como retirar os seios”, no buscador *Google*, até chegar num *site* que abordava a transexualidade. Naldo teve acesso a informações sobre a mastectomia pelas redes sociais, em perfis de outros homens trans acessados aleatoriamente. Apolo realizou uma busca na internet, usando o buscador *Google*, por “especialistas em transexuais”, recuperando o site de um cirurgião plástico que anunciava seu trabalho de implantes de próteses de silicone em mulheres transexuais.

APOLO: Para mim aquilo tudo foi tão novo porque eu só chegava em médicos que não sabiam o que falar para mim. Quando eu cheguei lá, ele já me explicou... Essa situação mesmo da masculinizadora eu não sabia. Eu entendia que era só mesmo mastectomia. Ele falou comigo que fazia

sim e que eu seria o primeiro caso. Eu falei: como eu posso ser o primeiro caso de um médico que sabe tudo sobre isso? Ele nunca tinha feito uma cirurgia masculinizadora. **Veio aquele medo e, ao mesmo tempo, uma confiança que para ele chegar ali, nunca fez com ninguém e para ele ter tanta sabedoria com relação aquilo, ele tem que ter estudado aquilo, ele tem que ter acompanhado aquilo.** Aí ele me pediu mais meses porque eu queria fazer para ontem para ele aperfeiçoar. Ele foi viajar, ele foi fazer algumas pesquisas para minha cirurgia. Depois da minha, ele fez umas 12 ou 15, mais ou menos.

Esse fragmento do relato de Apolo aponta a mistura de sentimentos durante o repasse de informações do médico. O entusiasmo com o fato do médico compreender suas dúvidas e apresentar respostas, o que gerou a confiança ao perceber que o médico procurou estudar sobre o assunto e o medo quando é informado que o profissional ainda não tinha realizado esse procedimento.

Já Clarice falou sobre suas experiências com o silicone líquido industrial (SLI). Afirmou que pagou para uma outra travesti realizar três aplicações nos glúteos e que, depois de 30 anos, sofreu com complicações que a levaram à internação hospitalar durante dois meses.

CLARICE: Com dezesseis para dezessete anos coloquei silicone líquido, injetável no bumbum no Rio de Janeiro com uma trans. Depois, coloquei mais duas vezes e não coloquei mais. Depois coloquei prótese nos seios, fiz cirurgia no nariz. Tem muito médico que fala silicone medicinal. Não existe silicone medicinal: ou é prótese ou é industrial. Tudo que é injetável é perigoso. Não existe segurança para coisa injetável no corpo, se for uma prótese tudo bem. Naquela época, as meninas tudo se conhecia, então, era uma coisa muito simples. Todo mundo naquela época queria ter corpão. Era moda ter corpão, ter bumbum grande, cintura fina, quadril largo. Então, o sonho de todo trans naquela época era ter corpão. Hoje em dia as meninas não ligam mais pra isso né. Elas colocam a prótese, tomam hormônio feminino e pronto, quase não usa mais... graças a Deus também... o silicone líquido tem sérios danos, eu já tive rejeição duas vezes, na última vez fiquei dois meses internada, pensei que ia perder a perna direita. Deu rejeição... fiz três cirurgias na perna. Isso depois de anos, um corpo estranho que depois de anos pode dar problema. Eu nunca imaginaria ter problema porque eu nunca tive. Depois de mais de 30 anos, eu tive problema. Então, é uma coisa que eu não aconselho a ninguém.

O SLI faz parte das trajetórias de muitas mulheres trans e travestis que têm pressa em construir um corpo mais curvilíneo, muitas vezes, como uma demanda do trabalho sexual, conforme observaram Pinto et al (2017). Trata-se de uma alternativa para essa população que, em sua maioria, não possui condições de pagar cirurgias para implante de próteses e possuem dificuldades em acessar ou

esperar pelo tratamento nos ambulatórios públicos. As mulheres e travestis que realizam a aplicação de SLI são conhecidas como bombadeiras.

Esse fenômeno foi abordado no documentário “Bombadeira: a dor da beleza” de Luís Carlos de Alencar (2007)⁵⁷. Alencar entrevistou algumas travestis que usam o SLI e aquelas que o aplica, dando voz a essas pessoas que contam suas histórias de vida e sua relação com o silicone industrial, finalizando a película com a uma sessão de “bombaço”. Com o apoio da Petrobras, houve a distribuição de 1300 cópias do documentário em DVD para bibliotecas, instituições de ensino e MS (AZEVEDO, 2007). Em entrevista para O Globo, Alencar afirmou que o filme teria um grande potencial de formação e informação sobre as necessidades de travestis que as levam a assumir um risco em busca da feminilização de seus corpos (AZEVEDO, 2007).

O silicone cirúrgico é um produto purificado e estéril, fornecido em embalagens especiais para implantes em humanos. O SLI não é estéril e não possui indicação para ser implantado nas pessoas. O seu uso pode resultar em sérias complicações para a saúde como: infecções, migração do produto para outras áreas do corpo, deformidades, necroses teciduais, embolia pulmonar e até a morte (PINTO et al, 2017).

Os pesquisadores Pinto et al (2017) realizaram uma análise sobre o uso de SLI entre 673 travestis e mulheres trans no Estado de São Paulo. Entre as colaboradoras, 49% afirmaram ter usado em algum momento o SLI e, entre as que usaram, 42% relataram que tiveram algum problema de saúde. As aplicações são mais recorrentes nos quadris e nos glúteos. As poucas referências a aplicações nos seios podem estar relacionadas aos valores mais acessíveis de colocação de próteses de silicone.

Para os pesquisadores (PINTO et al, 2017), o SLI se torna a alternativa para a maioria de mulheres trans e travestis que está excluída de atendimento no SUS porque o processo transexualizador é oferecido para aquelas pessoas que desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual. Além disso, a maioria dessas pessoas vive um processo de exclusão nas famílias, nas escolas, no mercado de trabalho, tendo a prostituição como uma possibilidade de renda ou exercendo outras

⁵⁷ BOMBADEIRA: a dor da beleza. Direção: Luís Carlos de Alencar. Rio de Janeiro, 2007. (75 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Vkvhr3lJfY>. Acesso em: 07 jul. 2020.

atividades de menor remuneração que inviabilize o acesso ao serviço de saúde suplementar.

No Quadro 4, sintetizamos as tecnologias corporais citadas pelos entrevistados e as principais fontes de informação que consultaram para acessá-las.

Quadro 4 - Outras tecnologias corporais usadas pelos entrevistados

ENTREVISTADA (O)	TECNOLOGIAS USADAS	PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO
Clarice	Silicone líquido industrial (SLI), prótese de silicone nas mamas, rinoplastia, retirada do pomo de adão, aplicação de botox no rosto	Outras travestis ou mulheres trans
Leca	SLI, prótese de silicone nas mamas, rinoplastia	Outras mulheres trans e amigos
Apolo	Inicialmente <i>binder</i> para disfarçar o volume dos seios, <i>packer</i> , mastectomia masculinizadora	Vendedores de artigos eróticos, sites acessados por meio de buscas no <i>Google</i>
Marta	Prótese de silicone nas mamas, rinoplastia	Outras travestis
Gabriel	<i>Packer</i> , Mamoplastia masculinizadora	Sites sobre homens trans
Mila e Natasha	Não realizaram intervenções cirúrgicas	
Naldo	Binder, Packer e Mastectomia masculinizadora	Outros homens trans, vendedores de artigos para homens trans
Caio	<i>Binder</i> . Ainda não realizou nenhuma cirurgia. Está sendo acompanhado pela equipe do Ambulatório Trans.	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Case (2002, p. 289-290), a partir de uma revisão bibliográfica dos estudos sobre comportamento informacional, apontou que a maioria dos pesquisadores detectaram que sobre problemas do cotidiano, as pessoas procuram sanar suas dúvidas com familiares, amigos e colegas de trabalho ou pelos meios de comunicação de massa. Entre os informantes desta pesquisa, os familiares

apareceram como parte de uma instituição que tende a conservar os hábitos culturais, sendo os principais mediadores das informações acumuladas por meio das tradições. Os relatos demonstraram que, diante das questões apresentadas por oito colaboradoras/es desta pesquisa sobre os conflitos que vivenciavam com o gênero designado no nascimento, a família tendia a ignorar ou a reprimir as dúvidas ou comportamentos considerados inadequados. A censura contínua levou alguns entrevistados a saírem de suas casas, outros a vivenciarem suas identidades de gênero e sexualidade anonimamente pela *internet* até assumirem publicamente suas identidades de gênero.

Num quadro de ausência de disseminação de informações sobre a transexualidade, é na experiência cotidiana que as/os informantes foram produzindo, acessando informações, muitas vezes sem procurá-las e disseminando para outras pessoas trans. Os canais informais têm forte presença nas práticas informacionais como podemos observar nos quadros 3 e 4.

Entretanto, observamos que à medida que as pessoas trans vão desenvolvendo conhecimentos a partir de suas vivências, elas, de certa maneira, vão transformando os canais informais. A formação de ONGs e de grupos que compartilham informações a partir de pesquisas individuais ou coletivas não só sobre as tecnologias corporais, mas, também sobre violência, acesso à educação e ao mercado de trabalho, entre outras temáticas, demonstram a consolidação de informações elaboradas a partir de estudos e não somente frutos das práticas cotidianas.

Nesse sentido, Jeanneret (2009, p. 32) relembra o debate entre De Certeau e Foucault⁵⁸, sobre o espaço que pode ser ocupado pelas pessoas oprimidas, marginalizadas:

Na discussão que teve com Foucault, De Certeau concordou com a importância dos aparatos que limitam nossas práticas; mas, ao invés de assimilar os aparatos a uma sujeição ("*assujettissement*"), ele queria tornar visível a criatividade das práticas sociais. O uso é como as pessoas que não tem o poder conseguem desenvolver seu próprio universo: o que o teórico da invenção da vida diária manifestou através de uma antítese entre estratégia, a força de pessoas fortes, e tática, a força de pessoas fracas, que aprenderam a jogar com limitações. Para ele, ler é apropriar-se, uma atividade que mostra a inteligência daqueles que lidam com a

⁵⁸ DE CERTEAU, M. *L'invention du quotidien: Arts de faire*. Paris: Gallimard. 1990. v. 1.

dominação a fim de inventar um espaço para sua manifestação.

E é nesse sentido que Bento (2006) também considera a capacidade de contestação, de reinvenção das categorias homem e mulher à medida em que as/os transexuais, além de mulheres cis e homossexuais, vão ocupando o campo de gênero com suas práticas, produzindo conhecimentos que questionam as normas que os subalternizam.

4.3 O impacto das TICs nas práticas informacionais

Pesquisas sobre pessoas trans têm demonstrado que, após os contatos pessoais com outras pessoas trans, a *Internet* aparece como principal meio para o acesso a informações sobre conflitos com *habitus* de gênero (ADAMS; PEIRCE, 2006; BEIRIGER; JACKSON, 2007; FREITAS, 2014; ROJAS, 2015; POHJANEN; KORTELAJINEN, 2016; RIGHETTO, 2018; SILVA, 2019). Essas pesquisas apontam que uma das vantagens citadas pelos entrevistados é a condição do anonimato que a *internet* oferece. Elemento que também apareceu nas falas das/os informantes desta pesquisa.

As TICs potencializaram o encontro dessas pessoas que, mesmo antes da ampliação do acesso às redes, tinham em outras/os transexuais o exemplo e a fonte de informações para as demandas geradas a partir do conflito com o gênero designado no nascimento. É importante lembrarmos a advertência de Jeanneret (2009) àqueles que concebem a *internet* como um território apartado do território real.

Não há separação entre virtual e real [...] atividade complexa que é exposta a fim de fazer a ligação entre diferentes espaços de comunicação, utilizando artefatos materiais, movimentos de pessoas, procedimentos de discurso. A chamada cidade digital não é uma cidade separada, mas um conjunto de projetos, de códigos, de dispositivos que personificam e espacializam a utopia de uma possível vida livre da realidade (JEANNERET, 2009, p. 27).

Nesse sentido, a *internet* é mais um espaço de interação, acesso, produção e compartilhamento de informações que conecta um grande número de pessoas, mas que também carrega as vicissitudes das relações fora das redes. “Nesse processo são geradas novas formas de solidariedade, de identidade, de ação social, assim como novas fontes de recursos econômicos” (ALMEIDA, 2014, p. 194).

Vilkka (2006), em sua pesquisa na Finlândia, averiguou que as pessoas trans produzem conhecimentos sobre mudanças corporais e relação com a comunidade nas suas práticas, questionando as expectativas comportamentais que a sociedade constrói a partir das anatomias dos corpos.

Informantes da pesquisa que Adams e Peirce (2006) conduziram no Canadá falaram sobre os sentimentos de confiança e o estabelecimento de perspectivas ao encontrarem histórias de outras pessoas trans, encontro que foi facilitado pela *Internet*. Por outro lado, houve também a menção da disseminação de informações falsas ou parcialmente verdadeiras sobre transição de gênero, uso de medicamentos e procedimentos cirúrgicos, o que levava os entrevistados a terem o cuidado de avaliar a qualidade do conteúdo acessado, implicando no aprofundamento do estudo sobre a transexualidade com referência em artigos acadêmicos ou de ONGs que organizam pessoas trans.

A pesquisa de Rafaela Freitas (2014) verificou que a produção e disseminação de informações entre homens trans, pela *internet*, foram fundamentais para a humanização da experiência da transexualidade e para a inédita articulação política do segmento, com sua inserção nas políticas de saúde nacionais. Até então, havia uma organização maior e mais antiga entre travestis e mulheres trans.

Entre os informantes desta pesquisa, as redes sociais apareceram como fontes de informação nos relatos dos entrevistados mais jovens, em especial, entre os homens trans. A *internet* possibilitou a alguns entrevistados a vivência de uma identidade de gênero reprimida, o encontro com outras pessoas trans, o compartilhamento de informações sobre a transexualidade, intervenções corporais e outras demandas.

NALDO: Quando eu comecei a transição, eu não tinha referência nenhuma. E, aí, **a minha primeira referência foi o C., eu tinha o C. no Face [Facebook], eu vi que ele tinha feito a cirurgia e foi a pessoa que me ajudou e muito...** e eu fui ser aluno no TransVest. Fui o primeiro aluno junto com o J. Foi bem no início mesmo. [...] **Comecei por conta própria. Eu via como que era nos vídeos. Canais, na época que comecei a transição não tinha serviço público, não se conhecia a transexualidade, então era um ajudando o outro.** O C. me ajudava, o P. me ajudava e eu ajudava o P.

O relato de Naldo aponta a importância dos canais de *Youtube* e de páginas no *Facebook* que permitiram que ele conhecesse outros dois homens trans de Belo Horizonte e pudesse acessar informações, principalmente, sobre tratamento hormonal e cirurgias. Além disso, lhe possibilitou socialização e integração com o coletivo TransVest, que o ajudou a se preparar para ingressar no ensino superior.

A *internet* possibilita o encontro com infinitas experiências sobre a transexualidade, em diversas partes do mundo e com uma grande quantidade de conhecimentos produzidos pelas universidades, outros centros de pesquisa e organizações que se ocupam dessa temática. Mas, essa produção de conhecimentos e a maneira de se experienciar a transexualidade a partir do contato com outras pessoas trans já acontecia antes da ampliação do acesso à rede.

Para Gabriel, assim como para Caio, a *internet* possibilitou a vivência de uma identidade masculina que ainda não estava materializada corporalmente. O anonimato permitiu que criassem perfis masculinos e se relacionassem assim com outras pessoas. Esse fragmento aponta a importância da corporalidade na percepção identitária. Enquanto as pessoas viam em Gabriel “uma figura feminina”, ele só se sentia à vontade para vivenciar sua sexualidade no anonimato permitido pelo meio virtual.

GABRIEL: Era muito mais a minha questão de gênero que me incomodava porque... como é que eu te explico... eu tinha um grande problema com como as pessoas iam me ver, entendeu? Então, eu não conseguia muito, isso já na adolescência, eu tinha muita dificuldade de relacionar com as pessoas por isso. As pessoas vão ver uma figura feminina. **Então, por isso que a *Internet* foi muito importante também para eu exercer minha sexualidade porque eu não conseguia, ao vivo, interagir como eu gostaria. Porque as pessoas iam ver uma figura feminina que, até então, eu achava que não poderia ser modificada.**

Da vivência anônima de uma identidade reprimida para a mediação de informações. A partir do momento que Gabriel descobre as vivências de transexualidades masculinas por meio dos canais no *Youtube* de homens trans estadunidenses e alemães, ele passa a se articular com outros homens trans brasileiros. O domínio da língua inglesa, mais um elemento de seu capital cultural, lhe permitiu ter contato com a produção de conteúdo tanto dos homens trans, quanto acadêmico, principalmente, dos EUA.

GABRIEL: [...] eu fui um dos administradores do primeiro grupo que a gente teve no *Facebook*. O primeiro do Brasil que era aquele FTM Brasil, eu era um dos administradores. Então, eu sempre falava: 'gente, vamo compartilhar as coisas', entendeu? Eu tinha acesso a muita coisa porque tudo o que as pessoas mandavam, eu guardava pra mim, salvava num arquivo. Assim como eu compartilhava também.

[...]

Uma das coisas que eu fiz no grupo foi, até com a ajuda de um endócrino, eu fiz uma listinha, eu tenho uma página também, que é sobre questões trans no face, eu fiz uma listinha. Com que exames são necessários para as pessoas fazerem, checarem com frequência. Tanto meninos quanto meninas pra eles mesmos poderem ter autonomia de cuidar da sua saúde.

Eu fui olhando os exames que sempre me pediam e aí eu passei para um endócrino e falei: "olha, você acha que tem que checar mais coisa". Hoje em dia, ele é meu endócrino. Ele é um dos endócrinos que eu indico pras pessoas trans e ele estuda e realmente gosta do tema e aí a gente fez junto. A página se chama o Transgressor.

Gabriel foi administrador de dois grupos no Facebook: FTM Brasil (criado em 2009) e o Transgressor (criado em 2015). O objetivo principal dos grupos é o compartilhamento de informações sobre saúde, hormonização, direitos civis, além de outras movimentações políticas envolvendo LGBTs. Acompanhamos as páginas durante quatro meses e percebemos poucas interações, o que pode estar relacionado com dois fatores: a antiguidade dos grupos e a existência de muitos outros que reúnem pessoas trans. Numa busca com os termos "trans, transgêneros, transexuais, transgêneros e hormônios", no *Facebook*, recuperamos 65 grupos.

Os relatos apontam a importância das redes para compartilhamento de mais experiências que possam auxiliar as pessoas trans em suas tomadas de decisões. Gabriel relata a necessidade de se conhecer as experiências em torno da hormonização, dos exames necessários para acompanhar os impactos da ingestão de hormônios e das cirurgias genitais. Conforme já apontamos, todos os entrevistados apresentaram seus receios com relação às cirurgias genitais e a maioria disse não ter vontade de realizá-las.

Gabriel falou sobre seu receio com a cirurgia devido à sua técnica ainda rudimentar. Contudo, ele demonstrou o interesse em acompanhar a experiência de outros homens trans e ainda considera a possibilidade de realizá-la, caso a técnica cirúrgica avance. Nesse sentido, ele abordou a importância de um banco de imagens e de vídeos das diferentes etapas do operatório e pós-operatório de cada cirurgia que trabalhe com as diferentes técnicas de cirurgias genitais e que ele tem

mantido em seu acervo pessoal, compartilhando somente com pessoas trans que ele conheça e preservando a identidade de quem lhe forneceu os conteúdos. Nesse sentido, ele aborda experiências de grupos no *Facebook* criados por alemães e estadunidenses, onde são publicados vídeos do dia a dia pós-cirurgia. São grupos com acessos restritos a poucas pessoas interessadas em realizar tal procedimento.

GABRIEL: Essa coisa dos exames, a coisa dos médicos também, dos tipos de cirurgias acessíveis. Então, tudo que tem informação com relação a isso... Imagens... Eu tenho arquivos de imagens de cirurgia de tal cirurgião, essa foi feita por não sei quem. Compartilho as imagens, mas se a pessoa pede 'não fala que sou eu', então eu não falo, eu não dou muitas informações. Mas, tem muitos grupos na Alemanha, nos EUA que você acessa... por exemplo, cirurgia genital, isso não pode ficar no Facebook, mas é muito comum entre os meninos dos EUA. Eles criam um grupo que chama assim, por exemplo, [Gabriel] Searching, você entra no grupo só com convite e aí, vamos supor, o grupo tem 15 pessoas, aí fazem o relatório todos os dias do que aconteceu do dia 1, da primeira fase da cirurgia genital dele, no dia 2, faz tipo um diário. Vai fazendo vídeos, aí ele coloca. **Muitas vezes, acaba que o Facebook deleta, é horrível. Uma cirurgia, à vezes, para você ter noção, quando tem a prótese. Tem uns que fazem um vídeo só masturbando, isso acontece com os meninos que fizeram só metódico. Fazem o vídeo e já tem gente que denuncia também, muito complicado.**

No final do fragmento acima, aparece a aplicação da política de conteúdos do *Facebook* que acaba retirando da rede vídeos sobre as experiências com a cirurgia genital. Isso acontece porque o conteúdo dos vídeos pode ser considerado pornográfico, o que não é permitido naquela rede. Contudo, há uma necessidade de homens trans, interessados em realizar tais cirurgias, de observar os resultados dos procedimentos, o que implica ver a manipulação do órgão genital construído, inclusive, a masturbação.

A relação de Apolo com grupos virtuais que agreguem pessoas trans surgiu a partir da sua necessidade de adquirir *packer* e *binder*, o que o levou a participar de um grupo de *Facebook* e, posteriormente, de grupos de *WhatsApp*.

APOLO: Eu não participo muito de grupos. Assim, eu participo igual essa situação, é uma empresa, o rapaz vende os *packer*, vende *binder*, vende os acessórios para trans. Esse rapaz tinha um grupo para revender e os trans entram para comprar os acessórios e começam a conversar. Aí manda o grupo do *WhatsApp* para tirar dúvidas e deste grupo vai criando outros. Trans Belo Horizonte, aí vai pedir um *binder* lá do Rio Grande do Sul, juntam umas sete pessoas e pagam um frete só. Os grupos que tem as lésbicas, os bis, os gays, eles têm a mania de se atacarem e eu não sou muito de participar não. Muitas vezes, o trans acha que a lésbica tá

errada porque ela continua feminina. Então, tem muito dessas bobagens. São muitos adolescentes que tão entrando agora.

O relato de Apolo sobre a criação de um grupo no *WhatsApp* para que ele pudesse compartilhar imagens do pós-operatório da mastectomia que ele realizou vai ao encontro com o relato de Gabriel sobre a necessidade das pessoas observarem as experiências de outras para tomarem suas decisões com relação aos procedimentos cirúrgicos.

APOLO: Nós criamos um grupo e desse grupo, gente de São Paulo, Espírito Santo veio para cá fazer com ele [a cirurgia de mastectomia]. Eu não participo mais. É [...], do *WhatsApp*. Entramos no *Facebook*, num grupo de *packer* aquele acessório de fazer xixi em pé. Aí colocavam lá: 'alguém já fez cirurgia?'. Aí eu falei que já tinha feito a cirurgia em BH, um rapaz muito bom e preço acessível porque as cirurgias eram 20 mil e ele fez a 12 mil. Você pagava 8 mil e o resto depois. Aquela situação que dava para entrar no nosso mundo, no mundo dessa turma que não tem o rendimento muito... Aí fizemos o grupo, começamos a conversar, compartilhar e essa turma até acompanhou minha recuperação, mandava as fotos para eles e eles gostaram do resultado e vieram. Deste grupo, eu tenho certeza que três pessoas fizeram. Só que o grupo foi crescendo e como meu celular é muito de trabalho, eu tive que sair do grupo. Eu amo o resultado [da cirurgia] e eu fiz dois reparos, apenas. Eu tenho que fazer mais para chegar numa situação bacana. Eu tenho que esperar, nem é por questão financeira agora não, é bem simples o reparo. Mas é pela questão de recuperação para ir retirando a queleide para ficar com o traçado bacaninha.

No relato de Naldo, a iniciativa de criação de um grupo de *WhatsApp* estava relacionada à necessidade de esclarecimento de homens trans iniciantes sobre os perigos da hormonização, que acabou se tornando um meio de socialização entre os participantes. Caio também apontou a importância de grupos do *WhatsApp* para compartilhamento de experiências e de perfis de pessoas trans no Twitter para acompanhar como acontece a transição de gênero de pessoas de outros países.

NALDO: Mas, nesse tempo, assim, criei grupos de *WhatsApp*, o BHTrans que existe até hoje, mas eu não participo mais, foi o primeiro grupo de homens trans. Comecei esse grupo, eu e o C. e comecei a ajudar os meninos. Porque a gente viu que eles não tinham referência nenhuma, começaram a usar as coisas aleatoriamente, nesse aleatoriamente a gente perdeu muitas pessoas. Meninos que aplicavam testosterona de cinco em cinco dias, deu infarto, sabe, não escutava a gente. Através do grupo a gente conseguiu conversar com as famílias, abrir cabeças e continuou essa função desse grupo até hoje assim. Na época que eu tava nele tinha mais ou menos uns 50 meninos. Todos de Belo Horizonte, Contagem, Betim... região metropolitana né. A gente fazia futebol, fazia

churrasco...

CAIO: No *Whatsapp* eu participo do [XXX], que é o nosso coletivo e eu participo de um grupo que é aqui de BH que só tem meninos trans. Então, lá a gente compartilha experiência. São muitos meninos trans, não sei quantos, mas tem bastante. E a gente compartilha experiências, a gente fala sobre os médicos que atendem. A gente fala como que é o ambulatório, dá conselho, fala sobre hormonização, fala sobre produtos tipo...sei lá... produto pra não ficar careca, pra fazer o pelo da barba crescer. Então, essas coisas. A gente compartilha muita informação. No *Twitter* também, assim que eu me assumi, eu comecei a seguir mais pessoas trans brasileiros ou de outros países. Eu sigo e vejo postagens de homens trans de Portugal, da Espanha, dos EUA. Então, assim, a gente tem mais ou menos uma ideia como que se dá a transição em outros países [...] Mas, nesse grupo que eu tô no *Whatsapp*, por exemplo, eu nunca vi ninguém falando de automedicação.

A *internet* amplia as possibilidades de relações entre as pessoas no tempo e no espaço, o que dinamiza o acesso a informações e outras experiências de masculinidades e feminilidades que impactam na construção de uma identidade de gênero que se dá, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento de competências informacionais “a medida que [as pessoas] transitam e constroem espaços e práticas no escopo da cultura digital” (PIMENTA, 2017, p. 252). Os informantes nos relataram sobre o desenvolvimento de habilidades para avaliarem informações como analisar a apresentação do texto, pesquisar sobre o autor e a origem das informações, as comparando com as práticas pessoais. Extraímos esses elementos da resposta de Natasha quando perguntamos como ela avaliava a qualidade da informação a que tinha acesso na rede:

NATASHA: Pela própria forma que escreve. Tem pessoas que assinam que é pesquisadora, que indicam artigos. Tem muita fonte que é copiada. Eu lembro que teve uma vez que eu achei um medicamento que tinha lá dois gramas de estradiol e barato. Mas, na verdade, geralmente, o estradiol vem com progesterona. Essa progesterona, ela pode, pra transexual, pode ter um efeito positivo, pode ter efeito nenhum ou pode ter um efeito contrário. E esse tinha um efeito masculinizador. Eu lembro que, antes, eu estava tomando o etinilestradiol, ele é baratinho e é anticoncepcional. Em termos de desenvolvimento, é o melhor que tem, mas os efeitos colaterais dele é muito arrasador. Dá formigamento nas pernas, risco de AVC. Esse etinilestradiol começa me dar dormência nas pernas... Poucas vezes eu usei dele. Há uns dois anos atrás, eu estava usando ele, não tava ganhando muita coisa, só que a minha massa muscular estava sumindo. Tava modelando bem meu corpo. Aí eu comecei a tomar esse outro que tava mais barato que era estradiol mais a progesterona. Eu comecei a masculinizar de novo. Meus braços ficaram grandes e tudo. Depois, por coincidência, eu li na internet uma página que falava sobre isso. Aí eu descobri por quê. Parei de usar. Eu tenho um

resumo. Muitas vezes as pessoas publicam como experiências pessoais também.

A permanência dos entrevistados nos grupos virtuais, que reúnem transexuais, aconteceu de acordo com suas demandas específicas. Depois que solucionaram suas demandas, não viam mais sentido em permanecer nos grupos, pois as informações ali compartilhadas já não representavam uma mudança sobre o que já conheciam.

Quando Gabriel criou os grupos no *Facebook*, ele se articulou com outros homens trans com as mesmas necessidades de informação e de articulação política para resolução de demandas. Durante seu processo de transição, Gabriel nos relatou sobre seu engajamento na procura, organização e disponibilização de informações. Atualmente, já num processo avançado e “estabilizado” na transição, ele demonstrou baixo engajamento nessas mídias. Da mesma forma percebemos o afastamento de Apolo e Naldo dos grupos. Em relação aos dois, Gabriel ainda se mantém mais ativo ao organizar e disponibilizar ainda um acervo com conteúdos relacionados às cirurgias, quando solicitado por outras pessoas.

Beiriger e Jackson (2007) constataram, por meio de levantamento quantitativo, que as/os transexuais estadunidenses demandavam por livros, nas bibliotecas, que abordassem casos de sucesso de outras pessoas trans. Com a expansão da *internet* e das redes sociais, principalmente da plataforma *Youtube*, as pessoas trans não dependeriam mais de decisões editoriais para publicarem suas trajetórias de vida. O *Youtube* se tornou um canal importante para compartilhamento de relatos de experiências (ROJAS, 2015).

Quando fazemos uma busca simples no *Google* pelo termo “transgender” há o retorno de 169 milhões de resultados. A busca pelo termo “transexual” nos dá o retorno de quase 44 milhões de resultados. Entre os vídeos, o termo “transgender” recupera 134 milhões de resultados e o termo “transexual” recupera mais de 37 milhões de itens. Várias mulheres e homens trans ocuparam o *Youtube*, com postagens de conteúdos sobre as suas vivências que vão desde a transição de gênero e todos os seus desdobramentos até experiências do cotidiano. Esse movimento se iniciou nos EUA e foi se alastrando, conforme se deu ampliação do acesso às TICs e de facilidades de produção de vídeos.

Várias pessoas trans estão usando o *Youtube* para compartilhar suas experiências relacionadas à afetividade, saúde, hormonização, cirurgias, expressão corporal, uso de aparatos como o *packer* e o *binder* para os homens trans, por exemplo, entre outros temas. Caio e Naldo citaram o canal do Lucca Najar como referência para informações sobre homens trans.

CAIO: Então, os primeiros canais que eu vi aqui, que são de brasileiros, que são de homens trans foram do Paulo Vaz que, inclusive, é daqui de BH. O Lucca Najar que também é daqui. O Estevam Queiroz, eu acho. Inclusive, ele tem uma loja com produtos trans. Ele é de Campinas, a loja fica lá, mas tem site. Enfim, a loja é super boa, tem preços bons também. Vi da Mand Candy que é uma mulher trans brasileira, que não mora mais aqui, maravilhosa. E vi também alguns canais de outros países. Então, assim, eu acompanho o Sam Collins, que também é homem trans, assim, ele conta a história dele. E é engraçado porque no começo do canal dele no *Youtube*, ele não era assumido na *Internet*. Então, ele se passava por homem cis até que um dia ele tomou coragem e foi, se assumiu e, assim, a maior parte dos seguidores dele continuam apoiando ele. E foi assim, sabe, que eu vi os casos... Eu também via do Jack Vieira que também não é daqui de Minas, mas é brasileiro também. E foi assim que eu via os relatos deles durante a infância e a adolescência que eu falava "passei por isso" sabe. São coisas que eu já fiz.

Caio expressou sua identificação com os relatos dos *youtubers* trans. Ter acesso a essas experiências foi importante para ele ter um contraponto às informações acumuladas durante a vida sobre papéis de gênero. Nesse processo, ele foi construindo sua identidade, como ele mesmo disse, que buscou outras explicações para sua relação com o gênero.

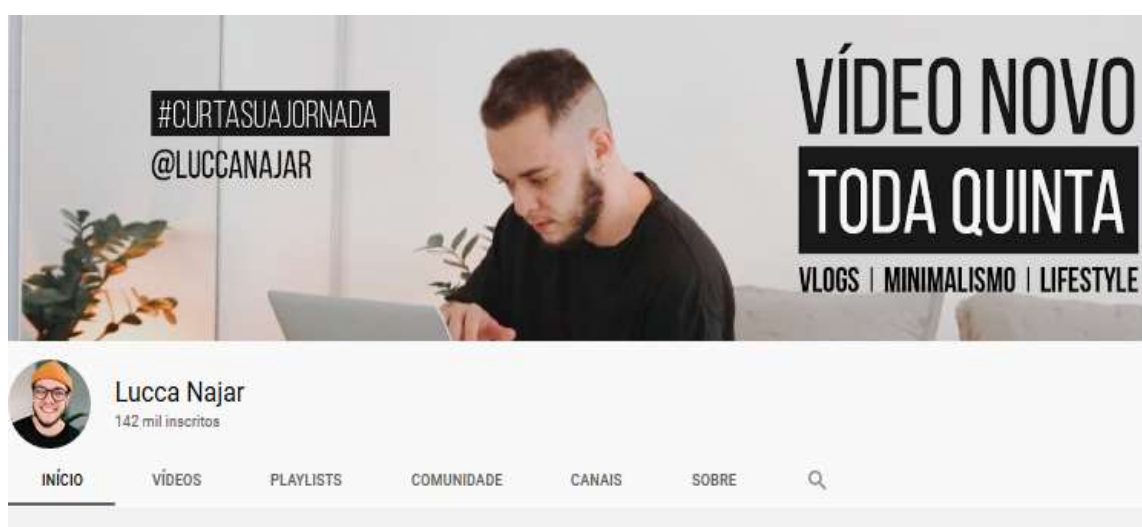
O *youtuber* Lucca Najar é um jovem de classe média alta de Belo Horizonte que, quando iniciou seu processo de transição, criou o canal no *Youtube* com seu nome, em 2016. Esse canal, até julho de 2020, contava com 142 mil pessoas inscritas e um total de quase 8 milhões de visualizações. Lucca compartilha vídeos, todas as quintas-feiras, sobre sua experiência com a transexualidade em vários aspectos: hormonioterapia, cirurgias de redesignação, discriminação, afetividade, questões relativas à saúde e ao comportamento etc. No primeiro vídeo, postado em 31 de agosto de 2016, Lucca se apresentou da seguinte maneira:

Oi pessoal, eu sou o Lucca, eu tenho 25 anos e sou homem trans. Sou pré-T [pré-transição] e esse canal é para registrar todo o meu processo de readequação. E, durante os vídeos, eu vou falar sobre minha vida no geral, o que eu tenho aprendido, o que eu tenho passado, sobre meu

relacionamento com a família, com os amigos, com a namorada, com a faculdade, com o trabalho. Enfim, sobre tudo [...] (NAJAR, 2016, transcrição nossa).

Para ilustrar o alcance dessa mídia, o vídeo sobre a experiência de Najjar com a realização da mastectomia masculinizadora, por exemplo, possuía, em março de 2020, 426 mil visualizações. Ele também aproveita o espaço para entrevistar médicos e outras pessoas trans sobre as demandas informacionais em torno da transexualidade.

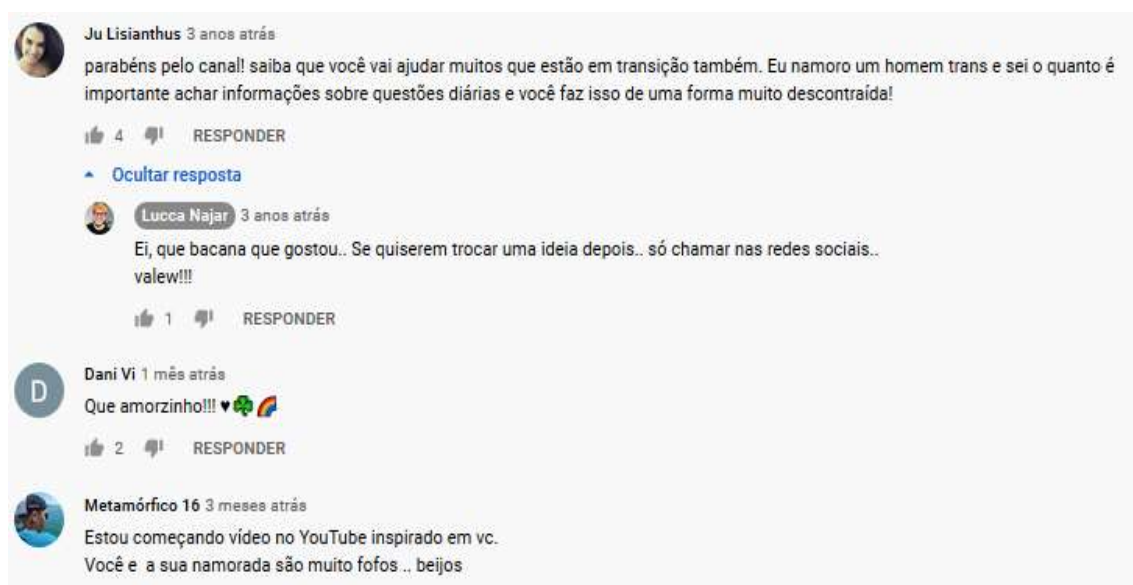
Figura 10 - Canal Lucca Najjar no Youtube



Fonte: LUCCA NAJAR, 2020.

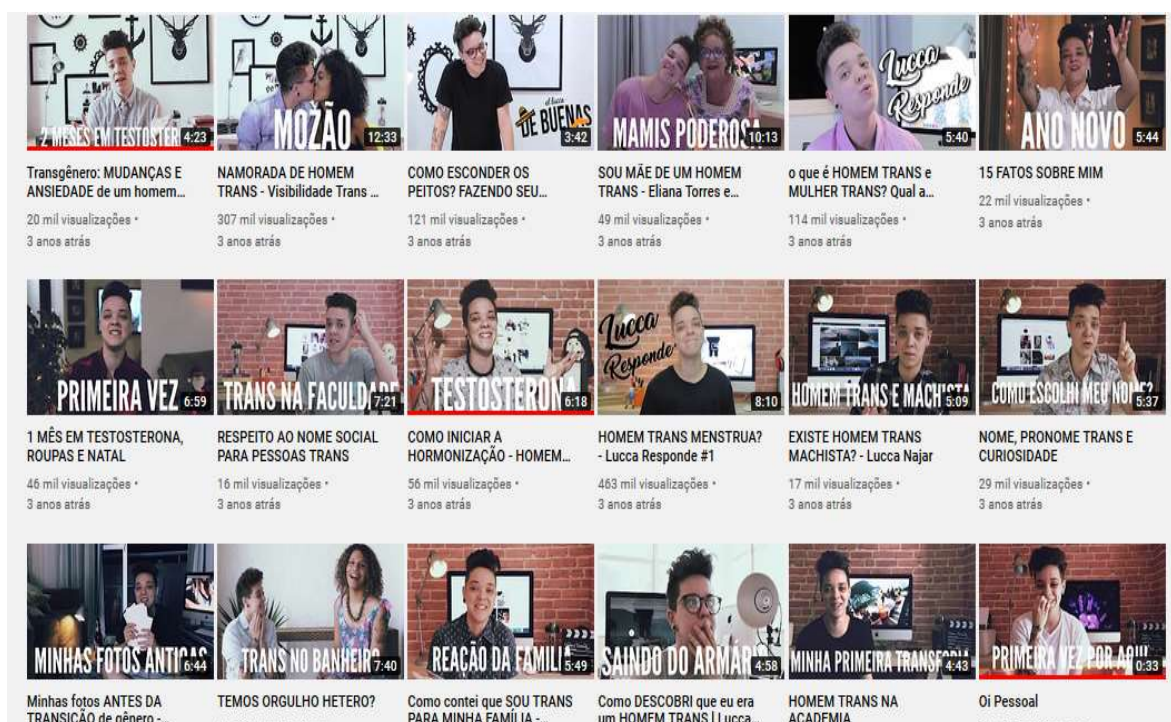
Nos comentários em seus vídeos, percebemos as avaliações que vão desde a qualidade dos conteúdos e apresentação até os relatos sobre a sua importância para outras pessoas trans tanto em relação ao reconhecimento, quanto no aspecto de esclarecimento de dúvidas.

Figura 11 - Exemplos de interações no canal Lucca Najar



Fonte: LUCCA NAJAR, 2017

Figura 12 - Primeiros vídeos postados no Canal Lucca Najar



Fonte: LUCCA NAJAR, 2020

Outro canal com mais expressão, também citado por Caio e Naldo, é o de Mandy Candy, criado em 2014. Em 2020, o canal contava com mais de um milhão de pessoas inscritas e chegando a 166 milhões de visualizações. Assim como

Lucca, Mandy também compartilha vídeos, semanalmente, com as experiências de transição de gênero abordando as cirurgias estéticas e de transgenitalização, uso de cosméticos, afetividade e da vida cotidiana.

Mandy se descreve como “bem garota, bem barbiezinha do amor” e boa parte de seu conteúdo é dedicada aos relatos de suas cirurgias e tratamentos estéticos, além de seu cotidiano na Coreia do Sul. Interessante notar que ela reafirma uma feminilidade ligada aos estereótipos de gênero, como podemos ver pelo nome escolhido “Mandy Candy” (Mandy uma abreviação de seu nome Amanda e Candy é a palavra inglesa que significa doce), pelo uso da expressão “bem garota” em seu perfil e dos tons de lilás. Entretanto, em seus vídeos, ela sempre faz questão de destacar que há várias feminilidades e masculinidades e que os procedimentos usados por ela estão relacionados com a maneira dela se ver, com os desejos dela relacionados ao seu corpo.

Ao contrário de Lucca Najar, atualmente, Mandy não produz conteúdos políticos. Ela se limita aos procedimentos cirúrgicos e estéticos, além de abordar as suas vivências cotidianas na relação com os sul-coreanos e com o namorado, por exemplo.

Figura 13 - Canal Mandy Candy no Youtube



Fonte: MANDY CANDY, 2019.

Eveline Rojas (2015) é a pesquisadora brasileira pioneira nos estudos sobre a apresentação de histórias de transições de gênero, pelos relatos cotidianos nos

vlogs do *Youtube*. Sua pesquisa de doutorado abordou a produção de conteúdo de 12 pessoas trans estadunidenses durante os anos 2010 e 2011. Cabe lembrar que, naquele período, não havia canais de pessoas trans brasileiras com postagens periódicas sobre toda a complexidade do processo de transição de gênero. Trata-se de um fenômeno recente.

Rojas (2015) nos lembra que as novas mídias possibilitaram uma maior interação entre as pessoas que passaram a fazer mais conteúdos, falar mais de si e também ter contato com mais produções de outras pessoas. A ocupação do *Youtube* com a produção de *vlogs* (os blogs em vídeo) deu origem ao termo *Youtuber*. Vários *youtubers* se tornaram influenciadores digitais e formadores de opiniões. Um fenômeno que carrega ambivalências, pois esses espaços podem ser usados para a amplificação de experiências reais de grupos minoritários e marginalizados, ou para veiculação de informações falsas e posições políticas reacionárias e discriminatórias. Para as pessoas trans, o *Youtube* e outras redes sociais se tornaram meios importantes para compartilhamento de informações.

Em seus *vlogs* ou “canais pessoais”, os trans imersos no processo de transição apresentam suas histórias, relatam suas vivências, compartilham, em tom confessional, suas angústias e momentos de felicidade, contam seus planos e suas motivações, mostram suas mudanças e transformações corporais. Suas narrativas versam sobre episódios discriminatórios, descoberta e uso de acessórios, namoros, paqueras e amigos, viagens, empregos, estudos e trabalhos. Portanto, esta ferramenta se configura como um espaço no qual o usuário compartilha com outros a sua vida cotidiana através de um relato biográfico informal e constante, com uma regularidade escolhida por cada sujeito (ROJAS, 2015, p.17-18).

Os *vlogs* apresentam histórias, relatos de experiências e também as informações do corpo, as mudanças constituídas a partir da hormonioterapia, cirurgias, cortes de cabelo, uso de roupas e acessórios. Nesse sentido, podemos resgatar a seguinte afirmação de Lloyd (2006, p. 185, tradução nossa):

[...] os corpos agem como um coletor de informações sensoriais, um local de conhecimento situado e um disseminador de informações sobre a experiência física. O corpo em ação fornece sua própria narrativa, que deve ser acessada através da observação e realizada através da prática.

Com a criação de uma conta no *Youtube*, a pessoa pode postar vídeos, editá-los ou excluí-los quando quiser (ROJAS, 2015). A plataforma permite a

interação, com avaliações positivas (*likes*) ou negativas (*dislikes*) do conteúdo e comentários, o que favorece a continuidade do assunto abordado no vídeo, a partir de dúvidas e sugestões daqueles que assistem aos conteúdos. Essas interações, muitas vezes, levam os *Youtubers* a produzirem novos conteúdos dando continuidade ao tema postado em vídeos anteriores.

Rojas (2015) observou durante um ano as transições de 12 pessoas que postavam vídeos sobre os procedimentos que usavam, seus sentimentos com as transformações vividas e com outros elementos do cotidiano. Assim, ela analisou a construção de novas identidades a partir da articulação de novas “práticas sociais e de si”, sintetizando da seguinte maneira as relações que envolvem tais práticas:

A forma particular de produção, visualização, armazenamento e compartilhamento de informação associa-se a uma hiperinteratividade, imiscuindo as fronteiras do particular e do público e fazendo surgir também novas formas de relacionamento, produção e significação de memória. No universo dos *vlogs*, vê-se, em volume ampliado, que experiência vivida é experiência mediada pelo conjunto de elementos que compõem a prática. **A atuação nessa plataforma tem o aprendizado, o saber e o poder, mais do que como elementos impositivos, como elementos propositivos e dispersos, embora articulados, em comunicação, por códigos compartilhados de inteligibilidades em contextos situados.** Nesse universo, a prática narrativa-performativa habilita a interpelação, interroga o ciclo impositivo da normatividade e, no processo de produção de si, permite que os sujeitos construam novos processos de identificação. No movimento transitório, os pressupostos heteronormativos, as concepções de gênero, vão transformando-se no espaço tempo contínuo das práticas sociais e de si. Sendo a constituição de si contínua, precária e provisória, “os ideais” perseguidos, as fantasias incorporadas variam sem chegar a uma totalização (ROJAS, 2015, p. 235, grifos nossos).

Vemos nessa passagem, o valor que Rojas (2015) atribui à hiperinteratividade nas práticas informacionais no sentido de horizontalização e da efemeridade da produção de saber em torno das concepções de gênero. O saber ali produzido e disseminado não é eterno e absoluto. É algo relacionado às práticas num determinado contexto. Essa é a marca da produção de concepções de gênero que se diferencia do saber médico que impõe uma norma estanque, pelo menos até a revisão e edição de uma outra norma que se impõe válida para diferentes indivíduos em diferentes contextos. Para Rojas (2015) as práticas dos sujeitos não estão condicionadas somente à reprodução das estruturas que as formaram. As práticas possuem um potencial de questionamento e de transformação dessas

estruturas, embora reproduza concepções arraigadas, um entendimento aproximado ao de Bento (2006).

Ao analisar as possibilidades de auto-organização dos grupos sociais ampliadas pelas redes sociais, Pimenta (2017, p. 248) salienta as contradições desse processo:

Oportunamente, retorna-se aqui ao aspecto dialético mencionado pouco acima ao lembrar que tal “cultura de convergência” não extingue por completo as formas de dominação, de divisão do trabalho e de segregação simbólica e/ou cultural; mas continua a colocar uma questão interessante sobre como os usos dessas plataformas digitais podem, para além da manutenção de seus sistemas e demais estruturas estruturadas que as compõem, se tornar um espaço de ação prática, e mesmo objetiva, na qual seja possível uma “transversalização” de experiências, narrativas e sentidos por meio de seus usuários que, em suas práticas, atravessam – como uma afiada agulha em tecido de trama espessa – campos e espaços sociais distintos.

Nesse sentido, observamos que a *internet* tem um papel importante como um meio para a disseminação de informações e experiências de pessoas trans, possibilitando espaços de socialização, principalmente, quando a pessoa ainda não se assumiu para o seu círculo de convivência. Percebemos que o uso constante de determinadas mídias está relacionado à faixa etária e interesses da pessoa. Os canais no *Youtube*, por exemplo, apareceram nas falas dos homens trans mais jovens.

Como a organização coletiva de homens trans é recente, o papel da *internet* tem um peso na sociabilidade e articulação entre eles, como foi analisado por Freitas (2014), em sua dissertação de mestrado. Para a autora:

Na experiência da transexualidade masculina, em especial, **a internet tem ocupado em espaço de articulação de saberes e pessoas muito significativa nas vivências de muitos homens e meninos (trans)**. Preenchendo lacunas muitas vezes esvaziadas pelas consequências de assumir uma nova identidade fortemente estigmatizada. **Permite encontrar através dos seus inúmeros recursos, novos círculos de sociabilidade que serão fundamentais no percurso de se realocar socialmente**. Como esta experiência ainda tem uma visibilidade pública e social recente, percebi que todos os interlocutores que entrevistamos nesta pesquisa, de diferentes maneiras, localizam a internet como um instrumento importante nos processos de transição. Empoderador ao **fornecer informações não disponibilizadas no sistema de saúde e em outros espaços, instrumentalizando FtMs nas conversas com familiares (sobre o que é esta experiência), com médicos e profissionais da saúde (sobre quais e como serão feitos os procedimentos e intervenções), e com quaisquer outros órgãos ou**

entidades, como uma forma de resguardar seus direitos. (FREITAS, 2014, p. 51, grifo nosso)

Diante das falhas das instituições em fornecer informações sobre as múltiplas possibilidades de se vivenciar masculinidades e feminilidades, sobre as questões que envolvem a transexualidade, coube às próprias pessoas trans se organizarem para a busca, a produção e a disponibilização dessas informações.

A entrevistada Marta apontou um paradoxo do uso das redes sociais que é a informação estar disponível em determinado grupo ou página, mas as pessoas não conseguem acessá-la. Para ela, apesar da informação estar disponível, ela não aparece para as pessoas como deveria aparecer.

Nos grupos que eu passei, eu vi que as informações importantes não chegavam e as pessoas não estavam interessadas. Tinham mais interesses em fazer pegação, flertar do que discutir interesses de informações. Mas, são plataformas que seriam interessante, se...mas eu não tô conseguindo observar um efeito muito positivo porque a gente tem informações que são básicas e que as pessoas ainda não têm, mas que estão no *Facebook*, que estão nas redes sociais. Aí me chega um pedido de informação que eu não sou o único caminho, tem outros setores que também são e as pessoas não conhecem. Então, eu acho que a gente usa de maneira equivocada as redes sociais, não viraliza como deveria a informação (Marta, 2019).

Vários fatores podem influenciar o encontro com uma informação que está disponível em determinada rede: a data da postagem, a maneira como a informação está escrita, a estratégia usada pela pessoa para procurar uma informação, o conhecimento das terminologias usadas nos grupos ou nos sites consultados.

Os múltiplos letramentos, que estão ligados à disposição de capitais culturais, também influenciam no momento em que o sujeito estabelece as estratégias para buscar a informação demandada. Num contexto em que a família e a escola atuam como reprodutoras do sistema sexo/gênero, reprimindo e marginalizando as identidades consideradas desviantes, o que leva a uma considerável estatística de evasão escolar, conforme apontou Almeida (2016), as pessoas trans acabam sendo prejudicadas em seu processo de letramento e desenvolvimento de capitais culturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos sob uma forma de organização social generificada, na qual há uma distinção entre homens e mulheres, por meio de criação de regras de comportamento, maneiras de agir, de se vestir etc, que são incorporadas ao longo do tempo, principalmente durante os processos de socialização, se tornando algo natural, eterno e imutável (BOURDIEU, 2002a).

A partir do momento em que se passa a classificar seres humanos, os dividindo em categorias como homem e mulher, a partir de uma concepção que os diferencia e os coloca como opostos, se marginaliza outras expressões de feminilidades e masculinidades que não estão ligadas às definições anatômicas dos indivíduos.

A normatização de corpos-homens e corpos-mulheres, estruturada a partir da heteronormatividade, faz parte de um processo que se iniciou no século XIX, com a criação de uma nosologia das expressões de gênero e dos comportamentos sexuais que culminou com a invenção do dispositivo da transexualidade em meados do século XX. Com o desenvolvimento das tecnologias corporais como as cirurgias e a fabricação de hormônios, se abriu possibilidades de transformações dos corpos que passaram a ser apropriadas por discursos médicos sobre a correção de um erro da natureza. Patologizando, assim, todas as expressões de gênero que divergem da cisnormatividade. As expressões divergentes acabam marginalizadas, causando dúvidas e aflições entre as pessoas.

Os membros da família e os profissionais da educação tendem a ocupar posições ortodoxas no campo de gênero, pois é nesses espaços que se inicia a socialização dos sujeitos por meio dos primeiros processos de aprendizagem e assimilação de informações sobre as regras culturais. Nesses espaços, se não houver uma intervenção, dificilmente aparecerão informações que diverjam da heterossexualidade e cisnormatividade. Em geral, as pessoas que possuem algum conflito com o gênero designado no nascimento, só terão algum acesso a informações sobre esse tema quando estabelecerem algum contato real ou virtual com outras pessoas trans.

Na posição heterodoxa estão todas as pessoas que questionam as expectativas sociais e os estereótipos criados a partir do *habitus* sexuado. Nessa posição, elas vivenciam pela prática cotidiana as mudanças corporais a partir do uso de indumentárias, cortes de cabelo, modos de falar, andar, gesticular até o uso das tecnologias médicas para alterações corporais. Antes de estabelecerem estratégias para a procura de informações sobre a transexualidade, essas pessoas vivenciam seus desejos, buscando uma imagem corporal para que sejam aceitas pelo grupo social da maneira como se veem, para que sua identidade de gênero não seja constantemente questionada, para que não vivencie constrangimentos numa sala de espera ou no uso de um banheiro público e para que não estejam tão vulneráveis à violência transfóbica.

Não podemos afirmar que exista uma identidade transexual. A transexualidade foi uma palavra inventada para se definir indivíduos cujos comportamentos não se enquadram nas expectativas sociais para o que socialmente foi definido como corpos-homens e corpos-mulheres. Observamos que há várias maneiras de se expressar feminilidades e masculinidades, mesmo que ainda baseadas em concepções arraigadas pelo *habitus* de gênero.

Os indivíduos que ocupam a heterodoxia subvertem o fundamento estruturante das normas de gênero. Historicamente, o movimento feminista e o movimento LGBT têm atuado nas fissuras entre a estrutura social e o *habitus*. Além disso, há o espaço entre a disposição do indivíduo e o *habitus* social que Bourdieu (1977, 1983) denominou de desvio, onde se localizam as subjetividades (BENTO, 2006).

[...] o *habitus* social é a matriz, mas há também os sistemas de disposições individuais, adquiridos por constantes reestruturações ou ajustamentos, variando de acordo com as situações. O grau de desvio que o indivíduo porta em relação à matriz varia. É no espaço do “desvio” que se localizam as subjetividades (BENTO, 2006, p. 97).

E é nesse espaço de desvio que as pessoas trans vão construindo concepções de si, subvertendo a lógica das normas de gênero, movimento que as coloca em uma posição de vulnerabilidade social. Nessa posição, elas atuam numa situação de resistência que ativa a reflexão sobre o próprio corpo como resultado dos conflitos gerados a partir da marginalização dessas identidades (VILKKA, 2006).

Nesse processo de reflexão sobre o corpo, na busca pelo reconhecimento da sociedade de suas identidades, essas pessoas vivenciam de maneiras diferentes e únicas suas transformações corporais. Os conflitos com o gênero designado geram demandas informacionais que não são resolvidas nem pelos familiares, nem durante o processo de escolarização e nem pelos profissionais de saúde. A informação que possibilitou o início de um processo de esclarecimento, abrindo o caminho para o acesso a outras informações, na maioria dos relatos das/os colaboradoras desta pesquisa, foi encontrada por acaso. Esse encontro possibilitou o estabelecimento de relações com outras pessoas trans e a criação de uma rede de apoio e solidariedade que gera novos compartilhamentos de informações, muitas vezes, por procuração, sem serem demandadas pelos sujeitos que as recebem.

As demandas por informações sobre os processos de transição de gênero estão localizadas no início dessa transição até as transformações corporais. Nesse período, as pessoas se envolvem mais com outras pessoas trans e acabam se afastando quando alcançam a passabilidade de gênero desejada ou quando acessam determinados procedimentos sobre os quais buscavam informações.

Nem o SUS, nem a saúde suplementar dispõem de mecanismos de disseminação de informações sobre a hormonioterapia, cirurgias e outras terapias demandadas por esta população. Os relatos demonstraram as dificuldades de se acessar um profissional preparado para informar sobre o processo de transição de gênero. As pessoas trans optam por usarem hormônios, a partir de indicações de outras pessoas trans, e a realizarem procedimentos perigosos como a aplicação de SLI, no caso das mulheres trans e travestis. As dificuldades de acessar aos programas de transição pelo SUS alimentam a cadeia mercadológica da saúde privada. Embora o processo o transexualizador ofertado pelo SUS, inicialmente nos hospitais universitários, date de 2008, todas/os as/os colaboradoras/es desta pesquisa, com exceção do mais jovem, realizaram procedimentos cirúrgicos com médicos particulares.

Esse quadro tem mudado para aquelas pessoas que conseguem acessar aos ambulatórios trans que ainda estão concentrados em poucas cidades brasileiras. A publicação da Resolução CFM nº 2.265/2019 também teve o objetivo de ampliar o diálogo entre equipe multidisciplinar e a pessoa trans, atribuindo à pessoa maior protagonismo em relação às interpretações dos médicos no preenchimento de protocolos para o estabelecimento de um laudo de

incompatibilidade de gênero.

Observamos que as maneiras como ocorrem as apropriações de informações pelas pessoas variam conforme a disposição de capital cultural de cada pessoa e a conjuntura vivida. Entre as pessoas trans mais jovens e com escolaridade mais alta, observamos a prática de checagem e comparação de informações utilizando as fontes disponíveis na internet. O que envolve a análise da fonte como sua autoria e a instituição à qual ela está ligada. Entre as mulheres trans mais velhas, há apropriação das informações pelas práticas cotidianas e envolvimento com as experiências de outras mulheres trans. O que está ligado à conjuntura vivida por elas, na qual não havia amplo acesso à *internet* e nem muitas produções de conhecimentos sobre a transexualidade.

A *internet* ampliou as possibilidades de interação dessas pessoas que também produzem conteúdos sobre a transexualidade a partir de suas vivências, como é o caso dos vlogs no *Youtube*, que são acessados por milhares de pessoas. O uso das redes possibilita a vivência de uma identidade ainda não explícita socialmente porque garante o anonimato das pessoas. Além de facilitar o encontro de informações por acaso, sem estar realizando uma busca ativa. Por outro lado, o desconhecimento de terminologias como transexual, transexualidade, homem transexual e mulher transexual é uma barreira para a busca de informações.

As redes sociais online possibilitaram a visibilidade da transexualidade masculina. Entre as mulheres trans e travestis, há um peso maior na interatividade tendo em vista que o histórico de organização dessas pessoas data da década de 1980. A organização política de homens trans se inicia nos anos 2000, se ampliando com a criação de canais de interação no *Facebook* e no *Whatsapp*. Redes como o *Youtube* e o *Instagram* possibilitaram o registro cotidiano de experiências de transições de gênero que podem ser acompanhadas não somente pelos relatos das pessoas como também pela observação de suas mudanças corporais, gestuais e do timbre da voz.

A organização política das pessoas LGBTQs trouxe maior visibilidade para a transexualidade. Travestis e mulheres trans se organizaram desde a década de 1980 contra a violência policial e por políticas de saúde, num primeiro momento focadas no combate à AIDS. A organização de homens trans brasileiros é mais recente, a partir de 2010, e também possibilitou maior visibilidade, produção e compartilhamento de informações (FREITAS, 2014). Essas práticas cotidianas

geram informações e conhecimentos usados na resolução de demandas de pessoas trans e na luta política por direitos civis como a desburocratização da retificação do nome no registro civil, garantindo a existência daquela pessoa. A implantação de uma política de saúde integral que abranja todas as necessidades dessa população que vão além dos processos de transição. E a implantação de outras políticas públicas que assegurem a essa população o direito à educação, ao trabalho e à vida.

Encontra-se aqui, por meio da expressão 'praxiológica', a ideia de 'práxis', isto é, o movimento mesmo por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e também consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo. Essa é a ideia básica que fundamenta o conceito de 'práticas' presente na expressão 'práticas informacionais' (ARAÚJO, 2017, p. 220).

Diante do exposto, o estudo de práticas informacionais não pode desconsiderar os arranjos sociais, buscando relacionar perspectivas macros, estruturalizantes com as perspectivas mais localizadas e contextuais. É necessário identificar as tensões e os conflitos que envolvem essas práticas. Ao analisar a tensionalidade do processo, identificamos as questões a serem pensadas para embasar o desenvolvimento de planos de ações.

Pesquisadores da CI precisam dar continuidade aos estudos sobre as práticas informacionais do segmento LGBT. Assim, se fortalece o arcabouço teórico-analítico do campo e se apontam dificuldades enfrentadas por essa população para se apropriar de informações, bem como as estratégias usadas por essas pessoas para superar as barreiras. Dessa maneira, se constitui um aparato que possa subsidiar serviços de informação para este segmento, bem como, formar e sensibilizar profissionais da informação para o acolhimento respeitoso, independente de qual serviço de informação atuem.

REFERÊNCIAS

ADAMS, S.S.; PEIRCE, K. Is there a transgender Canon? Information seeking and use in the transgender Community. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION OF INFORMATION SCIENCE, 34., 2006, Toronto. [Proceedings....]. Toronto: Canadian Association for Information Science - CAIS, 2006. p. 1-7. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/0e5d/72aa4b447414166e82e1532167f0b4a82935.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ADELINO, S. A Revolta de Stonewall. *Draglicious*, [s.l.], 19 jun. 2018. Disponível em: <https://draglicious.com.br/2018/06/19/a-revolta-de-stonewall/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

ALMEIDA, A. Evasão escolar entre travestis é bem maior. *FLACSO Brasil*, 23 de maio de 2016. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=15833>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

ALMEIDA, M. A. de. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. [Anais...] Salvador, 2007.

ALMEIDA, M. A. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 2, p.191-214, maio/ago. 2014.

ALVES, P. O que é e como funciona o Reddit? *Techtudo*, 02 set. 2013. Disponível em: https://www.reddit.com/r/transbr/comments/cpim1b/lista_de_ambulat%C3%B3rios_de_sa%C3%BAde_trans_no_brasil/. Acesso em: 22 jul. 2020.

ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. Socialização como processo informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO - CINFOM, 13., 2017, Salvador. *Anais do XIII CINFOM: da Organização do Conhecimento à apropriação de saberes: perspectivas do ensino e da pesquisa em Ciência da Informação*. Salvador: ICI; EDUFBA, 2017. p. 165-176.

AMORIM, S. M. G.; VIEIRA, R. S.; BRANCALEONI, A. P. Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. *Saúde em Debate*, v. 35, n. 98, p. 535-535, jul./set. 2013.

ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ARÁN, M; MURTA, D; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ci. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, jul./ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a15v14n4.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ci. Inf.*, Brasília,

v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline>. Acesso em: 28 mar. 2010.

ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. [Anais...] São Paulo: ANCIB, 2008.

ARAÚJO, C. A. A. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, p. 11-26, 2009.

ARAÚJO, C. A. A. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p.112-119, set. 2009.

ARAÚJO, C. A. A. Manifestações (e ausências) de pensamento crítico na Ciência da Informação. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 27, n. 2, p.9-29, jul./dez. 2013

ARAÚJO, C. A. A. *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. [Anais...] João Pessoa:ANCIB, 2015.

ARAÚJO, C.A.A. O que são “práticas informacionais”? *Inf. Pauta*, Fortaleza, CE, v.2, número especial, p. 217-236, out. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ABGLT. *Manual de comunicação LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. 2010. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

AZEVEDO, E. O corpo como afirmação é o mote do documentário ‘Bombadeira’. *O Globo*, 29 jun. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-corpo-como-afirmacao-o-mote-do-documentario-bombadeira-4179790>. Acesso em: 07 jul. 2020.

AZEVEDO, M. A. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 122-133, jul./dez. 2004.

BÁEZ, F. *História universal da destruição dos livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARIFOUSE, R. STF aprova a criminalização da homofobia. *BBC News Brasil*, São Paulo, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BARRAGÁN, A. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. *El País*, Eleições Brasil 2018, 19 out. 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 06 jun. 2019.

BEIRIGER, A.; JACKSON, R. M. An assessment of the information needs of transgender communities in Portland, Oregon. *Public Library Quartely*, v. 26, n. 1/2, p. 45-60, 2007.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B (Orgs.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2020.

BENTO, B. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense; 2008.

BENTO B. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Cien. Saúde Colet.*, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, A. C. Contribuição da teoria crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina, PR. [*Anais eletrônicos...*] Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1354/1840>. Acesso em: 05 out. 2019.

BEZERRA, A.C. Teoria crítica da informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, A. C. et al. *iKritica: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BORTOLINI, A. *Diversidade sexual na escola*. 2 ed. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/ UFRJ, 2008.

BOURDIEU, P. Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 14, p. 51-54, avril 1977.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 06 jan. 1989, retificada em 9 jan. 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803/GM. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, Seção 1, 20 nov. 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Relatório de violência homofóbica no Brasil*. Brasília, 2012. Disponível: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 02, 29 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p.19, 28 jun. 2019. a

BRASIL. Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 02, 14 dez. 2019. b

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Conselho Nacional de Educação – CNE. Portaria n. 33. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 10, 18 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Conselho Nacional de Educação – CNE. Parecer CNE/CP Nº: 14/2017. Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Brasília, 12 set. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan/jun 1996.

BURAWOY, M. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: UNICAMP, 2010 p.131-158.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Inversões sexuais. In: Passos, I. C. (Org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 91-108.

CADERNO Escola sem Homofobia. Brasília: ABGLT, Pathfinder, ECOS, [2010].

CAMPOS, M. T. A.; TILIO, R.; CREMA, I., L. Socialização, gênero e família Uma revisão integrativa da literatura científica. *Pensando Famílias*, v. 21, n. 1, p. 145-161, 2017.

CARDOSO, A. M. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CARROLL, L. *Alice: edição comentada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 14, ago. 2013, p. 319-351.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n.41, p.77-111, 2001.

CASE, D. O. *Looking for information: a Survey of Research on Information Seeking, Needs, and Behavior*. San Diego: Academic Press, 2002.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHATMAN, E. A theory of life in the round. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n.3, p. 207-217, 1999.

CIE-11 para estadísticas de mortalidade y morbilidad. Versión 04/2019. [s.l.]: OMS, 2019. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/es#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fcd%2fentity%2f411470068>. Acesso em: 17 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM – Brasil). Resolução CFM nº. 1.482/97. *Diário Oficial da União*, 19 set. 1997, Seção 1, p. 20.944.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM – Brasil). Resolução CFM nº. 1.955/2010. *Diário Oficial da União*, 3 set. 2010, Seção 1, p. 109-10.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM – Brasil). Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. *Diário Oficial da União*, 09 jan. 2020, Ed. 6, Seção 1, p. 96.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP – Brasil). Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. *Notícias*, 22 maio 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>. Acesso em: 30 out. 2019.

COURTRIGHT, C. Context in Information Behavior Research. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 41, p. 273-306, 2007.

COX, A. M. An exploration of the practice approach and its place in information science. *Journal of Information Science*, New York, v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012.

CUNHA, T. Não há vagas...para trans. Especial transexuais no Brasil: uma luta por identidade. *Correio Braziliense*, Brasília, s.d. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DÍAZ JATUF, J. *Necesidades de información em la comunidad GLTTIBQ (gay, lesbica, transexual, travesti, intersexual, bisexual, queer)*. 2016. 127f. Maestría em Bibliotecología y Ciencia de la Información. Universidad de Buenos Aires; Biblioteca Nacional Argentina.

D'Ors, E. *La vie de Goya*. Paris: Gallimard, 1928.

DRAKE, A. A.; BIELEFIELD, A. Equitable access: Information seeking behavior, information needs, and necessary library accommodations for transgender patrons. *Library and Information Science Research*, v. 39, p. 160–168, 2017.

FACCHINI, R. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas da informação e novas percepções do usuário. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 217-223, maio/ago. 1996.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline>> Acesso em: 12 jun. 2017.

FREIRE, I. M.; ARAÚJO, V. M. R. H. de. A responsabilidade social da Ciência da Informação. *Transinformação*, v.11, n.1, p.7-15, jan./abr. 1999.

FREITAS, M. T. de A. A Abordagem Sócio-Histórica como orientadora da Pesquisa Qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*., 2002, n. 116, p. 21- 39. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2019.

FREITAS, R. V. *Homens com T maiúsculo: processos de identificação e construção do corpo nas transmaculindades e a transversalidade da internet*. 2014. 120 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. [*Proceedings...*]. Edmonton: Canadian Association for Information Science - CAIS, 1995.

FROTA, M. G. da C. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: REIS, A. S. dos; CABRAL, A. M. (Orgs.). *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

FUCHS, C. Towards a critical theory of information. *TripleC*, v. 7, n. 2, p. 243-292, 2009. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/91>. Acesso em: 02 set. 2019.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. *Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, de necessidades especiais e socioeconômica: sumário dos resultados da pesquisa*. São Paulo: FIPE, MEC, INEP, 2009.

GASQUE, K.C.G.D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 39 n. 3, p.83-92, set./dez., 2010

GASQUE, K.C.G.D.; COSTA, S.M.S. Evolução teórico metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. *Ciência da Informação*, Brasília, v.39, n.1,p.21-32, jan./abr., 2010.

GÊNERO E NÚMERO - GN. *Violência contra LGBTs+: nos contextos eleitoral e pós-eleitoral*. Brasil: GN, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2006.

GINSBERG, E. K. Introduction: The Politics of Passing. In: GINSBERG, E. K. (Org.) *Passing and the Fictions of Identity*. Durham; London: Duke University Press, 1996. p. 1-18.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. *Morpheus: revista eletrônica em ciências humanas*, Rio de Janeiro, Ano 09, n.14, 2012a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um Conceito. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012b.

GONZÁLEZ TERUEL, A. *Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón, Astúrias: TREA, 2005.

- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: temas de cultura: ação católica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4.
- GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. [Rio de Janeiro]: Graal, [1978].
- HAGEN, B.; GALUPO, P. "Trans individuals' experiences of gendered language with health care providers: recommendations for practitioners". *International Journal of Transgenderism*, v. 15, n.1, p. 16-34, 2014.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HAMER, J. S. Coming-out: Gay males' information seeking. *School Libraries Worldwide*, v. 9, n. 2, 73–89, 2003
- HONORATO, L. Transexualidade é biológico, e família não deve sentir culpa. *Estadão*, São Paulo, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,transexualidade-e-biologico-e-familia-nao-deve-sentir-culpa,70002166336>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo do ano de 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- JEANNERET, Y. A relação entre mediação e uso no campo de pesquisa em informação e comunicação na França. *RECIIS – R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 25-34, set. 2009.
- JESUS, J. G. de. *Orientações sobre identidades de gênero: conceitos e termos*. Brasília, DF: Autor, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 28 set. 2017.
- KRÜGER, A. et al. Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 22, supl. 1, p. 1-13, set. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2019000200401&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em: 25 maio 2020.
- LAHIRE, B. Campo. In: CATANI, A. M. et al (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 65.
- LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- LAQUEUR, T. W. *Inventado o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da*

pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “*Nossos Corpos Também Mudam*”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 229f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LELLES, A. R. Hospital cria atendimento destinado a crianças e adolescentes transexuais. *Estado de Minas*, Diversidade, 22 jun, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/22/interna_gerais,1158934/hospital-cria-atendimento-criancas-e-adolescentes-transexuais.shtml. Acesso em: 02 jul. 2020.

LIONÇO, T. *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. 2006. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS. *Physis*, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009.

LINARES COLUMBIÉ, R. Epistemología y ciencia de la información: repensando un diálogo inconcluso. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, Havana, v. 21, n. 2, p. 140-160, 2010.

LLOYD, A. Drawing from others: ways of knowing about information literacy. In: ORR, D. et al. (Eds). *Lifelong Learning: Partners, Pathways and Pedagogies*. Rockhampton: Queensland University Press: 2006, p. 182-92.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. *Journal of Documentation*, v. 66, n. 2, p. 245 – 258, 2009.

LOPES, F. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, M.N. O negro e a mediação: a Ciência da Informação como campo de discussão étnico-racial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2015, João Pessoa. [Anais...] João Pessoa: ANCIB, 2015.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

LÖWY, M. *Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

MANDY CANDY. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/mandycandy/about>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MASCHIÃO, L. F. et al. Uso de hormônios sem prescrição e idade de início entre mulheres transexuais e travestis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 10., Florianópolis, 2017. [Anais...] Florianópolis: ABRASCO, 2017. p. 12-35. Disponível em: <https://proceedings.science/epi/trabalhos/uso-de-hormonios-sem-prescricao-e-idade-de-inicio-entre-mulheres-transexuais-e-travestis?lang=pt-br>. Acesso em: 26 maio 2020.

MARINUCCI, M. *Feminism is Queer: The Intimate Connection between Queer and Feminist Theory*. [S.I.]: Zed Books, 2010.

MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. *Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.115-137, jul./dez. 1994.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, jan./abr. 1995.

MARTELETO, R. M. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009.

MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R.M. (Orgs). *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MARTINS, A. A.; MARTELETO, R. Cultura, ideologia e hegemonia. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 10, n. 1, p. 5-24, 22 maio 2019.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre Materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO, 29. ,Caxambu, 2006. [*Anais eletrônicos...*] Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Ronaldo_Marcos_Lima_Araujo_o_marxismo_e_a_pesquisa_qualitativa_com_o_referencias_investigacao_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUGER, G. Violência simbólica. In: CATANI, A. M. et al (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 359 – 361.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. *Journal of Documentation*, Bingley, v.59, n.1, p.19-40, 2003.

MELLO, P. C. 2 em cada 3 receberam fake news nas últimas eleições, aponta pesquisa. *Folha de S. Paulo*, Poder, 19 mai. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/2-em-cada-3-receberam-fake-news-nas-ultimas-eleicoes-aponta-pesquisa.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. *Ci. Inf.*, Brasília, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.

MORAIS, P. da S. Derecho de la persona transexual en Brasil. *Precedente*, Cali – Colômbia, v. 13, p. 167-189, Julio-Diciembre 2018.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NAJAR, L. Oi Pessoal. 31 ago. 2016 (0:33 min.) In: NAJAR, L. [Canal] *Lucca Najar*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkZbvVhYxgk>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NAJAR, L. [Canal] *Lucca Najar*. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkZbvVhYxgk>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NERY, J. W. *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, C. M. M. Ação. In: CATANI, A. M. et al (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 26-28.

NUNES, J. V.; CARNEIRO, B. L. F. Dos estudos de usuários à noção de práticas informacionais. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 150-168, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/134406>. Acesso em: 18 set. 2019.

ORTIZ, R. Introdução: a procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-36.

OUDSHOORN, N. *Beyond the natural body: an archeology of sexhormones*. London: Routledge. 1994.

OYSERMAN, D.; FRYBERG, S. A.; YODER, N. Identity-based motivation and health. *Journal of Personality and Social Psychology*, v.93, n. 6, 1011–1027, 2007.

PASSARINHO, N. Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit. *G1, Educação*, 26 maio 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

PEREIRA, M.E.C. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 379-386, jun. 2009.

PERES, P. Livro exibido por Bolsonaro faz parte do “kit gay”? *Nova Escola*, 30 ago. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12465/livro-exibido-por-bolsonaro-nao-faz-parte-de-kit-gay>. Acesso em: 28 jan. 2020.

PERES, W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (Orgs.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília:

MEC; UNESCO, 2009. p. 235-263. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PILEROT, O; HAMMARFELT, B; MORING, C. The many faces of practice theory in library and information studies. *Information Research*, v. 22, n. 1, mar. 2017. CoLIS paper 1602. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/22-1/colis/colis1602.html>. Acesso em: 01 maio 2020.

PINTO, M. J. C. *A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, 2008.

PINTO et al. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 7, p. 1 -13, 2017.

POHJANEN, A. M.; KORTELAJINEN, A. M. Transgender information behaviour. *Journal of Documentation*, v. 72, n. 1, p. 172-190, 2016.

PROJETO EU EXISTO: alteração do registro civil de pessoas transexuais e travestis. [s.l.]: ANTRA; PRIOS, 2018.

QUINALHA, R. O mito fundador de Stonewall. *Revista Cult*, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-mito-fundador-de-stonewall/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

REIS, A. S. Retórica-Ideologia-Informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez. 1999.

RENDÓN ROJAS, M. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

RIGHETTO, G.G. *Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina*. 2018. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ROCON, P. C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciências Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016.

ROCHA, R. Pesquisa do professor Luiz Morando rende livro sobre Cintura Fina. *O Tempo*, Memória, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/pesquisa-do-professor-luiz-morando-rende-livro-sobre-cintura-fina-1.2209033>. Acesso em: 17 jul. 2020.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152, jun. 2008.

ROJAS, E. *Trans narrativas do self: uma análise a partir de diários virtuais de transição transexual no YouTube*. 2015. 352 f. Tese. (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ROMANO, V. F. As Travestis no Programa Saúde da Família da Lapa. *Saúde Soc.*, 2008, v. 17, n. 2, p. 211-219.

ROMEIRO, N. L.; MARTINS, C. W. ; SANTOS, B. A. dos. (Orgs.). *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas – “O diabo na rua, no meio do redemoinho”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSSI, A. 'Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil. *BBC Brasil*, São Paulo, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>. Acesso em: 27 mar. 2020.

R/TRANSBR. Um subreddit para a comunidade trans brasileira. *Lista de ambulatórios de saúde trans no Brasil*. Postado por u/taish, 12 ago. 2019. Disponível em: https://www.reddit.com/r/transbr/comments/cpim1b/lista_de_ambulat%C3%B3rios_de_sa%C3%BAde_trans_no_brasil/https://www.reddit.com/r/transbr/comments/cpim1b/lista_de_ambulat%C3%B3rios_de_sa%C3%BAde_trans_no_brasil/. Acesso em: 22 jul. 2020.

RUBIN, G. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. [2012]. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 mar. 2020.

SAADEH, A. *Transtorno de Identidade Sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SANTOS, R.N.R.; TARGINO, M. das G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. *REBECIN*, v.4, n.1, p.114-135, jan./jun. 2017.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of “way of life”. *Library & Information Science Research*, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, R. Information Behavior and Information Practice: Reviewing the "Umbrella Concepts" of Information-Seeking Studies. *Library Quarterly*, Chicago, v. 77 n. 2, p. 109-132. 2007.

SAVOLAINEN, R. Conceptualizing information need in context. *Ó, Boras*, Suécia,

v. 17, n. 4, paper 534, 2012.

SAVOLAINEN, R. Cognitive barriers to information seeking: A conceptual analysis. *Journal of Information Science*, v. 41, n. 5, p. 613-623, 2015.

SAVOLAINEN, R. Approaches to socio-cultural barriers to information seeking. *Library and Information Science Research*, v. 38, n. 1, p. 52-59, January, 2016.

SCHNEIDER, M. Referências cruzadas 2: Marx e a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. [Anais eletrônicos...] João Pessoa: ANCIB, 2015, p.1-15.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT-DIXON, K. Public health, private parts A feminist public-health approach to trans issues. *Hypatia*, v. 24, n. 3, p. 33-55, 2009.

SHERA, J. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, C. D. C. da. Informação em saúde: produção, consumo e biopoder. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.18, n.10, p. 3083-3090, 2013.

SILVA, L. F. *Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT*. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, V. R. Transfobia: 11 pessoas trans são agredidas a cada dia no Brasil. *Gênero e Número*, 27 jun. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/transfobia-11-pessoas-trans-sao-agredidas-a-cada-dia-no-brasil-2/>. Acesso em: 22 maio 2020.

SILVA, A. L. da; OLIVEIRA, A. A. de. Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 484-508, 2015.

SILVA, R. G. L.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Rev. Ter. Ocup. Univ.*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364-372, set-dez 2015.

SIQUEIRA, D. Prefácio. In: BENTO, B. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 11-18.

SIRIHAL DUARTE, A.B. Práticas informacionais: ensino e pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2017, Marília. [Anais eletrônicos...] Marília: ANCIB, 2017.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, jan./fev./mar. 2004.

SOARES, M. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). *Letramento*

no Brasil. São Paulo: Global, 2003. p. 89-113.

TAYLOR, J. K. Targeting the information needs of transgender individuals. *Current Studies in Librarianship*, v. 26, n. 1/2, p. 85–109, 2002

TEIXEIRA, F. do B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. 2009. 226 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2009.

THOMPSON, K. J. Where's the "T"? Improving library service to Community members who are transgender-identified. *B Sides*, v. 22, 2012. Disponível em: <http://ir.uiowa.edu/bsides/22/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

TRAMONTANO, L. A fixação e a transitoriedade do gênero molecular. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 163-189, 2017.

VIANA, A. F. *A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações da UFMG*. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VIEIRA, C.; PORTO, R. M. “Fazer emergir o masculino”: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 55, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n55/1809-4449-cpa-55-e195516.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

VIEIRA, T. R. *Pelo reconhecimento da legalidade do direito a adequação do sexo do transexual*. 1995. Tese. (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1995.

VIEIRA, T. R. Direito à adequação de sexo do transexual. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 47-51, mar. 2002.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VILKKA, H. *Keho: Omaa Sukupuolta Koskevan Tiedon Ja Ymmärryksen MuotoutumisennPerusta Transsukupuolisilla*. = *Body: The Foundation for the Formation of the Knowledge and Conception of Gender Identity Among the Transgendered*. 2006. 187f. Akateeminen väitöskirja [Dissertação acadêmica] - Valtiotieteellinen tiedekunta, Sosiologian laitos, Helsingin Yliopisto [Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Helsinki], Helsinki, 2006. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/23550/kehoomaa.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jul. 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto, *Temáticas*, Campinas, v.22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

VIOLÊNCIA LGBTfóbica no Brasil: dados da violência. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

WARNER, M. *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993

WEEKS, J. *El malestar de la sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas*. Madrid: Talasa, 1993.

WERKEMA, A. L. ; SILVEIRA, F. J. N. . Por uma visibilidade trans: dinâmicas de produção e apropriação da informação no youtube, um estudo a partir do canal de Lucca Najar. In: ROMEIRO, N. L.; MARTINS, C. W. ; SANTOS, B. A. dos. (Orgs.). *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 519-551.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. *Journal of Documentation*, [s.l.], v. 37, n.1, p. 3 - 15, 1981.

WILSON, T.D. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. *Information Processing and Management*, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

WINTER, S. et al. Synergies in health and human rights: a call to action to improve transgender health. *The Lancet*, Londres, v. 388, n. 10042, p. 318-321, jul. 2016.

WORLD PROFESSIONAL ASSOCIATION FOR TRANSGENDER HEALTH – WPATH. *Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero*. 7ª versão. [s.l.]: 2012.

YEOMAN, A. Applying McKenzie's model of information practices in everyday life information seeking in the context of the menopause transition. *Information Research*, v. 15, n. 4, 2010. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/154/paper444.html>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ZAMBRANO, E. *Trocando os Documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo*. 2003. 125 p. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Gostaria que você se apresentasse dizendo local de nascimento, idade, sua escolaridade, qual trabalho exerce e onde mora.
2. Quais as suas primeiras lembranças envolvendo sexualidade e gênero?
3. Como foi quando você se sentiu pertencente a outro gênero? Você sabia alguma coisa sobre isso? Onde procurou saber sobre essa questão?
4. Como foi quando contou para familiares e amigos? Eles procuraram se informar sobre essa questão?
5. Você poderia falar sobre as intervenções realizadas em seu corpo? Como você se informou sobre procedimentos e medicamentos? E sobre outras intervenções?
6. Você compartilhava ou ainda compartilha informações com outras pessoas transexuais? Quais meios de comunicação são usados? Você poderia descrevê-los para mim?
7. Você poderia descrever os atendimentos médicos com relação aos procedimentos hormonais e cirúrgicos? Você se sentia satisfeito (a) com as informações repassadas pelos médicos?
8. Você procurou por serviços jurídicos? Em quais situações? Onde buscou atendimento? Como foi? As informações repassadas e os serviços prestados foram satisfatórios?
9. Qual é o papel das redes sociais nas vidas das pessoas transexuais em sua opinião?
10. Quais canais você usa para compartilhar informações ou experiências?
11. Em sua opinião, qual é o papel do Estado/governo para informar às pessoas transexuais? Como os governos lidam com essa questão, no seu entendimento?
12. Como é a sua relação com a militância LGBT? Qual é o papel dessa militância em sua opinião. Quais os meios de compartilhamento de informações da militância com as pessoas transexuais militantes ou não?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Eu, Flávia Virgínia Melo Pinto, aluna do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) sob orientação do professor Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, convido o senhor (a) para participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Práticas informacionais de pessoas transexuais no contexto brasileiro”.

A pesquisa visa à identificação das informações e as maneiras como influenciaram/influenciam na construção de identidade de pessoas transexuais a partir de seus relatos. O objetivo é estritamente acadêmico e sua participação se dará por meio de uma entrevista, com duração de aproximadamente uma hora. O (a) senhor (a) não terá nenhum custo, assim como não receberá qualquer pagamento ou indenização.

A sua identidade e participação na pesquisa serão mantidas em sigilo e os dados divulgados não conterão nomes ou quaisquer outras informações que permitam identificá-lo (a). Seu nome não será usado na divulgação dos dados, sendo utilizado o termo “pesquisado/a” ou “entrevistado/a”, para quaisquer referências a sua pessoa. Os arquivos contendo as gravações e transcrições da entrevista, bem como as anotações feitas, não serão acessados por outras pessoas, além de mim e do meu orientador. Garanto-lhe a confidencialidade desses registros, me comprometendo a manter os arquivos sob minha guarda. Caso o senhor (a) queira que qualquer parte da entrevista não seja gravada ou caso relate algo que considere que lhe seja prejudicial, basta pedir para interromper a gravação, que poderá ser retomada com sua autorização.

Os **riscos relacionados à sua participação nessa pesquisa** são: o acesso da pesquisadora aos seus dados pessoais, ao seu local de trabalho, estudo ou moradia, caso opte por conceder a entrevista num destes locais. O local onde ocorrerá nosso primeiro contato e a entrevista será escolhido pelo (a) senhor (a). A retomada de lembranças e traumas vividos, o desconforto ao responder às questões da entrevista ou em fornecer maiores detalhamentos a pedido da pesquisadora, o relato de algo que possa ser considerado prejudicial para o (a) senhor (a), a referência a algumas pessoas cujos nomes também não serão citados em nenhum documento. O (a) senhor (a) poderá deixar de responder a qualquer questão, de forma a minimizar qualquer constrangimento. Salientamos, ainda, que durante nosso contato, nós o (a) trataremos pelo nome social.

Os **benefícios relacionados à sua participação nessa pesquisa** são: a sua contribuição para a nossa compreensão de aspectos relacionados às necessidades, busca e acesso às informações para a resolução de demandas cotidianas da população transexual, bem como às maneiras de produção e compartilhamento de informações pelas pessoas transexuais. Assim, teremos dados para debatermos os problemas em torno das demandas de informação dessa população, bem como às alternativas encontradas por essas pessoas. Após divulgação dos resultados, esses dados podem ser incorporados a outras pesquisas para a elaboração de políticas públicas pelos governos. Além disso, possibilitará maior visibilidade das pessoas transexuais e a relação delas com os fenômenos

informativas para o campo da Ciência da Informação.

O (a) senhor (a) tem o direito de solicitar sua exclusão da participação na pesquisa a qualquer momento. Nesse caso, todos os dados serão imediatamente excluídos, sendo apagadas todas as gravações efetuadas.

Para quaisquer esclarecimentos a respeito da pesquisa, me coloco à disposição, através do telefone e e-mail informados ao final deste termo, assim como em caso de dúvidas éticas, o senhor (a) poderá entrar em contato com o CEP-UFMG, cujo endereço, e-mail e telefone também se encontram no final desse documento. Caso haja concordância em participar desta pesquisa, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias de igual teor (uma ficará em seu poder), informando os dados solicitados abaixo:

Eu _____
_____, portador (a) do documento _____ declaro que entendi todas as informações recebidas pela pesquisadora Flávia Virgínia Melo Pinto a respeito da pesquisa. Declaro ainda estar ciente de que sou voluntário (a) para a pesquisa e que não receberei qualquer tipo de pagamento pela minha participação, assim como a qualquer momento poderei pedir minha exclusão, sem sofrer nenhuma penalidade.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____

TÍTULO DA PESQUISA: Práticas informativas de pessoas transexuais no contexto brasileiro

PESQUISADORA: Flávia Virgínia Melo Pinto
email: biblioflavia@gmail.com - Telefone: (31)99261-9916

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
email: casalavila@yahoo.com.br - Telefone: (31)3409-6132

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG)

E-mail: coep@prpq.ufmg.br - Telefone: (31) 3409-4592

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.